3 1761 06265601 2

# CURSO

DE

# LITTERATURA

## PORTUGUEZA

POR

CAMILLO CASTELLO BRANCO

Continuação e complemento
do **Curso de Litteratura Portugueza,**
por José Maria de Andrade Ferreira.

---

LISBOA
LIVRARIA EDITORA DE MATTOS MOREIRA & C.ª
68, Praça de D. Pedro, 68
1876

Intoira de pele
castanha usada
c/ ebernos

# CURSO DE LITTERATURA

# CURSO

DE

# LITTERATURA PORTUGUEZA

POR

CAMILLO CASTELLO BRANCO

Continuação e complemento do CURSO DE LITTERATURA PORTUGUEZA
por José Maria de Andrade Ferreira

---

LISBOA
Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª
68 — Praça de D. Pedro — 68
1876

*A propriedade d'esta obra pertence a Henrique d'Araujo Godinho Tavares, subdito brazileiro.*

PQ
9011
C3

Typ. Editora, Praça de D. Pedro, 67

A

# INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA

**Homenagem ao seu muito saber e incomparavel esforço**

ESTE IMPERFEITISSIMO ESTUDO

OFFERECE O MAIS GRATO E RESPEITADOR DOS SEUS DISCIPULOS

CAMILLO CASTELLO BRANCO

# INTRODUCÇÃO

José Maria de Andrade Ferreira dividiu em Epocas o seu *Curso da litteratura portugueza*. Seguiremos este roteiro que não desmerece, comparado aos anteriormente seguidos. Os diversos historiadores demarcaram a seu arbitrio os periodos em que as lettras se manifestaram com diversa feição, quer progressiva, quer decadente. Alguns, abrindo profunda barreira entre as quadras litterarias, estremaram os periodos em idade de ouro e de ferro, como se depois do luminoso seculo XVI, desde o fim do reinado de D. João III até D. João V, não tivessemos litteratura digna de historia e de estudo. E' um preconceito inveterado e falsamente legitimado por escriptores respeitaveis que exhauriram a sua admiração nos exemplares da renascença, e só volveram a soldar a cadeia quebrada do nosso progredimento intellectual quando os arcades, exercitando a ode ho-

raciana, á feição de Pedro Antonio Corrêa Garção e Antonio Diniz da Cruz e Silva, se consideraram successores aperfeiçoados de Ferreira e Camões.

Houve injustiça com muitos nomes benemeritos que a torrente irresistivel da moda extraviou da trilha do purismo. Não se lhes descontaram os defeitos no enthusiasmo da novidade. Queriam que os poetas das Academias do seculo XVIII se estremassem das outras nações, e se immobilisassem na escola de Sá de Miranda, em quanto a poesia e a prosa, tanto em Italia como Hespanha, e não menos que em França, se desatavam dos velhos canones, regeitando os obsoletos Sannazaro, Garcilaso e Ronsard.

D'essas imaginarias trevas, que innoitaram a litteratura nacional desde 1580 até 1720, responsabilisaram primeiro D. João III, depois o jugo de Castella, e conjunctamente os jesuitas.

Andrade Ferreira quando chegou com o seu intelligente *Curso* á altura em que tinha de acceitar ou regeitar a opinião estabelecida por Francisco Freire de Carvalho, no seu *Primeiro ensaio sobre Historia litteraria de Portugal*, abraçou-a. Assim seguiu os vestigios de outros pensadores de grande vulto a quem cumpria restaurar a verdade, destrinçando-a das arguições apaixonadas que enraisaram no terreno da politica, acostando-se aos parcialissimos libellos da *Deducção chronologica* e do *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra*. Quernos, porém, parecer que o distincto critico se desviaria ainda assim do erro quasi commum, adoptando a illustrada opinião a tal respeito expendida por Luiz Augusto Rebello da Silva no estimavel livro com que

fechou a sua tão curta vida — o Tomo v da *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII.*

A responsabilidade que desluz os ultimos annos do reinado do filho de D. Manuel não podemos impôr-lh'a com o absolutismo exercido na moderna maneira de processar as instituições passadas. Cumpria julgar D. João III no seu seculo: ir ahi medil-o no estalão dos soberanos seus coevos; vêl-o como politico, e desviarmos a nossa attenção dos interesses da litteratura, que eram meros accidentes na época das conquistas, ou mais exactamente, da custosa subjeição dos povos avassalados.

Ainda principe, e em boa parte dos annos que reinou, encontramol-o tão affecto aos sabios, tão aporfiado em rivalisar com seu pai no favor prestado ás lettras, que não se dedigna de trasladar a *Chronica do Imperador Clarimundo* do seu amigo João de Barros, e de cartear-se activamente com Damião de Goes, que residia em Flandres e aquecera o seu espirito nos focos mais incendiarios da reforma lutherana. Maravilhado e seduzido inconscientemente pelo renome dos grandes adaís da revolução intellectual, perguntava ao futuro chronista de seu pai se seria possivel attrahir a Coimbra, para onde tencionava transferir os estudos, o celebrado Erasmo. D'este patrocinio dado ás lettras não se deprehenda que D. João III tivesse alguma leve tintura de saber. O seu sincero chronista, fr. Luiz de Sousa, apenas lhe concede *uma boa inclinação para lettras e lettrados.* E é de notar que, ao mesmo tempo que D. João III sentava nas cathedras escolares professores estrangeiros e portuguezes, lá fôra alumiados pe-

la renascença, Carlos v, sobresaltado pelas doutrinas de Luthero, solicitava, mediante o papa, uma lista dos livros eivados de heresia a fim de os vedar nos seus estados; e, desde o cubiculo de S. Justo, escrevia á princeza regente que fizesse punir com a maior severidade os lutheranos; *por quanto*—dizia elle—*não póde haver paz nem prosperidade onde não houver conformidade de doutrina*. E citava Allemanha e Flandres.

Não exaggerava. Via as coisas como principe e não como philosopho. Estava na tradição, e não se sentia propelido por paixões pessoaes a desmembrar-se do catholicismo como Segismundo, Gustavo Vaza e Henrique viii. Acreditava no effeito espiritual das indulgencias como o franciscano Sansão contra quem Zuinglio levantou o estandarte da rebeldia. Podéra tambem apontar os tumultos da Dinamarca, da Suecia e de parte da Hungria, amotinadas pelos propagandistas da Reforma. Na Inglaterra soava já o rebate contra Roma. Surgia a republica das Provincias-Unidas, e os Paizes-Baixos sacudiam o jugo. Não se proclamavam direitos politicos: arvorava-se a renovação da idéa religiosa. Os monarchas eram pela religião contra os perturbadores, e não tinham illustração nem heroismo bastantes para saudarem a liberdade do pensamento, escolhendo uma das multiplicadas seitas incluzas e baralhadas no Protestantismo. D. João iii, á semelhança de Carlos v, ganhou medo aos grandes homens que admirára e estimára em quanto, minguado de comprehensão, lhes não previu os intuitos. Não faltaria quem, por interesse da religião e do estado, lhe incutisse des-

confianças bem fundadas na sciencia dos Buchann, dos Gouveias e dos Teives, e por ventura do seu estimado Damião de Goes, cuja opinião o monarcha talvez apreciára na escolha dos professores suspeitos. Á frente dos seus conselheiros, espavoridos pelos effeitos do livre exame, estava um dos mais allumiados varões do seu tempo: o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio. E assim como sem premeditação impulsionára os estudos na directriz que as universidades estrangeiras lhes imprimiam, com egual inconsideração o rei inepto — inepto em relação ao que hoje denominariamos soberano illustrado — retrahiu as liberdades que dera ao ensinamento secular, quando lhe fizeram sem grande esforço intender que as desordens da Europa eram o funesto resultado da liberdade de pensar e escrever, exercitada pelos hereticos, educados em universidades d'onde elle transplantara para Coimbra Diogo de Gouveia, Nicolau Grouchy, Fabricio, Rozerto, Patricio e Jorge Buchanan, e os outros que a tempo se evadiram ao sancto officio. Atemorisado pelo exemplo e obrigado pela obediencia ao Pontifice, confiou a manutenção da inteireza religiosa aos padres da Companhia de Jesus, representados na côrte pelo padre Simão Rodrigues de Azevedo, o mais ardente apostolo da nova milicia, e mestre doutrinal do principe.

Não influiu menos no animo do rei devoto a desenfreada relaxação dos costumes. Nicolaú Clenardo, nem fanatico nem hypocrita, escrevendo desde Evora, em 1535, ao seu mestre Latomus, bosquejava d'este modo a desmoralisação de Portugal: . . . . . Para em breve o dizer: por toda a Hespanha, me

parece que quadra muito de molde a *Venus* o epitheto de *Publica*, e muito mais em Portugal, onde é raro topar mancebo legitimamente ligado. Pelo que, taes costumes bastante me inquietaram por amor de meu irmão, quando veiu a este reino. Temi que na sasão da vida em que o desvairar-se um mancebo lhe é natural, me désse maguas, no trato de moços de sua edade; porém, felizmente, Portugal não teve a honra de agradar ao rapaz. Creio até que todos nós fugiriamos d'aqui apressadamente, se tivessemos modo de o fazer de salto, ao vermo'nos a braços com tantas e tão más costumeiras diversas das nossas. Mas quem aqui chega, dissaboriado da patria e no extremo da pobreza, preferirá ir-se ao fim do mundo... Aqui, uns, aproveitando-se da licenciosidade commum, depravam-se nas deleitações e na libertinagem; outros soffrem a miseria e os vexames d'este viver tão diverso... É o que eu faço...»[1]

Qual fosse a moralisação immanente do pulpito contra a soltura dos costumes deprehende-se da oratoria de Paiva de Andrade, de fr. João de Ceita, do padre Luiz Alvares, do bispo Pinheiro, de Galvão, de Calvo e outros discursadores em linguagem castiça e nenhuma uncção. As ordens ricas medravam na proporção da sua inercia; as pobres eram ignorantes. Não havia missionarios para o reino, e menos ainda para as conquistas. D. Fernando de Mo-

[1] *Relações antigas entre Belgica e Portugal*, nas *Memorias da Academia das Sciencias de Bruxellas*. Esta carta de Nicolau Clenardo vem integralmente e com insufficiente fidelidade traduzida por A. P. Lopes de Mendonça, nos *Annaes das sciencias e lettras* (1857) desde pag. 131 a 146.

lina e Manuel Severim deploram a falta de evangelisadores[1]. N'este lance, offereceram-se os jesuitas a D. João III; e o monarcha, sem embargo da contrariedade de seu irmão o cardeal D. Henrique, acceitou-os. «Nós devemos a Deus toda a perservação dos erros do Norte», escreve um dos maiores sabios do seculo XVIII, o franciscano Cenaculo Villas Boas. Como presidente da Junta de Providencia litteraria e tambem como adversario da Companhia de Jesus, regeneradora dos estudos, o bispo de Beja podia dar a Deus o que era de Deus, e conceder á devotada companhia alguma parte na victoria, se o foi, alcançada a preço de muito sangue. Como quer que seja, repetiremos com o doutissimo prelado: «Nós devemos a Deus toda a preservação dos erros do Norte.»[2]

Assim como, na esphera da politica, os funestos desvios da justiça são absolvidos por escriptores liberaes, seria equidade descontar, em attenção ás epocas e ás circumstancias, as demasias exorbitantes da área religiosa. Um historiador illustre, indultando o despotismo do reinado de D. José I, exprime-se n'estes termos: «No reinado de D. José o despotismo não se disfarçou; foi publica e systematicamente proclamado. O genio do marquez de Pombal, ministro d'este rei, era tão vasto, e sua energia e actividade tão vigorosas que, dominando o monarcha, não se sugeitava á influencia de pessoa nem de ordem alguma. No seu systema social as funcções

[1] *Epist. apologetica*, pag. 185.—*Noticias de Portugal*, Discurso VI.
[2] *Memorias historicas do ministerio do pulpito*, pag. 143.

do rei eram mandar o que lhe aprouvesse, e as da nação obedecer e nada mais. Nos documentos do governo não se fallou mais em prerogativas dos povos nem em côrtes. Não é o concurso das ordens nem a opinião dos povos que occupam os pomposos preambulos das leis d'este tempo; mas sim *a alta e independente soberania que o rei recebe immediatamente de Deus, pela qual manda, quer e decreta aos seus vassallos, de sciencia certa e poder absoluto.*» Agora o proprio censor absolve o despota: «As vistas profundas e patrioticas do ministro, e as idéas do seculo em que vivia, podem desculpal-o de ter seguido este systema, o unico talvez então apropriado para despertar a apathia da nação ignorante e sobrecarregada de prejuizos[1]». Ainda concedido que a sociedade portugueza, galvanisada pelas violencias do arbitrario ministro, não resfriasse no antigo marasmo, logo ao seguinte reinado, ainda assim, a respeito das medidas repressoras na manutenção do catholicismo, seria de justiça desculpar ao sacerdocio o fervor exagerado dos seus deveres.

Da decadencia das lettras patrias são accusados, pela maioria dos que tratam estes assumptos, os jesuitas e os reis castelhanos intruzos pelo direito da força. Quanto aos jesuitas, constituidos senhores absolutos do ensino, não nos propomos defendel-os, mas simplesmente aproveitar n'este limitado espaço o que é justificavel e adquado na historia da litteratura portugueza.

[1] Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal*, artigo 11.º

A critica censura com vagas declamações o methodo jesuitico no ensino da latinidade. E' logar commum de todos os professores e auctores de compendios desde Francisco José Freire até ao sr. dr. Theophilo Braga, accusarem a grammatica latina do padre Manuel Alvares de estorvo ao cultivo das sciencias secundarias. As indeterminadas phrases com que invectivam o methodo alvaristico permittem pensar que os jesuitas atrophiavam o cerebro dos alumnos quando insidiosamente lhes incutiam preceitos de mera prosodia e de innocente sintaxe. Nenhum dos censores se julga obrigado a mostrar os defeitos do methodo, sendo elles, ao que parece, taes e tamanhos, que todas as sciencias maiores participavam dos aleijões d'esse methodo inicial. Merece a pena investigarmos ligeiramente o mysterioso veneno da grammatica latina do professor jesuita.

Quem mais idoneamente nos póde informar é o oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo que, em 1754, com o pseudonymo de *Francisco Sanches*, defendia o seu *Novo Methodo de Grammatica Latina*, contra as censuras do jesuita Francisco Duarte. E' de suppôr que todos os defeitos do methodo alvarista sejam assoalhados por tão poderoso adversario, em desforra das invectivas arrojadas aos parciaes de Figueiredo pelos parciaes de Alvares, que nem sempre eram membros da Companhia de Jesus[1]. Vejamos. Os maleficios do latinista Alvares

[1] Uma gazeta de Hollanda (1753) attribuiu aos jesuitas os papeis satyricos escriptos contra o methodo da Congregação do Oratorio. Figueiredo propriamente defende a Companhia da arguição n'estas palavras dirigidas aos redactores hollandezes:

consistem em meras questiunculas grammaticaes, de que apontaremos as mais narcoticas, mas de nenhum modo offensivas; por exemplo: Se *Brevior* se devia declinar por *Brevis;* se *ecqui* e *siqui* eram nominativos do singular: se *Spontis* era genitivo; se *Acubus* era dativo *etc.* São d'esta natureza as dezenas de motivos questionados por Antonio Pereira de Figueiredo. O auctor do *Novo methodo* discute enfadonhamente, sem elevação philologica, em defeza do seu systema que apenas difere do outro no bom intento de compendiar sem a minima alteração nas bases do ensino. Funda-se nas *Artes* anteriores á do jesuita; encarece como boas a de Estevão Cavalleiro (1517) a de D. Maximo de Sousa (1535) a de Nicolau Clenardo (1538) e as de Jeronymo Cardoso e Fernando Soares (1557), demonstrando que em Portugal houve excellentes latinos antes da arte do padre Alvares; e dest'arte impugna que a Arte do jesuita haja sido a *que nos amanheceu para a luz da latinidade*, como lá diziam os seus apologistas. Não demoremos este incidente de nenhuma importancia. Deixemol-o como padrão para afferir a sciencia dos que rompem a objurgatoria contra o ensino ecclesiastico, impondo com expressões indefinidas os horrores occultos do methodo adoptado em Coimbra e Evora até que a reforma dos estudos se ensaiou nas escolas da Congregação do Oratorio.

No tocante á philosophia ensinada pelos jesuitas,

«*em darem aos padres Jesuitas por auctores de tão immodestos escriptos* se mostram equivocados ou mal informados». *Defensa do novo methodo, etc.*, pag. 5.

e nomeadamente pelo padre Pedro da Fonseca, anthonomasticamente chamado *o segundo Aristoteles*, acceitemos o parecer dos que professaram a sciencia e julgaram os professores jesuitas desprendidos de preconceitos. Não se acreditem os capciosos juizos de Freire e dos que no *Compendio historico* e na *Deducção chronologica*, em grande parte aspadas pela critica desembaraçada de odios politicos, apprenderam a menoscabar promiscuamente e com inveterada antecipação os actos censuraveis e os talentos indiscutiveis, os maus e os bons productos da Companhia de Jesus.

Barthelemy de Saint-Hilaire, citado intelligentemente pelo sr. Lopes Praça, na sua *Historia da Philosophia em Portugal*, conceitua d'este theor a escola philosophica dos professores de Coimbra: «Os coimbrões tem em philosophia um logar assaz consideravel; sustentam a auctoridade de Aristoteles com trabalhos muito estimaveis, se não devo dizer muito novos, n'uma epoca em que esta auctoridade é ameaçada de todas as partes. Instituem os mais laboriosos estudos sobre esta grande doutrina, n'uma epoca em que ella está desacreditada, e procuram conservar em todo o seu vigor habitos que não estão no espirito d'aquelle tempo. São escolasticos nos seculos XVI e XVII. Não imitam as escolas protestantes que não querem conhecer Aristoteles se não no proprio Aristoteles. Os coimbrões querem estudar Aristoteles com o arsenal inteiro de todos os commentadores que elle produziu. De mais, os jesuitas não fizeram n'isto se não o que faziam as outras ordens mais antigas que a sua, as quaes guardavam

as tradições escolasticas com a mais escrupulosa fidelidade. . . A sociedade de Jesus com os principios que devia defender, não podia fazer em philosophia senão o que fez. O papel de novadores pertencia aos espiritos livres que, á imitação de Ramus, Bacon e Descartes, procuravam caminhos novos em sciencia e philosophia. Os coimbrões, por sua parte, remoçaram quanto poderam a escolastica fundamentada sobre Aristoteles: não podiam ir além. Esta reserva teve certamente o seu lado censuravel; e prolongada demasiadamente pôde ter no seculo XVIII o seu lado algum tanto irrisorio; mas teve tambem suas vantagens: foi ella que em parte conservou pela antiguidade estas lembranças de respeito e de estudo que Leibnitz tanto apreciava e que a nossa idade renovou com tão bom exito.»

Em seguimento ao imparcial juizo de Saint-Hilaire, accrescenta o historiador da Philosophia em Portugal:

«Quem tiver conhecimento da philosophia dos commentadores conimbricenses não poderá negar na generalidade a estas palavras de Barthelemy de Saint-Hilaire um caracter de imparcialidade, justiça e exactidão, que só póde dar aos seus escriptos o homem instruido e consciencioso» [1].

E' certo que a philosophia racional, no tempo em que os jesuitas a professaram em Coimbra e Evora, representava o atrazo, em relação á sciencia professada por Pedro Ramo e Bacon; mas esse atrazo era tambem uma barreira anteposta á invasão da

[1] *Historia da philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia*, Coimbra, 1868.

Reforma. Os jesuitas, congregando-se para rebater-lhe os impetos perigosos, acastellaram-se nos reductos mais achegados ao baluarte da tradição e fé. Acoimal-os de rebeldes a um progresso de luzes reflexas dos incendios que lavravam na Europa, é tão absurdo quanto seria, n'aquelles dias, execravel que os mestres da mocidade e atalaias da religião professassem as doutrinas de Melanchton ou Zwinglio. Mas foi acaso a philosophia dos jesuitas portuguezes que perseguiu e foragiu Descartes? Os nossos tardios commentadores de Aristoteles forçaram o encarcerado Galileu ás retractações do terror? E, todavia, em que alto ponto comparativo não iam as sciencias philosophicas em França e Italia, em França, mórmente, onde o jesuita Daniel Gabriel, historiographo de Luiz XIV, ainda em 1696, impugnava calorosamente e com grande partido o cartezianismo!

Que a Reforma impulsionou as lettras, emancipando-as da tutella ecclesiastica, não o impugnamos. Porém, que ellas sahissem regeneradas e livres da peleja travada entre lutheranos, calvinistas, socinianos e anglicanos, todos contradictorios, senão ridiculos com os seus exclusivos de inspirações divinas, refutamol-o. O alardo que faz a Reforma, dando-se como berço do renascimento das lettras, é pretenção insustentavel. Sem Luthero e Calvino, a intelligencia dos sabios continuadores das tradições dos grandes luminares do Catholicismo iriam progressivamente aligando os elos da corrente que se honra com os Bossuets e Lacordaires. A civilisação não caminha a empurrões dos homens: leva-os ante si; e, quando arautos insoffridos tentam acceleral-a

com prematuro esforço, o progresso transcende o compasso que lhe marcam, esmaga-os, e avança vertiginosamente.

«As lettras renasceriam sem o apparecimento da Reforma — diz um discreto escriptor — A descoberta da imprensa, o novo caminho para as Indias, a revelação do novo mundo, a tomada de Constantinopla pelos mohometanos, o acolhimento que os sabios gregos obtiveram em Roma, as naturaes aspirações da intelligencia humana, bastariam para explicar o novo movimento litterario. As maiores illustrações da Reforma sahiram das escholas catholicas para não falarmos já dos vigorosos athletas que a combateram. Corria, pois, ao catholicismo a obrigação impreterivel de obstar aos formidaveis progressos do Protestantismo. Oppondo-se ao seu desenvolvimento desviára os povos de todas as funestas consequencias a que um tal systema religioso dava origem. Não foi por tanto sem motivo que os jesuitas se propozeram entre outros fins o de defender a fé catholica contra os herejes, que sustentavam doutrinas perigosas e que estavam bem longe de ser preferiveis ás sustentadas pela Igreja romana.»[1]

A defeza da Companhia de Jesus, no ponto de vista litterario, requeria mais amplo espaço sobre pulso mais vigoroso. Na orbita das lettras, ao critico illustrado não lhe faltariam bons lanços para glorificar-lhes a memoria. A censura não passaria por elles silenciosa; mas o louvor tambem ergueria a sua voz, pondo ouro fio a balança dos bens dura-

[1] Lopes Praça, *Historia da Philosophia em Portugal*, pag. 139 e 140.

douros e erros transitorios; e perdoaria aos culpados em desconto dos martyres que escreveram com sangue a palavra «Caridade» entre nações onde o Protestantismo não mandou abrir os fastos do seu martyrologio.

Accusam os Filippes de abaterem a litteratura portugueza com o proposito de embrutecerem e apagarem os derradeiros lampejos do patriotismo nas almas obscurecidas pela ignorancia. Esta arguição poderia vingar, se as sciencias em Hespanha, no seculo XVII, se avantajassem ás nossas. O menoscabo das lettras, no animo dos Filippes, pesava por igual sobre todos os seus estados. Portugal, entre 1580 e 1620, produziu, em varias provincias da sciencia, livros comparativa e numericamente mais perfeitos e eruditos do que produzira antes de conquistado por Castella, exceptuada a epopea de Camões. «Se desde a invenção da imprensa até ao anno de 1580 — diz Rebello da Silva — se publicaram em Portugal 182 obras, desde 1580 até 1640 não sahiram dos prelos menos de 486, entrando n'este numero 36 edições de Camões» [1] Os reis intrusos, bem longe de impedirem a vulgarisação dos engenhos portuguezes, deram impulso ao proseguimento de obras incompletas, e iniciaram com o incentivo de louvor a publicação de outras. Entre alguns exemplos que nos occorrem, lembra o encargo commettido por Filippe II a Duarte Nunes de Leão, e satisfeito em 1616 por João Baptista Lavanha para a formação da 4.ª Parte das *Decadas* que João de Barros dei-

[1] *Historia de Portugal dos seculos* XVII *e* XVIII, tom. V, pag. 278.

xára informe; lembra o encargo dado a Diogo de Couto para continuar as *Decadas* de Barros; deu privilegio a frei Bernardo de Brito e a Duarte Nunes de Leão para lhes facilitar a impressão das chronicas; e Filippe IV incumbiu frei Luiz de Sousa de escrever a chronica de D. João III. Este modo de proceder com escriptores portuguezes que encareciam as glorias de Portugal é o menos significativo que póde ser de intenção hostil ás manifestações dos talentos da nação subjugada. Quanto á censura politica, essa consentia que se divulgassem prophecias applicadas á restauração do reino, e permittia que Luiz da Natividade prégasse em Guimarães mandando arvorar no templo o pelote de D. João I, em quanto discorria violentamente sobre o *Retrato de Portugal Castelhano*, na presença da guarnição hespanhola.[1] Se nos replicarem que os escriptores escolhidos para esses honrosos encargos eram parciaes dos Filippes, a isso responderemos que semelhante argumento vem despropositado, por que não estamos questionando sobre patriotismo — palavra que exprime um sentimento obliterado nos portuguezes da primeira metade do seculo VII.

Pelo que respeita á difusão do ler e do escrever, confrontemos. Em pleno reinado de D. João III, os mestres de primeiras lettras em Lisboa eram trinta e quatro; e no reinado de Filippe III de Castella subiam a sessenta. A concorrencia aos estudos maiores é ainda mais significativa. O collegio das Artes abrangia cerca de dois mil alumnos em 1586; e em 1615 orçavam

[1] *Divindade do Filho de Deus humanado*, etc. Lisboa 1615.

por quatro mil. E observe-se que D. João III inclinou-se a converter em despezas da guerra o que dispendia com a instrucção publica; os Filippes ampliaram-na, e D. João IV attendeu nas cortes de 1641 aos capitulos que lhe pediam se fechassem as universidades do reino, salvante a de Coimbra, por tempo de cinco annos, a fim de louvavelmente se dar aos cabos de guerra o que se dispendia com professores. Quanto ao regulamento da universidade de Coimbra, escreve o sr. José Silvestre Ribeiro: «A imparcialidade manda observar, em honra de Filippe III de Portugal, que muito melhor andou elle do que o rei portuguez D. João IV, o qual pela provisão de 29 de abril de 1641 mandou que as cadeiras vagas se provessem por votos dos estudantes.»[1] D'onde se deprehende que o jugo de Castella, pesando cruelmente sobre o paiz empobrecido e esphacellado, não tolhia a cultura dos espiritos, antes a equiparava á melhor que se dava em Hespanha. O sensato amor á independencia não carece de arvorar a calumnia como bandeira de patriotismo.

Estas paginas, longas talvez em demasia, não nos podemos dispensar de as escrever entre a ultima pagina do nosso antecessor suspensa pela morte, e a primeira que vamos escrever em seguida ao desastre do neto de D. João III. O marasmo da patria, a julgar pela actividade intellectual dos seus filhos mais illustrados, não se demorou muito. Assim como para a nobreza foi bastante consolação um novo rei

[1] *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da Monarchia*, Tomo I, pag. 135.

que firmava cedulas, tambem para os homens dados ás lettras a sobrevivencia da sua Minerva e do seu Apollo á morte funestissima do Portugal independente, lhes permittiu consolarem-se, como Diogo Bernardes, moço da toalha do archiduque Alberto, e Pedro de Andrade Caminha, e todos quantos tinham espada ou intelligencia que mercadejar.

# CAPITULO X

## QUINTA ÉPOCHA

(De 1580 a 1700)

### I

Considerações respectivas ás epopeias do seculo XVII. — POESIA EPICA — Gabriel Pereira de Castro — Francisco de Sá de Menezes — Luiz Pereira Brandão — Francisco Rodrigues Lobo — Vasco Mousinho de Quevedo e Castello-Branco — Antonio de Sousa de Macedo. — POESIA LYRICA — Fernão Alvares do Oriente — Francisco Rodrigues Lobo — Manuel da Veiga Tagarro — Manuel de Faria e Sousa — Fr. Bernardo de Brito — D. Thomaz de Noronha — Antonio Serrão de Castro — Antonio da Fonseca Soares — Diogo de Sousa — D. Francisco Manuel de Mello. — POESIA DRAMATICA — D. Francisco Manuel de Mello.

### POESIA

Quando o periodo heroico das proezas lusitanas parecia caducar na perda da independencia, os poemas heroicos surgiram á porfia, como se a alta inspiração de Luiz de Camões, o cantor do cyclo glorioso, podesse ainda aquecer espiritos enregelados na servidão mal disfarçada. Admiraveis engenhos se acostaram ao gran-

de exemplo do immortalisador do Gama, quer em acatamento da sua memoria, arvorando-o como mestre, quer no proposito de o deslumbrar, exornando a inspiração de mais vistosos recamos de sciencia, que lhe levassem vantagem n'um tempo em que a rhetorica prevalecia á simplicidade nativa da refugada escola meridional. Os epicos, porém, que rastrearam Camões, com a vaidade de o egualarem ou excederem, erraram fundamentalmente o intento, architectando phantasmagorias mythologicas, e dando á parte tradicional das suas epopeias uma figuração secundaria na contextura. D'esta arte o mytho corrompia as origens estabelecidas na chronica, illudia a curiosidade, e nenhum sentimento de patria estimulava.

Na epopeia nacional de Camões, os enfeites da arte greco-latina, os atavios homericos e virgilianos por nenhum modo desformam as proeminentes feições da historia; o enthusiasmo estúa no sentimento do poeta, e irradia patriotismo e nobre vaidade. Um simples facto material, em que revê o bom senso popular, sentenceia entre os *Lusiadas* e os seus pretendidos rivaes. Nos sessenta annos de subjeição á Hespanha, o poema de Camões foi trinta e seis vezes reimpresso; e a *Ulyssea*, a *Ulyssipo*, o *Naufragio de Sepulveda*, o *Affonso Africano*, e tantos outros de não vulgar merecimento, e até melhormente metrificados que os *Lusiadas*, se não passaram desattendidos, a julgar das edições, com poucos exemplares satisfizeram a curiosidade dos doutos, pois em todos escassêa o estimulo á recordação da prosperidade, ou á esperança da restauração. Luiz de Camões era mais que um talento portentoso: era uma saudade; era a voz que desde o tumulo gemia em tom elegiaco os seus hymnos

por entre as ruinas dos vastos dominios que perpetuara para a gloria dos lidadores do vasto imperio ultramarino e para opprobrio dos aulicos de Filippe II, abastardada raça dos cavalleiros de Aljubarrota. Não diremos que em 1640 os *Lusiadas* fossem parte no enthusiasmo da restauração, por que não ha fiarmo-nos na preponderancia do ideal heroico de um poema sobre os intuitos politicos dos fidalgos conjurados, na maior parte movidos por sentimentos de positivo interesse; mas não duvidamos crêr que na classe média actuassem desde mais remota origem recordações de façanhas egregias cantadas por Camões e transmittidas no livro e na palavra de pais a filhos. (NOTA 1.ª)

Os poemas heroicos da primeira metade do seculo XVII correm hoje desvaliados pelo archaismo da contextura e pelo vicio da linguagem. Nunca tão longe estivemos de os repôr na linha dos livros proveitosos. Apesar da differença que os distingue, o menospreço lançou-os todos fóra da circulação. Apodados promiscuamente da mancha de *gongoricos*, o descredito, em que a critica os abaixou, baldaria quaesquer louvores e incitamentos com que tentassemos abrir na banca do estudioso os poemas em que se firmaram as reputações de Gabriel Pereira de Castro, de Vasco Mousinho de Quevedo e de Francisco de Sá e Menezes, aos quaes muito deve a lingua pela ductilidade e elasterio com que a desataram de velhos empecilhos.

A depreciação de *gongorismo* não cabe a todos os seiscentistas com egual justiça. Alguns escreveram os seus poemas, quando o cordovez Gongora ainda não tinha reputação que fundasse escola. Primeiramente acceitaram da mão dos hespanhoes as extravagancias de

Italia. Marini foi elogiado até ao desvario por Lope de Vega, que o denominára emphaticamente *um sol de quem Tasso havia sido a aurora*, com a mesma consciencia que á portugueza D. Bernarda Ferreira de Lacerda appellidou a *decima musa*. Bastaria tão grande juiz para formar a opinião que em 1584, pela bocca de Miguel Cervantes, extremava Luiz de Gongora, na flôr dos annos, de entre a turba dos poetas.

É inacceitavel o conceito dos que attribuem ao dominio hespanhol a degeneração da escola petrarchista em Portugal. É uma queixa pouco menos de absurda. O *gongorismo* passaria a Portugal por cima das suas fronteiras inexpugnadas como passára a escola classico-italiana. Os poetas coevos de D. Manuel e D. João III acceitaram as formulas toscanas, as renovações chamadas *Renascença*, quaes lhes haviam sido communicadas pelos poetas do reinado de Carlos V. As duas litteraturas peninsulares, desde o seculo XV, nunca mais tiveram vitalidade espontanea, sua e independente: obedeciam simultaneas a um impulso externo. A escola classica, tanto em Castella como em Portugal, envelheceu ao mesmo tempo; e era já a ponto de cahir, quando deixamos de ser nação.

Não se presuma, porém, que o desvario dos seiscentistas foi exclusivo da peninsula hispanica. «Não era tão sómente em Hespanha — diz Ticknor — que se viam semelhantes destemperos. Desde o meado do XV seculo, quando se diffundiu o conhecimento dos grandes mestres da antiguidade, entre os estudiosos do occidente, as linguas das principaes regiões da Europa forcejavam por formar e cultivar um estylo digno de taes modelos. Parte d'esses esforços foi doutamente encaminhado, e

produziu a fieira de auctores que hoje constituem os poetas e prosadores illustres da christandade, e rivalisam com os modelos que mais ou menos imitaram. Outros, porém, transviados pelo pedantismo e gosto destragado, resvalaram desde muito ao esquecimento. Mas o periodo em que semelhantes esforços se tentaram com menos senso e discernimento é a derradeira parte do seculo XVI e o começo do XVII, epoca em que a *pleiada*, como ella se chamava, dominou em França, e os *Euphuistas* dominaram em Inglaterra, e os *Marinistas* em Italia.[1]»

A evolução politica nada teve commum com a decadencia das lettras, nem o desprimor dos productos litterarios de Portugal foi tão rapido que se possa imputar á subita absorpção da nossa independencia. Desde 1580 em diante continuamos a ser hespanhoes em litteratura como o haviamos sido desde a escola gallega, atravez da italiana, até ao gongorismo do seculo XVII. Os formadores do cancioneiro de Resende, e Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Camões, e Sá de Miranda, poetaram simultaneamente nas duas linguas, e consoante a poetica que legislava para ambas as nações. Não se attribuam pois a influencias de outra ordem as causas que moveram D. Francisco Manuel de Mello, Miguel da Silveira, e Antonio de Sousa de Macedo a escreverem na lingua da nação quer vencedora, quer odiada depois da restauração de 1640.

Além de que, é mal fundamentada a opinião que houvermos de formar do gosto do seculo XVII afferindo-o pelo gosto aperfeiçoado, ou que assim se nos figura, do

[1] *Historia da litteratura espanhola*, tom. 3.º, capitulo XXIX.

seculo actual. Na historia das litteraturas não ha pautas infaliveis com que regremos as balisas do bello. O bem discernir não pertence áquella bellesa immutavel que é a face da verdade eterna. Gongora arrastou após si os adversarios que primeiramente o aggrediram, e depois se lhe avantajavam nos defeitos. Para salvar Mardones e Garcia de Salcedo, o bello em poesia affirmara-se nos dislates de Gongora. O gongorismo não significava ignorancia; pelo contrario, os enfeites da erudição, as infladas ornamentações da rethorica desluziam as bellezas naturaes; isto, porém, devendo chamar-se degeneração de bom juizo, não lhe quadra a nomeada de «corrupção».

*Gabriel Pereira de Castro*, o primeiro poeta da phalange que manteve as boas lettras sem indignidade no seculo XVII, tractou as sciencias historicas e juridicas com muito luzimento, e foi inquestionavelmente mais instruido que Sá de Miranda, e Antonio Ferreira e Luiz de Camões. É certo que hoje em dia ninguem resistirá sem enfado á leitura de um cantico da *Ulyssea;* mas o que ahi nos enfastia não são as hyperboles nem os trocadilhos e equivocos: é o mechanismo mythico, a urdidura pagã, a desnaturalidade do maravilhoso. Este elemento que cança e impacienta não o introduziu Marini nem Gongora; resurgiu nos quinhentistas; deu-o a renascença, inveterou-se nos arcades; e póde dizer-se que ainda hontem com o restabelecimento do romantismo, foi arrancado do cadoz dos poetas pelo auctor de *D. Branca* e de *Camões*.

## Poesia épica

A primeira manifestação do *cultismo* em escriptor de vulto apparece na *Ulyssea* de *Gabriel Pereira de Castro.* Tendo nascido coevo de Camões (1571) foi educado quando ainda não era de todo extincta a veneração aos bons modelos.[1] A sua elevada cathegoria no estado e na jerarchia do talento dera-lhe auctoridade. Bem podera elle manter illesas dos vicios hespanhoes as suas estancias, moldurando-as por Camões e Corte-Real; mas o laureado desembargador, encomiado de superior poeta em verdes annos, não podia estacionar. O seu tempo era mau; corria-lhe, porém, a obrigação de ser do seu tempo, sob pena de submergir-se na torrente impetuosa dos iniciadores da fórma castelhana. Accusam-o de ter aspirado a disputar a primasia a Luiz de Camões. É hypothese sem algum fundamento. Do seu poema não transpira semelhante emulação, nem elle é responsavel das lisonjas com que o victoriaram posthumamente; todavia, de fóra parte a nacionalidade do assumpto, e a originalidade que totalmente lhe escassêa, não só eguala, antes prevalece a Camões na harmonia, no numero, na synonimia, em fim na abundancia das locuções. Nem sempre a propriedade dos epithetos é exemplar; mas esse defeito procede da demasia da adjectivação com que procura enriquecer a prosodia restricta e acanhada de Ferreira e Sá de Miranda. E, de feito, conseguiu dar ás

[1] *A Ulyssea ou Lisboa edificada* veiu a lume em 1636. O auctor era já fallecido quatro annos antes; mas a formação do poema é trabalho da mocidade de Gabriel Pereira de Castro, desde estudante em Coimbra, logo depois de 1600.

fórmas pesadas da oitava rima, para assim dizer, maciêza e flexibilidade, o que lhe deve ser levado em conta nas maculas do cultismo e nos plagiatos dos episodios. Em culpa analoga incorrera Camões, alcunhado pelos seus contemporaneos de creador de neologismos; e egual censura tem agorentado os creditos de todos os iniciadores de artes novas em quanto as regras se não consolidam na formação das escolas. Gabriel Pereira de Castro metrificou em dez cantos monotonos a edificação de Lisboa por Ulysses. O interesse do poema afunde-se logo em cimentos fabulosos, por maneira que ninguem hoje lhe daria logar entre livros de proveito por algum merito historico. O notavel desenho dos caracteres, a multiplicidade de episodios, e tudo mais que dava lustrosa primasia n'esse genero de poemas, se lhe faltar o elemento didactico da pureza na linguagem, pouco peza na balança da critica. É mediocremente importante confrontar o modo como se houveram Homero e Gabriel Pereira de Castro na apreciação do caracter de Páris. O grego ridiculisa-o como roncador que bravatea façanhas e desata a fugir diante de Meneláo; o portuguez figura-o extremado heroe, mercê de Venus que o protege. Estas intrigas e parcialidades dos deuses, sempre facciosos no Olympo á conta dos grandes potentados da terra seus parentes ou amigos, afroixam toda a curiosidade na investigação da quadra litteraria que não concebeu a epopeia sem a intervenção das potencias celestiaes. Entretanto, a *Ulyssea* suscitou parcialidades irreconciliaveis nas liças litterarias. O padre José Agostinho de Macedo, jurado depreciador de Luiz de Camões, antepunha-lhe Gabriel Pereira de Castro com o costumado desproposito das suas opiniões rancorosas. O padre Francisco José Freire con-

signava-lhe o logar immediato, José Maria da Costa e Silva prefere-lhe a *Malaca Conquistada* de Francisco de Sá de Menezes; Garrett, finalmente, á *Ulyssea* apodou-a de *quixotica* e *sesquipedal*, e á *Malaca* alcunhou-a de *hyperborea e campanuda*. Todos tem rasão; mas o ultimo, além de rasão, tem por si o consenso de toda a gente nascida n'este seculo.

*Francisco de Sá de Menezes*, auctor da *Malaca Conquistada*, nasceu aproximadamente ao terminar o seculo de quinhentos. Não era filho de algum irmão de Francisco de Sá de Miranda, como asseveram respeitaveis escriptores; era apenas seu parente em quinto grau. (Nota 2.ª) No vigor da idade viuvou, e seguiu a vereda que levava á paz do claustro as grandes dôres da vida. Ali, no mosteiro de Bemfica, nove annos antes acabára o cavalleiro Manuel de Sousa Coutinho amortalhado no habito de Fr. Luiz de Sousa. Tambem elle, vestindo a tunica dominicana, mudou de nome, chamando-se Fr. Francisco de Jesus, em 14 de dezembro de 1641, se é bem apurada esta data inscripta em alguns biographos.

O assumpto da *Malaca* é a tomada da metropole indiana, e o heroe é Affonso de Albuquerque, o valoroso capitão que ainda convencionalmente se sustenta invulnerado e respeitado nas herculeas proezas do oriente. Como poema historico é aproveitavel a quem hoje se recrear na leitura das chronicas rimadas. Os affeites mythologicos são expungidos da urdidura, e substituidos por um artificio mais a sabor christão. São raras na poesia do tempo as descripções dos costumes orientaes; todavia, Sá de Menezes inxertou agradaveis trechos onde lhe vinham de molde; e revelou vasta erudição geographica, nomeando as terras e logo as usanças

que as caracterisam, á imitação de Homero. Nas pinturas erothicas é mais recatado que Luiz de Camões, talvez porque a pedestre e fria inspiração o não impulsava a raptos descomedidos. Falta-lhe invenção e genio onde sobeja a honestidade. Descreve com onomathopaicos estridores batalhas e naufragios. Nos quadros maviosos esmorece em proza estirada e descolorida. Quanto a linguagem argue descuidos pouco usuaes no seu tempo, de involta com uns purismos acrisolados que o não dispensam de escorregar por vezes no estylo hyperbolico e nas metaphoras a que tentou esquivar-se amoldando-se ás locuções froixas ou asperrimas de Antonio Ferreira. Os arbitros mais graduados do merito da *Malaca conquistada* são Francisco Dias Gomes, o gélido academico, e Almeida Garrett, o espirito moderno que tudo viu e aquilatou com a dupla vista do talento. Francisco Dias Gomes considerou o poema de Francisco de Sá de Menezes «a mais inferior das nossas epopeias regulares». Garrett classificou-o «um dos derradeiros titulos da gloria da litteratura portugueza» não se dispensando, todavia, de a malsinar de *hyperborea e campanuda.*

Outro poema que devera perpetuar-se, se mais altos espiritos lhe bafejassem alentos, é a *Elegiada* de *Luiz Pereira Brandão.*[1] Descreve a catastrophe, e os consequentes desastres, de Alcacer-quibir. Que amplissimo assumpto, e que formoso titulo tão friamente versado por um dos cytharistas que D. Sebastião levou comsigo para

[1] Este poema está na quadra dos seiscentistas; mas pertence pela data da sua publicação (1588) á epoca inicial d'esta 2.ª parte do *Curso de litteratura* (1580-1640). Além de que nos move a mencional-o, ter o fallecido Andrade Ferreira, muito de passagem, alludido á obra de Luiz Pereira, que no livro se chama por erro typographico *Elegia.* (T. 1.º, pag. 379.)

lhe cantarem a ilyada! Luiz Pereira nasceu no Porto, provavelmente, entre 1530 a 1540. Era de estirpe nobilissima, dado que José Maria da Costa e Silva (*Ens. biog.*, t. IV, pag. 63) haja dito que *da sua familia tudo se ignora, assim como a profissão que exerceu.* (NOTA 3.ª) São uma narrativa insulsamente rimada estes annaes do captiveiro na barberia. A diffusão dos dezoito cantos é peorada pela metrificação acerba e escabrosa. Recheiam-na plebeismos, que lhe não são o peor defeito. Pois apesar de tantas maculas, o poema de Luiz Pereira Brandão tem meritos historicos que o fazem mais valioso aos estudiosos que o maior numero das epopeias do seculo XVII. O impertinente Francisco Dias Gomes accusa-o de inventar palavras desnecessarias. As que elle renovou ou inventou correm hoje bem aforadas vernaculamente, e não seriam de mais na prosodia pouco rica do critico irreconciliavel com os neologismos.

Por grande maioria de opiniões auctorisadas, a epopeia de *Francisco Rodrigues Lobo*, intitulada *O Condestabre de Portugal D. Nuno Alvares Pereira*, impressa pela primeira vez em 1609, é um estafador aranzel, sem lume de poesia, difusa explanação da vida do condestavel, com todos os enfados da chronologia, e menção dos incidentes biographicos do heroe dos Atoleiros. Desadoram o poema por que não tem as tramoias da fabula nem gira sobre as molas do maravilhoso; conta casos triviaes com certo ar de familia; parece uma biographia. «E que outro nome merece um poema (pergunta Costa e Silva) que conta toda a vida do heroe desde pouco antes do seu casamento até morrer donato no convento do Carmo de Lisboa?... Um poema em que não apparece aquelle empenho de um poder que

atraza e de um poder que adianta a acção, para me servir dos termos de Torquato Tasso no seu discurso sobre o poema epico, e de que nascem aquellas alternativas de susto e esperança de que mana o interesse que o leitor toma na leitura de uma obra semelhante?»[1] E por causa d'este insensato amor ao maravilhoso que desvairava a critica de Costa e Silva e de outros melhores intendimentos, a epopeia de Rodrigues Lobo foi desprezada em virtude de ser natural, verdadeira e despida de enfeites mythologicos.

O *Affonso Africano* de *Vasco Mousinho de Quevedo e Castello-Branco*, nascido e fallecido em annos incertos, levantou-se nos applausos de Garrett, quanto havia cahido nas censuras de Costa e Silva. O primeiro entreviu o ideal do poema depurado de allegorias e mythos; o segundo, constante no seu amor ás maravilhas, queria que a fabula tivesse complicações mais aptas ás grandes peripecias, e que os episodios — a parte mais toleravel do poema — não estorvassem a acção principal. A acção, consoante o titulo, dá a esperar os feitos cavalleirosos de Affonso v, na tomada de Arzilla e Tanger. O filho de D. Duarte, porém, é uma feição apenas bosquejada na physionomia do poema — anomalia que desde a base lhe desluz a importancia sequer historica. O interesse da chronica, unico já agora capaz de reviver as epopeias, desvanece-se no longo trabalho de Quevedo com as nubelosidades allegoricas. A peleja trava-se entre os *Sete peccados mortaes* e as virtudes oppostas. O governador de Arzilla tem sete filhos que são os re-

[1] *Ensaio biographico-critico sobre os melhores poetas portuguezes*, tom. v, pag. 37.

feridos peccados; claro é que no arraial christão enristem a lança os sete guerreiros que symbolisam as virtudes contrarias. Travada a lucta, a Humildade prostra a Soberba, a Temperança mata a Gula ferindo-a na bocca, e a Luxuria morre vulnerada nas fibras mais viciosas da sua compleição. Estes desacatos ao siso commum, classificados n'aquelle tempo entre os portentos da phantasia, não podem reproduzir-se senão como depoimento de decadencia. Os syncretismos de deuses gentilicos e crendices da idade-media, que maream os *Lusiadas*, refinam no *Affonso Africano*. O Eterno, fallando ao nosso Santo Antonio, assegura-lhe que a nação portugueza será o seu povo, e levará a cabo arduas emprezas,

*por mais que o inferno brama.*

Leituras d'esta especie não se inculcam como orthodoxas nem se quer como recreativas.

Louvam-se em Mousinho de Quevedo as consonancias naturaes e fluentes das rimas, de par com elegancias de phrase e purismo de palavra. Pelo que respeita á metrificação, é, como a dos seus contemporaneos, a mais facil e obvia, monotona, sem relevo, estafada de trivialissimas rimas; pelo que é do estylo, não lhe faltam conceitos desgraciosos que emparelham com as mais insignes contorsões de Gongora. Quanto a nós, o *Affonso Africano*, afferido pelas pautas da critica moderna, é um dos tantos productos da escola castelhana condemnada ao esquecimento.

*Antonio de Sousa de Macedo* (1606-1682) um dos fidalgos mais esclarecidos do seu tempo e operosissimo

escriptor que em varias linguas nos deixou bons modelos e testemunhos de erudição, é menos lembrado pela poesia que pelas prozas. O seu poema *Olyssipo* (1640) repete o banal assumpto da fundação de Lisboa; mas com mais claro discernimento que o doutor Gabriel Pereira de Castro, por que se attempéra mais ao gosto da escola italiana, e usa moderadamente dos recursos que lhe offerecia o fabulario das origens de Lisboa redigido por Fr. Bernardo de Brito. Não se dispensa, porém, de hellenisar a rainha do Tejo; e, navegando até Cacilhas com a honra dos primordios gregos, sepulta ali *Cassilia*, a esposa de Gorgoris! Os intuitos da poesia, assim comprehendidos, demonstram quanto a erudição balda e esteril d'aquelles homens, saturados promiscuamente da antiguidade e do cultismo, havia abafado a espontaneidade do sentimento. Não se cançavam de explorar o desangrado veio de Homero. A imitação servil principiou no primeiro poema da renascença, a *Italia liberata*, de Trissino; e, desde ahi, não floresceu epopeia que com maior ou menor desplante não recaldeasse as fôrmas gastas do problematico poeta das sete cidades. E á feição das epopeias referidas, derivam na mesma corrente a perderem-se no mar morto das bibliothecas inuteis o *Viriato Tragico* de *Braz Gárcia Mascarenhas*, a *Insulana* e a *Fenix da Lusitania* de *Manuel Thomaz*, o *Macabeo* de *Miguel da Silveira*, o *Alfonso* de *Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos*, a *España libertada* de *D. Bernarda Ferreira de Lacerda*, e outros de tão fastidiosa analyse que não podem ser aquilatados pelo apreço que lhes deram os contemporaneos, nem hoje em dia tem prestimo ao menos para avaliar o desenvolvimento progressivo do vocabulario. As musas epicas que no se-

culo XVII se consideram as mais fidalgas manifestações da arte são para nós a porção menos apreciada da litteratura d'esse tempo; não obstante, se transluz d'ellas vago ideal de patriotismo, pela assiduidade com que se rememoravam os briosos lances que a saudade da independencia encarecia.[1]

## Poesia lyrica

Os poetas lyricos, de desegual merecimento, que sobresahiram no seculo XVII, são Fernão Alvares do Oriente, Francisco Rodrigues Lobo, Manuel da Veiga, fr. Bernardo de Brito, Manuel de Faria e Sousa, D. Francisco Manuel de Mello e Diogo de Sousa.

*Fernão Alvares do Oriente* militou na India, onde nasceu no ultimo quartel do seculo XVI. Tudo se ignora de sua vida, salvo que capitaneara uma fusta, pela menção que faz do poeta o historiador Diogo do Couto, e ha presumpções de que seguisse o bando do prior do Cra-

[1] Á semelhança do poema de Braz Garcia impresso em 1699, muitos annos depois do fallecimento do auctor, incluimos no catalogo d'esses livros reservados meramente para satisfação dos collectores bibliographicos, todos os que depois procederam da mesma escola, quer hespanhola quer italiana, até á revindicação do romantismo. Da lista dos poucos epicos, mencionados no *Manual de litteratura* do sr. Theophilo Braga, pag. 337, excluam os alumnos a *Hespanha destruida* de *André Nunes da Silva*. Tal poema nunca existiu. A pag. 367 já mencionou o mesmo professor a *Destruição de Hespanha* do mesmo *André Nunes;* a pag. 381 dá-nos a mesma *Destruição de Hespanha* como obra do desembargador *André da Silva Mascarenhas*. Os professores devem destrinçar a bem dos seus alumnos estes confusos *Andrés*, e fazer-lhes comprehender que André Nunes da Silva escreveu versos mysticos e mais nada.

to. Das suas poesias e prosas intercaladas vislumbram-se alguns traços de aventuras amorosas; todavia são tão suspeitas de fantasticas as autobiographias dos poetas, que por nossa parte deixamos aos interpretes da pastoral de Fernão Alvares o prazer de lhe decifrarem o que menos faz á sua individualidade litteraria. Não se lhe designa o local nem o anno do fallecimento. O que podemos averiguar com certeza, contra a opinião de Ferdinand Denis, é que ainda vivia depois de 1595, quando levava a pouco mais de meio a sua *Lusitania*, e ainda depois de 1598 por um privilegio transferido a um seu filho. Inferimos a primeira data dos louvores que o poeta consagra a Luiz de Camões, e vão em nota na pagina seguinte. Quando falla em *Principe dos poetas* allude ao epitaphio que D. Gonçalo Coutinho mandou gravar na lapide que assentou sobre as cinzas trasladadas de Camões em 1595.

*A Lusitania transformada* é um bom arremêdo da poesia toscana. Sannazzaro captivou-lhe a admiração e formou-lhe o gosto. O que o poeta quiz exprimir no seu livro com semelhante titulo não se deprehende do contexto da obra. Como quer que seja, o poeta, que nascêra em Gôa e na Asia transcorrêra o mais da sua vida, não se estrema dos poetas bucolicos nascidos em Portugal quanto á pintura dos affectos, dos costumes e da natureza, salvo na *Historia de Saladin*, aonde a espaços realçam uns toques um tanto extranhos ao geito commum. O colorido aziatico não lhe matiza os versos; mas, em compensação, a linguagem é tão castiça que por causa de o ser lhe assacaram o aleive de se ter apropriado o perdido *Parnaso* de Camões, a quem Fernão Alvares venerava pela maneira como o significa a paginas 156 da edição de

1781 [1] A prosa é mais descurada, frouxa e pobre; não tem aquelle boleio e sabor antigo da phrase de Seropita nem a nitidez e elegancia de Francisco Rodrigues Lobo; mas é estimavel pelo desartificio e suavidade.

*Francisco Rodrigues Lobo*, natural de Leiria, estudou em Coimbra por 1600, como diz Faria e Sousa, quando o infama de publicar com o proprio nome um livro de versos roubados a Camões. Graduou-se em licenciado, e morreu afogado no Tejo entre 1623 e 1627, segundo as bem colhidas inferencias do distincto bibliographo, o sr. Innocencio Francisco da Silva (*Dicc. bibliog.* T. 9, pag. 368). D. João de S. José Queiroz, cujas *Memorias*, provindas do mosteiro benedictino de Tibães, publicamos em 1868, foi o primeiro que lhe poetisou a vida com uns amores por certa aia do palacio do duque de Caminha em Leiria, *se não foram mais altos seus pensamentos.* «Morrendo — escreve o faceto bispo — diria talvez inspirado de melhor numen: *Formoso Tejo meu, quão differente*, etc.» [2]

O auctor do *Condestabre* estaria esquecido, se não resgatasse os favores da esquiva gloria nos seus *Romances* (1596), na *Primavera* (1601, 1608 e 1614) e nas *Eclogas* (1605). Pertence-lhe um dos primeiros logares

[1] ...«Muitas estatuas estavam pelas columnas do templo alevantadas, mas consumidas de maneira que se não deixavam conhecer, nem ainda lêr os letreiros que declaravam cujas fossem; mas entre todas a estatua do *Principe dos Poetas, titulo que parece que d'aqui trasladou á sepultura um peito illustre e generoso.* (Referencia a D. Gonçalo Coutinho que em 1595 fez escrever o epitaphio.) Estava só com toda a sua perfeição com que seu esculptor ali a pozera a principio, com quanto que um esquadrão de bonzos e zoilos, que lhe ficavam aos pés, com muitos tiros pretendiam damnifical-a...»

[2] Este soneto que o bispo attribue a Lobo, diz Barbosa, na *Bibl. Lusit.* que é de Fernão Alvares do Oriente.

entre os bucolicos antigos; e Garrett quer que seja o primacial. A linguagem dos seus pastores é rustica e singela, sem as desnaturalidades que tornam inverosimeis os pegureiros de Sá de Miranda, de Bernardes, e propriamente os das eclogas camonianas. O lyrismo dos seus *Romances* e das tres partes que formam a *Primavera* são bellissimos como idea e como purismo de lingua; a phrase é castigada sem arrebiques; lhana sem os aderesses de epithetos superfluos, nem as delongas vinculadas nas interpostas prosas pastoris. Nas pinturas dos quadros da natureza distribue colorido admiravel, aformoseado por uns toques de saudade e tristezas do ermo em que nenhum poeta portuguez se lhe avantaja, nem em Sannazzaro, seu mestre, os ha mais encantadores. A poesia actualmente floreja por muito longe d'essas bellesas nativas que Francisco Rodrigues Lobo poetisou; não obstante, por mais desaffectó a auctoridade que se ostente o *realismo*, ser-lhe-ha sempre vantajoso, pois que Baudelaire escreve em bom francez, reparar algum tanto na arte de escrever com acerto, com elegancia e com as graças portuguezas do *Pastor peregrino* e do *Desenganado*. As prozas d'este insigne escriptor pertencem a outra secção.

Os redactores do *Diccionario da lingua portugueza publicado pela Academia real das sciencias* (1793), e Costa e Silva no rasto d'aquelles, e o sr. Theophilo Braga no rasto de todos, á mingua de noticias positivas da vida de *Manuel da Veiga Tagarro*, auctor da *Laura de Anfrizo*, teceram uma biographia conjectural fundamentada nas referencias que o poeta se faz em suas poesias: Amores, aos doze annos, contrariedades, tyrannias, prisões, trevas em masmorras profundas, clau-

suras, eremiterios com tudo mais que avulta nos infortunios do enamorado Macias, de Torquato Tasso, de Christovão Falcão e na aventurosa juventude de Braz Garcia Mascarenhas. O que póde asseverar-se independentemente da equivoca authoridade dos poemas é que Manuel da Veiga nasceu em Evora, licenciou-se em theologia, pertence ao primeiro quartel do seculo XVII, e suppõe-se que fallecera antes de 1640. Resguardou-se da epidemia do gongorismo, com rara felicidade, entre os italianos e os seiscentistas portuguezes. Tem forte imaginação, lances de alto sentimento, linguagem, se não rica, bem apropriada e correcta, phrases concisas a sabor horaciano; em tudo isto ha muito que descontar na unisonancia dos poemas que libram todos em uma subjectividade amorosamente fastidiosa.

*Manuel de Faria e Souza*, cuja biographia esboçaremos na secção dos *Historiadores*, escreveu, e imprimiu em Madrid a *Fuente de Aganipe y Rimas varias* (1624-1627). Os sete tomos comprehendidos sob aquelle titulo, ha seculo e meio que já eram rarissimos, com duas edições desde muito esgotadas. Este facto revela o tempo, e não o merito dos 600 sonetos, dos 12 poemas em oitavas, das 20 eclogas, e dos *Acrosticos, Exdruxulos e Eccos* que formam o setimo tomo, intitulado *Engenho*. Pela natureza das peças classificadas em *engenho*, e pelas amostras que deu Costa e Silva no seu *Ensaio*, é permittido ajuizar que as lyricas de Manuel de Faria e Sousa não eram melhores que as dos seus confrades e seriam talvez peores pelo consumo que tiveram. Rodrigues Lobo, Manuel da Veiga e D. Francisco Manuel de Mello, que o excediam sobremaneira na pureza, na regrada imaginação e no acatamento á arte, fo-

ram incomparavelmente menos estimados poetas. A *Fuente de Aganipe* escasseou na circulação litteraria como todos os livros que a moda absorve n'um periodo, e revessa ao montão das inutilidades, passado o enthusiasmo da elaboração. O livro que nos saboreou o paladar depravado, logo que decaiu de moda, por via de regra, não o enfileiramos cuidadosamente na estante dos mestres e amigos. Refugamol-o, e consentimos que as creanças o desfolhem e lacerem. D'est'arte se explica a raridade de muitas obras frivolas, em quanto outras de valor sobrevivente ás mudanças de gostos e instituições permanecem na primeira edição mais amarellidas pelo tempo que pelo uso. Em 1733 o conde da Ericeira escrevia: «A *Fonte de Aganipe*, a *Albania*... são tão raras que apenas podem as livrarias mais selectas ter um jogo perfeito.» Se então se reimprimissem os versos de Manuel Faria e Souza, o senso publico regeitaria a fertilidade d'esses embrechados de agudezas, empolas, equivocos e conceitos de pessima imitação de Marini.

A *Sylvia de Lizardo* de fr. *Bernardo de Brito*, lida com egual fervor, desde 1597 a 1632, e ainda reproduzida em quarta edição em 1785, tem uns traços de familia com a *Albania* de Manuel de Faria e Souza; mas, nos restantes poemas, Brito prevalece muito ao seu panegyrista. Para a si se louvar na pessoa d'aquelles que lhe deram o exemplo, diz Faria e Sousa que Bernardo de Brito nas composições lyricas é superior a Diogo Bernardes. Publicou o famigerado historiador os seus poemas em castelhano e portuguez (1597) quando o amor o preoccupava mais que a historia. Tem sonetos de elegante simplicidade, bem que contagiados da doen-

ça da epoca. Os admiradores do genero citam a perfeição do XVIII, mormente os tercetos, e exemplificam-os aos que se arrostam com as difficuldades do soneto. Eis aqui as graças do preconisado poema:

*Mostrou-me* (o amor) *uns olhos verdes socegados*
*E por cima dous arcos victoriosos*
*De uma certa brandura acompanhados.*

*Mas achei seus effeitos rigorosos,*
*Que nunca de matar vivem cançados*
*E tão duros me são quanto formosos.*

Para a critica do nosso contemporaneo José Maria da Costa e Silva, chamar ás sobrancelhas *dois arcos victoriosos* era uma idea lucida e provava genio. [1] Os pastores de fr. Bernardo discorrem lettradamente, e questionam com admiravel hermeneutica, e debaixo dos preceitos da logica aristotelica:

*E como uma alma tem tres excellencias*
*De memoria, vontade e entendimento,*
*D'aquella só Essencia tres essencias...*

A isto responderia o circumspecto Bernardes:

*Está tão mal a um pastor de cabras*
*Tractar de astrologia e medicina*
*Como a um grande rei de gado e labras.*

[1] Declarei *nosso contemporaneo* Costa e Silva para que os indoutos o não avaliem pela antiguidade que lhe dá o sr. dr. Theophilo Braga. Este professor de litteratura nacional no curso superior, historiando as representações dos bonifrates no theatro da Mouraria, antes de 1735, tira certas conclusões, e accrescenta: «é o que se deprehende do testemunho do coevo Costa e Silva.» *(Hist. do theatro port. pag. 7)*. Cumpre saber que Costa e Silva nasceu em 1788, e não podia assistir á representação dos bonifrates em 1734 para depor nas conjecturas do sr. T. Braga.

No seculo XVII floreceram poetas satyricos de grande pulso e extrema graça. D. Thomaz de Noronha, cognominado o *Marcial de Alemquer*, Christovão Alão de Moraes, Antonio Serrão de Castro, o dr. João Sucarelo, do Porto, fr. Jeronymo Vahia, e Diogo de Sousa Camacho, foram os arbitros da gargalhada nos banquetes dos fidalgos, entre os quaes o primeiro e segundo d'aquelles poetas eram distinctos; mas na nobliarchia do dinheiro não valia *O Marcial* mais que os seus mordazes competidores de gloria e vida airada. *D. Thomaz de Noronha* foi o que seus versos dizem no 5.º tomo da *Fenix renascida*, e melhor o affirmam e esclarecem as muitas poesias ineditas que possuimos. [1] Antonio Serrão de Castro, nascido em Lisboa por 1610, vivia ainda em 1683 —é o mais que os biographos alcançaram. Esteve no santo officio, por judaisante, e em paga da menos má hospedagem que lhe deram, escreveu *Os ratos da inquisição*, poema inedito constante de dois mil e noventa versos octosyllabos, e tão facetos que as delongas lhes não exhaurem a veia zombeteira.

A prudencia aconselhou-lhe que escondesse o piccaresco poema, e que publicasse algum livrinho de trovas pias como quem lançava um bolo ás fauces do dragão inquisitorial. Assim o fez o bemavisado poeta escrevendo um romance atoantado em 1671 com este titulo: *Relação das festas com que os religiosos da Ordem dos Pregadores celebraram as canonisações de S. Luiz Beltrão, e S. Rosa Maria e a beatificação de S. Margarida de Saboia no anno de 1671.* As poesias abrangidas pelas paginas 151-251 do tomo IV da *Fenix renas-*

[1] Veja *Noutes de insomnia*, n.º 5, pag. 83.

*cida* são d'elle, afóra outras nas *Academias dos singulares* e no *Forasteiro Admirado*. São as mais despeciendas, porque o poeta, amordaçado pela censura, falseava a indole sarcastica engenhando pieguices, e enfileirando-se na baixa plebe dos versistas, padre João Ayres de Moraes, Sebastião da Fonseca e Paiva, e André Nunes da Silva. Morreu Serrão de Castro em 1684, com setenta e quatro annos bem gosados, apesar da longa intermittente que demorou nos carceres da inquisição. [1]

São d'este periodo os poemas de *Antonio da Fonseca Soares*, o esbelto e valoroso capitão de quem daremos noticia mais espaçosa, quando o mencionarmos na *Epistolographia* com o nome de fr. *Antonio das Chagas*. No *Postilhão de Apollo* e nos tomos IV e V da *Fenix renascida* jaz olvidada uma diminuta parte das suas poesias. Apesar dos esforços que elle empregou para destruir as ineditas, depois que vestiu o habito varatojano, ainda hoje sobrevivem á fama do seu auctor volumes manuscriptos que, se nada prestam como provas de estro, occultam joias de locução que denotam profundo estudo da lingua, e vontade de opulental-a com neologismos castelhanos. A sua poesia mystica não desmerece comparada á uncção e maviosidade dos *Canticos espirituaes* do hespanhol fr. João da Cruz.

*Diogo de Sousa* ou *Camacho*, auctor da *Vida picaresca*, protestou contra o desatino metrico dos seus antecessores e tambem dos contemporaneos, em um poema que, intercalado entre as poesias mais causticas da eschola camoniana, não destoaria das do author dos

[1] Veja *Noites de insomnia*, tomo 4.º, pag. 94 a 99.

*Disparates na India* e das trovas a Miguel Rodrigues *Fios seccos*. Denominou-o *Jornada ás cortes do Parnaso*. O boleio da phrase é seiscentista, na melhor monção das musas d'esse cyclo. O seculo transcurrido, desde a eschola florentina até á corrupção importada de Castella, parece que lhe opulentou o thesouro linguistico, ensinando-lhe o meneio e a malleabilidade d'aquellas phrases rijas e asperas dos Ferreiras e Caminhas. Há ahi versos que se fazem admirar, a um tempo, pela agudeza do chiste e pela vernacula adjectivação. Este poema originalissimo que dedilha todo o teclado da satyra contra escriptores a quem a morte constituira inviolados, foi publicado posthumamente na *Fenix renascida* com torpes erros; e, apesar de corrigidos em segunda edição, Costa e Silva, com reprehensiveis e desgraçadas correcções de sua lavra, os reproduz e augmenta no traslado que passou ao seu *Ensaio biographico*, tom v. É pasmosa a infidelidade das copias, confrontadas com o proprio manuscripto original que possuimos, em partes alterado pelo auctor. Quanto ao ignorado anno do fallecimento de Diogo Camacho, podemos apenas determinar qne o seu poema fosse escripto depois de 1640, porque ahi se nomeia uma *Brigida de Alfama*, collareja celebrada pela parte sanguinaria que teve na dilaceração do cadaver de Miguel de Vasconcellos.

*Vinha com elle Brigida de Alfama*
*De lampreias saxatiles golosa*
*Nem celebre por nome nem por fama* [1]

[1] Este terceto, no traslado de Costa e Silva, está assim estragado:

*Vinha com elle Brigida de Alfama*
*De formosas lampreias mui golosa*
*Mais celebre por nome que por fama.*

Figura-se-nos, todavia, que esta Brigida seja outra, coeva de Camões. Poderiamos conjecturar que Diogo de Sousa fallecesse depois de 1634, anno em que appareceu a *Malaca conquistada* de Francisco de Sá e Menezes, se com este poeta se entendesse o terceto:

*No fim de companhia tão lustrosa*
*Um Francisco de Sá apparecia*
*Poeta até o umbigo, o de mais prosa,*

como conjectura Costa e Silva, contra o parecer de D. Francisco Manuel, que judiciosamente applica a Francisco de Sá de Miranda a satyra, melhorando o terceiro verso d'este theor:

*Poeta até o umbigo, e os baixos prosa.*

E acertadamente conjectura o author dos *Apologos dialogaes*, que o verso immediato lh'o está insinuando:

*A este respondeu Boscan um dia...*

João Boscan é contemporaneo de Sá de Miranda, e morreu meio seculo antes de nascer Francisco de Sá e Menezes.

Temos pois unicamente como averiguado por Diogo Barbosa Machado *(Bibl. Lusit.)* que Diogo de Sousa nasceu na villa de Pereira, duas leguas distante de Coimbra, onde se licenciou em jurisprudencia, e exercitou a advocacia.

A maioria dos poetas descriptos e muitos outros pertencentes ao seculo anterior tiveram juiz, nem sempre indeclinavel em *D. Francisco Manuel de Mello*. Nasceu este insigne polygrapho em Lisboa aos 23

de novembro de 1611. Herdou de seus pais, D. Luiz de Mello, que morrera no vigor da idade, e de D. Maria de Mancellos, fartos bens e duas rendosas commendas. Estudou com os jesuitas no collegio de Santo Antão. Aos dezesete annos encetou a carreira militar, e foi mestre de campo, no termo de valorosos actos nas guerras de Flandres. Foi enviado a Evora, quando ahi estrondearam os alvorotos de 1638, precursores da restauração de 1640. De volta a Castella, Filippe IV, suspeitando-lhe a lealdade, mandou-o encarcerar. Disse ao proposito, D. Francisco Manuel na *Epanaphora primeira* que «fôra o primeiro portuguez que em Castella padecêra pela fé de Portugal.» Desvanecidas as suspeitas, foi enviado a governar a praça de Ostende, em Flandres. Em 1640, militando na Catalunha, foragiu-se d'alli para Inglaterra, apresentou-se aos embaixadores de D. João IV, e passou a Hollanda, e d'ahi a Portugal com o posto de general da armada. Tinha pouco mais de trinta annos, constituição vigorosa, porte cavalheiroso, imaginação ardente, e alguns bens de fortuna, restantes de outros já desbaratados. Aventurou-se a altos amores, em que topou D. João IV como competidor. D'isso e de um homicidio que lhe assacaram para colorir uma covarde vingança lhe resultou a prisão, prolongada por largos annos, a qual terminou pelo desterro, e depois pela morte, aos cincoenta e cinco annos, em 1666, ou em 1667, como encontro em um *Nobiliario de Figueiredos* que é o da sua familia. Teve um filho illegitimo, D. Jorge de Mello, o qual querendo casar desigualmente em Lisboa, taes embaraços e dissabores encontrou que, sahindo de Portugal, foi acabar na batalha de Senef em 1674. D. Francisco Manuel morreu em uma quinta pro-

pria no sitio de Alcantara, e foi sepultado na capella do Santo Christo dos Cardaes, onde tinha missa quotidiana quando João Baptista de Castro escrevia o *Mappa de Portugal.* (1783) [1]

As *Obras metricas* publicadas um anno antes da sua morte, encerram as *Segundas tres Musas do Mellodino,* escriptas em portuguez, pequena parte comparada ao muitissimo que escreveu em castelhano, tão a molde de Lope da Vega que parecem desferir na mesma lyra. Contém cem sonetos, numero, para assim dizer, obrigatorio a todos os engenhos que pautavam arithmethicamente a inspiração pela centuria. Precede-os uma dedicatoria amargurada como de quem a escrevera no carcere.

*Se entre os eccos de um misero captivo*
*Não ha decentes numeros, da gloria*
*Que se deve ao valor tão excessivo,*
*Seja penhor e víctima a memoria*
*Do beneficio a vós devido : em quanto*
*Tempero a tuba para a grande historia,*
*E livre solto a livre voz...*

E longos annos ainda esperou a liberdade sophismada em desterro. A prisão era asperrima: dil-o o soneto XL com um acerbo sorriso, *respondendo a um amigo que mandára perguntar a vida que fazia em sua prisão*:

*Casinha despresivel, mas forrada,*
*Furna lá dentro mais que o inferno escura,*
*Fresta pequena, grade bem segura,*
*Porta só para entrar, logo fechada;*

[1] O enredo que enluctou vinte annos da existencia d'este eminente escriptor, pode ver-se no prefacio que anteposemos á ultima edição da *Carta de Guia de casados.* Porto, 1872.

*Cama que é pôtro, meza destroncada,*
*Pulga que por picar faz matadura,*
*Cão só para agourar, rato que fura,*
*Candeia nem c'os dedos atiçada;*

*Grilhão qne vos assusta eternamente,*
*Negro boçal, e mais boçal ratinho*
*Que mais vos leva que vos traz da praça;*

*Sem amor, sem amigo, sem parente;*
*Quem mais se dóe de vós, diz: Coitadinho!*
*Tal vida levo. Santo prol me faça.*

Exceptuados alguns sonetos pintalgados do colorido da epoca, e taes que parecem alheios, os remanescentes são admiravelmente bem feitos, conceituosos sem demasia, brandos, melodiosos sem a aspereza dos mais estimados da eschola de Ferreira. Eis aqui um modelo de aberração, em que o poeta verseja para assombrar os seus consocios na *Academia dos Generosos*. O soneto lamenta *uma despedida*, e é o XXIII da collecção:

*Parto, parto-me emfim, Senhora minha,*
*O fado o quiz assi que nos reparte;*
*Mas quem cuidareis vós que é o que parte?*
*Parte aquelle que, só, partir convinha.*

*É verdade que parte e que caminha;*
*Mas parte-se e caminha por tal arte*
*Que cá vos deixa aquella triste parte*
*Que não terá melhor, nem melhor tinha.*

*Ao ceo, ao mar, ao vento, ao lenho, ao linho*
*A vida entregarei, que os satisfaça:*
*Temo quem dos perigos não tem medo;*

*A vida temo mais do que o caminho;*
*Porque, para me dar maior desgraça,*
*Sei que me hade trazer a sorte cedo.*

As *Eglogas* e as *Cartas*, escriptas em quintilhas, não cedem ás mais pregoadas. Os zagaes dialogam pastorilmente em termos montezinhos que ainda hoje rescendem na linguagem dos serranos de Barroso; quanto á logica d'esses *innocentes* pegureiros não se cuide que o industrialismo moderno lh'a haja incutido.

*Damiana é bem verdade*
*que é formosa e bem nascida,*
*tem parentes na cidade;*
*mas olhos não são herdade*
*e a pobreza é mui cumprida.*

*Bom rostro, boas palavras,*
*tudo insôço, é grão revez;*
*que é das vinhas? que é das lavras?*
*o pai não tem quatro cabras*
*e tem soberba por dez.*

*Que os pensamentos desvelles,*
*saiam lagrimas do peito,*
*e perderem-se ellas e elles,*
*percam-se; mas tu apos d'elles,*
*será amor, mas é mal feito.*

*Busque-lhe da sua ugalha*
*o pai vaqueiro á novilha*
*já que tanto fumo espalha;*
*peixe grosso em curta malha*
*mais lucta, mais se invencilha,* etc. [1]

[1] *Egloga, André e Gil*, pag. 55.

As eglogas assim compostas de palavras e philosophias congeniaes no espirito inculto da gente campezina, não envelhecem, estudam-se quando a fórma poetica d'essa difficil especie foi expungida da arte. Como thesouro de castiça linguagem joeirada do vocabulario peregrino que então, ainda bem, ampliava o idioma portuguez, não ha ahi mais classicos poemas que as *Eglogas* e *Cartas* de D. Francisco Manuel de Mello. E, com tudo, não ha ahi tambem poeta menos lido. As *Obras Metricas* d'este polygrapho são as mais raras entre todos os seus livros. Já Costa e Silva se queixava da raridade da obra que significa um desleixado olvidio. «Apesar de toda a diligencia que costumo empregar, (diz elle) em objectos d'esta natureza nunca pude encontrar de venda nem ver em alguma das bibliothecas d'esta cidade algumas das suas composições poeticas, á excepção das *Tres Musas do Mellodino*, que não contendo senão poesias castelhanas, mal podem ser citadas ou examinadas n'este Ensaio, nem dar ao leitor idéa do merecimento d'este escriptor considerado como poeta portuguez.» [1]

Á volta d'este talento superior, a arraia miuda dos glossadores de theses hybridas, eram estranhos á irradiação de D. Francisco Manuel. Elle mesmo, abatendo-se até á craveira dos seus confrades academicos, descaracterisava-se, e era tão emphatico nas prosas como abstruzo nas poesias. É incomprehensivel esta dualidade de talento, e talvez mais rara a facilidade na manifestação do mau, quando se tem o dom de discernir e executar o bom. D. Francisco Manuel passou desconhe-

[1] *Ensaio biogr. e crit.*, tom. 8, pag. 201.

cido ao vulgar dos seus contemporaneos; e, na roda dos letrados, apenas era avaliado pelas composições apestadas da moda. Admire-se, porém, no brioso mestre de campo de Filippe IV a feliz casualidade de escrever em portuguez os seus poemas dignos de memoria.

Com quanto o *Parnaso Lusitano de divinos e humanos versos*, de soror *Violante do Ceo* viesse a lume em 1733, quarenta annos depois que a celebrada religiosa dominicana fallecera, a sua poesia mystica era tida em conta de prodigio pelos admiradores do methaforismo. Não nos deteremos a desenhar os contornos de uma celebridade esvahida por entre tantas, que se não mencionam.

Na segunda metade do seculo XVII dois unicos livros trouxeram á praça as amostras da arte antiga: as *Segundas tres Musas do Mellodino*, e a quarta edição das *Saudades* de *Bernardim Ribeiro*. Foram um pregão baldado: ninguem os entendeu. (Nota 4.ª)

## Poesia dramatica

No primeiro quartel do XVII seculo já eram raros os vestigios do theatro de Jorge de Ferreira, de Camões, de Antonio Prestes, de Jorge Pinto e de Antonio Ribeiro Chiado—vestigios tão pouco trilhados que se a eschola não feneceu com os seus implantadores, não chegou a durar tanto como o seculo em que florecera. Teve uma obscura vida, porque viveu estranha á comprehensão popular, sem a qual póde o drama existir, mas não haver theatro. O theatro do povo medrou sempre a despeito dos

eruditos. Lá tinha as comedias magicas de Simão Machado, o auctor da *Pastora Alphea*, e dos seus imitadores. Os Autos religiosos e as farças, apesar da reacção classica, derivaram desde Gil Vicente, mau grado os Plautos e os Terencios anthonomastas, formando os fuzis da cadeia que vae ligando Affonso Alvares, Balthasar Dias e D. Francisco Manuel de Mello ás comedias de Antonio José da Silva. A torrente mais ou menos turva nunca foi estancada.

No meio do seculo, a degeneração do theatro deve-se a circumstancias de todo ponto estranhas á influencia theocratica. O clero, cortando pelas liberdades da scena, não affrontava as tendencias civilisadoras do theatro; amordaçava as licenciosidades do vocabulario. Quaes idéas de Gil Vicente aspiravam a dilatar os direitos do homem, civilisando-o? Que outras franquias pedia elle a não ser o rustico desplante de arrancar gargalhadas grossas como a expressão? O indice dos livros prohibidos, que o inquisidor Mascarenhas publicou em 1624, repelliu do templo escandalosas tramoias ahi exhibidas, e nos tablados das praças e feiras; mas não atacou a honesta e graciosa liberdade de D. Francisco Manuel de Mello, de Rodrigo Ferreira, e as inoffensivas inepcias de Manuel Coelho Rebello, auctor da *Musa entretenida*.

São poucos os portuguezes notaveis em litteratura dramatica, n'aquelle tempo, visto que este ramo não podia deixar de retrahir-se desflorido, abafado pela fecundidade espantosa dos poetas hespanhoes. Lopo de Vega, Montalvão, o padre João Tellez (Tyrso de Molina), Alarcon, e Calderon de la Barca davam comedias e inspirações para os maiores theatros da Europa. Que muito, se nós, os portuguezes, absorvidos em uma mesma com-

munidade de gosto e lingua, quinhoassemos da gloria d'elles, sendo que os nossos melhores escriptores contribuiam para essa opulencia como D. Francisco Manuel de Mello, João Bautista Diamante, citado por Philarete Chasles de parçaria com Lope da Vega e Calderon? Corneille extrahia de Hespanha o seu *Le Menteur*, Molière tomava das mãos de Tyrso de Molina a estatua do commendador e poucos desbastes lhe fez, Addison imitou do castelhano o *The Drummer*, que depois Destouches transplantava para o francez: *Le tambour nocturne*. «O nosso theatro contém mais de duzentos dramas provenientes de Hespanha» diz o citado professor de litteratura em França. [1]

Comedias e comediantes era tudo castelhano. Theatro nacional não o havia, nem sabemos se alguem lhe deplorava a falta em um paiz que era provincia de Hespanha. Em 1642, quando já tinhamos patria, repontavam symptomas de restauração na scena. D. Francisco Manuel de Mello ensaiou a musa em loas, e deu-a brilhantemente provada na farça do *Fidalgo aprendiz*, tão cerrada com os geitos e ares de Lopo de Vega, que não ha por onde possamos traçar a linha divisoria entre os dois engenhos. O escudeiro *Affonso Mendes* é a preexistencia dos creados ladinos á italiana, mais tarde introduzidos no theatro de Molière. (Nota 5.ª) O enredo é bem travado e verosimil, a linguagem tem archaismos que denotam a imitação zelosa do antigo; mas assim mesmo distancea-se grandemente do obsoletismo de Antonio Prestes. Em uma *Loa*, que precede a *comedia de Job*, na ceremonia da profissão de uma religiosa, tra-

[1] *Philaretes Chasles*. Etudes sur l'Espagne et sur les influences de la litterature espagnole en France et en Italie.

va-se um meigo e mui ascetico dialogo entre a *Alegria* e a *Devoção*. Uma d'estas formosas personagens, trajando galas proprias de sua missão, entra em scena com esta falla:

> .....
> *por celebrar a pompa d'este dia,*
> *quem cuidareis que sou? sou a Alegria.*
>
> *Não aquella que em campos e entre flores*
> *como profana ninfa nasce e vive,*
> *nem que nos altos paços dos senhores*
> *deseja sempre que a lisonja prive.*
> *Melhor pai, melhor mãe, avós melhores,*
> *melhores successores tenho e tive;*
> *do ceo sou natural.....*
>
> *Eu sou filha do Amor e da Virtude*
> *irman da paz, esposa do socego...* [1]

Isto, em portuguez, pelo que respeita a arte, não era melhor nem peor que as *Tragi-comedias* dos jesuitas. Estas composições dramaticas eram applicadas a exercitar os alumnos dos collegios na facil conversação latina. Aquelles doutissimos padres não attentavam contra as boas lettras, pelo menos voluntariamente, quando engenhavam as suas tragedias em sonoros versos, á imitação do *Sedecias*, e os mancebos alegremente os repetiam diante de D. Sebastião, no collegio das Artes, com o seu padre Luiz da Cruz, author e mestre, muito contente do rei, de si e dos discipulos. Não pode gabar-se de engenho muito atilado quem diz que este genero de litteratura é a ultima degradação da arte. Uma das feições

[1] *Obras metricas. A tuba de Calliope*, pag. 198.

da arte no seculo XVII era aquillo que não admiramos nem ousamos reprovar. A arte do seculo XIX é outra. Não ha regras perpetuas e inalteraveis para a arte em que a eterna belleza não mostre algumas de suas faces. As cousas contingentes não tem a fixidez do bello.

## II

HISTORIADORES CIVIS E ECCLESIASTICOS—Fr. Bernardo de Brito—Fr. Antonio Brandão—Fr. Francisco Brandão—Diogo do Couto—Duarte Nunes de Leão—Fr. Luiz de Sousa—Manuel de Faria e Sousa—Antonio de Sousa de Macedo—Hyeronimo de Mendonça—Fr. Bernardo da Cruz—Miguel Leitão de Andrade—D. Francisco Manuel de Mello—D. Luiz de Menezes—Francisco de Brito Freire—Fr. Raphael de Jesus—D. Rodrigo da Cunha—Padre Balthasar Telles.—BIOGRAPHIA—Fr. Luiz de Sousa—Jacintho Freire de Andrade—Diogo do Couto—Padre João de Lucena—Manuel Severim de Faria—Alvaro Pires de Tavora—Francisco Soares Toscano.

No seculo XVII, mórmente na primeira metade, a sciencia historica foi professada honrosamente pelos successores de João de Barros e Damião de Goes. O chronista-mór do reino, *Bernardo de Brito*, que fôra no seculo Balthazar de Brito e Andrade, e nascera em 1569, assentou os alicerces da *Monarchia Lusitana*, escrevendo a *1.ª* e *2.ª Parte*. Começa as origens de Portugal, *desde o principio do mundo*. De permeio aos dois tomos da *Monarchia* escreveu a *Chronica de Cister* (*1.ª Parte*).

Os *Elogios dos reis de Portugal* é trabalho simultaneo com os outros estudos historicos. Dado que morresse ainda antes dos 48 annos de idade, na villa de Almeida, sua patria, em 1617, as obras que deixou são diminutas, se as computarmos pela usual fertilidade dos escriptores monasticos do seu tempo; mas o seu laborioso processo de investigação nas *Partes 1.ª* e *2.ª* da *Monarchia* denota quanto dispendio inutil de tempo lhe levaria a tecer de fios frageis a tela das fabulosas origens da Lusitania, á imitação de Garibay com as de Hespanha. E d'ahi lhe promanou o descredito que foi augmentando desde que Diogo de Paiva de Andrade publicou o *Exame de antiguidades* (1616) até que o eminente historiador o sr. Alexandre Herculano o expungiu da lista das auctoridades. Inculcam-lhe o predicado da correcção, principalmente na *1.ª Parte* da *Chronica de Cister* (1602); mas n'esse mesmo attributo não merece ser graduado entre os escriptores de primeira plana. A linguagem é fria, estirada e algumas vezes falsamente colorida com as tintas hyperbolicas do cultismo. Havia sido educado em Roma, d'onde voltou instruido nas linguas grega, hebraica, mas com abstruzas theorias sobre o methodo de escrever a historia. D. Francisco Alexandre Lobo, estimavel exemplar de critica pelos velhos processos, escreve, a respeito da *Chronica de Cister*: «Quando eu arrancando-me da leitura da chronica de S. Domingos abro, para comparar, a de Cister... sou frio a tudo, tudo me cansa: um capitulo acho já muito dilatado.» [1]

Seguiu-se-lhe na formação historica da *Monarchia Lu-*

[1] *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Vizeu*, tom. 2.º, pag. 163.

*sitana* um mais sensato, posto que menos erudito escriptor, *Fr. Antonio Brandão*, chronista-mór do reino. Nasceu em Alcobaça em 1584 e alli morreu no seu mosteiro cisterciense em 1637. Escreveu com circumspecta critica e linguagem chan a *3.ª e 4.ª Parte* da *Monarchia Lusitana*. Visitou os cartorios, ponderou os documentos, refugou os apocryphos, e reconstruiu de novo as origens datando-as desde a balisa em que achou alicerces solidos sobre que assentar o edificio. Revela a intuição do talento historico, inferindo inductivamente de factos dispersos a indole e organisação social. É menos rhetorico, mais parco em enfeites de fórma, menos colorista em descripções de batalhas; e d'ahi lhe vem a sua grande superioridade. Succedeu-lhe no logar de chronista-mór do reino, e na continuação da *5.ª e 6.ª Parte* da *Monarchia Lusitana* seu sobrinho *Fr. Francisco Brandão*, que nasceu em 1601 e falleceu em 1680. Manteve os creditos da obra em que seu tio se revelára o primeiro historiador do seu seculo.

*Diogo do Couto*, guarda-mór da Torre do Tombo na India, por nomeação de Filippe II, nasceu em 1542, em Lisboa, e morreu em 1616, em Goa. Escreveu com menos pomposo, porém mais adquado estylo que João de Barros, as *Decadas* desde a 4.ª O seu trabalho abrange proximamente oitenta annos desde o governo de Lopo Vaz de Sampaio até ao vice-reinado de D. Francisco da Gama. (Nota 6.ª) Historiou, pois, os fastos mais notaveis das glorias portuguezas no oriente, e assistiu aos primeiros rebates da decadencia, que elle assignalou com resoluto animo no *Soldado pratico*, em que descreve a doença mortal que lavrava nas conquistas da Asia. Este livro e o do *Dialogo do soldado pratico* foram conjun-

ctamente impressos em 1790. A coragem de os escrever foi grande: o publical-os então seria sobre perigosa audacia, uma inutilidade. O esphacêlo do vasto mas já corrupto imperio de D. Manuel e D. João III era já irremediavel, porque ás crueldades da conquista haviam succedido a relaxação deliciosa e covarde dos exploradores. Observára Couto «que uma vez que se interrompeu o furor da guerra, e houve tempo para cada um começar a provar das commodidades da paz, logo foi desapparecendo a cobiça da gloria e do nome, que d'antes era o movel de todas as acções dos portuguezes na India e entrou no logar d'ella a ambição do lucro.»[1]

Sob a mesma impressão do desgraçado abatimento da India, publicava-se em Lisboa, por 1630, sem nome de auctor um livro de severas queixas contra os costumes portuguezes no oriente. *Primor e honra da vida soldadesca no estado da India*, se intitula o livro *antigamente composto nas mesmas partes da India oriental.* Encarece o respeito com que os gentios de Bisnaga tratam as mulheres captivas de guerra, porque não tocam na mulher embora lhe matem o marido, e accrescenta: «Nós mais nobres somos que os gentios, e em differente lei vivemos para n'isto e em tudo termos mais primor; mas ha soldados tão faltos d'elle que as matam com os filhos nos braços e fazem outras cruezas que não são de soldados valorosos. Parece-nos que estamos vendo mais de oitocentas mulheres na cidade de Brava (quando Tristão da Cunha a destruiu) umas com as mãos cortadas por lhes tirarem as manilhas, e outras com as orelhas por lhes tirarem as arrecadas (crueza que fez a gente baixa

[1] *Antonio Azevedo do Amaral, Introducção ao Soldado pratico.*

da nossa armada) pedir justiça ao ceu de gente tão cruel, petição a nosso parecer digna de ser ouvida... O mór mal que na guerra lhes hemos de fazer é captival-as; e, não podendo isto ser por qualquer impedimento, nem por isso as matar, ferir, nem tratar mal, assim porque todas n'estas partes nos são affeiçoadas, e fazem por nós mil extremos, como por lhes termos natural obrigação. Por aviso de uma mulher pársea foi Diogo Lopes de Sequeira com toda a sua armada livre da morte em Malaca. Mulheres deram a vida a muitos portuguezes que escaparam do desbarato de D. Jorge de Castro na ilha de Ceilão, no reino de Candea, onde houve algumas que por salvarem da morte os portuguezes, se offereciam a ella. Se houvessemos de contar os beneficios que n'estas partes d'ellas temos recebido, seria necessario uma comprida escriptura. Não tão sómente somos obrigados por lei de bom primor a sermos piedosos com os vivos, mas tambem com os mortos, não os espedaçando, nem fazendo outras cruezas... Temamos as mortes desastradas de que commummente morrem os crueis. Contam as historias da India que vindo D. Francisco d'Almeida, primeiro viso-rei d'ella, com aquella grande victoria que houve em Dio da armada de Mirocem capitão do grão Soldão do Cairo e Babylonia, salvou Cananor com a artilheria, mandando metter os miseros vencidos nas boccas das bombardas em logar de pelouros (espectaculo cruel e horrendo!) vel-o-hemos castigado pelo ceo, morto no Cabo da Boa Esperança ás pedradas e zargunchadas por cafres nus e desarmados.»[1] Citamos este livro, menos conhecido que raro, porque ha n'elle

[1] *Primor e Honra*, pag. 108 v. e 109.

paginas de historia muito diversas das que os chronistas officiaes escreviam. João de Barros, referindo a mesma assalvajada crueldade de D. Francisco de Almeida, desculpa-o porque os rumes lhe haviam matado um filho. Igual na ousadia, ou mais valoroso ainda procedeu o bispo Jeronymo Osorio na *Vida e feitos de el-rei D. Manuel (De rebus Emmanuelis)*. Nem o egregio nome de Affonso de Albuquerque lhe travou do pulso, quando houve de o mostrar manchado á posteridade: *Na gente d'ellas* (das embarcações captivas de Coje-Atar) *exerceu Affonso de Albuquerque uma barbaridade, indigna de seus preclaros feitos, mandando cortar mãos, orelhas e narizes a quantos marinheiros e besteiros n'ellas vinham, e aos outros meio pé ainda além das orelhas e narizes.*[1] Não são descabidos n'este livro os dois historiadores moralistas, quando, ao dar a rol os nossos historiadores nos é dever demonstrar que alguns não merecem a invectiva de abjectos aduladores dos grandes.

As chronicas de *Duarte Nunes de Leão*, publicadas em 1600 e 1643 gozam algum credito de veridicas; todavia, fr. Antonio Brandão, na *3.ª* e *4.ª Parte* da *Monarchia Lusitana*, corrige os erros do seu antecessor. O periodo em que Duarte Nunes escreveu pertence ao seculo anterior; mas as suas chronicas e a de Francisco de Moraes *(Chronica de D. João III)* vieram a lume no seculo XVII.

No sublime lavor da fórma, os historiographos monasticos levavam descompassada vantagem aos chronistas politicos; e a todos dominou na arte de escrever *Fr. Luiz de Sousa.*

[1] Versão de *F. M. do Nascimento*, tom. 2.º, pag. 100.

Manuel de Sousa Coutinho, terceiro neto do 2.º conde de Marialva, e filho de Lopo de Sousa Coutinho e de sua mulher D. Maria de Noronha, nasceu em Santarem por 1555. É ponto duvidoso se frequentou temporariamente a universidade de Coimbra, posto que seu pai, varão de elevado espirito e cultissimo nas lettras, perguntado porque mandava a Coimbra o filho herdeiro da casa, respondesse: «Que mal me fez este filho para o deixar ignorante?» [1] Noviciou na religião de Malta á volta de 1576. Foi presa dos mouros, e levado captivo a Argel em 1577. Diz o auctor da *Bibliotheca Lusitana*, sem algum fundamento critico, que Manuel de Sousa Coutinho contrahira no captiveiro *muito estreita amizade* com Miguel Cervantes de Saavedra. Infere o irreflectido biographo esta mui estreita amizade de uns dizeres da novella de Cervantes: *Trabalhos de Persiles e Sigismunda*. A propria novella desvanece a conjectura, reproduzida por escriptores de melhor criterio, sem exclusão do historiador Rebello da Silva. A novella demonstra que Miguel Cervantes não teve tracto algum com Manuel de Sousa Coutinho, se isso que lá vem no conto se entende com o nosso cavalleiro maltez. Por nossa parte já tocámos este assumpto em um breve estudo. (Nota 7).

O captiveiro de Manuel de Sousa durou menos de um anno. Demorou por Valencia com Jayme Falcão, mathematico e poeta insigne, e repatriou-se depois de 1578.

[1] *Barbosa, Bibliotheca Lusitana, art. Lopo de Sousa Coutinho.* Diz o abbade de Sever, e repete D. Francisco Alexandre Lobo na biographia de Fr. Luiz de Sousa, que Lopo de Sousa é auctor de um poema intitulado *Livro da perdição de Manuel de Sousa de Sepulveda sua mulher e seu filho.* Isto é inexacto, nem tal poema existe. Lopo de Sousa escreveu uma relação em prosa que tem o seguinte titulo: *Livro primeiro do cerco de Dio que os turcos pozeram á fortaleza de Dio, etc.* Coimbra, 1556.

Cazou provavelmente, segundo as lucidas conjecturas do bispo de Vizeu, entre 1584 e 1586 com D. Magdalena de Vilhena, viuva de D. João de Portugal, morto na batalha de Alcacerquibir. Residiu Manuel de Sousa em Almada com a patente de coronel de 700 infantes e 100 cavallos. Ahi se deu ao estudo em aprazivel socego, no tracto da vida rural, e desopprimido de cuidados. Em 1599, esta suavissima paz foi perturbada por motivos que denotam genio bravo e desesperação; e, a nosso ver, menos heroismo do que os biographos lhe encarecem. Quando os governadores do reino, foragidos á peste que ardia em Lisboa, queriam violentamente aposentar-se na casa de Manuel de Sousa Coutinho, em Almada, o inimigo pessoal dos governadores incendiou o edificio. Praticado o desvairado feito, furtou-se ás consequencias penaes, passando logo a Madrid, onde conseguiu disfarçar o que havia condemnavel no seu procedimento. No anno seguinte, 1600, Manuel de Sousa colligiu e fez estampar as obras poeticas do seu fallecido amigo Jayme Falcão. Em seguida, fez-se de vella para as Indias Orientaes, a explorar riquezas mercantis, chamado talvez pelo irmão que mercadejava no Panamá. A realidade saiu-lhe em desconcerto com as esperanças. Ahi o saltearam saudades da esposa e de uma sua filha unica, de nome D. Anna de Noronha. Por esse motivo, aggravado com o mallogro das tentativas negociosas, voltou a Portugal em 1604 ou 1605. Restabeleceu residencia em Almada, remoçando o prazer do estudo no seio da familia, e na convivencia de amigos illustrados com quem antes da fuga havia reunido em sua casa uma academia de doutas palestras. Calcula D. Francisco Alexandre Lobo que alli viveram oito ou nove annos felizes os

dois esposos, e a estremecida filha, que ao cabo d'esse tempo falleceu. Este funestissimo successo, complicado dos dissabores que amarguravam os homens saudosos da patria independente, e as melancolias congeniaes da velhice, enlutaram o espirito de Manuel de Sousa. O refugio das almas recolhidas em afflicções grandes na perda das pessoas queridas, era a religião, o claustro e a penitencia. O marido de D. Magdalena de Vilhena pendia aos 59 annos quando de harmonia com sua esposa deliberou acolher-se á religião dominicana; e ella, por sua parte, ferida de analogas tristezas, iria vestir o mesmo habito no mosteiro do Sacramento. Para similhante resolução, que não era acto sequer estranho em tal tempo, não se requeriam catastrophes estrondosas. A devoção explicava e applaudia este prematuro morrer de dois velhos que a natureza e a amizade ensinariam a amparar-se mutuamente, se a religião não se antepozesse como amparo santo e unico. Dispensa-se, na interpretação do divorcio, a fabula contada cincoenta annos depois por frades mais attidos á peripecia novellesca do apparecimento de D. João de Portugal na Palestina, que nas poderosas influencias do mysticismo. Os exemplos eram bastantes como incentivo. Já Francisco de Sousa Tavares, pae de D. Magdalena, vestira o habito na provincia da Piedade, e morrera no mosteiro de Santo Antonio em Aveiro; e D. Luiz de Portugal, amigo de Manuel de Sousa, estava então no mosteiro de Bemfica, esperando licença para professar em S. Paulo de Almada, e chamar-se Fr. Domingos do Rosario; sua mulher D. Joanna de Mendonça recolhia-se ao mesmo mosteiro onde D. Magdalena de Vilhena professou, desligando-se do esposo e de duas filhas que tinha de seu

primeiro marido. O biographo já citado do illustre chronista ainda interrogava as improbabilidades da intervenção tragica de D. João de Portugal na mudança do cavalleiro Manuel de Sousa Coutinho em Fr. Luiz de Sousa dominicano: «Se D. João de Portugal—pergunta o bispo de Vizeu—ficou captivo na batalha de Alcacer, ou fugiu do campo depois do desbarato, como foi parar a Jerusalem? Dado que podesse escapar-se e passar a Jerusalem, como esperou para dar noticias suas á *mulher e filhos* trinta e cinco annos que se contam desde 1578 até 1613? Como se póde crer que achando o peregrino occasião de portador não escrevesse de proprio punho, e se contentasse de mandar novas suas tão vagas e tão pouco verosimilhantes?... Não consta que da parte da familia se pozesse tempo e empenho em apurar a verdade de um facto tão importante, ou em fazer restituir D. João á patria, o que indispensavelmente se havia de fazer n'aquella supposição. Ultimamente, se D. João era vivo ou morto, D. Magdalena não podia dispôr de si encerrando-se em um convento *logo com animo de professar*... Estas ou similhantes considerações certamente levaram Nicolau Antonio á prudente duvida que mostra sobre a causa do divorcio e moveram Echard mais resoluto a recusar a historia do peregrino. Eu me inclino muito tambem a seguil-os na suspeita vehemente da falsidade da historia.» [1]

[1] *Obras de D. Francisco Alexandre Lobo*, bispo de Vizeu, tom. 2.º, pag. 111 e 112. *Hieronimo de Mendonça*, na *Jornada de Africa*, publicada em 1607, nomeia entre os oitenta fidalgos postos a resgate um *D. João de Portugal* que depois morreu dos ferimentos, juntamente com seu pai D. Francisco de Portugal. Este não era com certeza o marido de D. Magdalena de Vilhena. Mas *fr. Bernardo da Cruz* na sua chronica de el-rei D. Sebastião,

Professou *fr. Luiz de Sousa* em 1614 no convento de Bemfica. O seu primeiro proposito foi absoluto silencio, e alhear-se de tudo que recendesse a vaidades litterarias. Fez-se enfermeiro. Este abatimento era a virtude contraria e expiatoria do mundanal orgulho com que o arrogante cavalleiro incendiou a casa para não hospedar magistrados affectos a Castella. No frade esmoreceu o timbre do cavalleiro a ponto de transigir tão amoravelmente com o governo usurpador que em varios lanços de suas obras lhe balanceia o thuribulo da lisonja e faz preito de humilde vassalagem.

Foi-lhe imposto *com obediencia*—dizem os seus biographos—polir, desbastar e concertar os toscos elementos que fr. Luiz de Cacegas deixára para a vida do arcebispo de Braga e para a chronica do seu convento. A obra saiu primorosa de sob a penna de fr. Luiz de Sousa, o qual, desprendido de gloria, attribue o melhor da vida de D. fr. Bartholomeu dos Martyres ao seu antecessor, e assim o entremostra nos trabalhos da historia. A instancias de Filippe IV escreveu a chronica de D. João III, interrompida pela morte em maio de 1632. Os *Annaes de D. João III*, publicados em 1844, não corresponderam ás conjecturas que se haviam formado em quanto a obra se deplorou perdida. A morosidade do estylo, e o desinteresse das narrativas já escriptas por outros historiadores com menos aparada penna, mas com mais vasta comprehensão politica—Francisco de Andra-

pag. 288, arrolando os fidalgos que morreram na batalha, nomeia *D. João Portugal*, filho de D. Manuel Portugal. Aquelle é que era o morto que serviu para o maravilhoso do successo. Os propaladores do apparecimento de D. João na Palestina não viram a *Chronica* de fr. Bernardo da Cruz, testemunha presencial da batalha. Este livro foi publicado em 1837.

de, por exemplo, na chronica do mesmo monarcha, e João de Barros nas *Decadas*—abatem algum tanto o quilate da obra, e não lhe faz pequeno desfavor a comparação dos outros livros de fr. Luiz de Sousa. A nosso modo de sentir, o historiador de D. João III tinha o condão de brunir e facetar os diamantes brutos da locução de Cacegas, possuia todos os enfeites com que aformosear idéas mal entrajadas; mas, quer por avançado em annos a tocar nos setenta, ou por mal-avindo com a arte de tecer os successos complicadissimos do reinado do rei piedoso, apenas nos deixou os apontamentos que lhe subministraram melhormente alinhados. A razão de elle se demorar com apraziveis delongas nos successos africanos deu-a lucidamente a alta intuição historica do sr. A. Herculano, a quem devemos o invento e a publicação dos *Annaes*. Diz o grande historiador: «O grande credito que n'aquelle tempo merecia João de Barros como historiador fez com que fr. Luiz de Sousa o seguisse passo a passo nas cousas do Oriente; e não é uma das circumstancias menos curiosas dos Annaes o ver Sousa resumir as largas narrações de Barros. Quanto aos successos da metropole, os capitulos relativos a elles estão muitas vezes apenas delineados: são pouco mais que uma serie de apontamentos. Onde se encontra geralmente verdadeiro apêgo do escriptor á materia de que trata é em tudo o que respeita á nossa historia de Africa. N'esta parte, ainda ao correr da penna, fr. Luiz de Sousa é, por via de regra, digno de si mesmo. Descobre-se no historiador uma certa complacencia em narrar os successos d'aquellas partes, e em descrever miudamente os sitios dos recontros e correrias. Lembram-nos sempre com triste saudade o logar e o tempo onde

passámos dias de mocidade, embora esses dias fossem esquivos e trabalhados. Lembrava-se, por ventura, fr. Luiz de Sousa do seu captiveiro em Argel: ou era antes que a sua alma grandemente poetica se comprazia nas memorias d'aquelle theatro onde até mais tarde luziu o astro do nobre, puro e desinteressado esforço portuguez, convertido na Asia, havia já muito, em cobiça sanguinaria de mercadores. Apraz-nos crer que debaixo da estamenha monastica de fr. Luiz, o frade dominico, batia o coração de Manuel de Sousa Coutinho, o cavalleiro poeta, e que no espectaculo dos reinados de D. Manuel e D. João III, vasto cemiterio de podridão e lentejoulas, a que uma historia sem philosophia e sem verdade chama epoca gloriosa, elle apenas via surgir como um monumento santo de tradições antigas os muros ennegrecidos de Alcacere, Tangere, ou Arzilla, pouco a pouco desmoronados para que não fossem uma reprehensão continua e implacavel de todo o genero de corrupção e decadencia.» [1]

Do escriptor que consideramos na mais elevada cadeira do magisterio, quanto a elegancias da lingua e a execução prima no estylo descriptivo, derivamos ao mais apregoado e fertil historiador do seculo XVII na peninsula hispanica. *Manuel de Faria e Sousa* nasceu em 1590, aos 18 de março, na parochia de Pombeiro, ou no couto de Felgueiras, dizem outros, e quinta da Caravella ou do Souto. Chamaram-se seu pai Amador Peres de Eiró e sua mãe Luiza de Faria. Alguns biographos, acostados á affirmativa do hespanhol Francisco Moreno Porcel, auctor coetaneo, amigo de Faria, e pri-

[1] *Annaes de el-rei D. João III*, advertencia preliminar pag. xx e xxi.

meiro compositor de sua vida, dizem que eram pessoas nobres os ascendentes d'elle. O que sabemos de sua prosapia é Faria quem principalmente o encareceu. Ufanava-se de neto de Estacio de Faria, poeta do seculo XVI, e affirma que o soneto de Camões que principia:

*Agora toma a espada, agora a penna,*
*Estacio nosso, em ambas celebrado...*

se entende com o pae de sua mãe, que foi fidalgo da casa real. Todavia, Sousa na sua *Fuente de Aganippe*, em uma *Egloga*, dedicada ao genealogista Alvaro Ferreira de Vera, desfaz nos meritos da fidalguia herdada, remoqueando-a e antepondo a honra adquirida á nobreza derivada de avós. Em outra passagem zomba dos fidalgos de Cabeceiras de Basto, e raro lance perde de invectivar contra genealogias, dado que annotasse o *Livro das linhagens* do conde D. Pedro para servir caprichos nobiliarios de vontade alheia. Posposta a esteril averiguação da estirpe de Faria e Sousa, dizem alguns biographos que elle seguira em Braga os seus primeiros estudos; mas D. fr. João de S. José Queiroz, bispo do Gran-Pará, recolheu em 1728, no mosteiro benedictino de Refojos de Basto, a tradição de alli ter estudado alguns annos com os frades Manuel de Faria, protegido pelo bispo portuense D. Gonçalo de Moraes, que noviciára n'aquelle convento. Em quanto alguns consideram Faria aparentado com o prelado do Porto, o bispo do Pará nas suas *Memorias* o dá como afilhado ou famulo de D. Gonçalo. O collegial benedictino Queiroz entrou em Refojos, transcorridos setenta e nove annos áquem do fallecimento de Faria. Os frades antigos então existentes, provavelmente, ouviram de outros condiscipulos

de Manuel de Faria o que transmittiram a Queiroz. O certo é que o bispo paraense accusa de ingrato o historiador, porque «devendo tanto aos padres bentos nunca os elogiou».

É certo que Faria, na primeira mocidade, viveu no Porto em casa do bispo D. Gonçalo de Moraes. O sr. visconde de Juromenha, na fé pouco segura de Costa e Silva, escreve que Manuel de Faria entrára na qualidade de secretario do bispo em 1604. Devia ter, por tanto, quatorze annos de idade o secretario!

Antes dos vinte e dois, revelou engenho agudo de poeta; e da poesia ao amor, e do amor ao casamento a passagem foi logica e rapida. Por 1614, deixando a carreira ecclesiastica, matrimoniou-se com D. Catharina Machado, filha do contador-mór Pedro Machado. Em 1618, perdido o amparo do bispo, que fallecera em 1617, recolheu-se a Pombeiro, e em 1619 passou a Madrid como secretario do conde de Muge. N'este anno acompanhou Filippe III a Lisboa; e, fallecido o conde, voltou a Madrid sem emprego. Correram alguns annos de baldados esforços para o poeta, já então pae de numerosos filhos, e pobre como devemos presumir do theor de sua vida e confissão dos versos. É rasoavel suppor que a esposa lhe não levasse dote. As *Memorias* do bispo do Pará dão a perceber que os desposorios de Faria com a dama, ajoelhada n'um templo em sexta feira santa, seriam poeticos e arrebatados a ponto de que o contador-mór os levaria em desagrado. Como quer que fosse, Faria e Sousa, entre 1623 a 1628, deu á estampa as suas primeiras publicações por lhe ser mister viver da escripta. Não é facil determinar a razão da mesquinharia de Filippe III com um requerente de não vulgar capacida-

de. Em uma Encyclopedia franceza moderna, encontramos a explicação da má sorte de Faria em Madrid: *Ses manières franches jusqu'à rudesse, son caractère bizarre et tenace choquèrent les seigneurs castillans, au point qu'il dut renoncer bientôt à tout espoir d'avancement.* Verdadeiramente, Faria e Sousa, se foi infeliz, não podemos arguil-o de negligente no emprego dos processos com que, em tal tempo, devia ser-lhe propicia a grangearia de mercês. Qual meio mais efficaz e operativo que escrever um livro de louvores a Filippe II e a Christovão de Moura? Um livro em que a legitimidade, a prudencia, a honradez e tolerancia do usurpador realçassem á custa de muito denegrir nos portuguezes rebeldes ao jugo de Castella? Que melhor documento para captar a generosidade do monarcha e bater moeda que o levantasse barba por barba com os deshonrados que elle encomiasse? Poz mãos á obra, e escreveu o livro chamado *Epitome de las historias portuguezas*, impresso em 1628. Manuel de Faria estreou-se na obra immoral da lisonja da historia patria. Começou historiando o antagonismo dos pretendentes em volta do leito do cardeal-rei moribundo; e, chegando ao lanço em que lhe cumpria incensar Christovão de Moura—o arrebanhador dos vendidos a Castella—escreve: *D. Christovão de Moura com maravilhosa placidez mostrava maravilhosa diligencia; é certo que muitos animos o oppugnavam; muitos, porém, que estavam socegados, quasi concordavam com os muitos que se lhe affeiçoaram; «conheciam já o direito do seu principe» e punham olhos em sua força.* Por emquanto é permittido duvidar se o animo do historiador se bandeou com os amigos de Moura, que *conheciam já o direito do seu principe.* Do car-

deal falla irrisoriamente n'estes termos: *Propunham que o cardeal se cazasse. Nomearam-lhe como noivas a filha de Bragança e a rainha-mãe de França, cujo retrato mandou vir e trazia comsigo; e o certo é que, segundo sua disposição e idade, tendo-a pintada, tinha-a como a podia ter; e, posto que já tivesse sido mãe, quanto a elle estava como a sobrinha; e, comtudo, os que o desejavam casado, conhecendo que nem com mulher já casada teriam fructo do casamento, ousaram dizer... que lhe trouxessem mulher ainda que já viesse pejada.* A jogralidade convinha assim para que Filippe se risse. Trata D. Antonio prior do Crato rigorosamente; e aos seus faccionarios nas côrtes de Almeirim, apóda-os de *escoria inexoravel*; e, assentando um engenhoso dilemma sobre ser ou não ser a legitimidade de Filippe, conclue que os portuguezes vendidos devem repôr o recebido, porque venderam o que já era de quem lh'o comprou. N'este sentido applaude Christovão de Moura porque nunca permittiu que seu pae visse o reí para não receber d'elle mercê. Lastima que os rebeldes se não aquietem nem movidos pela auctoridade real e veneravel do monarcha, nem com o exemplo dos principaes do reino... nem com as forças da razão. Morto o cardeal, *começaram na averiguação*—diz Faria e Sousa—*da precedencia dos pretensores; mas esta é já do novo principe Filippe que entra a mostrar seu direito com as armas áquelle pedaço infimo da plebe impaciente, pelo que os jurisconsultos lhe mostraram com a penna.*

No *Proemio* da *4.ª Parte* do *Epitome*, celebra Faria e Sousa a felicidade da nossa sujeição a Filippe II, e faz assim uma comparação: *Assim como ficou parecendo ditoso o peccado de Adão, porque resultou d'elle a vinda*

*de Christo ao mundo, havia de ser venturosa a ruina d'esta corôa com o reparo.* Já outro historiador mais velho que Faria entremetteu a divina Providencia nas desgraças do reino, dando-nos a consolação de o não termos.[1]

Historiando a invasão do duque d'Alba, e a vinda de Filippe II, refere como certas cidades abriram os olhos, e, quando o rei o não esperava, lhe enviaram as chaves; e accrescenta: *Isto acabou de despeitar a canalha que seguia D. Antonio, a qual atropellando toda a rasão e ordem se acabou de confundir, e em Santarem o acclamou rei.* Relatando o recontro de Alcantara, apouca a *victoria* do duque; consente, porém, que se lhe dê tal nome, não para gloria da patria, mas para *gloria das mesmas armas do nosso principe, que, acostumadas a conseguir grandes triumphos, fôra desacredital-as, se lhes não concedessemos este.* D. Antonio é repellido, por que *fazia mais a natural virtude e amor com que D. Christovão andava conquistando o reino para elles, assim como a elles os havia conquistado para o rei.* Convoca Filippe côrtes a Thomar, *onde já com alegria e applauso o tinham jurado legitimo herdeiro d'aquelles estados.* Entra em Lisboa o *legitimo herdeiro*; descreve o jubilo da cidade, e accrescenta: *Por esta quietação e contentamento se viu como tinha ganhado os corações dos portuguezes com seu direito e valor natural, e não com suas armas como diz o vulgo, porque a alteração de pouca gente, e essa esquecida, não podia desluzir a conformidade e fé de quasi todos.* Expõe Faria os privilegios com que Filippe II respondeu ao preito dos por-

[1] Hieronimo de Mendonça, *Jornada de Africa—Ao leitor.*

tuguezes; e, ao proposito, exclama: *Saibamos agora quem é o conquistado: o rei de quem o reino auferiu taes graças, ou o reino de quem um rei não póde sêl-o sem ellas.* E nunca se exprime sem retorcer a locução n'estes similes e conceitos. Louva a magnanimidade de Filippe: *Com publica satisfação compoz o rei em Lisboa as coisas passadas e presentes; e, depois de haver usado algum castigo com alguns culpados, usando da clemencia de Julio Cesar com os romanos, perdoou a outros, dizendo purificada em poucos a prudencia de todos os enganados; e todos foram tão poucos que, querendo reservar alguns, numerou, pela primeira vez quando o rigor estava no seu auge, vinte e cinco sómente; e, á segunda, sómente cinco.* O castelhano Herrera, mais portuguez que Manuel de Faria, assevera que as pessoas exceptuadas do indulto foram cincoenta e duas. E sobre o louvor á parcimonia da justiça, o historiador portuguez amplia: *As muitas mercês que fez Felippe, as muitas acções com que se mostrou digno d'aquelle imperio, assaz lhe dariam no animo de todos o titulo, quando já não fosse seu.*

A baixa lisonja não logrou o estipendio que os Filippes por via de regra costumavam decretar ás consciencias vendidas por escriptura publica. O habito de Christo e fôro já Faria os havia obtido antes de 1621 sem lhe impecer o menoscabo que fazia das distincções nobiliarias. É notorio que o servil auctor do *Epitome*, passado tempo, sahiu desgostoso de Madrid; e, estabelecendo-se com familia numerosa em Lisboa, diligenciou encartar-se no officio de secretario da camara ou no de secretario do Estado da India. Dizem os biographos que o marquez de Castello Rodrigo, representante dos Mouras,

recommendados á posteridade nas laudas do *Epitome*, se atravessara aos requerimentos de Faria, demovendo-o de solicitar empregos inferiores ao seu merito, e a dar-se por melhormente galardoado acompanhando o marquez na embaixada á côrte pontificia. Deteve-se dois annos incompletos em Roma, servindo sob titulo de secretario os interesses do senhor que o levára como objecto de alardo e pompa. Em Roma ganhou Faria nomeada de poeta e grandes gabos de Urbano VIII. Em 1634, voltou a Madrid, e foi preso por inconfidente, solto, trez mezes depois, illibado em seus creditos de infidelidade, e amerceado com 60 ducados mensaes por graça do rei, e promessas de vantagem. O motivo da prisão deprehende-se de suspeitas avêssas ao affecto demonstrado no *Epitome*. Não póde dar-se outro mais obsequioso a Faria; porém, se esse foi, bastou o calmante dos 60 ducados para lhe remittir a febre patriotica. No anno immediato, dizem que o historiador, atacado novamente da nostalgia, já tinha o pé no estribo para evadir-se, quando o duque de Olivares o retêve. Desde este anno de 1635 não constam novas tentativas de repatriar-se o dissaboreado escriptor. Esta foi a sasão mais operosa e fecunda da sua intelligencia e opulentissima memoria.

Restaurado o throno portuguez em 1640, Faria e Souza continuou a residir em Madrid. Se o desejo de se vêr com portuguezes restaurados era energico, de certo o não foi tanto que o impellisse como a D. Francisco Manuel de Mello. Ficou. E, em 1644, fallecida D. Isabel, mulher de Filippe IV, escreveu tres *Nenias* á morte da rainha, nas quaes a muza lisongeia mais o rei vivo que a esposa morta. E, por singular capricho, escreveu

em lingua portugueza, como se quizesse significar que era bem portuguez o poeta que thuribulava a soberania expulsa de Portugal.

A memoria d'este homem, fallecido em 1649, seria menos gravada de opprobrio, se alguns portuguezes com o intuito de lh'a lustrarem, a não mascarrassem. O hespanhol D. Francisco Moreno Porcel havia escripto que Faria e Souza, leal a Filippe IV, vivera pobre, e miseravelmente acabara em Madrid despresando os engodos com que lhe acenavam de Portugal. Deixassem-o dizer isto que era verosimil, provavel, e até perdoavel. Se havia pundonor ainda para admirar, era a fortaleza de acceitar na indigencia, no leito emprestado do marquez de Montebello, sob cujo tecto morreu, as legitimas consequencias do seu renegar da patria e escarnecer dos infortunios d'ella, mentindo desbragadamente para lisongear o vencedor. Não o permittiu assim a má sina d'aquella ossada que a viuva trouxera a terra portugueza. Sahiram pessimos amigos contra o biographo castelhano, e disseram *que o auctor do Epitome fôra um fidelissimo confidente do seu rei verdadeiro D. João IV, e por esse motivo não viera a Portugal, conservando-se d'elle muitas cartas de 1641, e 1649 em que morreu, com as noticias mais seguras e os avisos mais occultos, e os conselhos mais prudentes, expondo-se a maiores perigos do que os que serviam na guerra.*[1] Por conseguinte — ESPIÃO. A palavra é atroz, ainda que a necessidade d'esse aviltado officio justifique os reis e os bandos. O auctor do *Epitome*, o inventor da palavra *pu-*

[1] Veja-se juizo critico de D. Francisco Xavier de Menezes no *Retrato de Manuel de Faria e Sousa*, por D. Francisco Moreno Porcel, edição de 1733, Lisboa.

*rificar* para absolver os algozes de 1580 e 1589, Manuel de Faria e Sousa espião em Castella, avisador e conselheiro secreto de D. João, mettido entre os aulicos do prestito funebre de Izabel de Bourbon, com trez poemas, trez incensorios a vaporar aromas, e o ouvido á escuta dos movimentos militares do duque de Medina Sidonia! Ora assim como Filippe II não tinha tido portuguez se não Manuel de Faria e Sousa que diffamasse Portugal na historia, aconteceu que D. João IV, querendo negociar em Hespanha um espião, encontrasse tão sómente o mesmo Manuel de Faria e Sousa. Era justo: não havia outro azado para se penitenciar da infamia pela perfidia. Dar-se-ha caso que o 4.º Conde da Ericeira adulterasse o caracter de Faria como Faria adulterára a verdade historica? Tudo nos encaminha a crêr que D. Francisco Xavier de Menezes desgraçadamente foi verdadeiro.

Morre Manuel de Faria, e logo seu filho Pedro de Faria vem para Portugal. D. João IV recebe-o affavelmente, agracia-o, chama-lhe «benemerito» no diploma, e galardoa-o pelos serviços paternos dando-lhe uma tença de 50$000 réis no reguengo de Aguiar. De quaes serviços o galardoou el-rei? Do *Epitome da Historia* em que sustenta a legitimidade de Filippe II? não. Dos *avisos*, *alvitres* e *conselhos*, expressões postiças com que diplomaticamente se disfarçava a palavra *espionagem*. Isto é que foi. Pedro de Faria trouxe comsigo os ineditos de seu pae. A *Europa Portugueza* era um d'esses ineditos.

Dizem alguns litteratos que Manuel de Faria e Sousa consubstanciára na *Europa* o *Epitome*. Irreflectida conjectura, por não dizer resupina ignorancia. Como ousaria o filho reproduzir as aleivosias, as lisonjas, as ine-

xacções da historia que seu pae dedicára á munificencia de Filippe III? A censura deixal-as-hia correr? Não seria prezo ou desterrado Pedro de Faria, se as editasse sem licença? Não foi elle por outra ordem de motivos condemnado a degredo para o Brazil, e mandado soltar do Limoeiro para providenciar na impressão das obras de seu pae? É certo que a historia escripta em 1628 não é a historia publicada em 1667. Confiram-as nos lanços capitaes, nos pontos em que a doblez artificiosa ergue uma sebe entre o apologista de Christovão de Moura e o conselheiro de D. João de Bragança. A celebre *purificação* do *Epitome* foi expungida da *Europa*. Os *cinco*, excluidos do perdão na historia de 1628, sobem aos *cincoenta e dois* de Herrera na historia de 1667. É admissivel que as alterações sejam de pulso alheio? D. José Barbosa diz: «Na *Europa* apresenta algumas opiniões contra as que emittira no *Epitome;* mas isso procede de que sahindo posthuma a *Europa*, bem se sabe que n'ella lhe introduziu a lisonja algumas clausulas de que não era capaz a severidade da sua penna.» Estas palavras de deploravel critica abrem margem a outra questão. Se D. José Barbosa argue de lisonjas as phrases desfavoraveis a Castella, não justifica d'esta arte o patriotismo de Manuel de Faria; o mais que póde é escudal-o da deshonra de denunciante dos segredos de Castella, onde recebia os 60 escudos. Nós, porém, desinteressados em lhe dar a segunda mão de villania, remettemos D. José Barbosa a D. Francisco Xavier de Menezes. (Nota 8.ª) Concluindo, mais queremos reportar a insufficiencia de lição das obras de Faria e Sousa que á falta de brios de inconsiderados portuguezes os encomios com que tantos biographos, mais ou menos aucto-

risados, laurearam o versatil historiador que sacrificou a uns ducados de Hespanha e a uns cruzados de Portugal a propria dignidade e a honra dos seus. Se, por ventura, lhe quizeram resalvar a memoria, quebrantando a verdade muito de industria para esconder da posteridade um feio e talvez unico exemplo, o proposito não é louvavel, nem util, nem sonegavel ás investigações da critica despreoccupada de nomes e de reputações panicas.

Em lingua castelhana escreveu tambem o polygrapho *Antonio de Sousa de Macedo*, nascido no Porto em 1606, e fallecido em 1682. Seguiu a diplomacia com singular talento, e foi secretario de estado de D. Affonso VI em tempos muito tumultuosos. Deve reputar-se um dos mais doutos publicistas e estadistas do seculo XVII. Uma das suas obras historicas, cheia da vehemencia e prurido da erudição propria da mocidade, foi *Flores de España, Excelencias de Portugal*, etc., impressa em 1631. Revelou-se o talento do historiador e do politico, depois confirmado na *Eva e Ave* (1676) pela copia do saber e por vernaculidade raras vezes descahida nos vicios do tempo.

Tres monographos, testemunhas da catastrophe de Alcacerquibir, merecem ser inscriptos na lista dos historiadores, senão pelo alcance das considerações que pedia o successo, tão fatal ao futuro da nação portugueza, ao menos pela fidelidade com que narraram as agonias do Portugal do Mestre d'Aviz ás mãos de barbaros. São elles Hyeronimo de Mendonça, Miguel Leitão de Andrade e fr. Bernardo da Cruz, testemunhas oculares do desastre.

*Hyeronimo de Mendonça*, natural do Porto, acompanhou a infausta expedição a Africa, onde ficou captivo. Era do esquadrão dos aventureiros, soldado, e não homem de lettras. *Não como escriptor* (escreve elle

na sua *Jornada de Africa*) *que não ha razão que tal se cuide de mim; mas como quem viu e passou toda esta jornada, darei sómente meu testemunho.* E envergonha-se de que não tenha havido em Portugal *quem com outro estylo e differente lição quizesse ateagora tratar d'esta historia*; pede aos lettrados professos que *tomem esta empreza dignamente... Nem deixará de ter muitos louvores quem n'isto se occupar, que, posto que o sujeito seja tão triste, não é por isso bem que fique em silencio, pois vemos cada dia quanta diligencia os homens fazem para se saber a perdição de um pequeno navio quanto mais o naufragio de um tamanho reino.* D'onde se deprehende que a primeira monographia da batalha que tanto estrondeára no mundo, appareceu em 1607, vinte e nove annos depois da catastrophe!

Mendonça impugna as falsas novas que em deshonra de Portugal divulgára Jeronymo *Franqui.*[1] Revela affecto á causa de D. Antonio, prior do Crato, reprovando que o italiano chamasse batalha ao tumulto plebeu de Alcantara; mas levado na enchurrada das consciencias transigentes com os factos consummados, queixa-se acerbamente de que o supposto genovez accuse os portuguezes de minarem os paços reaes com machinismos de mortal effeito para matarem *el-rei Filippe nosso senhor, segundo d'este nome, na cidade de Lisboa.* E pede encarecidamente a sua magestade que o livro seja prohibido, ou o auctor se retrate, *pois o contrario seria prejuizo*

[1] O auctor occulto do livro intitulado *Del unione del regno di Portogallo alla corona de Castiglia Istoria (1585) Genova.* foi D. João da Silva, conde de Portoalegre, hespanhol, ascendente do duque de Aveiro suppliciado em 1758. Veja D. Francisco Manuel de Mello, *Epanaphora* 2.ª. Jeronimo Franchi era um genovez empregado na feitoria da alfandega de Lisboa.

*da nação portugueza tão leal e tão innocente n'este caso.* N'esta epoca é escusado procurar maneiras menos servis nos historiadores, quer civis, quer ecclesiasticos. Não havia sequer um de mediana aptidão que preferisse o silencio á abjecção. Os que eram já provadas capacidades no reinado de D. Sebastião, eram tambem cumplices no desatinado plano do allucinado moço. Haviam-no excitado com apregoados clamores, e não ousavam agora responsabilisal-o pelo desastre. Acceitaram as consequencias e as cedulas. O proprio Luiz de Camões, que as formulas romanticas inculcam *morto com a patria,* se assistisse á perda da independencia, devera correr-se do clamoroso enthusiasmo com que incitára D. Sebastião á guerra de Africa, e a crua carniceria que lhe aconselhava na occasião em que o Summo Pontifice Pio V enviou ao monarcha portuguez uma setta das que mataram S. Sebastião! (Nota 9.ª) O livro de Mendonça não se desvanece em lavores de eloquencia; sobejam-lhe melhores condições para ser estimado; relata no tom lizo e correntio da verdade, e apenas se remonta a alturas de novella quando nos conta o triste episodio de *Virginia,* no cap. XI.

A *Chronica de el-rei D. Sebastião* por *fr. Bernardo da Cruz* é mais circumstanciada e noticiosa, sem diferir em pontos essenciaes da narrativa de Mendonça. Cumpre, porém, corrigir os muitos anachronismos que o editor inadvertidamente deixou passar. O sr. A. Herculano, um dos publicadores d'este bom livro, colligiu das *Memorias historicas dos progressos e restabelecimento das lettras* de fr. Manuel do Cenaculo, e do *Compendio historico,* e *Origem e progresso das linguas orientaes* de fr. Vicente Salgado, a breve noticia que nos

dá de fr. Bernardo da Cruz. Foi frade da Terceira Ordem; viveu na segunda metade do seculo XVI, e foi o primeiro capellão-mór da armada. N'essa qualidade acompanhou o neto de D. João III a Africa. Volveu a Portugal, e escreveu a historia do reinado de D. Sebastião e de parte do governo do cardeal D. Henrique. A consideração que o inedito do frade franciscano mereceu ao juiz competentissimo dos historiadores, está n'estas palavras: «Como historiador fr. Bernardo da Cruz tem meritos e defeitos, quanto nos é licito julgar pelas copias que da sua obra nos restam. Em nosso entender o plano do livro foi bem traçado. O reinado de D. Sebastião é notavel por um facto unico—a perda em Africa —á roda do qual só apparecem mesquinhos enredos da côrte, traições de conselheiros vendidos, e loucuras de mancebos. A duas nações pertence aquelle tremendo facto, que influiu, quasi exclusivamente, na futura sorte de Africa e Portugal. Era pois para o esclarecer, para o mostrar a todas as luzes possiveis, que se deviam reunir noticias, e o historiador o alcançou, fazendo caminhar os annaes da Berberia a par dos annaes portuguezes. Para aquelles precisava de consultar as historias berberescas, e d'aqui podemos inferir que era versado no arabe; mas d'essa leitura, que necessariamente teve, nasceu talvez o seu maior defeito — o luxo demasiado do estylo, e as repetições ociosas em que quasi sempre abunda.»[1]

A relação da batalha de Alcacer, interposta na *Miscellanea* de *Miguel Leitão de Andrade* (1655-162.?) é reputada verdadeira, apezar de malsinada pelo auctor da

[1] *A. Herculano, Prologo á Chronica de D. João III, por fr. Bernardo da Cruz*, Lisboa, 1837.

*Deducção chronologica* com o labeo de obra suppositicia, e forjada pelos jesuitas para embalarem o povo na esperança do porvindouro D. Sebastião. A genuinidade de Miguel Leitão prevaleceu ao descredito da *Deducção chronologica e analytica*, informe parto da paixão cuja vehemencia a desculparia, se as falsidades á porfia com as ignorancias não revelassem um trabalho calculado, lavrado com o animo frio de um inimigo caprichoso e implacavel. Da *Miscellanea* de Miguel Leitão de Andrade, nenhuma parte é estranha aos estudiosos das cousas antigas. A linguagem não prima em elegancias buriladas e rendilhadas para o encanto de quem estuda; mas resgatam-se os archaismos com a exuberancia das noticias. Foi livro muito tempo raro e procurado; desde, porém, que a segunda e elegantissima edição acudiu á apparente curiosidade, subsistiu apenas o gosto colleccionador dos raros bibliophilos.

D. Francisco Manuel de Mello escreveu no seu primeiro anno de prisão a *Historia de los movimientos y separacion de Cataluña, y de la guerra entre la magestad catolica de Don Filippe el cuarto, rey de Castilla, y la Deputacion de aquel principado*. Appareceu o livro em 1645 com o pseudonymo de *Clemente Libertino*, e desde logo foi considerado a mais completa monographia historica do seculo XVII, pela imparcial auctoridade das apreciações, pelas fidelissimas pinturas dos movimentos bellicos, philosophia rara em considerações politicas, e linguagem tão propria e correcta que o livro ficou laureado entre a selecta classica de Hespanha. «As narrativas dos primeiros tumultos de Barcelona, na festividade de Corpus-Christi, quando a cidade se pejou dos audazes camponezes do sertão, as sequentes dispu-

tas das facções irritadas, as controversias na Junta da Catalunha, as discussões no conselho real, sob a direcção do conde-duque de Olivares; o baldado assalto ao grande forte de Monjuich pelo exercito real, e a desastrosa retirada, são quadros pintados com tal colorido e energia só compossiveis em homem quinhoeiro das sensações que descreve, e testemunha presencial de todos os movimentos que tão vivamente nos offerece.»[1] Na lingua propria illustrou-se D. Francisco Manuel com as *Epanaphoras de varia historia portugueza, a el-rei nosso senhor D. Affonso VI*, etc., publicadas em 1660, e reimpressas em 1676. Na dedicatoria ao rei predestinado aos maximos infortunios, em tempo que os estava chamando com os desvarios da mocidade mal compleicionada, escreveu D. Francisco Manuel de Mello uns encomiasticos louvores indignos d'elle, e mais indignos do filho de D. João IV. Merecem ser relidos como amostra de commum fragilidade e da differença que vae do bem escrever a prever com algum acerto as eventualidades dos principes... «Se de Hercules julgaram os passados se ensaiava para exquisitas victorias, vendo-o espedaçar serpentes no berço; para quantos maiores triumphos creremos se prepara Vossa Magestade vendo-o que já piza e já supera os infortunios alheios, que são tanto maiores monstros que as feras, quanto os homens de que nascem são mais crueis que os brutos? Por esta razão, com altissima Providencia estamos notando tanto conformes em Vossa Magestade os signaes de um reinado felicissimo: porque o amor que Vossa Magestade mostra á verdade nos promette justiça; a inclinação á

[1] Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola*, tom. 3.º

magnificencia nos assegura abundancia, o affecto á valentia nos prophetisa fortaleza, etc.»[1] Em opposição ás virtudes do principe inculcadas pelo espirito a tantos propositos lucidissimo do auctor das *Epanaphoras*, consulte-se o máo e faccioso livro do bispo do Porto *Fernando Correia de Lacerda*, intitulado *Catastrophe de Portugal na deposição de el-rei D. Affonso VI* (1669) e confira-se com outro de inverso intuito, e de auctor desconhecido—*A Anti-catastrophe*, etc., (1845).

As *Epanaphoras* abrangem cinco relações sobre motivos *politicos*, *tragicos*, *amorosos*, *bellicos*, e *triumphantes*. Já o predicamento de cada epanaphora nos está promettendo alguma cousa bem accentuada de antitheses, trocadilhos e allegorisações, das quaes nenhum escriptor seiscentista pôde sair de todo illeso. A *Epanaphora politica* historia diffusamente as alterações de Evora em 1637. O auctor como escrevia de vontade ácerca de motins a que elle assistira como pacificador, é prolixo até ao fastio. A *Epanaphora tragica*, melhor que as outras, relata o naufragio da armada portugueza nas costas de França em 1627. O estylo tem a concisão e parcimonia que deixam sobresair os relevos dos factos, despidos das fraldosas roupagens da rhetorica descabida. A *Epanaphora amorosa* versa sobre o descobrimento da Ilha da Madeira, em 1420: é a lenda dos amores de Roberto e Anna d'Arfé, fabula já delida pelo atrito da critica, recamada de prosopopeias inverosimeis, que até desencantam as scenas amorosas, remettendo-as para os contos de *Gonçalo Fernandes Trancoso*.[2] A *Epanaphora*

[1] Esta dedicatoria apparece sómente na 1.ª edição; na 2.ª de 1676 foi illiminada.

[2] Diz Manuel de Faria e Sousa que as primeiras novellas es-

*bellica* relembra o recontro das armadas hollandeza e castelhana no canal de Inglaterra em 1639. Está escripta com apropriada elevação, e accusa solidos conhecimentos de nautica e experiencia de quem teve parte nos combates maritimos; mas é caso de todo alheio á historia portugueza. A ultima, chamada *Triumphante*, diz respeito á restauração de Pernambuco em 1654.

A *Historia de Portugal restaurado*, por D. Luiz de Menezes, 3.º conde da Ericeira, é indispensavel no estudo dos graves acontecimentos decorridos desde 1640 até 1668. Nasceu este intelligentissimo fidalgo em 1632, e suicidou-se em 1690. Não lhe cabe a qualificação de escriptor classico. Fez a sua educação litteraria no periodo em que a degeneração dos bons modelos se precipitava nos desconchavos do ultimo quartel do seculo XVII; todavia, apezar das prolixidades do estylo, é maravilha que tão pouco se resinta de conceitos e antitheses. Pertence-lhe a originalidade na introducção de muitos termos technicos das sciencias militares. Não são sempre exactas as suas informações, ainda mesmo em factos coevos; e, nos que respeitam á desthronisação de Affonso VI, escreve apaixonadamente como faccionario do infante.

*Francisco de Brito Freire*, natural de Coruche, fallecido em 1692, é estimado historiador, no livro publicado em 1695 com o titulo de *Nova Lusitania, Histo-*

criptas em Portugal são os *Contos e historias proveitosas* de Gonçalo Fernandes Trancoso, fallecido no primeiro quartel do seculo XVI. A 1.ª edição é de 1570. A maior parte dos contos é imitação do italiano. A linguagem tem a rijeza aspera dos escriptores de terceira ordem n'aquelle tempo. Com o apparecimento d'estes contos decahiram as novellas de cavallaria na estimação popular.

*ria da Guerra Brazilica.* Não tem limada linguagem; mas, com Sebastião da Rocha Pitta, escriptor do seculo XVIII, fórma das cousas da America portugueza uma importante base de mais largos estudos.

Da continuação da *Monarchia Lusitana* encarregou-se, com malograda audacia, *fr. Raphael de Jesus*, chronista-mór do reino, nascido em Guimarães em 1614 e fallecido em 1693. A setima parte destoa das outras, pela má linguagem, má organisação do trabalho e nenhuma intelligencia reflectida dos documentos. Diz o padre D. José Barbosa que as emendas lhe são tão necessarias na chronologia, como no estylo e na ordem.[1]

Na historia ecclesiastica e na das corporações religiosas extremaram-se *D. Rodrigo da Cunha*, e o padre *Balthazar Telles.*

*D. Rodrigo da Cunha*, bispo e arcebispo, filho de D. Pedro da Cunha, partidario do prior do Crato, e por amor d'elle encarcerado e fallecido na masmorra de S. Vicente de Belem, nasceu em 1577, em Lisboa, onde morreu em 1643. Acceitou as prelazias da liberalidade dos Filippes; porém, quando soou a hora da restauração, foi um dos mais estrenuos campeões da façanha de 1640, e governou o reino alvoroçado, juntamente com o arcebispo de Braga, no espaço que mediou entre ser acclamado e enthronisado D. João IV. O seu *Catalogo dos bispos do Porto* (1623) está manchado de erros chronologicos, de testemunhos apocryphamente documentados, e de juizos de escassa critica, segundo a competente censu-

[1] Ha listas especiaes de chronistas monasticos entre os quaes se nomeiam os d'este seculo. Leia-se principalmente a *Bibliographia historica portugueza*, por Jorge Cesar Figanieri, paginas 244 a 255.

ra de João Pedro Ribeiro, nas *Observações diplomaticas*. A *Historia ecclesiastica dos Arcebispos de Braga* (1634-1635), e a da egreja de Lisboa (1642) são repositorios de boas noticias envolvidas com outras de menor credito; porém, no tocante á inteireza da linguagem, está na linha dos professores, e entre os primeiros o alista o padre Antonio Pereira de Figueiredo.

Mais imaginoso e rico de locuções, foi o padre *Balthazar Telles*, o mestre de tantos homens primaciaes em seu tempo. Morreu aos oitenta annos de idade, tendo nascido em 1595. Exerceu o magisterio em Lisboa no collegio de Santo Antão, e na America, «aonde por ventura—escreve D. Francisco Manuel de Mello—equivocadas aquellas escholas não sei se mais com a sciencia ou com o appellido *Telles* por *Aristo-Telles* (ficando um agradavel erro aos ouvintes o nome de *Telles* e Aristo-*Telles*), pois ao menos não póde negar quem repete a voz de *Aristoteles* que necessariamente o ecco lhe responde *Telles*.» [1] Eis aqui um traço de galanteria no escrever d'aquelle tempo. D. Francisco Manuel ter-se-hia abysmado no esquecimento com o seu mestre, se ambos por desventura construissem sempre assim as suas ideas retorcidas á força de engenhosos eccos e simulcadencias. Balthazar Telles cultivou a phrase cuidadosamente na *Chronica da companhia de Jesus na provincia de Portugal* (1645) e na *Historia geral da Ethiopia a Alta ou Preste João* (1660), assim apreciada, sem demasia de louvores, por D. Francisco Manuel: «estylo claro, casto, elegante e generoso; a rhetorica cumprida na inergia do dizer; a eloquencia satisfeita na graça da oração; expres-

[1] *Cartas familiares, Centuria 3.ª*, Cart. 1.ª

sa a torrente historica para narrar.» A *Historia geral da Ethiopia* é tão de Balthazar Telles como a *Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres* é de Fr. Luiz de Souza. Para os dois historiographos andaram outros alveneis quebrando os marmores. Os padres *Manuel de Almeida*, *Pedro Pais* e o patriarcha *D. Affonso de Menezes* deixaram informes os apontamentos que o esmerado estylista reconstruiu. «Não cuide algum ignorante—diz o referido apologista—que por esta causa tem esta obra menos de sua. Quem diria que deixa a fabrica de ser do architecto elegante porque os materiaes nasceram em poder alheio e por trabalho alheio se ajuntaram?»

## Biographia

É já superfluidade escrever dos dotes de prosador que fr. *Luiz de Souza* com particular affecto fez resplandecer na biographia do arcebispo de Braga. É livro que tanto apraz aos lidos como aos indoutos. A mais pulcra e crystalina linguagem portugueza basta fr. Luiz de Souza para exemplifical-a. Algumas insignificantes passagens da vida do arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres, menos consoantes á altura do assumpto, avultam na altiveza e até na simplicidade do estylo de fr. Luiz de Souza. E' um lavor de superfino artista sobre chapa caldeada, mas ainda mal brunida pela mão estranha de fr. Luiz de Cacegas;—trabalho de gabinete, para assim dizermos, e não canceira e averiguação pessoal como inculcam alguns escriptores. «Visitou quasi todas as localidades illustradas pela presença do grande arcebis-

po,» diz inadvertidamente um abalisado professor fluminense. Fr. Luiz de Cacegas, e não fr. Luiz de Souza, é quem perlustrou o itinerario do arcebispo nas terras de Barroso e nas outras do seu archiepiscopado. Fr. Luiz de Souza, n'esta obra, teve o raro lavor e condão de a perpetuar.

Outra biographia de egual voga e de nenhum valor comparativo á referida é a *Vida de D. João de Çastro* por *Jacintho Freire de Andrade*, natural de Beja, formado em Canones, poeta mediocre, e prosador que desairou o grande assumpto immaranhando a clara e esplendorosa vida do honrado governador da India em enredadas hyperboles, desgraciosas e alabarynthadas antitheses. Considerada como subsidio historico é improficua; tudo ahi, tirante as datas nem sempre rigorosas, e os fios principaes da urdidura, é suppositicio, e discursado de prosopopeias á feição de Tito Livio e Salustio. Quanto á fórma, desculpe-se á geração, que nos antecedeu, a superabundancia dos gabos, e não condescendamos em lh'os repetir. E' tamanho o artificio d'este livro que até a phrase lhe saiu desnatural, falsa e álgida quando pretende mover. A parte que lhe cabe na historia da litteratura portugueza é a que lhe deu a sua má epoca, e o esforço indiscreto dos professores que o inveteraram na educação da mocidade.

Tem outros quilates e mais séria philosophia a *Vida de D. Paulo de Lima Pereira* por *Diogo do Couto*, obra posthuma, publicada em 1765. O interesse aviva-se logo na segunda pagina: *Direi sua vida toda e sua morte; porque emfim veio acabar em uma piedosa tragedia que se porá aos olhos de todos para se recearem dos revezes da fortuna e escarneos do mundo, porque não sei*

*quem sahisse de suas mãos livre d'elles.* Chegado ao cap. XIII, D. Paulo, o heroe, que subira epicamente na relação das victorias, cae de per si; e o biographo com franqueza honesta, em vez de o levantar no guindaste das lisonjarias, ou se quer escusal-o com o silencio, agramente o accusa n'estes termos: *Já disse como este fidalgo era muito gentil homem, e com outros dons que a naturesa com elle repartiu liberalmente; e, como n'este tempo estava na flor da sua edade, que seria de trinta e quatro annos, em que o appetite sensual reina mais, fez algumas travessuras da carne porque se podéra passar, senão foram com algumas casadas, principalmente n'este tempo em que se embarcou* [1] *com uma mulher de muita formosura, que é o cêbo da mancebia, a qual era casada com um homem rico e abastado,* etc. (pag. 118 e seg.) E prosegue relatando a funestissima tragedia do Paço de Pangim no tom singelo que vae ao intimo da alma compungir. No clandestino e derradeiro encontro, os cumplices são colhidos de sobresalto. D. Paulo rasga com a espada a evasiva por entre os jáos, escravos do marido deshonrado... *A triste mulher vendo a desaventura, com o temor da morte, se deitou por uma janella fóra, e em baixo se despedaçou.* O historiador leva o heroe desde este crime até o deixar morto affrontosamente ás mãos dos cafres. E' admiravel a hombridade do panegyrista, sendo de mais a mais dedicado á irmã do morto: *E vossa mercê, senhora D. Anna de Lima, bem sei que ao ler isto não vos hão-de faltar piedosas lagrimas, derramadas com muita rasão pela perda de um irmão tanto para amar, como sempre, senhora, fizes-*

[1] *Ligou.*

*tes*... (pag. 422) Se Diogo do Couto, em vez de Corte Real, houvesse sido o auctor do *Naufragio de Sepulveda*, antes de pôr o heroe a cavar a sepultura da formosa Leonor na Terra de Natal, mostrar-nos-hia Manuel de Souza negociando a bala que traiçoeiramente matou o innocente moço que se destinava áquella que foi sua mulher, e depois expiou com elle.

O jesuita *João de Lucena*, nascido em 1550 e fallecido em 1600, escreveu a *Historia da vida do padre Francisco Xavier*. Levantaram-no alguns criticos ao coronal dos classicos; houve exageração, sem haver injustiça. Parte, a maior talvez da sua gloria, agorentou-lh'a o desastroso plagiato da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, demonstrado com severa exacção pelo doutissimo José Feliciano de Castilho, nos *Excerptos classicos*. O padre João de Lucena é inferior na correcção aos quinhentistas de melhor quilate, e excede-os a todos nas delongas fastidiosas dos periodos. Escrevia como quem tinha de seu que dizer, e ainda se aproveitava do que os outros disseram.

Na ordem dos biographos mais indagadores distingue-se *Manuel Severim de Faria* (1583-1655) pela illustração com que recolheu as biographias de Camões, Barros e Couto. As suas *Noticias de Portugal* encerram, alem de varios elogios de principes e varões illustres portuguezes, incluindo a biographia de F. Bernardo de Brito, optimos elementos para historiadores e genealogicos.

A *Historia dos varões illustres do appellido de Tavora*, por *Alvaro Pires de Tavora* (1648) é proveitosa pela *relação de todos os successos publicos d'este reino e suas conquistas até ao reinado do sr. D. João III*. São

egualmente estimaveis os *Parallelos de principes e varões illustres antigos, a que muitos da nossa Nação Portugueza se assemelharam em suas obras, ditos e feitos* por *Francisco Soares Toscano*, e o *Agiologio Lusitano* do padre *Jorge Cardoso* (1623). Outros panegyricos de menos porte prepararam a torrente de biographias que inundou o seculo XVIII. A par e passo que os personagens dignos de memoria escasseavam, a arte descahida da epopea dispendeu-se em esquecidas prosas com mediocridades que tiveram o destino dos heroes, e apenas se recordam nos cathalogos bibliographicos.

## III

CONSIDERAÇÕES RETROSPECTIVAS ÁCERCA DA ORATORIA ECCLESIASTICA—Padre Antonio Vieira—Padre Manuel Bernardes—MYSTICA—Padre Manuel Bernardes—Fr. Thomé de Jesus—Fr. Antonio das Chagas—PHILOSOPHIA MORAL, CRITICA DOS COSTUMES—Francisco Rodrigues Lobo—Martim Affonso de Miranda—Diogo de Paiva de Andrade—D. Francisco Manuel de Mello—*Arte de furtar*—EPISTOLOGRAPHIA—Padre Antonio Vieira—D. Francisco Manuel de Mello—Fr. Antonio das Chagas—*Cartas de uma religiosa portugueza*—ACADEMIAS PARTICULARES.

### Eloquencia sagrada

A epoca brilhante da oratoria ecclesiastica era quasi extincta com aquelles derradeiros brados que soaram nas naves da cathedral de Lisboa, proferidos pelos labios vibrantes de fr. Miguel dos Santos, nas exequias de D. Sebastião no dia 19 de setembro de 1578. [1]

Dos prégadores quinhentistas mal podemos bosquejar as feições litterarias, á mingua de monumentos impressos. Perderam-se os sermões de Jeronymo de Azam-

[1] O sermão e o destino d'este frade, parcial de D. Antonio, podem lel-o os curiosos na narrativa que publicamos intitulada *Virtudes antigas*. Pela primeira vez sahiu da obscuridade, tal qual foi declamado, aquelle rapto de eloquencia celebrado por torrentes de lagrimas.

buja, de Garcia de Menezes, do bispo de Coimbra D. fr. João Soares, e do celebrado Foreiro.

Suppõe o sabio Cenaculo que os mais antigos oradores evangelisavam em termos familiares, consoantes á ignorancia do auditorio. Pelos annos de 1540, diz fr. Luiz de Souza que o dominicano Antonio da Fonseca innovou na predica a singela exposição do evangelho, paraphrase do texto. Fr. Bartholomeu dos Martyres foi orador eloquente, quando os ouvintes lh'o comportavam, e chão e apoucado se prégava aos rudes auditorios da sua archidiocese. Fr. Heitor Pinto, quanto podemos ajuizar do *summario* do seu sermão da Ascenção, tinha erudição dos santos padres, modelava-se pela fôrma discursiva dos Tertulianos e Origenes, e abstinha-se das pompas em que o bispo D. Antonio Pinheiro se desvelava. «Uns prégadores (diz o arcebispo de Beja, nosso preleccionador n'este esboço) não tinham mais talento que para recitarem com phrase familiar; outros tiveram mais extensão de conceber e de propor, do mesmo modo que vemos praticado pelos historiadores d'aquella edade. O excellente João de Barros tem pulso de mestre completo. Fr. Luiz de Souza pratica outra especie de gravidade, do que Barros observou; e deixa correr a penna com elegancia, variedade e doçura.» [1]

Diogo de Paiva policiara o pulpito, honestando os sermões de modo que os vicios arguidos o não fossem com pinturas tão ao vivo que os ouvidos se escandalisassem; por onde inferimos que haveria prégadores, quanto á phrase, tão francamente rusticos como Gil Vicente nos Autos e Comedias. Havia prégadores, observa o editor

[1] *Memorias historicas do Ministerio do pulpito*, pag. 149.

dos sermões de Paiva, que entrando na reprehensão da sensualidade se exprimiam de theor *que mais offendiam as orelhas castas do que emendavam as profanas.*

Na quadra cultissima de D. João III floreceram prégadores educados nas profundas sciencias ecclesiasticas que se estudavam na Universidade e nos mosteiros, baseadas no tirocinio das linguas orientaes; porém, n'esse reinado de tantas lettras e no subsequente a eloquencia do pulpito começou, já desde 1560, a abastardar-se com subtilezas especulativas. O estudo da lingua hebraica esmoreceu por esse tempo, e ao começar o seculo de seiscentos por acerto havia alguem que conhecesse aquelle idioma. Fr. Pedro do Espirito Santo, frade da 3.ª ordem, era o unico habilitado a decifrar uma biblia original. Não obstante, no ultimo quartel do seculo XVI, abalisados oradores illustraram o pulpito e a imprensa, taes com fr. *Pedro Calvo*, fr. *Filippe da Luz*, dr. *Francisco Fernandes Galvão*, padre *Luiz Alvares*, fr. *João de Ceita*, fr. *Antonio Feo*, o jesuita *Francisco do Amaral* e *Thomas da Veiga*. Ao entrar do seculo decimo setimo, nenhum d'estes exemplares foi benemerito de lembrança. Queixava-se o sobrinho e editor de Diogo de Paiva que os sermões de seu tio caissem em menospreço porque o prégar moderno primava em subtilezas arguciosas e o prégador contentava-se que algum povo christão o estimasse, não podendo entender as *coisas subidas e engenhosas* que se lhe diziam. As divagações por longe do sentido litteral, as forçadas interpretações dos textos, a reprehensivel desfiguração dos symbolos biblicos, eram os vicios iniciaes da corrupção que mais que em nenhuma outra provincia da sciencia lavrou na oratoria ecclesiastica por todo o transcurso do seculo XVII. Inau-

gurou-se o pregar «affeminado, delicioso e de galanteria» diz o douto Cenaculo, imputando o methodo novo á frequencia das *comedias de mau gosto, e ás locuções das peças do theatro hespanhol.* Não nos parece irrefutavel este parecer. Entretanto, bem póde ser que as garridices theatraes, os jogos de locuções amaneiradas dos pateos das comedias cooperassem na geral alteração da linguagem desde o trato familiar até ao templo. «Os homens habituados a lerem e ouvirem [1] as pessoas conferentes n'aquelle jogo da comedia, e aos assumptos e expressões pueris de que abundam as mesmas composições theatraes, a algumas das quaes não se póde negar agudeza e engenho... produziram um costume de se explicarem apaixonado, molle e delicioso. Satisfeitos da harmonia, introduziram aquella maneira em todas as conversações...» [2] Tambem J. J. Rousseau temia que as affectações ultrapassantes da linguagem das *Précieuses* de *Molière* contaminassem a eloquencia do pulpito. E' curioso este documento epistolar extraido da *Histoire litteraire de l'Europe*, e que o *abbade Desfontaines* reproduziu no *Dictionnaire neologique*, (1728): *Il régne aujourd'hui dans le langage une affectation si puerile, qui le jargon des* PRÉCIEUSES *de* MOLIÉRE *n'en a jamais approché. Le stile frivole et recherché passe des caffés jusqu'aux tribunaux les plus graves, et si Dieu n'y met la main, la chaire des prédicateurs sera bientot infectée de la même contagion.* Com toda a certeza, as morbidas flexuras da locução parisiense não as insinuaram os dizeres galans das comedias de Lope de Vega e Calderon de la Barca, assim como o illustre arcebispo

[1] Diria mais grammaticalmente habituados *a ler e ouvir* etc.
[2] *Memorias hist. do Min. do pulpito*, pag. 159.

exprime. Antes nos quer parecer que o desmancho do bom senso não era de uma só nação nem fructo de exemplos theatraes. As comedias não davam norma do fallar: eram a manifestação do modo como a sociedade se expressava, pelo menos quando o theatro era producto espontaneo da imaginação. Alem d'isso, vae desmedido espaço entre a linguagem das boas comedias representadas por companhias hespanholas em Lisboa, no precurso do XVII seculo, e os desvairamentos de substancia e fórma exclamados desde o pulpito, uns sem unção religiosa, outros aspirando á hilaridade do auditorio. O padre da Congregação do Oratorio, Manuel Bernardes, descreve assim a oratoria decahida: «Ainda que as materias que o prégador escolhe para tratar no pulpito fossem boas e proveitosas (como não podemos negar que ás vezes são) todavia o estylo com que se tratam é tão aceado, tão sumido em descripções, tão estofado de lumes rhetoricos, tão pendurado de correspondencias de palavras e periodos, que não póde o serio e espiritual do assumpto lograr a sua efficacia; e, parando os intendimentos dos ouvintes a ver o resplandor falso que lhes mostram, ficam as vontades frias e seccas sem calor algum ou suco de devoção. Nem o prégador lh'a póde pegar; porque, como o dito estylo vae todo embarcado na felicidade da memoria e sugeito aos seus naufragios, em quanto o espirito attende a este leme, não póde desoccupar-se para as operações da vontade fervorosa nem receber as luzes que o anjo do Senhor alli subministra... Que importa — prosegue o luminoso estylista — que o prégador escolha por materia tratar da paixão de Christo, se a trata com estylo tão brilhante e phrase tão ostentosa e erudições tão das let-

tras humanas que sahe um Christo todo dourado e uma cruz de filigrana? Sabeis o que fizestes com esse vosso estudo tão laborioso? frustrastes e desvanecestes, quanto para o fructo dos vossos ouvintes, os trabalhos da paixão de Christo. Despontastes aquellas agudas settas de seu sangue, debaixo de cuja força penetrante cahem rendidos os povos inteiros... Mostráreis vós um crucifixo com sangue, chagas, nodoas e vergões, e verieis que differente moção havia nos ouvintes. A materia de qualquer composto não é activa senão em rasão da fórma. Uma lamentação de Jeremias, que parece puxa pelas lagrimas ao coração mais secco, se o compositor a pozer debaixo de um tom alegre, e com figuras brevissimas, e sem pausas, não sahirá lamentação, senão tarambote; não causará saudade devota, senão alvoroço festivo.[1] »

Em parte ou no todo d'estas arguições indirectas avultariam talvez ao sensato animo do padre Manuel Bernardes os estrondosos sermões do acclamado principe da eloquencia do pulpito portuguez.

Á historia da litteratura compete unicamente a biographia litteraria do padre *Antonio Vieira* da Companhia de Jesus; a biographia politica do eminentissimo estadista está repetidamente explanada em escriptos especiaes.[2] Nasceu em Lisboa, e foi baptisado aos 15 de fevereiro de 1608. Presbytero aos vinte e sete annos, começou a prégar, em 1635. A sua individualidade oratoria attingiu a maxima celebridade em 1642, prégando no 1.º de janeiro o sermão anniversario da restaura-

[1] *Os ultimos fins do homem*, (obra posthuma), pag. 333 e seguintes.

[2] Veja OBRAS de *J. Francisco Lisboa*, tomo IV, e a excellente *Historia de Portugal*, por Manuel Pinheiro Chagas, tomo VI.

ção. Desde 1652 até 1658 missionou na America. A evangelisação d'este apostolo nos sertões do Pará envolvia intuitos politicos, e até certo ponto sacrosantos: a liberdade dos indios. Não está, porém, ainda liquidado se a theocracia, libertando-os do poder temporal, os conquistava para o reino espiritual que abrange as coisas tangiveis e positivas d'este mundo. Como quer que fosse, fallecido D. João IV, os colonos de S. Luiz do Maranhão sublevaram-se contra os missionarios pregoeiros da liberdade dos escravos, e o padre Vieira, improperado pelas vaias dos amotinados, veio preso com os seus coredemptores para o reino. Em 1662 prégou á rainha D. Luiza de Gusmão contra a escravidão dos indios: commoveu até ás lagrimas, e fez que a santa liberdade volvesse á America a estalar as gargalheiras do indio e a cicatrizar-lhe as vergoadas do tagante. Vieira foi eloquente e commovente como se advogasse a causa da Companhia. Nos seus 14 tomos de sermões é o unico em que o pathetico não sahe contrafeito das convulsões da rhetorica. Enfronhado na politica tumultuaria, agitada pelos partidarios da rainha e do principe, e depois pelas facções bandeadas com Affonso VI e com a mulher, resvalou até aos carceres da inquisição, mais por odio politico do que pelo fetido heresiarcha do *Quinto imperio*, e pelas suspeitas do mau sangue de sua avó mulata. Resgatado d'esse opprobrio, resurgiu para os triumphos do pulpito, e readquiriu a principalidade oratoria. Prégou em Roma na presença de Clemente X na lingua italiana. Abriu-se-lhe ahi monção de gloriosa e socegada vida. Não podia. Provára dos dôces venenos de conselheiro de reis: sentia em Roma a nosthalgia das mundanidades da côrte portugueza. De Lisboa tor-

nou-se desgostoso á America. Recolheu-se á *Quinta do Tanque*, recreio dos jesuitas nos arrabaldes da cidade do Salvador, em 1682. Prégou ainda, poliu e coordenou os seus sermões na avançada idade de oitenta annos, e a ponto de prefazer os noventa de idade, e setenta e cinco de habito, expirou no collegio da Bahia aos 18 de julho de 1697.

São os sermões do padre Antonio Vieira uns riquissimos minerios do mais fino ouro pelo que respeita á linguagem. Ninguem reuniu em poucas paginas tantas palavras rubricadas pelos mestres que o precederam. As opulencias que Vieira aditou á prosodia constituiriam o idioma portuguez no alto ponto das linguas mais ricas, se já então houvessemos entrado em communhão de sciencias com a Europa, e tivessemos adaptado á nossa indole glotica os termos facultativos. O seu modo de adjectivar é irreprehensivel; a propriedade do epitheto é n'elle tão original que a não podémos derivar de Camões nem de Barros. Explende-lhe do genio; bafeja-lh'a a ironia, o sarcasmo, o que quer que fosse de mais avançada cultura, em um meio social de mais complicadas paixões. Quem se votasse á agradavel tarefa de colher palavras e phrases nos sermões de Vieira, desenredando-as do sarilho vicioso em que elle as invencilhava, formaria um florilegio, um bastantissimo vocabulario e selecta prosodia para exercicios de primorosa escripta. Porém, com tamanha e tão variada opulencia de côres, o padre Vieira deleitava-se em pintar a caricatura da eloquencia sagrada. Por nos servirmos da sua propria phrase em um sermão, Vieira *acarretava textos das escripturas*, levantava conceitos, *jogava de vocabulos*, tecia engenhosos sophismas, e rematava umas con-

clusões tão alheias dos principios, que o auditorio pasmava da solercia do orador, como das peripecias imprevistas de uma comedia de Alarcão. Ás vezes, cavillava os argumentos de modo que as conclusões disparavam em absurdidades chocarreiras. De assumptos sacratissimos fazia o uso que se exemplifica em um sermão do S. Sacramento prégado em 1645. Arma uma palestra meio truanesca, meio philosophica, entre varios personagens em que figura o diabo. Vieira propõe que o inventor da eucharistia foi o diabo. Depois, faz uma barafunda de provas, umas arreatadas nas outras, e conclue que tendo o diabo dito a Eva que, se comesse do pomo prohibido ficaria egual a Deus, disse a verdade sem querer, por que o pomo era a eucharistia! Os auditorios do padre Vieira, graças á sua fé, resistiriam á tentação de motejar dos dogmas á imitação do orador. Nenhum dos seus sermões espira calor de piedade communicativa. Aquelles transportes são concertados com os tropos; está-se vendo o buril da rhetorica a abrir os relevos das metaphoras. O coração está frio, o espirito attento, e o sorriso ás ordens de um desfecho de estalo, de um equivoco, lardeado de empolas, d'uma pantomima de vozes jogada entre duas palavras simulcadentes. O estudioso da vernaculidade assombra-se, e estuda-o com delicias; o prégador que hoje quizesse imital-o seria irrisorio. Teve imitadores, que desceram á infima relaxação a oratoria sacra. Os sermonarios do seculo XVII que pejam as livrarias sahidas dos conventos provam que não ha gráo determinado para a baixeza da arte corrompida.

Ao mesmo tempo, raros ouvintes e menos admiradores assistiam aos sermões do oratoriano *Manuel Ber-*

*nardes*. Nascera este infatigavel obreiro das lettras e das virtudes, em Lisboa, no anno de 1644. Graduou-se em philosophia na universidade de Coimbra, e em direito canonico e theologia. Ordenado de presbytero, entrou na congregação do oratorio, fundada pelo padre Bartholomeu do Quental, (1626-1698) escriptor mystico e parenetico de mediana valia. N'esta casa viveu trinta e seis annos; dos dois ultimos não teve consciencia o fatigado lidador: insandecera; apagara-se e resfriara o luzente e abraseado intendimento que dera o livro intitulado *Luz e calor*. Os sermões do padre Manuel Bernardes não são a mais recommendavel das suas obras por nimiamente attemperados á intelligencia de um auditorio humilde. Affeiçoado aos sermonarios chãos, e convicto das regras que estatuia reprehendendo os discreteadores do pulpito, o oratoriano, se alguem imitou, afóra os santos padres, foi o singelissimo Diogo de Paiva de Andrade e os d'esta eschola já desestimada e esquecida. Nenhumas analogias o denunciam imitador do seu coevo Antonio Vieira, e muito menos *imitador acerrimo*, como estolidamente diz Francisco José Freire, nas *Reflexões sobre a lingua portugueza*. O mais luminoso e vernaculo prosador portuguez confronta n'estes inimitaveis debuxos os dois perfis litterarios do congregado e do jesuita: «Lendo-os com attenção, sente-se que Vieira, ainda fallando do ceo, tinha os olhos nos seus ouvintes; Bernardes, ainda fallando das creaturas, estava absorto no Creador. Vieira vivia para fóra, para a cidade, para a côrte, para o mundo; Bernardes para a cella, para si, para o seu coração. Vieira estudava galas e louçainhas de estylo; achava-as, é verdade, tinha boa mão no affeiçoa-las e uma graça no vestil-as como pou-

cos; Bernardes era como estas formosas de seu natural, que se não cançam com alindamentos, a quem tudo fica bem; que brilham mais com uma flor apanhada acaso, do que outras com pedrarias de grande custo. Vieira fazia a eloquencia; a poesia procurava a Bernardes. Em Vieira morava o genio; em Bernardes o amor, que em sendo verdadeiro, é tambem genio. Vieira sacrificava tudo á sua necessidade suprema, ao empenho de ser original e unico; sacrificava-lhe a verdade; sacrificava-lhe a verosimilhança; sacrificava-lhe até a possibilidade; não hesitava em propor o principio mais absurdo, como fosse ou parecesse novo; e, como para lá não achava caminho pela logica, fabricava-o com pontes sobre pontes, atravez d'um oceano de sophismas, de argucias, de puerilidades, de indecencias, de quasi heresias; e, contente de lá chegar por entre applausos, não se detinha a reflectir se não tinha sido aquillo um abuso da grandissima alma que Deus lhe dera, uma duplice vaidade aos olhos da razão e da philosophia, um exemplo ruim mais perigoso pelo agigantado de quem o dava; Bernardes não tomava these que da consciencia lhe não brotasse; e a desenvolvel-a applicava todas as suas qualidades intellectuaes, que eram muitas, e todas as suas faculdades moraes, que eram mais tresdobradamente. Vieira zomba frequentes vezes de nossa credulidade; podemos desconfiar da convicção de Vieira, ainda quando nos falla certo; Bernardes é um amigo candido e liso que, ainda quando nos illude, não nos mente.»[1]

[1] A. F. de Castilho—Livraria classica, P.e Manoel Bernardes, ediç. de 1865, pag. 284 e seg.

### Mystica

É n'este ramo da theologia que os livros de Bernardes sobresaem a todos quantos a lima dos classicos puliu, e a piedade preservou do esquecimento pelo decorrer dos seculos. Os 5 tomos das *Florestas*, a *Luz e Calor*, os *Ultimos fins do homem* são livros resgatados não ha muitos annos de injustissimo desamor; já agora perpetuou-os o estylo primeiramente, depois a graça maviosa, a multiplicidade dos paineis cada um com seu colorido. O seu escrever deve ter sido mui de espaço lavrado para sahir tão cuidadosamente aceiado e illeso das borbulhas que pruiam nos mais talentosos escriptores da sua idade. Nas rarissimas vezes que escorregou levantou-se desculpado pela graça inoffensiva do trocadilho ou joguete de palavras.[1] Recamos superfluos não ha procural-os, tirante os lardos de latim e as tumidezas escolasticas de que não podemos acoimar o sacerdote e o mystico escriptor conjurado em exorcisar os ruins costumes. Afastou-se dos archaismos, e nacionalisou vocabulos peregrinos, derivados de linguas afins da nossa, da italiana e hespanhola; mas escolheu com tão bom discernir que todos medraram, e correm hoje incontestadamente portuguezes. Terso, claro, melodioso, elegantissimo, o estylo do padre Manuel Bernardes é mais opulento que o de Fr. Luiz de Sousa, avantaja-se-lhe na ductilidade, na brandura, e nos raptos quando

[1] Eis um exemplo dos poucos desvios d'este escriptor, rarissimas vezes ferido do contagio : «Se em cada sermão se converter uma alma já o *balde* se não lança de *balde*» *Ultimos fins*, pag. 358.

o arrebatamento lhe vem de seu natural, e não ressabe e inculca um encadeamento de figuras debuxadas pelos exemplos de Quintilliano.

Os *Trabalhos de Jesus*, de *Fr. Thomé de Jesus*, educado na segunda metade do seculo XVI, pertencem á mystica das allucinações e dos arrobamentos. É a renuncia absoluta de Kempis. Comprehende-se este altissimo amor de Deus, se attentamos no quanto Fr. Thomé de Jesus se sacrificou aos homens. Ferido e prisioneiro na batalha de Alcacerquibir, quando contava quarenta e nove annos, foi encarcerado em Mequinez, onde jazeu atormentado, até ser transferido para Marrocos. Pertencia á illustre familia dos Andrades de Lisboa, distinctos por nascimento e por lettras. A ser resgatado preferiu ser enfermeiro dos captivos pobres que não podiam remir-se, e entre elles expirou o virtuoso augustiniano em 17 de abril de 1582. Os *Trabalhos de Jesus* são uma alta philosophia do ceo. N'estes raptos da alma não busquemos as pausadas lucubrações da fórma. O desalinho do estylo está insinuando a naturalidade da paixão e do arrebatamento; no entanto, á linguagem não falta magestosa elegancia e acrisolada pureza. D. Francisco Alexandre Lobo é de parecer que o estudioso aproveita mais na leitura de Fr. Thomé de Jesus que na de Fr. Luiz de Sousa. Assim seria, se a vontade de o ler não esmorecesse depressa n'aquellas contemplações monotonas que já não podem enraizar-nos o seu interesse no intendimento.

As obras espirituaes de *Frei Antonio das Chagas*, instituidor do seminario do Varatojo, revelam que o penitente conheceu de perto os abysmos do mundo. Dá lamentosos pregões de aviso aos que se estradearam

para a voragem, e deve ser sincera a contricção de quem até das vaidades de escriptor culto se desatou. A linguagem de Fr. Antonio das Chagas é despida das lentejoulas com que o outro homem, que precedera o varatojano, galaneara nos seus romances e prosas em grande parte ineditas. Chamara-se até aos trinta e dois annos de idade Antonio da Fonseca Soares. Na carreira da milicia chegára a capitão de cavallos, e nas grades dos mosteiros campeara entre os poetas n'aquelle futilissimo aranzel de delambidas finezas que elles chamavam «romances». Não sabemos em que solidas bazes alguns escriptores lhe attribuem um homicidio no Brazil e o risco de ser morto a tiro em Setubal. É certo que n'esse tempo, o claustro, algumas vezes, deu coito a homicidas penitentes, e as brenhas purificavam formidaveis turbulentos. Como quer que fosse, os livros asceticos de Fr. Antonio das Chagas offerecem boa recompensa a quem os ler, e parecem escriptos no periodo anterior por modelos primorosos. [1]

## Philosophia moral, critica dos costumes

N'esta especialidade, os profusissimos e pouco deleitosos escriptos dos seiscentistas denunciam os costumes, e dão a medida da corrupção pela severidade da censura. Ainda assim, as *Armas da castidade* do padre

[1] Em theologia mystica houveram grande renome padre *Antonio de Vasconcellos*, auctor do *Anjo da Guarda*—fr. *Paulo de Vasconcellos*, auctor da *Arte espiritual*—o padre *Diogo Monteiro*, na *Arte de orar*, e sobre tudo nos *Attributos divinos*, dos quaes se fez uma bella e recente edição no Rio de Janeiro.

Manuel Bernardes dão mais cabal informação de relaxamento social, do que os livros de philosophia moral de *Francisco Rodrigues Lobo*, de *D. Francisco Manuel de Mello*, de *Martim Affonso de Miranda* e de *Diogo de Paiva de Andrade*.

Escreveu o primeiro a *Côrte na aldeia e noites de inverno*, modelada pelo antigo uso das palestras, tão inveterado a todos os propositos que até na topographia de Lisboa o apropriou *Luiz Mendes de Vasconcéllos*.[1] As suavissímas eclogas de Lobo desluzem-lhe o merito das prozas, no intender de criticos cuja auctoridade não acatamos. A *Côrte na aldeia* vai pelas suas infinitas conversações tão uniformemente correcta, e saturada de purismo que chegamos a desejar-lhe mais desleixo no estylo e menos conspicuidade n'aquelles interlocutores grammaticaes. Tirante os fragmentos allusivos ás galas em que pompeavam os exploradores da India, e a procedencia dos pomposos adornos, e a noticia da corrupção congenere do luxo — falsamente arguido pelos politicos d'aquella época — o livro mais famoso que lido de Francisco Rodrigues Lobo encerra o grande valor da dicção estreme de estrangeirismos. Não era homem para arrojadas innovações, não tinha originalidade alguma; porém no verso e na prosa acatou respeitosamente Camões e Barros, cunhando-lhes a ephigie em todas as obras da sua lavra. É digno de hombrear com os principaes classicos.

Menos austero respeitador das regras, menos consul-

[1] *Do sitio de Lisboa, sua grandeza, povoação e commercio* (1608). É um trialogo em que presumidamente figuram o 1.º conde da Castanheira, avô materno do auctor, o bispo do Algarve D. Jeronymo Osorio, e Martim Affonso de Sousa, governador da India. Tambem é auctor de uma *Arte militar*, etc., impressa em 1612.

tado e muito mais noticioso é o *Tempo de agora* de *Martim Affonso de Miranda*, nascido em Lisboa, alferes, e creado dos duques de Bragança. D'esta obscuridade não o resgatou a obra que dividiu em 2 *Partes* e publicou em 1622 e 1624. Nada mais se sabe. No 1.º tomo, quatro locutores parlamentam ácerca *da verdade e da mentira, dos bens do trabalho e males da ociosidade, da temperança e males da largueza, dos males dos dados e cartas;* no 2.º tomo, é motivo dos dialogos a *verdadeira e a falsa amisade, a justiça e a injustiça.* Remata o volume com a *doutrina para principes.* Estes assumptos desconvidam a curiosidade, por que se nos preluzem indigestos, como é de uso em taes philosophias versadas ao sabor dos Platões e Ciceros. Não obstante, o *Tempo de agora* ensina muita coisa util da época, e não temos outros muitos informadores que no'l-as divulguem. Como exemplo da nomenclatura de um galan, e como incentivo á curiosidade merece ser trasladada esta passagem do *Dialogo 1.º:* «...Com esse pouco que me ficou (refere *Alberto*) dei em vestir á cortezan, bem differente do que em vida de meu pai trajava, por que em seu tempo trazia um pelote, e ferragoulo de dozeno, chapeu de lã preta, no pescoço uma pequena volta, umas botas de bom cordovão, porém triennaes. Puz-me gentil homem com ferregoulo, e roupeta de sargêta de seda, e calções e gibão de melchocado, golpeados sobre telhilha branca, manteu de cambray mui azul, punhos do mesmo, com um palmo de pulso a apparecer, meias de Toledo, ligas de quatro covados de tafetá negro com pontas de ouro, sapatos de bocca de vacca, e rozas n'elles mui grandes com serrilha, adereço da espada de tauxia, sombreiro ao largo, e mui fino de Cas-

tor com trancelim de peças». Como cada um dos collucotores faz a sua auto-biographia, nomeando pessoas e localidades conhecidas, os contos verosimeis empenham mais o interesse. No *Dialogo 3.º*, deplorando a profusão de côches, com toda a nomenclatura desconhecida das peças e pertenças d'esse dispendioso regalo, accrescenta:

«Ainda em tempo de el-rei D. Sebastião não se acharam em sua real casa e paço mais de dois (côches) um que lhe deu sua mãe, e outro que lhe mandou el-rei D. Filippe II de Portugal; um e dois cavallos era o mais, e estes andavam em morgado.» Então pergunta *Alberto:* — E n'isto de vestir como se haviam antigamente? mas não, dizei-me como se hão n'este tempo? — *Theodorico:* Oh! valha-me Deus, que traga um senhor debaixo de uma roupeta um gibão e calções que só de botões de ouro e ambar não tenha preço! que uma dama vista um manteu ou fraldelhim, como quererdes, que de ouro e prata valha mais que 500 crusados!» Refere que a rainha D. Catharina (avó de D. Sebastião) «assim era continua no trabalhar, que da secura que lhe causava o fiar, tinha sempre a par de si um pucaro com agua». Está assim a obra recamada de coisas miudas que captivam a attenção. Invectiva contra as damas de Lisboa porque *trazem cabelleiras postiças e encrespam as gadelhas.* Mette a riso os homens idosos que tingem as barbas, *vendendo-se por menos annos dos que tem e representando figura de mancebo o que já não tem era;* e manda acautelar-se a gente de *taes alchimistas e tintureiros.* Relata as grandes devassidões, e exclama: «Está tão infeliz esta nossa cidade e tão cheia de males e peccados que pouca differença vai d'ella áquel-

las que mais em vicios se avantajaram, e por elles foram assoladas e destruidas».

E ampla e desenfadadamente vai cortando por costumes viciosos e alumiando as escurezas que na historia não se dilucidam, e menos ainda nos sermonarios tão corrompidos como os costumes. Rebello da Silva, no tomo v da sua *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, colheu de Martim Affonso de Miranda o que mais desconhecido sobresahe na excellente dissertação respectiva ao *Luxo e ás superstições*.

O «casamento» motivou alguns tratados de moral, por onde se collige a seriedade com que a philosophia attentou n'aquelle passo da vida tão grave de responsabilidades. O exemplo deu-o o doutor João de Barros no *Espelho de casados*, impresso em 1540. Está muito arredado este escripto do periodo litterario que vamos historiando; mas de passagem o mencionamos como tronco genealogico da philosophia matrimonial de Diogo de Paiva de Andrade no *Casamento perfeito*, e de D. Francisco Manuel de Mello na *Carta de guia de casados*.

João de Barros doutorou-se em Salamanca, e foi desembargador. Uns fazem-no de Braga, outros do Porto, onde exerceu officio em 1549; d'ahi sahiu para escrivão da camara de D. João III. (Nota 10.º) Escreveu em linguagem tosca, escabrosa, e ás vezes deshonesta doze rasões contra o casamento, e dá o motivo: «foi o caso que um meu singular amigo e companheiro de Salamanca me escreveu uma carta porque eu lhe commetti certo casamento, na qual elle se escusava largamente»; e escreveu outras doze rasões a favor do casamento «por que, como diz o philosopho, as cousas contrarias postas a par melhor apparecem». Move-o outro empe-

nho de utilidade immediata: evitar que se leiam fabulas; e assim offerece á mocidade o seu livro de historias e passagens verdadeiras. «Quando os mancebos começam a ter intendimento das cousas do mundo (escreve o dr. João de Barros) gastam o tempo em livros mui desnecessarios e pouco proveitosos para si nem para outrem, assim como na fabulosa historia de Amadís, nas patranhas do Sancto Grial, nas semsaborias de Palmeirim e Primalião e Florisendo, e outros assim, que haviam mister totalmente exterminados, que já de nenhuma cousa servem, onde ha tantos outros de que se póde tirar proveito.»[1] Seria este um dos raros quinhentistas que em 1529 escarneciam as patranhas dos romances medievos do rei Arthur, e as *semsaborias do Palmeirim*, ao passo que outro João de Barros, seu parente, publicava nove annos antes a *Chronica do imperador Clarimundo*, que requinta na insulsez e na inutilidade.

As conclusões com que o desembargador remata, pelo que respeita aos requisitos que se requerem no casamento, provam o seu bom senso: idade conveniente, homem rico e sádio, que não tenha filhos de outra. Vota por noiva virgem, rica, egual na estirpe, honestamente formosa, e sã; e de bons costumes, visinha conhecida e não parenta. Seus ou alheios, os argumentos com que João de Barros justifica as suas thezes, contém embrionarias as doutrinas phisiologicas que modernamente esplanaram Legouvé e Balzac. O *Espelho de casados* mereceu os gabos do licenciado João Mendes, o qual, dado se declare familiar amigo do auctor, não encareceu

[1] Reformamos a orthographia para se haver percepção das idéas do auctor.

a obra em oito linhas que são parte do seu panegyrico:

*Altas sentenças, facetos dizeres*
*se mostra haver em este tratado,*
*de philosophos legistas, canonistas ornado*
*bom para homens e para mulheres.*
*Ensina doutrina de grandes doutores,*
*demonstra seu engenho de grande primor,*
*desfaz as falacias que traz o amor,*
*que merece por isso grandes louvores.*

Em duas linhas mais, substancia o grande alcance do livro:

*deixa-nos obra de grande ditado*
*para saberem os homens casar.*

No *Casamento perfeito* de *Diogo de Paiva de Andrade* a policia da phrase e a decencia que requer o melindre da materia assignala profundamente o attrito de um seculo por sobre as asperezas da lingua e a rusticidade bronca do pensamento, aliás generosissimo, de João de Barros. O sr. dr. Theophilo Braga, professor de litteratura no curso superior de lettras, eguala na mesma classe de livros o *Espelho de casados* e o *Casamento perfeito*, considerando-os *asceticos* sob capa de philosophia para dominarem certas instituições sociaes; e accrescenta que o «*Espelho de casados*» *representa uma comprehensão do casamento fundada sobre as relações da familia romana com as tradicções do peccado de Eva*. É tão caprichosa e inexacta similhante apreciação quanto no livro de João de Barros não ha periodo que a justifique. Pelo inverso, os intuitos do quinhentista são libertar a mulher do jugo que lhe impõe a usurpada soberania do

homem; considera os dois sexos egualmente habeis para as sciencias; concede ás mulheres a primazia na virtude e na continencia; culpa os maridos no desvio das esposas; e pede por isso á caridade que quebre o pulso á vingança homicida nos conflictos do adulterio. «Cá em Portugal, diz J. de Barros, é mais aspera a pena e os maridos mais duros; que muitos as matam e outros as accusam até á morte pela lei que o permitte, mas, como disse, *não sem peccado.*» Se o professor de litteratura houvesse lido, antes de o judicar na sua alçada, o *Espelho de casados*, não inferira d'esse livro benevolente e civilisador *que a vida de familia no seculo XVI devia ser soturna pela desconfiança e pelo aviltamento.*[1]

O *Casamento perfeito* de *Diogo de Paiva de Andrade* (1576-1660) é uma regra de bem-viver na vida conjugal; dá excellentes alvitres de socego e alegria, baseados em historias que fazem ao intento, contadas com deliciosa simplicidade e graça. O recheio da erudição bebida nas fontes grega e latina estorva o prazer da leitura hoje em dia; mas devia de ser no seculo mais erudito em antigas litteraturas um ineffavel prazer. A despeito dos empêços que desalentam a vontade, o *Casamento perfeito* é o elo interposto ao livro quinhentista do doutor João de Barros e á primorosa *Carta de guia de casados* de *D. Francisco Manuel de Mello.*

Raros livros vingaram tão duradoura popularidade. Desde 1651, anno da primeira edição, até 1872, são doze as edições que conhecemos, e outras haverá que nunca vissemos. A *Carta de guia* foi escripta no carcere. «N'estas longas noutes de janeiro (diz D. Francisco Manuel) vou

[1] *Manual de hist. da litt. port.*, pag. 327 e 328.

escrevendo a v. m. estas regras em estylo alegre e facil, qual requer o estado e idade de v. m., bem que tão diverso do meu humor e da minha fortuna.» Rija alma e intemerato engenho o do encarcérado que tantas coisas cheias de luz e aromas pôde espirar do coração escurentado! Pedia elle, em 1650, a D. João Pereira que lhe mandasse umas cartas de amores para aprender d'ellas a linguagem dos esposos que entre si se amam: «As cartas não vieram. Busque-as bem v. m. e mande-m'as, por que estou escrevendo uma *Carta de guia de casados* a rôgo de um noivo, e hei mister saber como se requebrám para dar tambem n'esta parte minha rasão, que por força em tal materia haverá de ser de ouvidas».[1] Contém as *Cartas* d'este moralista solteiro algumas de parabens e conselhos a noivos. O matrimonio, a seu vêr, é um paraizo de sanctos prazeres. O conceito que fórma das esposas é prova de discreto, delicado e ás vezes espirito subtilmente ironico. A *Carta de Guia* só podia assim escrevel-a, suavisada de galantes anecdotas contemporaneas, quem viajara muito e tratára familiarmente a sociedade selecta. A linguagem sobre ser obra de execução prima é melindrosa nos assumptos em que os seus predecessores não respeitavam os direitos do pudor. D. Francisco escrevia para a sociedade mais corrompida, mas tambem mais meticulosa e exigente das hypocrisias da linguagem. É costume resalvar os costumes da côrte de D. Manuel, quando as chocarrices de Gil Vicente nos fazem suspeitar do melindre dos personagens que lh'as ouviam. Nós, porém, quando lemos as mais antigas *Constituições dos bispados*,

[1] Cent. IV. Carta XLVII.

propendemos a crêr que os vicios são tão antigos como as virtudes; mais moderna é sómente a honestidade no escrever, aconselhada por uma polida indulgencia em que D. Francisco Manuel de Mello deu fidalgo exemplo.

Os *Apologos dialogaes*, justamente considerados na alta valia que se desmente na unica edição que tiveram, são incomparaveis de solerte critica. Os *Relogios fallantes*, o *Escriptorio avarento*, a *Visita das Fontes* e o *Hospital das lettras*, encerram esboços dos costumes contemporaneos, e criticas de escriptores, com um tempêro de facecias em que se prova a riqueza linguistica do homem que escreveu a *Feira de Anexins*. [1]

«O sal com que estão escriptos estes inimitaveis dialogos — diz o sr. A. Herculano — o tacto com que n'elles se castigam as loucuras, ridicularias e maldades de uma sociedade corrupta, o talento com que o auctor trava esta especie de drama, genero de que alguma cousa participa o dialogistico, e a critica, erudição e bom gosto de que elle dá provas, principalmente no ultimo dialogo, são os principaes motivos para se dar a este livro a primasia entre tantos que D. Francisco escreveu. [2]

Quanto á corrupção do tempo, mais cauterisadoras sarjas lhe applicou o auctor da *Arte de furtar*. Eis aqui o livro de auctor enygmatico até hoje occulto, e talvez indecifravel. Ha muitos annos que a illustrada opinião apregôa que o padre Antonio Vieira não escreveu tal livro. Não obstante, a especulação cavillosa ou boçal dos edi-

[1] Este livro, eruditamente prefaciado pelo sr. Innocencio Francisco da Silva, sahiu á luz em 1875.

[2] *Panorama*, t. 4.º (1.ª serie) pag. 296.

tores, não desiste de mercadejar com a mentira, irmanando o tomo da *Arte de furtar* com o dos *Sermões* e das *Cartas* e dos *Ineditos*. Repugnam rasões concludentes á hypothese de que o padre Antonio Vieira seja o auctor da *Arte de furtar*. Além dos anachronismos, convence o imperioso argumento da linguagem. Vieira era mais eloquente, compunha e ataviava com outras galas o estylo; hervava as satyras e allusões com mais penetrante peçonha. Usava methaphoras, trocadilhos, agudezas e hyperboles de que não ha um só exemplo na *Arte de furtar*. Na dedicatoria ao Principe D. Theodosio ha phrazes muito analogas ás que Vieira escreveu em cartas ao mesmo principe; mas esta analogia é desvaliada por numerosas incongruencias, allegadas no *Vieira defendido* de Candido Lusitano. O sr. Rivara está persuadido que a *Arte de furtar* seja de Thomé Pinheiro da Veiga, fallecido em 1656. Ora a pag. 251 da *Arte de furtar*, edição de Londres (1820), lemos o seguinte: «... Por isso disse muito bem o Doutor Thomé Pinheiro da Veiga (que em tudo é discreto) respondendo á petição, etc.» Não se accredita que o auctor, dedicando a sua obra a um rei e a um principe, quer tencionasse publical-a anonyma quer não, fallasse de si mesmo com tão insolita vaidade. Thomé Pinheiro morreu em julho de 1656, e D. João IV morreu n'esse mesmo anno em novembro. Ora, na *Arte de furtar* a pag. 297, lemos: «Falta a estes senhores a generosidade que sobejou ao duque D. Theodosio, dignissimo progenitor do nosso invictissimo rei *D. João IV, de gloriosa memoria*, etc.» Era pois já fallecido D. João IV, quando o auctor levava a pouco mais de meio a *Arte de furtar*, e Thomé Pinheiro da Veiga fallecido era já tambem. Fran-

cisco José Freire propende para João Pinto Ribeiro; mas João Pinto Ribeiro, morrendo em 1649, não podia tambem dizer: «*D. João IV de gloriosa memoria*», o qual lhe sobreviveu sete annos. O livro é offerecido ao principe D. Theodosio, que morreu em 1653; mas, pelos encomios que lhe dirige, deprehende-se que a dedicatoria foi escripta depois de 1651, quando o presumptivo successor na corôa se passou, a despeito do pae, ao Alemtejo para dar alento ao exercito. João Pinto Ribeiro morrêra quando o principe tinha quinze annos. Seria irrisoria adulação bajular com estas lisonjas um menino na flor da juventude: «De armas e sabedoria vemos ornado e fortalecido vossa alteza, assim por que tem todas as de Portugal (que monta tanto como as do mundo) á sua obediencia; como tambem porque ninguem as meneia com tanto garbo, valor, destreza e valentia, ou seja a cavallo brandindo a lança, ou seja a pé levando a espada e fluminando o montante.»

A *Arte de furtar* tem duas dedicatorias: a primeira ao rei, e a segunda ao principe. O auctor começou pelas dedicatorias, e tão detençosamente escreveu que, meado o manuscripto, não é possivel determinar se a magestade a que se dirige é Affonso VI ou Pedro II. O livro, a nosso juizo, não foi composto de um folego, senão a pedaços; e tanto se distanceia o comêço do termo, que no remate do livro se lê: «Furtar o que vos hão-de de demandar e fazer pagar, em que vos peze, é a maior tolice de todas, como se viu no que succedeu ao Carvalho na semana em que componho este capitulo. Era guarda da alfandega de Lisboa e guardava as fazendas alheias muito bem, porque as punha em sua casa como se foram suas; foi demandado por isso, e

por que não deu boa rasão de si ás partes, o pozeram por postas repartido; pretendeu levantar cabeça á custa alheia, e levantaram-lh'a dos hombros á sua custa.» Este facto é de 1664. Quanto a ter-se reputado 1.ª edição a de Amsterdam de 1652, é isso uma ante-data fraudulenta, que não merece a pena da discussão. A 1.ª edição conhecida é de 1744. Alguem attribuiu a Duarte Ribeiro de Macedo, nascido em Lisboa em 1618 e fallecido em Alicante em 1680, a composição da *Arte de furtar*. Duarte Ribeiro de Macedo, distincto escriptor politico, secretario de embaixada e enviado ordinario e extraordinario á corte de Madrid, posto que escrevesse limpamente, não pode ser o numeroso estylista da obra que se attribuiu a Vieira. O confronto das *Relações, Discursos politicos, Panegyricos e versões* constantes dos dois tomos das suas *Obras*, publicadas em 1767, decidem, sem dispendio de averiguações, que Duarte Ribeiro, como escriptor de segunda ordem, não pode ser o autor da *Arte de furtar*. É verdade, porém, que da leitura reflexiva d'aquelle livro algumas probabilidades meramente de confrontação biographica poderiam suscitar suspeitas a favor de Duarte Ribeiro. A pag. 60 (*edic. de 1820. Lond.*) refere um incidente de queixa contra a probidade dos ministros ultramarinos, e diz que *esse caso lhe passara pelas mãos*. Esta ordem de processos incumbia aos conselheiros de fazenda, e é certo que Duarte Ribeiro de Macedo foi conselheiro de fazenda. Diz a pag. 225 que vira um charlatão em Evora *fixar carteis impressos pelos cantos que tinha um medicamento para conservar os vinhos e melhoral-os*. É certo que Duarte Ribeiro de Macedo estudou philosophia em Evora e foi graduado mestre antes de estudar juris-

prudencia em Coimbra. A pag. 226 conta que *viu em Elvas* lançada em um monturo a machina que fazia peças de artilharia de couros crus. É certo que Duarte Ribeiro de Macedo foi Juiz de Fóra em Elvas. Porém, se estes argumentos provassem, seria mister que Duarte Ribeiro tambem estivesse na Madeira (pag. 188 e 386), em Villa Viçosa (334) desesete annos antes (342) e em Vianna de Caminha (244) e em Braga, no exercicio da magistratura, como se infere das passagens que ficam paginadas. A nosso juizo, menos seguro talvez, por emquanto ignora-se quem seja o auctor da *Arte de furtar*. Baste-nos reconhecer-lhe a grande distincção entre os livros de utilidade para o estudo da lingua e para as ondagem da depravação moral da segunda metade do seculo decimo setimo.

## Epistolographia

O estylo desartificioso e expontaneo das *Cartas do Padre Antonio Vieira* protesta contra os embellecos e frivolidades de alguns dos seus sermões. É prodigiosa incoherencia ver como este desmedido talento, sacrificando nos templos o seu bom siso aos suffragios do auditorio, tão desconcertadamente pensava e por vezes se exprimia, ao mesmo passo que, praticando epistolarmente com doutos, guardava o decoro e purismo extremado da linguagem com o mais lustroso sentimento da arte! Os negocios influiam-lhe mais gravidade e compostura que a missão evangelica. Até no pulpito, quando lhe aprazia, satyrisava os destemperos dos seus pro-

prios imitadores. Em um sermão de 1655 ha phrases d'elle que parecem alheias e contra si mesmo apontadas; por exemplo: «...Que differente é o estylo violento que hoje se usa! Ver vir os tristes passos da Escriptura como quem vem ao martyrio: uns vem acarretados, outros vem arrastados, outros vem despedaçados, só atados não vem. (Aqui mesmo lhe está negaceando o sextro para as allegorisações facetas). Este desventurado estylo que hoje se usa, os que o querem honrar, chamam-lhe culto, e os que o condemnam, chamam-lhe escuro, mas ainda lhe fazem muita honra. O estylo *culto* não é escuro, é negro boçal e muito cerrado. É possivel que somos portuguezes e havemos de ouvir um prégador em portuguez, e não havemos de entender o que diz?»

As *Cartas* enredam a curiosidade politica no labyrintho por onde o seu auctor gastou profanissimamente grande parte dos annos. A velhacaria, ou, mais indulgentemente, a sagacidade do diplomata, desluz a uncção do padre, e despeita-nos contra o agente de D. João IV, em malogradas transacções com Hespanha, pelas quaes a independencia, dez annos antes reconquistada, esteve a pique de se perder.[1]

Pospostos os predicados alheios d'este estudo, as *Cartas* do padre Antonio Vieira representam o genuino talento do grande escriptor, e são exemplares de classica litteratura.

Mais sympatica e affectiva coisa é ler as *Cartas familiares* de D. Francisco Manoel de Mello. São quinhentas das vinte e duas mil e seiscentas cartas que escrevêra

[1] Veja *Historia de Portugal*, pelo sr. P. Chagas, t. VI, pag. 106 e seg.

nos primeiros seis annos de carcere. «E que será hoje, diz elle, sendo doze os de prezo, seis os de desterrado, e muito os de desditoso?»

Com as revelações das cartas podem encadear-se dia a dia as amarguras da prisão, desde a falta de um amigo que o visite e anime até á mingua de uma pouca de lenha que o aquente. Tem horas de esmorecimento e desesperança que o forçam a pedir compaixão. Escreve agiologios, escreve novenas, rima versos ao divino para freiras como quem, quebrado da fidalga hombridade, pela vereda da religião intenta chegar á compaixão de pessoas que lhe valham. N'outros lances, sublima-se pela conformidade, e regeita com delicado desdem a condolencia de pessoas que lhe fazem o esteril favor de lhe recommendar resignação. As cartas de D. Francisco Manoel de Mello tem maior interesse historico para quem, mediante memorias e nobiliarios manuscriptos, houver penetrado nas obscuridades da vida palaciana do decimo setimo seculo. D. Francisco Manoel, quando imprimiu as cartas em Roma (1664) expurgou-as de allusões perigosas para si e incommodas para as familias de quem zombava, lá mesmo no seu antro da Torre Velha, em casos de riso. Como exemplo de uma d'essas frechadas que, apezar de caustica, encerra estimulo de lagrimas, daremos um trecho da carta 74 da centuria 2.ª, escripta *a um amigo que passava á provincia da Beira.* «Só vos peço, diz elle, que pois ides para terra de muitos castanheiros, me não cazeis lá com alguma *Maria Castanha*, cujo tempo parece que tornou agora, por que aqui entre nós o fez assim...» E, depois das reticencias discretas, ajunta: «Mas que muito *se traz o diabo aos pés* que o fizesse resvalar e cahir?...» É uma historia triste que

já foi contada em livro mais competente que este.[1] Quando o insigne polygrapho publicava as suas cartas, encarregou-se de lh'as approvar, por commissão do Mestre do Sacro Palacio, o famigerado Fr. *Francisco de Santo Agostinho Macedo*, que a myopia critica de Diogo Barboza Machado julgou «varão verdadeiramente encyclopedico», e ainda modernamente Francisco Freire de Carvalho, no *Primeiro ensaio sobre a historia litteraria de Portugal*, nos diz que o frade *possuia alem da portugueza vinte e duas linguas, sabia de cór todos os historiadores e poetas latinos, e a historia de todas as nações, e respondia sempre em verso latino ou portuguez a qualquer assumpto*. Que estolida coisa se acaso o fizesse! Este lendario sabio nasceu em 1596, no logar do Botão, duas leguas distante de Coimbra. Foi jesuita, foi frade capucho, foi enviado diplomatico de D. João IV, leu historia ecclesiastica em Roma, defendeu as celeberrimas theses *de omni scibili* em Veneza, em 1658 e 1667; preleccionou philosophia moral em Padua até que morreu em 1681. Em lingua portugueza publicou tres sermões que não vimos; ajuizamos, porém, dos sermões pela amostra que vamos dar da sua proza na *Aprovação* das *Cartas* de D. Francisco Manoel de Mello. A ninguem medianamente lido é estranho o nome de Fr. *Francisco de Santo Agostinho Macedo*, e quão raras pessoas lhe conhecem algum documento do seu theor de escrever! Era assim. Diz que leu o volume das *Cartas*, e prosegue: «Metti-me na lição, e achei-me engolfado em um mar de descrições: serviu-me de carta de marear para tomar a altura do Norte d'ellas, e cevado no gosto de

[1] *Noites de insomnia*, t. III, pag. 73–78.

ler, achei em cada letra uma Pedra de Cevar, em cada linha um rumo de engenho. Descartei-me de todas as occupações e fiquei encartado, ou encantado dentro do labyrinto doce do volume, dando de mão ao fio para sahir, aceitando-o para me embaraçar de modo que não sahisse. Encontrei menos Minos-Tauros, e mais minas d'ouro onde enriqueci.» Prolonga-se em requebros, galanterias, antitheses, e conclue: «Foi Providencia Divina que a impressão d'estas cartas se fizesse em Italia mãe das lettras, para reconhecer o parto por legitimo filho da doutrina, e para que o que na Patria era unico fóra d'ella ficasse com a excellencia de Peregrino. Conhecido é o livro por seu auctor D. Francisco Manoel Fenix sem duvida dos engenhos que não póde deixar de ser Fenix quem o gera. E bem se sabe que gerou elle o Fenix de Africa entre as luzes sem o descontar das cinzas. Roma n'este collegio da Propaganda Fide. 16. setembro de 1664. Frey *Francisco de Santo Agostinho Macedo.*» Tal era a celebridade europea do seculo XVII! Freire de Carvalho e os panegyristas seus predecessores colheram da tradição, mais indolente em averiguar do que interessada em sustentar a falsa reputação do frade prodigioso, que Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo sabia vinte e tres linguas. A cifra é irrisoria, e a critica de Freire, quando ia já alto o sol do seculo XIX, é deploravel. As preoccupações da vaidade nacional radicam-se tenacissimas nos melhores intendimentos. Se Fr. Francisco sabia vinte e tres linguas, a indole da portugueza de Camões e Barros decerto era a mais prejudicada pela confusão da Babel que se fizera na soberbia glottica do franciscano.

Contemporaneo d'este frade, e fallecido um anno de-

pois na sua cella do Varatojo em santa obscuridade, Fr. *Antonio das Chagas* escreveu dois tomos de *Cartas espirituaes*, que sahiram posthumas. O 1.º tomo é annotado por D. João da Silva, tenente general de cavallaria, o 2.º é publicado pelo biographo padre Manoel Godinho, (1684-1687). Não sobresahe na suave e correntia lhaneza d'essas cartas phrase que relembre o poeta, o galan, o acutissimo cultista da *Fenix renascida*. A contricção das rebeldias contra Deus envolveu a dos peccados contra a linguagem; e tão completa foi a emenda que chegou a ter merecidas honras de classico quem promettia involver-se na obscuridade dos Vahias, Sucarêlos e Alões de Moraes.

As *Cartas de uma religiosa portugueza* diz a tradição transmittida desde 1810 por *Boissonade* no *Journal des savans*, que foram escriptas por Marianna Alcoforado, religiosa em Beja, ao conde de Chamilly que, com o titulo de conde de Saint-Leger, serviu em Portugal, desde 1663, ás ordens de Schomberg.

Lopes de Mendonça cita umas phrazes com que Saint-Simon, nas *Memorias*, define o idolatrado amante da freira de Beja: «Era um homem alto e gordo, o melhor, o mais bravo, e o mais temente aos principios da honra; mas tão estupido e tão bronco que mesmo não se entendia que possuisse alguns talentos para a guerra.» [1] Em 1669 appareceram em francez as *cartas da religiosa portugueza*, traduzidas por Sublgny a quem o conde enfatuado confiara as originaes. J. Jacques Rousseau apostava que as cartas da religiosa haviam sido escriptas por um homem, e nós tambem, por diversas cau-

[1] *Semana* (periodico litterario) t. II, pag. 495.

sas das do philosopho das *Confissões*. Elle refuta que mulheres escrevam de amor assim tão sentidamente; nós impugnamos que, em 1663, no periodo de D. Bernarda Ferreira de Lacerda e soror Violante da Cruz, uma senhora escrevesse n'aquelle estylo parco, natural, desinfeitado, desluzido do ouropel do tempo. As nossas duvidas assentam na formação, e não tem que ver com a esthetica das amorosas suavidades, da entranhada saudade que chora n'essas cartas. O torneio, a indole e a contextura da phraze recende as olorosas meiguices do genero epistolar francez. Se o morgado de Matheus e Francisco Manoel do Nascimento deram ás cinco cartas chamadas authenticas um boleio de sabor classico, ainda mais lhes prejudicaram a contrafeita origem, porque na segunda metade do seculo XVII aquellas fórmas estavam esquecidas. «O nosso amigo Alexandre Herculano a quem consultámos (diz Lopes de Mendonça) é de opinião que as cartas são originalmente escriptas em francez, e pareceu-nos dar pouco credito á tradição que as attribue a uma religiosa portugueza». Este poderoso aviso devia excluir da serie dos productos litterarios portuguezes a ficção que pouco faz á nossa vaidade (NOTA 11).

## Academias

As academias multiplicaram-se e rivalisaram-se na Italia, quando a imitação das antigas litteraturas constituiu o facto regenerador chamado a *Renascença*, ao descondensarem-se as nubelosidades da idade média. En-

tre muitas, não podemos indicar uma só de mero apparato e infecunda phantasmagoria. A erudição irradiára das mais graduadas ás menos importantes, e todas ellas com ardente zelo ingeriram o gosto ás intelligencias do paiz mais impressionavel a todas as feições das bellas artes.

Em Portugal, a época das academias foi quasi extemporanéa. Propunham-se emendar vicios de eloquencia quando os mais viciosos eram os academicos. Em quanto a lingua se manteve esclarecida pelos reflexos dos quinhentistas, não houve academias, não houve vocabularios; e as grammaticas systematicamente analogicas e modeladas pelas latinas quasi nada entendiam com a indole caracteristica da lingua portugueza. [1] É para espantar a perfeição que attingiram poetas e prosadores seiscentistas sem outros elementos da formação linguistica além das inferencias etymologicas, adquadas á indole de um idioma quasi a subitas regularisado e enriquecido pelas *Decadas* e pelos *Lusiadas*. O pensamento do primeiro diccionario da lingua nasceu entre academicos; mas essa necessidade não a reconheceram ainda os seiscentistas da *Academia dos Generosos*, fundada em 1647 por D. Antonio Alvares da Cunha, herdeiro das boas tradições litterarias de seu tio o arcebispo historiador D. Rodrigo da Cunha, e compilador da *3.ª Parte* das *Rimas* de Luiz de Camões. O trinchante-mor Antonio Alvares da Cunha (1626-1690) escreveu opusculos historicos; mas não é auctor da *Rebellião de Ceylão*, co-

[1] Conheciam-se ao fim do seculo XVII a grammatica de Fernão de Oliveira (1536) a de João de Barros (1539), o *Methodo grammatical* de Amaro de Roboredo (1619) e a *Grammatica* do padre Bento Pereira (1672).

mo querem José Carlos Pinto de Sousa, na *Bibliotheca historica de Portugal*, e o sr. Figaniere na *Bibliographia historica portugueza*, ambos illudidos pelo equivoco de Diogo Barboza Machado na *Bibl. Lusit.* A *Rebelion de Ceylan* é de auctor castelhano.

Na *Academia dos Generosos*, se não floreceram, vegetaram os nomes de maior tomo nas lettras, e alguns dos mais levantados na gerarchia. D. Francisco Manoel de Mello, na qualidade de academico, não levou vantagem aos seus confrades na pauta dos preceitos da oratoria e poetica, por que ambos os assumptos ahi exercitou, exemplificando-os com máo discernimento. Desde 1667 até 1685 a Academia não funccionou. Reappareceu, porém, n'aquelle anno; foi renovada em 1693, e entrou com melhores auspicios no seculo de setecentos como logo veremos (Nota 12).

A *Academia dos singulares*, fundada em 1663, durou até 1665. São conhecidos dois tomos das suas *Conferencias*, publicados em 1665 e 1668.[1] Nenhuma das academias coevas e decerto inferiores tem soffrido tantas vaias e chacotas. Escriptores maximos e minimos envidaram o pulso da sua critica a fazer rir á custa dos academicos *Singulares*, quando não revezam o epigramma á *Academia dos humildes e ignorantes*, sociedade que nunca existiu. Não merecem tal mofa as producções d'esse grupo de eruditos que enriqueceu o vocabulario na parte da phraseologia popular, a mais difficil de colligir na leitura dos livros convencionalmente considerados de primeira ordem. As ora-

[1] O professor de litteratura, sr. Dr. Theophilo Braga, no seu *Manual*, pag. 366, diz que os volumes são *cinco*. Os bibliophilos mais investigadores só conhecem dois.

ções recitadas não eram tão banaes e estolidas como inculcam os desdenhosos, deixando-nos suspeitar, em abono da sua capacidade, que não as leram, e escreveram de oitiva. Se por vezes os academicos dissertaram ácerca de frivolidades, que não o eram em relação á época, outras vezes versaram assumptos que denotam vontade forte de combater a ignorancia: «Que importa haver sujeitos e aulas, se faltar a vontade de se seguirem?— exclamava um dos socios — Consta a racionalidade do homem de tres potencias que nos dividem dos mais (animaes). Que me importa a mim ter uma memoria se me não serve de perceber as lições? Que me valêra a mim fazer immortal meu nome? Que me valêra ter um entendimento muito claro se com elle não discursára nas sciencias? De que me servira a vontade, se não abraçára as occasiões em que podera dar lustre ao meu ser? Pois imagino que ninguem poderá dizer: — sei o que basta.» O doutor João de Almeida Soares, idólatra do cantor do Gama, orando em 1663, nos conta que houve quem offerecesse vinte e quatro mil cruzados pelas cinzas de Camões. «Por essas reliquias — diz elle — cinzas ou ossos que temos em Santa Anna, davam os venezianos ao senado de Lisboa vinte e quatro mil cruzados para ajuntarem ao seu este maior thesouro.» Eis aqui alguma coisa que vale a pena destrinçarmos das bagatellas. Os poemas, se não tinham as indigestas opilações classicas, nem aspiravam á gravidade soporosa dos futuros arcades, eram alegres, e intervalavam de risos as lucubrações alatinadas dos socios. O doutor Simão Cardozo Pereira afinava a lyra para cantar os olhos de quem quer que fosse; mas não victimava os ouvintes á idealisação etherea do seu lyrismo.

Disse um certo poeta
de dois olhos formosos, que attendia,
que eram duas alampadas accezas,
que nas capellas cada qual ardia:
não foi máo pensamento;
porém não serve para meu intento,
que presumo que Anarda não acceite
ter meninas de luz, alvas de azeite.
Outro do nosso tempo
a dous olhos galhardos, lisongeiros,
ou dous soes lhe chamou, ou dous luzeiros.
Isto, se foi conceito,
para os olhos de Anarda não tem geito;
por que, se a mathematica não erra,
é o sol muita vez maior que a terra
e serão disparates bem estranhos
querer n'uma mulher olhos tamanhos. etc.

Estas facecias são a especie melhorada das que nós hoje em dia applaudimos nos theatros, e, em pleno cume de civilisação, vemos preferidas ao drama classico, e ás idéas profundas envoltas nas austeras roupagens da philosophia. Raros assumptos historicos poetaram; mas é digna de ler-se a *Sylva* intitulada *Conquista da India*, que foi premiada. Nos romances de Sebastião da Fonseca e Paiva ha que aproveitar quanto aos costumes contemporaneos. Ali aprendemos nomenclaturas que não se encontram em livros de outra esphera. Ensina o que era o *mochachim* na festa da Annunciada, a dança da *bogiganga*, os *borlatins de Italia*, o *baile do Saltarelo;* e, na *Serpentomaquia*, em que Antonio Lopes Cabral descreve a batalha da serpe com o drago, são curiosissimas as miudezas das festas populares. A todos os socios excede em graça um pouco desbragada Simão Car-

dozo Pereira na *Sylva* dedicada ao *Chafariz do Rocio que está doente de pedra.*

O douto litterato, sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, com a sisudeza caracteristica das suas apreciações, escreve o seguinte ácerca da *Academia dos Singulares:* «Dei-me ao trabalho de ler os discursos dos presidentes, e fiquei inteirado de que são ricos de boa linguagem; mas recheados em demasia de textos latinos e escriptos em um estylo exagerado e insuportavel de antytheses, de *conceitos*, de hyperboles e de semsaborias.» Não obstante, os escriptos dos *Singulares* entraram elementarmente na organisação do *Diccionario da Academia*, «por serem os engenhos mais celebres da sua idade, e pela abundancia de vozes e phrazes familiares que se encontram nos mesmos escriptos; sendo difficil que se nos deparem taes locuções fora do estylo jocoserio, que é o predominante n'aquellas locuções». [1]

A *Academia das conferencias discretas e eruditas*, instituida no palacio do 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, mesclava-se de homens instruidos, sem distincções genealogicas. D. José Barboza no *Elogio* que em 1745 publicou do conde fundador, diz que nas *Conferencias eruditas* «foram mestres de materias scientificamente agradaveis os primeiros homens d'esta côrte como Fernão Telles da Silva, 2.º marquez de Alegrête, *D. Francisco Manoel de Mello*, Julio de Mello e Castro, etc.» Quanto a D. Francisco Manoel de Mello, o panegyrista Barboza equivocou-se. D. Francisco Manoel morreu em 1666, e o conde fundador das *Con-*

[1] *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, etc. t. I, pag. 158; e *Diccion. da lingua port. no eathalogo dos auctores e obras que se leram*, etc.

*ferencias eruditas* nasceu em 1673. Vem de longe o sestro dos anachronismos á conta da confusão que lhes fazem os condes da Ericeira.

Nos ultimos annos do seculo XVII, houve outras academias como a *Instantanea* do bispo do Porto, D. Fernando Correa de Lacerda, e a dos *Solitarios* de Santarem, que não tiveram mais gloria que presistencia. Não se confunda com essas, como é costume, a *Academia dos occultos*, que pertence ao reinado de D. José I, e ainda se exercitava dignamente em 1754.

# CAPITULO XI

## SEXTA EPOCHA

### (Seculo decimo oitavo)

PROSEGUIMENTO DAS ACADEMIAS — O conde da Ericeira — Academia portugueza — Boileau e D. Francisco Xavier de Menezes — ACADEMIA REAL DA HISTORIA PORTUGUEZA — Diogo Barboza Machado — Ignacio Barboza — D. José Barboza — Francisco Leitão Ferreira — José Soares da Silva — Sebastião da Rocha Pita — Fr. Manoel dos Santos — D. Antonio Caetano de Souza — D. Raphael Bluteau — OS PERCURSORES DA REFORMA — Antonio Nunes Ribeiro Sanches — Francisco Xavier d'Oliveira — Luiz Antonio Verney — Alexandre de Gusmão.

## § I

### Proseguimento das Academias

O conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, reunia, todos os domingos, na sua magnificente livraria, os restantes socios da *Academia dos Generosos*, com os renovos que a amplificaram, depois que D. Pedro e D. Diniz da Cunha, filhos do fundador, a reverdeceram com alguns sabios doutrinados em melhor tempo. As depreciadas assembléas litterarias do seculo an-

terior, dado que não alargassem a área das sciencias, estimularam ambições honrosas; e, apodando-se umas ás outras, colheram os costumados fructos da rivalidade. As *conferencias eruditas* continuaram no mesmo palacio da Annunciada; ou, com mais exactidão, as duas assembleas identificaram-se, resolvendo questões philologicas, e inaugurando palestras de sciencias physicas e moraes. É contemporanea, e não menos justificada pelos seus trabalhos, a *Academia dos Anonymos*, d'onde sahiu a obra intitulada *Progressos academicos dos Anonymos de Lisboa* (1718). Collaboraram n'este livro Francisco Leitão Ferreira, José do Couto Pestana, Fr. Simão Antonio de Santa Catharina, e outros, que «todos se tinham em conta de grandes homens (diz Francisco Xavier de Oliveira) e verdadeiramente era uma conta em que todos os homens os tinham; porém, com suas differenças, que eu não sei fazer, ou com suas desegualdades que póde ser que elles não quizessem confessar».[1]

Na *Academia dos Applicados* consociaram-se *D. Manoel Caetano de Souza, D. Celestino Seguineau, D. Thomaz Caetano de Bem, D. Raphael Bluteau*, e outros eruditos que depois encontramos na *Academia real de Historia Portugueza*, accentuando com louvavel empenho as suas indoles litterarias em trabalhos de incontestavel valia. Da *Academia Portugueza*, instituida pelo conde da Ericeira em 1717, sahiram os academicos de numero da *Academia real de Historia Portugueza*, fundada por D. João v em 1720.[2]

[1] *Mémoires du Portugal*, t. II, pag. 373.

[2] Não merecem larga menção as *Academias dos Laureados* (de Santarem), a *Problematica* (de Setubal), a de Guimarães, a dos *Esquecidos* (Bahia), a dos *Felizes* (Rio de Janeiro), e mais tarde a dos *Renascidos* (Bahia).

Diremos primeiramente do mais laborioso e activo propulsor das academias particulares, *D. Francisco Xavier de Menezes*, 4.º conde da Ericeira. Os seus escriptos estagnaram-se na grande repreza das obras condemnadas pela inutilidade dos assumptos. D. Francisco foi o espirito mais esterilmente afadigado, e o mais symbolico das academias de sua eleição. A estrondosa nomeada que o laureou por espaço de meio seculo deram-lh'a os generosos affectos com que chamou a si os doutos, promiscuamente fidalgos e plebeus. No respeitante á authoridade dos escriptos, cremos que os seus panegyristas lhe antepozeram a primazia gerarchica do nascimento, e o zelo ardente com que intentava reformas em lettras, sendo elle o mais carecido da regeneração do gosto. Dispendeu-se em *Elogios*, *Panegyricos*, *Contas de Estudos*, *Orações academicas* no mais inflado estylo, e algumas *Relações de Campanhas* tão empoladamente escriptas que debilitam a mais curiosa paciencia. Algum interesse bibliographico e como indice do contheudo nos 15 tomos das *Memorias*, pode colher-se da leitura dos seus *Cathalogos* e *Extractos* de livros raros impressos e ineditos, e da explicação de medalhas, e pelo que pertênce á lapidaria e epigraphia. A sua obra de maior folêgo, a *Henriqueida*, é escassa de invenção, enfronhada de preceitos rancidos para a poesia epica, está rigorosamente alinhada pelo prumo da legislação convencional, e dispára em semsaboria continua, sem intercadencia para descanço de quem lê. Traduziu a *Arte poetica* de *Boileau*, em oitava rima, e enviou-a inedita ao principe da satyra, ao oraculo das turbas poeticas, que, volvidas da Grecia e Roma, tinham os olhos fitos na França, e acompanhou o manuscripto de uma

epistola em versos francezes. O auctor do *Lutrin* agradeceu n'estes termos:[1]

«Posto que minhas obras hajam estrondeado no mundo, nem por isso me tenho em grande conta; e, se os louvores que me dão me desvanecem agradavelmente, com certeza me não cegam; confesso, porém, que a traducção que v. ex.ª se dignou fazer da minha *Arte poetica*, e os elogios que me aderessou com ella, me influiram verdadeiro orgulho. Não posso considerar-me homem vulgar, vendo-me tão singularmente nobilitado. Quiz-me parecer que um traductor de vossa capacidade e gerarchia me era titulo de merito a distinguir-me entre os demais escriptores d'este seculo. Eu apenas conheço imperfeitissimamente o vosso idioma, do qual ainda não tive algum estudo particular; e todavia pude entender assás a vossa versão para a mim mesmo me admirar, e crêr que sou mais habil escriptor em portuguez que em francez. E, de feito, exprimidos por vós, os meus pensamentos opulentam-se. Mudaes em ouro tudo que tocaes. As proprias pedras — digamol-o assim — entre vossas mãos convertem-se em joias. Depois d'isto, como quereis que eu vos indique as passagens em que vos desviastes do senso original? Se, em vez das minhas idéas, tivesseis menos attentamente empregado as vossas, bem longe de reclamar as minhas, eu me aproveitaria do vosso descuido, e as adoptaria logo para me honrar com ellas. Mas não vejo lanço para tal prova. Na vossa traducção tudo é justo, exacto e fiel. E dado que me exalceis com adornos, por aqui me entrevejo em tudo. Não digais, pois, senhor, que receais não me

[1] Traduzimos a carta de Boileau, por nos parecer detestavel a versão que se publicou na edição da *Arte poetica*, feita em 1818.

haver entendido; dizei-me antes como lograstes perceber-me tão a ponto, decifrando até na minha obra umas subtilezas que eu julgava só poderiam entendel-as pessoas nascidas em França, e educadas na côrte de Luiz, o grande! Claramente descubro que não sois estrangeiro em paiz algum, e sois de todas as côrtes e nações, graças á perfeição do vosso saber. A carta e os versos francezes com que me honrastes são optimo testemunho. Aqui, apenas encontro estrangeiro o vosso nome; e não ha em França homem de fino espirito que as não quizesse haver escripto. Mostrei-as a muitos dos nossos mais grados escriptores. Não achei um só que as não admirasse grandemente, e me não dissesse, que se taes louvores recebesse, vos teria consagrado volumes de prosa e verso. Em que conta, pois, me tereis, se tão sómente vos respondo com uma carta de simples agradecimento? Accusar-me-heis de ingrato ou descortez? Nem uma nem outra cousa sou, senhor. Francamente vos direi que não faço verso ou prosa, quando me praz. Apollo é para mim uma divindade caprichosa que me não dá, como a vós, audiencia a toda a hora. Faz-se mister esperar o ensejo favoravel. Quando elle vier, aproveital-o-hei, e, mal de mim, se não morro desempenhado de parte do debito de vossos elogios! O que de antemão vos assevero, é que na primeira edição das minhas obras, hei de incluir a vossa traducção, e não perderei azo de fazer saber a toda a terra que desde a extrema do nosso continente e lá de tão longe como das columnas de Hercules, me vieram os applausos de que mais me orgulho, e a obra de que mais me honro. Sou etc.... »

O conde da Ericeira, envaidecido com a carta de *Boi-*

*leau Despréaux*, e mais ainda com a promessa de se ver impresso nas obras do poeta de Luiz XIV, não publicou a sua versão da *Arte poetica*. A carta que trasladamos era datada em 1697; e, quatro annos depois, em 1701, *Boileau* editava as suas obras, allegando em desculpa da não cumprida promessa o seguinte: «... Bem quizera eu desquitar-me da promessa que lhe fiz; (ao conde da Ericeira) de imprimir a sua excellente versão em seguimento das minhas poesias; desgraçadamente, porém, um meu amigo a quem a emprestei desencaminhou o primeiro canto; e eu tive a viciosa vergonha de escrever para Lisboa pedindo segundo traslado.»

Este descaminho do canto I é um subterfugio, que nos inculca talvez falta de sinceridade, se não antes, a duvidosa probidade litteraria de *Boileau*. Este aleijão, vulgarissimo nos talentos superiores, vamos apalpal-o na transcripção de outras cartas, uma das quaes *Despreaux* devera ter queimado, quando, no fim da vida, classificava os ineditos confirmativos da sua immortalidade. Em 1701, escrevendo a *Brossette*, dizia: «... Haverá quatro annos que o conde da Ericeira me enviou a truducção portugueza da minha *Poetica* com uma carta obsequiosissima, e versos francezes em meu louvor. Eu sei bastantemente a lingua hespanhola; mas não entendo bem o portuguez, que é diversissimo do castelhano,[1] pelo que me louvo na opinião alheia, avaliando-lhe a versão; mas individuos sabedores d'aquella lingua, aos quaes mostrei a obra, asseveram-me que é cousa maravilhosa. Afora isto, o senhor da Ericeira é um dos mais qualificados fidalgos portuguezes, e é filho de uma

[1] Vê-se que não sabia alguma das linguas.

senhora, segundo dizem, prodigiosamente illustrada. Mostraram-me cartas d'ella, em francez, onde não ha phrase que denote estrangeirismo.[1] O que mais me agrada, tanto do filho como da mãe, é que os acho despidos de preconceitos e falsos brilhos de seu paiz, e me não parecem ter a cabeça muito esquentada pelo sol da sua terra. Dir-vos-hei alguma coisa mais a tal respeito, nas minhas cartas, quando publicar a edição pequena, e talvez vos envie os versos francezes que elle me remetteu.» Esta carta é de julho, e os periodos que vão ler-se são de outra carta de outubro do mesmo anno: «... Apoquenta-me bastante não poder mandar-vos já os versos do conde da Ericeira, porque, para os achar, ser-me-hia preciso remexer toda a papelada, que não é pouca, *e demais d'isso* (aqui vem o lanço de probidade de *Boileau*) *não acho que os versos sejam dignos de publicidade. É empreza de costa acima escrever em lingua estranha, quando não temos frequencia dos naturaes do paiz*; e tenho por seguro que se Terencio e Cicero voltassem ao mundo, ririam a trancos das obras latinas dos *Fernel*, dos *Sannazaros* e *Muret*. Não duvido que haja bastante espirito nos versos francezes do illustre portuguez de que se trata; *mas francamente, são portuguezes de mais*, pelo mesmo theor que ha muito francezismo nos poetas francezes que hoje em dia escrevem latinamente, etc.» Confronte-se isto com as tumidas lison-

[1] Esta senhora, D. Joanna Josepha de Menezes, escreveu o *Panegyrico* da duqueza de Saboya, Maria Joanna Baptista (1680); traduziu *Reflexões sobre a misericordia de Deus*, etc., da duqueza de *la Valière* (1694), e escreveu em castelhano um poema intitulado *Despertador del alma al sueño de la vida* etc., que corre impresso desde 1695 com o nome do creado da traductora *Apolinario de Almada*. As obras uteis ou preciosas d'esta senhora, se as houve, perderam-se no terremoto de 1755.

jas do traductor. Esta carta appareceu pela primeira vez na edição de 1716, feita por *Brossette*, a quem ella fôra escripta. Mau serviço prestou o editor ao seu amigo. O conde da Ericeira, fallecido em 1743, provavelmente viu a carta, e, comparando-a com a outra, resolveu não publicar a sua versão da *Arte poetica*, desgostoso do seu trabalho, e ferido no seu amor proprio pelo panegyrista de 1696 e detrahidor em 1702. Como quer que fosse, na parte II do *Almanach das Musas* appareceu, depois da morte do conde, a traducção do poema do academico francez; e, na edição de 1818, vem tambem a versão da carta de *Boileau*. Essa foi o mais mordente ultrage que se fez á memoria do nosso sincero fidalgo e mallogrado escriptor.

Na *Academia Real da Historia Portugueza* condensam-se as mais poderosas intelligencias, aquecidas pelo bafejo real que, mercê do sestro de imitar Luiz XIV, permittiu que tambem as lettras houvessem quinhão da sua liberalidade. Decretou o monarcha, em 4 de janeiro de 1721, a creação de uma academia *em que se escrevesse a historia ecclesiastica d'estes reinos, e depois tudo o que pertencesse á historia d'elles e de suas conquistas*. Decretava-se que as intelligencias como automatos se movessem na direcção que o rei lhes imprimia. Eram os obreiros da idea real arrebanhados com estipendio. E' que a desvalia dos seus productos anteriores leval-os-hia á banca-rota do talento, se o braço real os não esteiasse: tão falidos andavam de creditos, e tão longe estavam do patrocinio do povo pela nenhuma relação dos seus escriptos com as coisas reaes da vida. As magnificas edições da *Academia Real de Historia* pagava-as a nação, mediante a magnanimidade do soberano;

porém, pelo vêso em que estamos de excluir a collectividade popular das bizarrias dos reis absolutos, a D. João v pessoalmente se adscrevem as munificencias pecuniarias havidas com o aparato luxuoso dos productos academicos. Querem que elle fizesse sabios, como fez o convento de Mafra, e o aqueduto das aguas, e a capella de S. Roque.

São credores de estima alguns membros d'esta laboriosa corporação, que mais se distinguiram entre os cincoenta fundadores. A *Bibliotheca Lusitana* de *Diogo Barboza Machado* representa, na parte bibliographica, o improbo lavor de colligir, de investigar e cathalogar; na parte critica, Barboza Machado carecia de luzes que não tinha de casa nem dos seus confrades academicos. Os equivocos e anachronismos, as erradas inducções e as confusas homonymias que nos podem illudir na *Bibliotheca Lusitana* são defeitos correctos pelo sr. Innocencio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico*. O alto preço a que não obstante tem chegado a *Bibliotheca Lusitana*, desvalida litterariamente pelo decurso de cem annos e por novos processos criticos, é um facto bibliomaniaco, estranho ao merecimento real. E', ainda assim a muitos respeitos, estimavel a obra do abbade de S. Adrião de Sever, nascido em Lisboa, por 1682, e fallecido em 1772. Foi possuidor de preciosa livraria que doou, por conselho do arcebispo Cenaculo, a D. José I, depois do terremoto de 1755. Esta livraria faz hoje parte da Bibliotheca publica do Rio de Janeiro.

Nas *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o reinado d'el-rei D. Sebastião*, colligiu Barboza Machado alguns papeis ineditos, que indemnisam o estudioso das superfluidades eruditas, e derramadas intermis-

sões de cousas alheias da historia. Falta a Barboza a concisão da linguagem, que elle engrinalda de flores sem brilho nem aroma. A seu irmão Diogo dizia Ignacio Barboza: «Irmão, o vosso estylo é pomposo, e o meu é florido, sabeis por quê? Por que nem vós nem eu somos capazes de escrever como frei Luiz de Sousa, ou descrever, v. g. o *satyro* de Bemfica.» [1] Aquelle que se jactava de estylista florido assás o demonstrou no 1.º e unico tomo que publicou dos *Fastos politicos e militares da antiga e nova Lusitania*, etc. (1745). O terceiro dos Barbozas, D. José, clerigo theatino, e chronista da casa de Bragança, foi doutissimo poliglota, famoso prégador, e mediano historiographo como se infere do *Cathalogo chronologico, historico, genealogico e critico das rainhas de Portugal e seus filhos*, etc. (1727), se o conferirmos com as *Memorias das Rainhas de Portugal* por Frederico Francisco de la Figanière (1859.) Não chegou a escrever a *Historia da Casa de Bragança*, incumbencia que recebera de D. João v.

O padre *Francisco Leitão Ferreira* escreveu as *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra* (1729). E' completa a historia das transferencias da Universidade; abrange ainda a de 1537; mas não chega ao tempo em que a Companhia de Jesus assumiu, por mandado regio, a direcção dos estudos. Leitão Ferreira tinha aptidão historica, e cortava com boa critica pelas invenções do chronista da «Provincia de Portugal» frei Antonio da Purificação (1601-1658). *José Soares da Silva*, fallecido em 1739, escreveu *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o go-*

[1] *Memorias* de Fr. João de S. José Queiroz, pag. 83.

*verno d'el-rei D. João I.* A linguagem turgida e impropria lezou o interesse d'esta importante historia que comprehende os cincoenta annos de mais bellas proezas e arrojadamente cavalleirosas. Quem lê Fernão Lopes e José Soares da Silva comprehende a heroica simplicidade que estrema D. João I das pomposas farfalhices do reinado de D. João V. E' da mesma tempera linguistica *Sebastião da Rocha Pita*, natural da Bahia (1660-1738) *Escreveu a Historia da America portugueza desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o de 1724.* E' a primeira historia geral do Brazil. Ao mesmo proposito, são estimaveis os trabalhos de Fr. Antonio de Santa Maria Iaboatão (*Novo orbe*, etc.) e as *Memorias* posthumamente impressas, de Fr. Gaspar da Madre de Deus.

O chronista Fr. *Manoel dos Santos* (1672-1740) monge de S. Bernardo, escreveu quatro tomos da *Monarchia Lusitana*, dos quaes se estampou um sómente que é a 8.ª Parte, constante dos reinados de D. Fernando a D. João I. Avantaja-se em predicamentos de historiador e escriptor a Fr. Raphael de Jesus; ainda assim não merece confrontar-se com os seus antecessores Brito e Brandões.

O theatino *D. Antonio Caetano de Sousa* (1674-1759) escreveu *Memorias* de alguns bispados ultramarinos, que não gosam inteiro credito, accrescentou um 4.º tomo ao *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso, e provou mais util estudo organisando treze tomos da *Historia Genealogica da Caza Real Portugueza*, etc. As genealogias podem ser instructivas pela relação que tem com a historia geral; mas não se procurem ahi as curiosas noticias, as anecdotas, que bosquejam a vi-

da social, e só se encontram nos livros de linhagens manuscriptos. D. Antonio Caetano de Sousa escreveu do unico modo compativel com a segurança pessoal e conservação do officio, delindo com benigna esponja as nodoas que encontrou nos manuscriptos do seu uso. As desgraças de Damião de Goes grangeou-as elle por genealogico e não por luterano. Desde que o inimigo do 1.º conde de Castanheira, ministro privado de D. João III, morreu victima da sua mordacidade de linhagista, os nobiliarios verdadeiros esconderam-se aterrados, e apenas aos panegyristas como D. Antonio Caetano de Sousa foi permittido imprimir (NOTA 13).

O primeiro vocabulario de sua lingua que os portuguezes tiveram devem-o a um estrangeiro. *Raphael Bluteau*, filho de pais francezes, nasceu em Londres em 1638. Aos trinta annos de idade veio para Portugal, como clerigo regular theatino, enviado pelo Geral da ordem. Estudou a lingua portugueza, e distinguiu-se no pulpito. Foi muito acceite á rainha D. Maria Francisca de Saboya; e, envolvendo-se em intrigas da revoltosa politica do tempo, sahiu desgostoso para França, d'onde voltou em 1704. Pouco depois, como se rompessem hostilidades entre Portugal e França, Bluteau, suspeito ao governo, foi recluso no mosteiro de Alcobaça, onde trabalhou no seu *Vocabulario* até 1713, anno em que voltou a Lisboa, feita a paz geral. O restante da vida até 1734 viveu-o socegado e litterariamente laborioso. Consoante as formulas scientificas e litterarias do seculo passado, o theatino devia ser um dos mais eruditos varões do seu tempo. Conhecia e fallava muitas linguas, expressando-se em grego e latim como na propria, dizem os admiradores. Para um só homem

que aprendera a lingua portugueza depois dos trinta annos, os seus trabalhos lexicologicos são assombrosos. Os enormes estendaes de erudição prejudicam bastantemente o vocabulario; revela imperfeito conhecimento da historia da lingua, e das suas derivações. Entre os individuos consultados para a formação do diccionario apparecem authoridades indignas de credito. Com referencia a idiotismos do Minho, consultou um *Manoel Tinoco de Magalhães*, de Braga, de quem confessa ter recebido *noticia de nomes pela maior parte ignorados*, como o proprio Tinôco. Este sujeito elementar do vocabulario escreveu um livro juridico sobre questões fradescas em que a lingua portugueza é trateada barbaramente.

Não ampliaremos a maior cathalogo os productos da *Academia real da Historia Portugueza*. Muitos outros devem ser inscriptos na historia litteraria de Portugal; mas os já referidos são os mais proeminentes e ajustados á historia da litteratura.

Diremos agora de alguns que não se filiaram nos trabalhos academicos; ou, se o ultimo dos que vamos estudar de relance lá pertenceu, com certeza nenhum dos seus productos póde ser chancellado pela rubrica da Academia de historia. Denominal-os-hemos os PRECURSORES DA REFORMA.

Quatro homens, illustrados fóra da patria, e por isso mesmo comprehendidos na liça da civilisação europea, collaboraram simultaneamente, mas com differente alcance e pulso nas reformas litterarias operadas durante o reinado de D. José I. Tem sido exclusiva e superabundantemente encomiado Luiz Antonio Verney, e quasi esquecidos os seus cooperadores, Francisco Xavier de

Oliveira, e mais ainda ingratamente olvidado na patria, quanto honrado no estrangeiro, Antonio Nunes Ribeiro Sanches, e Alexandre de Gusmão. São contemporaneos, e nascidos em annos aproximados, entre 1695 e 1713, quando alvorejava o dia do segundo renascimento da eschola classica.

*Antonio Nunes Ribeiro Sanches*, doutorado medico em Salamanca, viveu oitenta e quatro annos, desde 1699 até 1783, começando a estudar na infancia, em Penamacôr, sua patria, e dedicando-se ainda em idade provecta a honrar as sociedades scientificas de França ás quaes o elevaram merecimentos que deviam ser bem poderosos para distinguirem um forasteiro pobre. Impulsionado pelo amor á sciencia ou pelo receio do sancto-officio, do qual seus ascendentes haviam sido perseguidos, o doutor Sanches sahiu de Portugal, á volta dos vinte e sete annos, e nunca regressou. Estudou em Genova, em Londres, em Leyde, e estabeleceu-se na Russia onde foi medico e conselheiro da imperatriz Catharina. Em 1747 assentou de vez em Paris, e lá permaneceu trinta e seis laboriosos annos. Parte dos seus escriptos, impressos e ineditos, são dedicados a beneficio da patria; e do escripto que menos se conhece em Portugal e mais lhe interessa, daremos resumido extracto, por que inedito ou impresso, é como desconhecido entre nós.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches correspondia-se com os estadistas portuguezes. O marquez de Pombal não quiz, ou, apesar da sua omnipotencia, não logrou assegurar repouso na patria ao seu douto oraculo, em paga dos conselhos e providencias de grande espirito que o neto de hebreus lhe suggeriu de Paris, e o valido apro-

veitou, occultando-lhes a procedencia. A creação do *Collegio dos nobres*, por carta de lei de 7 de março de 1761, havia sido aconselhada por carta de Ribeiro Sanches datada de Paris, em 19 de novembro de 1759. Possuimos esta carta autographa. Contêm 129 paginas em 4.º maior. Não sabemos se um rarissimo livro intitulado *Cartas sobre a educação da mocidade*, impresso em Colonia em 1760, é o traslado d'este manuscripto. Não vimos ainda exemplar algum. Entre as obras ineditas do illustre medico, nomeadas na biographia que Vicq-d'Azir lhe escreveu e Francisco Manoel do Nascimento traduziu, ha uma intitulada: *Plano para a educação de um fidalgo moço*. Como quer que seja, o manuscripto precioso que possuimos, deve ser o original de alguma das duas obras. Dois escriptores portuguezes de subida reputação, ambos ministros de estado honorarios, os srs. José Silvestre Ribeiro e D. Antonio da Costa, enriqueceram recentemente a litteratura patria, com os seus livros intitulados *Historia da instrucção popular em Portugal desde a fundação da monarchia até os nossos dias*, e *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Os doutissimos authores, com certeza, aproveitariam optimos subsidios da leitura do raro livro de Ribeiro Sanches, se o manuscripto, que temos, é o rascunho do livro impresso em Colonia, cuja raridade o sr. Innocencio Francisco da Silva notou. O douto sr. José Silvestre Ribeiro, quando louva o progresso das lettras e artes no reinado de D. José I, recordaria com menção gloriosa o nome obscurecido do medico portuguez, e daria ao marquez de Pombal a parte mediana que lhe cabe no alvidramento da reforma da

universidade, do collegio dos nobres, das escholas militares, e do mais respeitante aos beneficios que a historia lhe desconta na bravia condição. Ribeiro Sanches, antes de indicar o methodo proficuo na educação dos fidalgos, discorre ácerca da educação antiga, e chegando ao meado do seculo XVI, escreve: «... Vimos acima que, desde o anno de 1500 até o anno de 1570, existiu o maior luxo que jámais viu Portugal. El-rei D. Manoel introduziu-o na côrte, e foi o primeiro que se vestiu umas vezes á franceza, outras á flamenga. Como não teve guerra na Europa, nem seu filho, nem seu bisneto el-rei D. Sebastião a tiveram, com as riquezas do Oriente cahiu a fidalguia no maior luxo, e por consequencia n'aquelle total esquecimento da boa educação que tinha ou no paço dos reis antigos ou em casa de seus paes. No tempo de el-rei D. Pedro, *o justiceiro*, tanto que se sabia no paço que tinha nascido algum filho de fidalgo, mandava logo el-rei a sua casa a provisão da moradia ou fôro que deixava em poder da mãe ou da ama que creava o menino, e n'estes tempos se chamavam os reis paes de seus vassalos. Depois, crescendo o numero, se ordenou que sómente se usasse d'esta graça com o primogenito, e d'esta resolução veiu a descahir aquelle amor da patria, porque faltou a boa educação que tinham no paço todos os filhos de fidalgos com moradia. «No tempo d'el-rei D. João II lhe representaram em côrtes que ordenasse se creassem os fidalgos no paço como era costume antigamente: signal certo que se educava alli a primeira mocidade do reino. Já dissemos acima que a educação da nobreza toda se reduzia a fazer o corpo robusto, e fortissimo, o animo ousado, e destemido; além d'aquelle agrado que reinava no galan-

teio, e serviço das senhoras, não deixavam de instruir o animo com aquelles poucos conhecimentos scientificos que se conheciam: sómente na familia do infante D. Henrique foi esta educação mais consideravel, porque sahiram muitos do paço d'aquelle famoso principe excellentemente instruidos nas mathematicas e boas letras, como foi o grande Albuquerque, e D. João de Castro.»

Discorre o dr. Sanches ácerca das causas que abastardaram a educação dos fidalgos: «Mas tanto que os reis tiveram mais que dar que as terras da corôa; tanto que tiveram commendas, governos, e cargos lucrativos, tanto nas conquistas, como no reino, logo os fidalgos começaram a cercar os reis, e ficaram na côrte; porque pela adulação, pelo agrado, e pelas artes dos cortezãos sabiam ganhar as vontades dos reis, não tendo aquellas occasiões forçosas de obrarem acções illustres para serem premiados por ellas.

«Isto vêmos succedeu no tempo d'el-rei D. Duarte, quando ordenou que todo o fidalgo, que não tivesse cargo na corte, que fosse a viver nas suas terras. Logo que todos os fidalgos fizeram a sua assistencia na côrte no tempo da paz, logo que seus filhos eram educados em suas casas, já ricas e poderosas pelas dadivas dos reis em commendas, pensões, governos e cargos, necessariamente se havia de seguir uma educação estragada; a meninice entregue nas mãos das amas, e de mulheres communs; a puericia entre as mãos dos criados, e dos escravos; até o tempo d'el-rei D. Sebastião poucos sabiam mais que lêr e escrever, porque já a eschola do infante D. Henrique estava acabada; e toda a educação se reduzia a saber os mysterios da fé, porque os seus mestres sendo ecclesiasticos e ignorantes

da obrigação de subdito, de filho, e de marido, chegavam á idade da adolescencia com o animo depravado: sem humanidade, porque não conheciam igual: sem subordinação, porque eram educados por escravas, e escravos, ficava aquelle animo possuido da soberba, e vangloria, sem conhecimento da vida civil, nem com a minima idéa do bem commum. Assim degenerou aquella educação do paço, na qual pelo menos aprendiam a obedecer, na mais insolente tyrannia de todos aquelles com quem tratavam.»

E vindo ao ponto da reforma urgente na educação da nobreza, escreve: «Parece-me que vistos os notaveis inconvenientes da educação domestica, e das escholas ordinarias, que não fica outro modo para educar a nobreza, e a fidalguia do que aprender em sociedade, ou em collegios: e como não é cousa nova hoje em Europa esta sorte de ensino, com o titulo de *corpo de cadetes*, ou eschola militar, ou *collegio dos nobres*, atrevo-me a propôr á minha patria esta sorte de collegios, não sómente pela summa utilidade que tirará d'esta educação a nobreza, mas sobre tudo, o estado, e todo o povo.»

Ahi está o aviso do christão novo, seguido, e executado dois annos depois, quanto á fundação do *Collegio dos nobres*. Depois indica o doutor Ribeiro Sanches as sciencias que devem ensinar-se já no collegio, já nas aulas militares. Todas entraram na organisação dos estatutos (Nota 14).

Escriptor de menos folego, porém mais de combate e propaganda, foi *Francisco Xavier de Oliveira*, mais litterariamente conhecido pelo «Cavalheiro de Oliveira». Nasceu em 1702. Em 1734 sahiu de Lisboa para Vienna d'Austria como secretario do conde de Tarouca. «Por

motivos que são para mim mysteriosos apesar do que se tem dito, largou o logar de secretario e passou para Hollanda em 1740» diz o sr. Innocencio Francisco da Silva (*Dicc. bibl.*, tom. III, pag. 90). Os motivos explica-os o proprio cavalheiro de Oliveira, no tom. II, pag. 241 das *Œuvres Mêlées*, ou *Discours historiques*, etc. Londres, 1751. Traduzimos: «Ignacio Maure Valmagini[1] ousou a insolencia de dizer em Vienna que a *Ordem de Christo* só servia ao rei de Portugal para recompensar os malandrins e devassos dos seus estados. E' espantoso, e todavia é certo que o conde de Tarouca, por via de regra, estrenuo defensor d'aquella ordem cujo habito usava, teve a pusillanimidade de disfarçar e até desculpar a petulancia de Valmagini. Eu de mim não lh'a pude perdoar; irritei-me a ponto de ameaçal-o de o despejar á rua pela janella; e de certo lh'o faria, se n'esse momento não houvera perdido o poder que já tivera de castigar quem ousasse ultrajar ou calumniar o meu soberano em minha presença. Este milanez teve parte nas desavenças que me apartaram do plenipotenciario; e isto me obrigou a deixal-o, a sahir do serviço de Portugal, e a defrontar-me com infindos infortunios travados desde então até hoje.»

Falto de recursos começou logo a publicar em Amsterdam as *Cartas*. O 1.º tomo sahiu em 1741; o 2.º em 1742, e parece, segundo o auctor confessa, que bons lucros auferia de Portugal, quando o sancto officio lhe estancou essa unica fonte de recursos. Narra elle assim, com altivez e aprumo na desgraça: «Disse eu na minha carta 56, e ainda agora repito, que *alguns padres da*

[1] Humilde architecto milanez, valido do embaixador de Portugal.

*igreja levados de certos principios (emprestados se póde dizer dos pagãos que tinham reconhecido a excellencia do celibato) preferiam este estado ao do matrimonio...* O padre inquisidor Frei Manoel do Rosario, revistando o 2.º tomo das minhas Cartas, fez a censura que vae ler-se. Tal censura que me alcunha de hereje, apesar de me lá chamar catholico romano, fez effeito e acertou o tiro. Não sómente occasionou a prohibição dos meus escriptos em Portugal, mas deu azo a que os inquisidores se apossassem de todos os exemplares das minhas obras existentes em Lisboa. Este roubo que me fizeram *in nomine Domini*, e sem escrupulo, causou-me grandissima perda.» E ajunta em nota: «Esta perda orçou por 6:000 cruzados, ou 500 lib. esterl.»

Em 1744 já estava em Londres, onde encontrou Sebastião José de Carvalho enviado de Portugal, e em 1746 abjurou solemnemente a religião catholica romana.

Em janeiro de 1751 começou a publicar os tres tomos das *Œuvres méslées* por subscripção. Diz que as escreveu primeiramente em portuguez para ensinar aos seus compatriotas o que uns ignoram, e outros não querem que se lhes diga; e accrescenta que estes vingaram amordaçal-o, de modo que os anathemas inquisitoriaes o fulminariam, se elle escrevesse no seu idioma, e lhe fariam perder irremediavelmente todo o fructo do seu trabalho. Ahi respira o protestante a largos pulmões invectivando contra o papado e contra a inquisição. Sem embargo de defender a perseguida raça dos israelitas, queixa-se de ter quatro assignantes apenas entre os judeus. «Como prova (escreve Xavier de Oliveira) de que a ignorancia dos judeus é tão crassa em Inglaterra como nas outras partes, é que eu só tenho quatro assi-

gnantes n'este paiz: o doutor *Castro Sarmento*, o sr. *Rabello de Mendonça*, o sr. *Abraham Vianna*, e o sr. *Rattom*...» Ha cincoenta annos—exclama elle—se a minha obra carecesse de subsidio, bastaria o que elles me dariam quando lá havia homens illustrados e generosos».

Como Francisco Xavier de Oliveira, desde o 1.º numero, atacara o sancto-officio, foi grande o seu jubilo quando leu na *Gazeta de Londres* que o rei de Portugal decretára que as pessoas condemnadas á morte pela inquisição, não fossem executadas sem previa revisão das sentenças, approvadas em conselho e assignadas por el-rei. «Quando principiei a publicar as minhas brochuras em janeiro, diz elle, não esperava receber tão cedo confirmação tão ponderosa como esta do rei!...» Não obstantes os clarões de vida nova que alvoreciam para Portugal, a sua apostasia inhabilitou-o para ser considerado portuguez, e haver dos espiritos seus correligionarios, como o conde de Oeiras, porém mais reservados em sua hypocrisia, algum beneficio. Com referencia ao terremoto de 1755, escreveu no anno seguinte um opusculo intitulado: *Discursos patheticos a respeito das calamidades presentes succedidas em Portugal dirigidas aos seus compatriotas, e em particular a S. M. F.* O protestante insinuava ao rei a apostasia; duvidava do purgatorio e tractava de superstição o suffragar os mortos. Roga a el-rei que extermine d'uma vez a inquisição. Não poupa, como era de justiça, os inquisidores, e contra os papas não é mais parcimonioso de vituperios. Advoga a plena liberdade dos hebreus. Atacando uma superstição para cahir em outra de egual especie, affirma que o terremoto era a expressão da justiça divina irada contra o modo

como em Portugal idolatramente os homens se dirigem a Deus, á laia de todos os catholicos romanos. Vota pela abolição do culto das imagens dos santos. Condensa em poucas paginas um livro condemnado em 1750 que por esse tempo se reproduziu em logar incerto, com o titulo de *Dissertation sur l'honoraire des messes*, attribuido a *Dom Guiard*.

Este folheto abriu o corpo de delicto para o processo de Francisco Xavier de Oliveira no tribunal da fé. Foi *relaxado em estatua*. Semelhante pena na ausencia equivalia a ser queimado vivo se estivesse ao alcance dos familiares do sancto officio. Quando garrotaram o padre Malagrida, em 1761, tambem queimaram a estatua do hereje Oliveira.—«Rara coincidencia! (nota discretamente o biographo que accrescentou á segunda edição das *Cartas* a noticia do auctor) Sahirem condemnados no mesmo Auto o chefe do partido dos devotos e o maior adversario d'elles!» Isso, porém, não impediu que Francisco Xavier de Oliveira ainda vivesse vinte e dois annos, postoque pobremente. Morreu em Hachney em 1783, já viuvo de sua segunda mulher Eufrozina de Puecbberg e Enzing, com quem cazara em 1743 em Vienna d'Austria, sendo já viuvo de D. Anna Ignez de Almeida, quando sahiu de Portugal.

Francisco Xavier de Oliveira é estimavel e prestante pelas suas cartas mais eruditas que familiares; mas, como quer que sejam, importantes pelo bosquejo dos costumes coevos É principalmente curioso nos livros qué escreveu em francez em que anecdoticamente descreve a corrupção dos maiores vultos do seu tempo. Nas *Memoires du Portugal* repelle bizarramente as calumnias propaladas por escriptores estrangei-

ros contra Portugal. Pobre e sequestrado da patria, paga-lhe o desamor escudando-a das injurias de extrangeiros mas resalva o direito de exprobar as instituições que aviltam o seu paiz.

As obras do cavalheiro de Oliveira precederam as de Voltaire na convivencia dos principaes personagens que o conde de Oeiras chamára á direcção dos negocios e da instrucção publica. O anathema que fulmina o 2.º tomo das *Cartas* deu aos livros do escriptor desterrado os predicamentos do fructo prohibido. A raridade do livro acrisolou a curiosidade, e predispoz os animos para acceitarem os outros opusculos virolentos como as diatribes de todos os apostatas de uma religião, e neophitos escandecidos de outra. Francisco Xavier de Oliveira conhecia insufficientemente duas linguas em que escreveu. A pretendida singeleza do seu dizer era verdadeiramente escassez de significados; no entanto, os seus tres tomos das *Oeuvres mèslées* são uma obra de lucta a todo o trance em pró da liberdade de consciencia: tem o principal das idéas que desde a Reforma soavam na Europa, excepto em Portugal. Pena é que da altura dos grandes principios cartesianos em philosophia se abata a remedar as chocarrices dos maus imitadores de Voltaire.

Com mais prestadíos e humanitarios propositos floreceu no mesmo periodo de gestação o arcediago *Luiz Antonio Verney*. Nasceu em 1713, graduou-se mestre em artes na universidade de Evora, e, sahindo da patria, doutorou-se em ambos os direitos na universidade de Roma, d'onde nunca voltou mais a Portugal, e falleceu em 1792. É considerado, em relação á epoca, insigne philosopho pelos seus livros didaticos; e, mo-

dernamente, um historiador da Philosophia portugueza o colloca na vanguarda dos que concordaram a philosophia com a theologia. [1] Verney segue Condillac e Locke na sua logica: é sensualista. Por causa d'este systema que tanto destoava da eschola aristotelica pura, foi o innovador atacado pelos accessores da eschola jesuitica, e nomeadamente pelos padres José de Araujo, Joaquim Rebello e Francisco Duarte, vigorosos polemistas do instituto. Porém, como a causa estivesse decidida pela maioria dos votos intelligentes a favor do arcediago de Evora, os contendores mais o vulneraram com insinuações insidiosas de jansenismo de que por concludentes raciocinios. O *Verdadeiro methodo de estudar* do *Padre Barbadinho* (Verney) é o motor mais progressivo que a chamada edade de ferro das lettras portuguezas podia receber, não só de um homem, senão de uma academia empenhada na reforma. Verney, só de per si, multiplicando-se com diversos disfarces anonymamente para redarguir victorioso aos diversos adversarios, fez mais que as academias que o precederam e seguiram, completamente estranhas aos assumptos capitaes da instrucção moral, e, pelo commum, embevecidas em legislar poeticas para o theatro, e rectoricas para os discursos. Na victoria do egregio lidador influiam bons auspicios,

[1] Não foi Verney, todavia, quem deu em Portugal o rebate da philosophia carteziana e impulsionou o accordo de Aristoteles com Newton. O padre João Baptista, da congregação de S. Filippe Nery, ensinou philosophia, conciliando a doutrina aristotelica com os systemas de Descartes e Newton, e (diz Diogo Barboza Machado na *Bibliot. Lusit.*) alcançou a gloria singular de ser o primeiro que n'esta côrte dictou a philosophia moderna, em cuja ardua empreza manifestou o incansavel desvelo do seu estudo e a subtil penetração do seu juizo «Publicava o padre João Baptista em 1746 o seu novo methodo philosophico. Barboza dá os titulos latinos dos dois primeiros tomos em folio.

por que, embora silenciosos durante a lucta, eram de sua parcialidade todos os homens illustrados como o franciscano Cenaculo e o congregado Francisco José Freire. Luiz Antonio Verney polira em Italia, no crizol de todas as renascenças, as armas com que luctou e venceu. Gosou largos annos ainda do seu triumpho, por que a semente lançada por elle á terra portugueza fructificou rapidamente, e deu fructos sasonados no dia 23 de dezembro de 1770, quando uma *Carta regia* creou a *Junta da Providencia litteraria*, cujos membros, para assim dizer, sectarios de Verney, eram os encarregados de planearem os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. O author do *Methodo de estudar*, se residisse em Portugal, permaneceria esteril como grande parte dos seus sequases. A distancia d'onde remessava os dardos deu-lhe a coragem inflexivel. Em Portugal não teria galardão nem braço poderoso que o affoitasse; senão vejam com que ingratidão o rei e o seu universal ministro deixaram esquecido em Roma o portuguez mais distincto em variada sciencia. Verney para todo o bom saber de humanidades deu bons alvitres, mas como escriptor e muito menos correcto que os seus adversarios da Companhia de Jesus, e muito inferior aos homens que na Europa abalisaram os grandes progressos. Os seus triumphos proporcionaram-lh'os as circumstancias muito mais do que a alta comprehensão a que não soube elevar-se. Encontrou já desbravada a maior espessura dos espiritos portuguezes pelo *Theatro critico* de Feijó. Portugal leu tanto como Hespanha as audacias revolucivas d'aquelle critico. Os admiradores de Luiz Antonio Verney foram educados pelo hespanhol que floreceu vinte annos antes. Poucos dos mais consagrados monumentos

da litteratura portugueza deixou de vincar com a satyra. Escarnece dos versos de Botelho Souto-mayor e Chagas; e com egual sorriso affronta Luiz de Camões, indignando-se que o hajam comparado e anteposto a Homero. Isto marca a myopia analytica de Verney e dos outros que lhe provocaram a critica; porque o entrar em confrontações de poetas da renascença com os remotos modêlos denota que a analyse não póde chegar á intellecção do altissimo espirito de nacionalidade dos *Lusiadas*. Trigoso na sua *Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa* (*Mem. da acad.* tom. VI) apreciou com desapaixonado respeito o author do *Verdadeiro methodo:* «Verney não era o unico portuguez que então conhecia a geral decadencia dos nossos estudos, ou melhoramentos que elles podiam admittir; além d'isso, estava mui longe de ser um escriptor digno de imitação pelo seu estylo, e pela sua linguagem; mas foi o primeiro que melhor soube, e até por estar ausente da patria melhor pôde combater o antigo systema litterario em toda a sua extensão, e abrir o caminho a mais aperfeiçoados methodos de estudos. Se muitas vezes arrancou incautamente a boa com a má semente do campo da nossa litteratura; se a sua critica, além de severa, se mostrava muitas vezes pungente e desabrida, foi por estes mesmos defeitos que elle conseguiu accelerar a saudavel reforma dos bons estudos. A sua obra foi um verdadeiro pomo de discordia que excitou os lettrados de todo o reino e de fóra d'elle a sustentarem reciprocamente com todo o apparato ou de rasões ou de injurias a boa ou má causa que cada um patrocinava: d'estes primeiros combates se podia facilmente prever a quem pertenceria a victoria.»

*Alexandre de Gusmão*, nascido na villa de Santos, na provincia de S. Paulo, doutorou-se em direito civil em Paris, cursou direito patrio em Coimbra, entrou logo na carreira diplomatica, fazendo parte do congresso de Cambraia, e foi enviado a Roma. Serviu nove annos de secretario particular de D. João v, emprego que não significa valimento, porque desde D. João IV os secretarios de cada rei eram muitos simultaneamente. Foi membro da Academia Real de Historia portugueza; mas não é ahi que se affirmam eminentes testemunhos do seu saber. Alexandre de Gusmão era um talento activo, radiando mais forte luz que a reflexa dos livros meditados no gabinete. As *cartas* caracterizam-lhe a perspicacia, a lucidez, a modalidade, para assim dizer, do pensamento que já parece aquecido á luz do seculo XIX. Ri e satyrisa com uma agudeza original nos estadistas. Quem o lê, e conhece os homens que o rodeavam na côrte de D. João v., imagina-o sobranceiro a uma chusma de parvoeirões, e acredita que a eschola dos politicos do seguinte reinado a fizeram as suas doutrinas. Em pouco o reputamos como poeta; foi-o igual aos seus contemporaneos; mas superou a todos na diffusão de conhecimentos que não são da alçada de poetas. Teve melhor que a lyra a eloquencia pratica e a mordacidade urbana que, nas sociedades corruptas e de escurecida intelligencia, fazem o milagre de Amphião arrastando as pedras com que os novos cimentos das sociedades se refazem. As *cartas* de Alexandre de Gusmão não se encarecem como obra escrupulosa de linguagem; mas na esperteza da observação, na solercia da critica, e para quem antepõe estudos socialogicos a preluxidades linguisticas, o secretario de D. João v excede Antonio Vieira e D.

Francisco Manoel de Mello. A biographia de Alexandre de Gusmão tem amargurados lances desattendidos dos biographos brazileiros, que desde a sua emancipação, classificam, com vaidade honesta, mas injudiciosamente, Alexandre de Gusmão entre os bons espiritos da sua patria, como se no seculo XVIII houvesse escriptores brasileiros distinctos dos portuguezes. Alexandre de Gusmão casou em annos bastantemente adiantados, á volta dos cincoenta, com D. Isabel Maria Teixeira Chaves, filha de Francisco Teixeira Chaves, fidalgo da casa real. Era uma senhora prendada, e bem dotada. Pelos serviços de seu pai fôra ella despachada com a commenda de Sancta Comba dos Valles, com a alcaidaria-mór da Piconha, e com a tença dos Portos-Seccos. Em 1749, quatro annos antes de fallecer, Alexandre de Gusmão tinha dezenove mil crusados de renda, provenientes dos seus emprego, commendas e prazos, cujos rendimentos elle particularisa em uma carta datada em Lisboa em 19 de fevereiro de 1749 e enviada ao seu amigo padre João Monteiro Bravo.[1] Esperava arredondar no anno seguinte vinte mil crusados. Era feliz. Nascera-lhe n'aquelle anno o seu primeiro filho, de quem foram padrinhos os monarchas. Chamou-se *Viriato* o menino. «Permitta Deus que algum dia venha a fazer que seja de um sancto o nome de Viriato que já foi de um famoso capitão portuguez» — escrevia o pai. Descreve o seu viver domestico aprasivelmente, quando offerece hospedagem ao amigo: «... Vossemecê hade vir para a nossa companhia, e usar d'esta casa em tudo e por tudo como sua. Da gente que n'ella achará espero se não hade desagra-

[1] Veja *Panorama*, tom. IX, pag. 278 e 279.

dar, porque não ha mais que uma summa quietação e união perfeitissima de genios todos doceis, excepto o meu que vossemecê já se tem acostumado a soffrer, e todos o hãode tratar com amor e sinceridade de irmãos; e, supposto não temos de casa quem jogue xadrez, temos quem toque quatro sonatas soffrivelmente.» Teve ainda segundo filho, em 1751, que se chamou *Trajano*. No anno seguinte, os dois filhos, e não sabemos se a esposa, morreram no incendio da casa. É certo que ella já não vivia quando Alexandre de Gusmão, alanciado de horrendas dôres, morreu no ultimo dia do anno de 1753. Que fim tiveram os predios de Alexandre de Gusmão? O praso de córte da Villa, entre Azambuja e o Tejo, que elle comprára em 1749 por quarenta mil crusados? e os bens que tinha no Brazil? Em fim, onde se afundiu o capital que rendia dezenove mil crusados? Sabemos que em maio de 1755 uma crédora de Alexandre de Gusmão, Anna Maria do Vencimento, fazia penhora em uns brincos de diamantes e rubis, e em um laço e fita com o habito de Christo, os quaes foram vendidos em hasta publica para pagamento da divida; e os bens immoveis teriam analogo destino. Verdade é que em 1749 ainda elle se via incommodado com os crédores, e escrevia: «E o certo é que por estes primeiros quatro ou cinco annos heide metter, como dizem, agulhas por alfinetes, até me alimpar da carepa das dividas, que, emquanto as ha, não tenho descanço. Porém, uma vez que me veja livre d'ellas, terei com que passar decentemente.» Não chegou a completar de vida os cinco annos em que esperava remir-se; mas que, n'esse transcurso de tempo, chegasse a apuros de empenhar o habito e as arrecadas da esposa, ao mesmo tempo que

conservava carruagem, é isto uma incongruencia que só póde sahir bem combinada com grandes infortunios inopinados em tentativas mercantis ou desordem de regimen em que não são raros maiores prodigios. Como quer que seja, ha escuros segredos a dilucidar na biographia d'este estadista que nas sciencias politicas foi mais arguto que D. Luiz da Cunha, e na sagacidade e lucidez de fino sentir, foi o mais avançado espirito do seu seculo.

## II

ARCADIA ULYSIPONENSE — Intuitos d'esta Academia — Pedro Antonio Corrêa Garção — Os seus discursos inéditos, factos desconhecidos da sua biographia — Antonio Diniz da Cruz e Silva — Domingos dos Reis Quita. — THEATRO — Antonio José da Silva (vista retrospectiva) — Francisco José Freire — Manuel de Figueiredo. — POETAS ESTRANHOS Á ARCADIA — Luiz Pinto de Azevedo Coutinho — Domingos Pires Monteiro Bandeira — Padre Francisco Manuel do Nascimento (*Felintho Elysio*) — José Anastacio da Cunha — Nicolau Tolentino de Almeida.

### Arcadia Ulyssiponense

Uma oração inedita de *Pedro Antonio Corrêa Garção*, distincto entre os Arcades, nos dá idonea e sufficiente noticia dos intuitos d'esta assembléa de bons cultores das lettras, intencionados a regeneral-as. Foi este dis-

curso, com muitos outros, excluido das obras impressas em 1778; porque, sendo ahi elogiado hyperbolicamente o marquez de Pombal, que desde o anno anterior politicamente havia morrido, os editores excluiram prosas e versos honrosos para o marquez, a fim de não estomagarem o protector a quem o volume das obras posthumas de Garção foi offerecido, o visconde de Villa Nova da Cerveira, ministro, de quem disse um poeta contemporaneo:

*Gran-besta que chegou a ser gran-cruz.*

A oração que vamos trasladar foi recitada no terceiro anno da fundação, em 1758. Florecia no seu maximo esplendor a Arcadia, de cuja creação diremos o que se não souber do discurso de Corrêa Garção, que, ao mesmo tempo, se nos figura o mais espontaneamente eloquente, e o menos carregado de confeições rhetoricas. O orador principia dando graças á Virgem Maria, protectora da Arcadia, sem o auxilio da qual considera impossivel o prospero exito com que os arcades sahiram com a empreza de regenerarem as lettras patrias. «Quem será tão barbaro (exclama Garção, a nosso vêr, mais poeta que devoto) que olhando para os progressos da Arcadia não reconheça que só a força de tão alta protecção podia adiantal-os ou, para melhor dizer, coroal-os com tanta honra e gloria? Se fitarmos nossas reflexões no restabelecimento d'esta sociedade, e ponderarmos os terriveis embaraços que foi necessario vencer, ficaremos persuadidos que não houve circumstancia que deixasse de parecer milagre. O tempo, o logar, a difficuldade da empreza, a magnificencia da idéa, tudo pedia mais forte

braço, e constancia invencivel e extraordinaria; e, quando parecia que a planta ainda estava na mão, vimos levantadas as soberbas columnas, e sobre ellas fechadas as vastissimas abobadas d'este maravilhoso edificio. Soffrei, oh Arcades, que, para melhor mostrar a nossa felicidade, me lembrem antigas calamidades, á similhança do experimentado piloto que para bem calcular sua derrota não se esquece de marcar o porto d'onde, levantando ferro e desfraldando as velas, principiou a viagem.»

Segue o melhor lance das prosas de Garção, a despeito da demasia de côres negras com que desfigura e peora as lettras portuguezas, anteriormente á reforma arcadica: «Perdidas e derrotadas em Africa, com gloria das armas portuguezas, nossas altivas esperanças, principiou a quebrantar-se o genio forte da nação, apagou-se a honra de ambição, de gloria, que até áquella desastrada época, nos tinha feito triumphadores invenciveis. Cahiram os animos, enfraqueceram-se as mãos, como de quem já as destinava para as algemas; ainda entre as cinzas brilhavam, de quando em quando, algumas reliquias da perdida grandeza d'aquelles bemaventurados dias, até que finalmente cahindo sobre nós a força da tyrannia, nos vimos sujeitos a um rei estranho, ou para melhor dizer, a um uzurpador, sem fazenda, sem honra, e sem liberdade. Estas successivas desgraças, ao mesmo passo que embotaram as armas, e opprimiram as forças da monarchia, afugentando as boas artes até ali estimadas e conhecidas em Portugal, introduziram tão estranha desordem nas escolas, que em poucos annos perdeu a poesia portugueza seu antigo genio.

A nobre simplicidade, a pureza da phrase, a verosimilhança dos pensamentos, e maravilhoso das idéas, a energia das figuras, tudo foi tratado com desprezo. Jactava-se a barbaridade d'aquelles tempos, que assim sacudíu o jugo das regras nimiamente austeras, e que só serviam de opprimir a força do espirito: tão prolixos eram em pontos de liberdade uns homens que arrastavam grilhões! Correu o tempo, e chegou o grande momento que quebraram os portuguezes os cêpos em que gemiam. Subiu ao throno um legitimo herdeiro do sceptro e das virtudes de D. Affonso Henriques; mas o que era até então effeito da miseria e do captiveiro veiu a ser a consequencia da alegria. A teimosa guerra com que nos vimos obrigados a rebater a furia dos hespanhoes ainda não permittia que entre o ruido das armas e motim dos tambores se désse ouvidos á harmonia das muzas: continuava a decadencia. Ajustou-se a paz: socegaram-se os animos: mas tão inveterado estava o contagio, que, se houve quem o intentou, não houve quem não desesperasse da restauração das bellas lettras, das artes e das sciencias em Portugal. O negocio era tão importante e de tão difficil exito que nem ainda o grande espirito e prodiga mão do magnifico D. João v poude conseguir mais do que lançar os primeiros fundamentos. Estimou os sabios, premiou os mestres, enriqueceu as livrarias do reino e fundou a Real Academia da Historia. Roubou-lhe a morte esta gloria, quando principiavam a amanhecer em Portugal as primeiras luzes do bom gosto, da verdadeira erudição e da prudente critica. Devemos alegrar-nos de ser incontestavel que o primeiro documento em que podemos fixar a época d'esta restauração é o papel critico que compoz e

imprimiu o arcade *Sincero Jerabriense.*[1] É verdade que alguns espiritos mais fortes tentaram esta empreza ainda hoje ardua e então impossivel; mas, como nas primeiras escolas reinava certo espirito de opinião, que soberbamente sustentava o espirito do *mau-gosto*, o *Verdadeiro methodo* ou se não conhecia ou se despresava. Fundaram-se Academias. Algumas permaneceram sem mais fructo que o de propagarem o contagio. Nos ultimos annos do prospero reinado de D. João v appareceram os primeiros crepusculos do *bom-gosto*. Já então a sociedade dos *Occultos*, estabelecida em um palacio em que sempre habitaram as musas, e fundada por um genio extraordinario, herdeiro não só do sangue, mas tambem dos raros talentos e virtudes de seus eruditos progenitores[2], trabalhava n'este tempo na restauração da lingua portugueza, do estylo e da boa poesia. Poderia ser que a ella (á Academia dos Occultos) se devesse toda a gloria, se a publica desgraça não separasse tão util e tão sabia companhia[3]. Em um tempo de calamidades e afflicções, quando parecia que os portuguezes só tratavam de reedificar Lisboa, e de restabelecer os seus particulares interesses — quando seria desculpavel que as musas fugissem do nosso continente, quando se julgaria que as artes jazessem sepultadas nas ruinas da cidade — n'uma palavra, quando era impossivel tratar da restauração das sciencias, então, oh arcades! chegou o

[1] *José Xavier de Valladares e Souza.* Garção reporta-se ao opusculo d'aquelle escriptor: *Exame critico de uma Sylva poetica feita á morte da Ser. Sr.ª Infanta D. Francisca* 1739. Era auctor da *Sylva* Caetano José da Silva Souto mayor, anthenomaticamente o *Camões do Rocio.*

[2] Allude a D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º conde da Ericeira.

[3] Refere-se ao terremoto de 1755.

feliz instante de nos ajuntarmos, então fundamos esta sociedade, jurando padroeira d'ella a Immaculada Rainha dos Ceus e da terra, debaixo do inefavel titulo da sua purissima Conceição.»

Relembra o orador os beneficios devidos á influencia da Virgem protectora, e especialisa entre os mais generosos o admittir-se a critica em Portugal!

«Adoptamos o systema da critica — prosegue o poeta — da critica! — phenomeno litterario, se lhe posso assim chamar, — que era em Portugal espantoso prognostico de desastres, e que não era visto entre nós com menos susto do que um eclipse entre os godos! Pois veio a ser recebido com sereno gosto, veio a ser desejado, conheceu-se que esta era a estrella que nos devia guiar; e que sem as luzes da critica não podia descobrir-se o verdadeiro gosto. Persuadimo-nos que era amisade e não odio a reciproca correcção das nossas obras; e quem expunha ao publico os seus escriptos sem lhe dar com esta lima o ultimo polimento, sujeitava seu nome ao desprezo do mundo. Conhecemos que sem imitar os antigos era impossivel enriquecer as nossas composições das infinitas bellezas poeticas que descobre a cada passo quem frequenta a lição dos gregos e latinos, e que n'este dictame de Horacio consistia o maximo segredo do *bom-gosto*. Principiamos a familiarisarmo-nos com Homero, Sophocles, Virgilio e Terencio: e estes nomes que entre nós eram estranhos e unicamente serviam nas Dedicatorias, passaram a ser os idolos de nossos estudos. E que deviamos, oh arcades, esperar de tão subita e feliz mudança? Ganharam as nossas obras nova reputação; conciliou respeitos o nome de *arcade;* e desejou o publico assistir ás nossas conferencias. Atrevemo-nos a

louvar um principe a quem Plinio podia sem lisonja recitar o famoso panegyrico de Trajano. O mesmo foi ouvirem-nos que estimarem-nos, os homens mais sabios e prudentes. Olharam para o fructo do nosso trabalho como para uma vantagem da nação. *E a grande alma d'aquelle vigilante ministro, que não tira os olhos do adiantamento da patria, com publicas demonstrações nos honrou e animou, para não desistirmos da difficultosa, mas illustre empreza a que sacrificavamos os nossos estudos. Segunda vez nos ouviu, segunda vez nos honrou; de sua mesma bocca ouvimos expressões com que em Portugal não costumam fallar os ministros. Podemos asseverar que vimos aquelle grande coração e que n'elle estava vivamente impresso o incansavel zelo com que trabalha pelo bem dos seus compatriotas, com que honra e com que estima os portuguezes benemeritos. Não tardará muito que o publico conheça que este genero de lettras lhe merece uma séria protecção, e que as estima, porque as conhece.*»

As linhas em italico explicam o refugo d'esta oração que em si compendiava o programma da Arcadia; e tambem impugnam a affirmativa de alguns escriptores benemeritos que nos inculcam o ministro de D. José adversario dos socios da Arcadia; e outro sim demonstram essas linhas blandiciosas que o poeta Garção lisongeou o conde de Oeiras com encarecimento egual e talvez merecido, ao dos outros panegyristas seus contemporaneos. Em prosa phraseava o incenso como no verso; e, dado que nos haja dito na *Epistola*, de pag. 382:

*que detestou a vil lisonja*
*sem humilhar-se ao cheiro do despacho,*

nós temos e aqui deixamos impressa n'este livro a sua formosissima ode ao conde de Oeiras, rasgada talvez na hora em que os collectores a encontraram em seu espolio. Damol-a como inedita, attendendo muito ao seu valor litterario, e alguma coisa ao que ella demonstra do animo de Garção, cuja hombridade e sobranceria tem sido moda encarecer. (Nota 15.)

E', porém, tempo de entrarmos na demorada exploração de ignorados segredos da vida do principal entre os reformadores da poesia no seculo XVIII.

A biographia de Pedro Antonio Corrêa Garção não podemos bosquejal-a á similhança das outras, por que nos propomos illucidar as incertezas que a tem difficultado a biographos investigadores. Não a pesquizas nossas pessoaes, mas á possessão casual de valiosos manuscriptos se deve attribuir o que dissermos novo a respeito de Garção. O manuscripto de poesias e discursos ineditos do arcade *Coridon Erimantheo* possuiu-o o conego conimbricense Manuel de Figueiredo, nomeado duas vezes pelo academico Trigoso na mais conhecida que notavel *Memoria* sobre a *Arcadia*. Figueiredo, segundo Trigoso escreve, possuia papeis, documentos particulares e productos ineditos da Academia dos Arcades seus coevos e amigos. O secreto processo de que se serviu para haver poesias e discursos de Garção elle mesmo o desvela em uma nota com que prefacia a collecção das poesias que em parte commentou. Diz assim: *Lê e medita. Gosa os fructos dos meus innocentes roubos. Para agora lêres, foi necessario que mão domestica, a quem nada se podia occultar, fosse a mesma que generosamente infiel, me désse com summo recato, algumas das composições que aqui vão copiados.* Hou-

ve-as da esposa de Garção, pois que o poeta se esquivava a dar copia dos seus escriptos. «*Coridon, tão digno entre nós de nome eterno* (escreve o conego Manuel de Figueiredo) *não sei porque occulto mysterio era sobremaneira difficil em communicar os seus escriptos. Conservava-os como moeda rara em si, com avareza summa; especialmente depois que a critica indiscreta, se atreveu a riscar-lhe parte da sua terceira bellissima oração, etc.* [1]»

Pedro Antonio Corrêa Garção nasceu em Lisboa a 29 de abril de 1724. Frequentou o curso de leis alguns annos; e, quando tinha vinte e seis de edade, casou com uma senhora illustre dotada de alguns bens de fortuna e da propriedade de uma escrivaninha na casa da India. Garção fez a sua estreia litteraria na *Academia dos Occultos*, onde em 1754 recitou o poemêto intitulado *Ao Infante D. Pedro não consentindo que se lhe levantasse uma estatua.* Alguns biographos conjecturam que esta poesia fosse escripta muitos annos depois, para tecerem a inverosimil hypothese de ser ella a causa do odio de Pombal, e da prisão do poeta em 1771. A respeito, porém, d'este poema, que os primeiros editores das obras de Garção chamaram *Epistola*, e os segundos chamaram *Falla*, já o sr. Innocencio Francisco da Silva rejeitou a época da composição que lhe assignaram. O destro bibliophilo, com quanto não fundamentasse as suas duvidas, achou a verdade com o discernimento que adquiriu no meneio e na longa pratica d'esta especie de estudos em que a intuição descondensa as escurezas da

[1] *A terceira oração* é referencia ás orações manuscriptas e ineditas que Figueiredo colligiu. Depois daremos noticia da oração referida.

chronologia. Á margem do traslado do poema, feito pelo conego Figueiredo, lê-se: *Para a Academia dos Occultos, 1754.*

Esta Academia fôra fundada pelo conde da Ericeira, nos ultimos annos do reinado de D. João v. Está hoje esquecida, ou apenas lembrada, como coisa de nenhum cabedal entre as menospresadas assembléas litterarias, tendo sido ali que mais seriamente os homens novos respondiam ao convite de Verney. Ali conceberam os socios mais distinctos o pensamento da Arcadia. Manuel Nicolau Esteves Negrão, poeta, e mais erudito que poeta, com Antonio Diniz da Cruz e Silva e Theotonio Gomes de Carvalho, afervoraram e executaram o projecto em 1757 alliando a si desde os primeiros passos Pedro Antonio Corrêa Garção, com o nome arcadio de *Coridon Erymantheo.* Não nos deteremos por agora na apreciação dos socios de Garção, visto que nos propomos individuar-lhes especialmente a posição entre si. Os Estatutos da Arcadia dispunham a formação de escola de exemplos á boa poesia e eloquencia, por maneira que estas artes se restaurassem com as antigas bellezas. [1] Nos primeiros cinco annos dissertou Garção ácerca do verdadeiro caracter da tragedia, sobre poesia, inculcando a imitação dos auctores antigos; sobre a necessidade da observancia dos Estatutos; sobre a negligencia dos Arcades no estudo; e ainda orou sobre louvores devidos ao monarcha. Estas dissertações e orações são muitissimo or-

[1] Veja *Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa, etc.*, por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato. *Hist. e Mem. da Arcad.*, tom. vi, para o conhecimento da organisação interna, e outras miudezas de secundaria importancia.

nadas e fraldosas de superfluas louçanias; mas revelam immenso progresso se os comparamos com os da Academia de Historia. Na primeira edição das *Obras poeticas* (1778) encontram-se sete peças em prosa de Garção, pequena parte das recitadas entre 1757 e 1763. As primeiras sessões correram altercadas com virolencia, á conta da conservação ou exclusão da mythologia. Garção queria o exterminio das divindades fabulosas; Diniz votou pela necessidade d'esses enfeites, e vingou a menos cordata opinião em que por força devia abundar o maior numero. Mais renhidas luctas se travaram por causas até certo ponto irrisorias; e essas seja o proprio Garção que no'l-as venha revelar como novidade; pois que Trigoso, dado que fosse coevo do fundador Manuel Nicolau Esteves Negrão, não solicitou os necessarios esclarecimentos que lhe faltavam quando escreveu a sua *Memoria*, como elle mesmo confessa.

A Arcadia principiava a descahir do vehemente enthusiasmo dos primeiros annos e até da publica estimação, quando *Coridon* explicava a decadencia n'estes periodos de um discurso inedito: «Ainda que a experiencia me tenha repetidas vezes mostrado que a vossa benignidade desculpa meus erros, confesso, oh arcades, que nunca recebi a incomparavel honra de fallar em vossa presença, que me não achasse traspassado de susto, e possuido de uma confusão invencivel; mas este susto e esta confusão é certo que deviam desamparar-me quando chegasse o promettido e feliz tempo de conseguir a Arcadia a reforma da poesia e da rethorica; isto é quando vós, frequentando esta Assembléa, completasseis a grande obra que emprehendestes fundando esta academia para adiantamento e utilidade dos vossos compatriotas...

Mas todo o apparato d'esta magestosa scena subitamente desappareceu. Vós não conseguistes o que intentastes, não cumpristes o que promettestes; e eu fiquei como estava envolto em grossas nuvens de ignorancia, e mais cheio de temor e de espanto. D'antes só temia a vossa critica: mas agora não ha individuo no mundo litterario que me não pareça um Encelado ou um Thifeu. Eu sou como o incauto piloto que vendo-se repentinamente accommettido por negra tempestade, entre o alarido dos trovões, os sibilantes brados dos ventos, os espantosos eccos do mar, e rasgados reflexos dos relampagos, perdendo o rumo e perdendo o animo, espera que sobre o desamparado navio caia a machina celeste. Mas esta subita mudança d'onde nasceu, ó arcades? Houve alguma força superior que fizesse tão violenta methamorphose? O publico zombou dos nossos escriptos? O generoso pastor Albano fechou-nos a porta d'esta cabana?[1] Tinhamos quando florescia a Arcadia maior abundancia de cabedaes que facilitasse a subsistencia de tão numerosa companhia, e houve mão tão avara que viesse a saquear as choupanas do Menalo... A Arcadia immudeceu, nossas flautas não se ouvem, o Menalo está inteiramente desamparado e até me parece que nós mesmos não nos conhecemos uns aos outros! Aquella inestimavel e boa harmonia que reinava não só em nossas opiniões e doutrinas, mas até em nossas almas e corações; aquella sagrada alliança de uma pura e sincera amizade estabelecida em não menos honroso fundamento do que no commercio das sciencias, dos livros e das mais perfeitas composições da eloquencia, desvaneceu-se; nós mes-

[1] D. José I havia adoptado o nome academico de D. João V na Academia romana dos Arcades.

mos (com quanta vergonha o confesso!) nós mesmos a alteramos, a prostituimos, e finalmente a relegamos. E por que causa? Que insana allucinação nos possuia quando nos atrevemos a desmantellar tão soberbo edificio?... O motivo, senão o menos desculpavel, certamente o mais vergonhoso, foi a nossa cobardia e a nossa ambição: soffrei que vol-o diga. Veja o mundo que nem só ficções tem entrada na Arcadia: se até fundamos na verdade nossos poemas e nossos pensamentos, não vos deve escandalisar que sem lisonja e sem prevenção vos exponha a verdade tal qual eu a comprehendo; e prouvera a Deus que vós podesseis reconvirme n'esta occasião e expulsar-me de tão illustre companhia por haver adoptado imposturas. A nossa ambição (não vos assusteis) a grande ambição de gloria com que nos sacrificamos ao trabalho de tão profundos estudos foi quem nos reduziu a tão extrema penuria, foi quem executou tão vergonhosa catastrophe. Julgamos que entre montes não cabia a nossa fama: quizemos expol-a a maior theatro, e Deus que não podia deixar de protejer nossos desejos emquanto foram sinceros, não tardou em levantar-nos á maior altura de honra e de estimação. Apparecemos aos olhos do publico, agradamos, fomos ouvidos, conheciam-se os nossos nomes, respeitava-se a Arcadia. Então namorados de tão alta fortuna, nos pareceu mal tornar para um monte e viver em cabanas. Presidir n'uma grande sala, magnificamente decorada, rodeado de ouvintes illustres, sabios e virtuosos, que talvez conversavam nos successos da campanha, emquanto nós fallavamos, ou estavam com o lapis notando palavras que lhes pareceram novas, por que não leram Ferreira nem as toparam nos sermões

do padre Vieira; cantarmos nossos versos ao som de uma orchestra immensa e talvez impropria: isto é que julgamos honra... Se eu sei, se eu sou poeta, se eu sou orador, quero que me apontem com o dedo e que todos me conheçam; e se isto é fructo que póde colher-se n'uma academia, tão tarde chega que já não merece estimação. Eis aqui, senhores, a desatinada soberba que se apoderou da nossa phantasia, até que nossas esperanças fatigadas desmaiaram, passamos do fausto para a humildade, do Estado para a maior miseria, e cheios de um abatimento de que só nós eramos auctores, crusamos os braços e offerecemos os pescoços... quero dizer: derramou a inveja, a preguiça e a ociosidade sobre nós o seu intoleravel veneno. Estes vicios com mais ou menos força tomaram posse de nossos discursos: uns diziam que a Arcadia não podia existir sem patrocinio, como se fosse pouca a tutela de quem é Senhora de todo o mundo, astros e ceos.[1] Outros julgavam que sem rendas effectivas não podia conservar-se uma companhia de homens sabios, por que sem um escrutinio de prata se não deviam eleger Arcades. Outros que era indispensavel fazer mais sessões publicas porque este foi o unico objecto da fundação da Arcadia, ainda que tal não lembrou aos fundadores. Outros, finalmente, que não podia subsistir uma sociedade sem se effectuar a impressão de suas obras, pois sem este penacho ninguem podia fazer bons versos, nem exercitar-se na arte de persuadir, e que o publico queria vêr com vagar e com seus proprios olhos nossos defeitos, e que para satisfazermos tão sincera vontade, deviamos á custa da

[1] Tomaram os Arcades como protectora a Virgem Maria.

nossa reputação fazer-lhe este gosto... Se estes ridiculos pensamentos não achassem acceitação e talvez applauso entre nós, porque passaria tanto tempo sem nos ajuntarmos? Porque não haveria sessões? Porque esqueceriamos o que promettemos á patria? Envergonhemo-nos, senhores, da reprehensivel cobardia, de tão culpavel indolencia! Contentemo-nos com o que cabe em nossas forças, que não é pouco ver-mo-nos livres de credores, que talvez imaginassem que não só lhes deviamos a fama, mas até os intendimentos. Não é pequena a gloria de merecer grande applauso e sabel-o despresar. Tempo, tempo virá em que cheguem os eccos de nosso *merecimento, aos ouvidos de quem o estima*[1], *de quem o conhece, e de quem o protege, ainda quando o descobre desvalido, pobre, e desprezado: já nós ouvimos de sua bocca promessas que não hãode faltar, e foi a nossa cobardia quem deixou fugir a occasião.* Cuidemos em merecer o premio, que é mais facil conseguil-o do que merecel-o, e ordinariamente o deseja quem o não merece. A Arcadia fundou-se para adiantamento das bellas lettras; e não para fazer ostentação de talentos, para divertir o publico, ou para dar que fazer aos prelos...»

Das palavras allusivas ao conde de Oeiras se deprehende que, bem longe de hostilisar os arcades, o ministro omnipotente ainda os favorecia com promessas. A politica era de todo estranha ás desavenças dos arcades, nem havia que recear de uns inoffensivos poetas que, pela bocca de Garção e com tão ingenuos queixumes, se penitenciavam das suas ambições de gloria, de es-

[1] Allude ao conde de Oeiras.

trondo, de fama, e até de escrutinio de prata. O conde sorrir-se-hia da oração deplorativa de Garção, se lh'a ouvisse; e qualquer espirito positivo facilmente prognosticaria o desabamento das taes columnas que o poeta, cinco annos antes, imaginára erigidas por um milagre da Rainha do ceu. Trigoso affirma indocumentadamente que «um ministro poderoso e retrahido... deu faceis ouvidos ás vozes da calumnia e incautamente pretendeu subjugar a Arcadia, tomando por instrumento d'esta sujeição um dos seus menos distinctos socios».[1] Nos discursos de Garção illiba-se a memoria de Sebastião José de Carvalho quanto á nodoa de impêço aos esforços dos arcades. A dissolução fel-a o genio irritavel dos proprios poetas, e o natural desleixo que devia levar os socios a uma desculpavel preguiça de se ajuntarem para o fastidioso repizar de preceitos sobre poetica e rethorica.

A Arcadia, ao cabo de quinze annos de intermittente exercicio, tornara-se desvaliosa e inutil. Produzira, a portas fechadas, um certo numero de discursos, de comedias, tragedias, e poemas miudos, que só vieram a lume, pela maior parte, depois de fallecidos seus auctores. A luz que radiara o novo dia das lettras precursoras do seculo XIX, de certo não sahiu das academias: abriu-se nos espiritos, fez-se n'um mundo interior de cada genio que não afferiu pelos canones de Aristoteles, ou Boileau o impulso irresistivel — foi um rapto expontaneo com que a imaginação voejou por cima das escolas, e foi inspirar-se em um alto ponto de verdade que os arcades não pautaram nem legislaram. Enferma da

[1] *Memoria* cit., pag. 76.

gangrena que pouco e pouco lhe ralava as entranhas, vasquejava a Arcadia nos paroxismos, quando Garção foi preso em sua casa ao anoitecer do dia 9 de abril de 1771.

Esmiucemos tanto quanto fôr necessario a vida particular do poeta Garção. Do modo como os biographos o figuram, o auctor da *Cantata de Dido* era um bom esposo e pai, que repartia o seu tempo entre as obrigações do officio, os gosos domesticos e as companhias litterarias. Não se lhe attribuem casos amorosos na adolescencia, e ainda menos na austera vida conjugal. Casado aos vinte e seis annos, com D. Maria Anna Xavier Froes Mascarenhas Salema, encontramol-o, á volta dos trinta annos, recitando na academia dos Occultos, na livraria do conde da Ericeira, aquelle sisudo poema da *Falla do infante D. Pedro.* Desde 1757 a 1770, ouvimos-lhe os discursos, que denunciam madureza de juizo, e, no tom pedagogico, argúem muita auctoridade e certo geito de annos intempestivamente gravidos de preceitos. Pedro Antonio Corrêa Garção não era a summa circumspecção em pessoa. As *Delias*, as *Dirceas*, as *Filis* e as *Claras* das suas poesias conhecidas e ineditas não eram entes puramente imaginarios. Garção, descuidando-se da fé jurada á esposa, amou e cantou varias damas com a facundia congenial dos genios da sua tempera aquecidos no exemplo contagioso de seus mestres Horacio, Tibullo e Propercio, de mistura algum tanto com os toques fesceninos de Marcial. Quando começou a encanecer, ahi depois dos quarenta e quatro annos, o vulcão do amor arquejava ainda debaixo dos flocos de neve que lhe listravam os cabellos; e, contra o costume de poetas envelhecidos e ainda moços na adoração uni-

versal da bellesa feminil, Garção amava com uma tal qual materialidade em que bem mostrava ter formado os seus principios no reinado do Luiz XIV portuguez. Protestando contra a opinião dos que excluem as cabeças encanecidas das lides do amor, escreveu Garção o seguinte soneto inedito:

*Estavam as tres Graças penteando*
*Os cabellos subtis de Amor, um dia;*
*Qual co'marfim assirio lh'os abria,*
*Outras andam mil gemas preparando.*

*Amor, como rapaz, de quando em quando*
*Co'a doirada cabeça lhe fugia;*
*Porém, vê que Eufrozine se sorria*
*Porque Aglaia lhe está as cans atando.*

*O menino pasmado vê no espelho,*
*Por entre os aneis de ouro reluzente,*
*Branquear a saraiva da velhice;*

*Suspira e diz: «Ah! saiba a cega gente*
*Que Amor, nascendo moço, se faz velho,*
*E um velho ter amor não é tontice.*

Garção graciosamente justifica, em annos ainda, se não esbeltos, ao menos vigorosos, o amor que lhe estava cobrindo de flores o abysmo. A mulher que o poeta amava era sua visinha, filha do intendente da artilharia Macbean, escossez ao serviço de Portugal. Formosa e leviana diz a tradição, colhida por um neto de Garção; porém, esse descendente do poeta amoroso, em vez de dar a seu avô a personalidade activa e directa na historia dos amores da escosseza, ou ingleza como elle dizia, constituiu-o simplesmente secretario dos affectos de um seu hospede, em uma carta de grande consideração

escripta á menina. Louvavel disfarce, se o intento de seus pais foi resguardar da irrisão um homem que delinquira contra a honra em idade impropria de desvarios erothicos.

O sr. Innocencio Francisco da Silva, referindo no *Dicc. Bibliog.*, t. VI, pag. 390, esta historia, qual lh'a referiu o fallecido neto de Garção, ajunta: «É mister accrescentar agora, não porque o dissesse o neto, mas porque Domingos Maximiano Torres... o contára em antigos tempos a pessoa que m'o transmittiu, que a tal carta havia por fim nada menos que convidar para a fuga a menina cujo estado de gravidez ia já sufficientemente adiantado!...» Esta carta, cujo contexto mais ou menos perigoso não se póde conjecturar, chegou ás mãos de Macbean, que, justamente irado contra o supposto amigo seu, e provado amante de sua filha, a foi apresentar ao primeiro ministro. Passada sem delongas a ordem de captura, Garção foi preso ao anoitecer d'esse mesmo dia na sua casa da Fonte-Santa. Não se lhe instaurou processo para evitar dois opprobrios, o de Garção, chefe de familia, na idade de quarenta e nove annos, e o da filha do queixoso, mulher cuja deshonra ficaria occulta, se o preso expirasse com o segredo do motivo de sua prisão. Não temos a certeza de que a esposa do poeta suspeitasse a causa da prisão; é, porém, certo que a desamparada senhora andou supplicante pelo paço e pelas secretarias a pedir que a deixassem vêr seu marido, e conseguiu do rei a promessa da liberdade. Ao cabo de longo incêrro incommunicavel, Garção foi mudado para um dos quartos altos, onde expirou a 10 de novembro de 1772, no mesmo dia em que, por ordem competente, lhe fôra dada a liberdade. Eis aqui

a funesta historia referida em poucas palavras pelo conego Manuel de Figueiredo, commentando o soneto que fica transferido. Francisco Dias Gomes, o academico de quem fallaremos opportunamente, achava a causa da prisão e morte de Garção *tão futil que é vergonha expressal-a*. Com certeza era indecorosa, mas futil não era, nem por futeis motivos, n'aquelle tempo, embora de despotismo cruel, se atiravam assim ao carcere e á morte os homens qualificados como Garção. O marquez de Pombal deixava assim morrer, e até de peor morte, os inimigos politicos; mas a culpa de Garção não era futil, nem despresivel; e bastante respeitavel era a queixa do pai ultrajado, na honra da filha, pelo poeta que era seu intimo e ia aos seus jantares, como se deprehende das odes XVIII e XXI.

Nas poesias de Garção, posthumamente publicadas, encontram-se aquellas duas odes: isto nos faz presumir que os editores ignoravam o segredo da prisão, e por isso as não excluiram, ou, se o sabiam, de proposito as comprehenderam na collecção para desviarem suspeitas.

O delicto do arcade Garção foi interpretado diversamente e de todos os modos explicado pela crueldade do marquez de Pombal. Estamos convencidos de que o ministro, dadas as ordens competentes do seu cargo, quanto á prisão do criminoso explicitamente convicto pela carta, nada mais fez em aggravo do preso, nem podia operar acto algum em seu beneficio, harmonisando-o com o rigor da justiça. Entre o ser processado ou morrer não julgado nos tribunaes, é de suppor que o preso optasse pelo segundo alvitre. Soffrendo e morrendo por causa desconhecida, seus filhos não herdavam

a tal qual deshonra de seu pai em annos tão inexcuzaveis em taes culpas. E assim veiu a succeder.

Não mencionaremos já agora as hypotheses que se tem aventado por conta da mysteriosa prisão d'este sempre lembrado reformador da poesia. São todas insustentaveis por anachronicas, e mais que todas a que imagina que o marquez se vingára do poeta, que lêra na Arcadia a *Falla do duque de Coimbra recusando a estatua*, como allusão ironica ao medalhão de Pombal que se esculpiu no monumento de D. José I. Este monumento foi eregido em 6 de junho de 1775, e Garção foi preso em 9 de abril de 1771. Desde Garrett até ao sr. Theophilo Braga raro biographo deixou de se encostar a esta conjectura; e, todavia, já em 1862, o sr. Innocencio Francisco da Silva destruia estas e outras versões egualmente inverosimeis.

A restauração da poesia não nos parece um facto litterario que se possa adscrever privativamente a Garção. Todos os seus coevos, socios ou dissidentes da Arcadia, convergiram simultaneos e unisonos para aquelle genero mais convisinho da velha escola, deslumbrada pelo gongorismo. Pequenas differenças, se algumas ha, extremam entre si Garção, Diniz, França do Amaral, Francisco José Freire, e outros entre os mais notaveis dos trinta arcades de que temos noticias por obras impressas ou não impressas.[1] Assim como, no fim do

[1] O sr. doutor Theophilo Braga no seu *Manual de litteratura*, pag. 426, desenrola a lista dos socios da Arcadia, e inclue nomes de sujettos que lá não pertenceram, por exemplo: *Thomaz Antonio Gonzaga*, o mavioso madrigalista da MARILIA DE DIRCEU; *Ignacio Garcez Ferreira*, que foi membro da *Arcadia de Roma*, e não o foi da *Ulysseponense;* e o padre *José Theótonio Canuto de Furjó*, que, nascendo em 1761, e tendo terminado a Arcadia

seculo XVII se não constituiram escolas para o abastardamento da poesia e da prosa, tambem nos não attemos ás academias do decimo oitavo seculo para explicar a transformação. Do ponto de vista em que hoje olhamos para o tempo em que a Arcadia floresceu, mal podemos graduar o quilate dos seus productos. A evolução refundidora d'este seculo cegou, para assim dizer, as bem esculpidas legendas d'essas medalhas. Os arcades filiavam-se em Horacio, e nós perdemos o sentido correspondente a esses primores puramente convencionaes; não nos enlevam as pompas da linguagem, esplendidas de broslados; tudo isso é theatralmente ficticio, trajado á romana, com umas nudezas epicuristas, ou uns desprendimentos estoicos de confeição poetica. Quem, todavia, poder abstrahir do seu tempo, e compulsar philologicamente o progresso que vai de uma fórma de exprimir a outra mais correcta, o mais que tem a archivasão os melhoramentos consentaneos á indole de nossa linguagem, e pouco mais que nos não basta para uma forte e justa admiração d'estes poetas. Sem grande justiça se attribue á nova geração o menospreso dos esquecidos arcades. A nosso vêr, é uma boa acção vene-

em 1776, mister fôra que o admittissem antes dos 13 annos, por que em 1774 se considerou extincta a Arcadia com a ultima sessão. Cita egualmente em 20 de janeiro d'aquelle anno *Domingos Maximiniano Torres*, que foi socio da *Academia das humanidades*, e pertenceu á parcialidade dos dissidentes da Arcadia dos quaes fallaremos opportunamente; *João Xavier de Mattos*, nunca pertenceu á Arcadia, e *Joaquim José Sabino* nasceu pouco antes da final dissolução d'aquella sociedade e morreu no Brazil em 1843. Estas coisas escreve o sr. T. Braga a pag. 420; porém logo a pag. 432 nos diz que Joaquim José Sabino *era estranho á Arcadia*. O compendio, como se vê, dá duas opiniões para não desagradar a ninguem. Nas listas dos velhos e novos arcades, arranjadas pelo professor citado, quem tiver paciencia indague e corrija para seu uso e dos seus alumnos, se os tiver.

ral-os como mestres dos bons poetas do seculo XIX; mas seria hoje uma apparatosa inutilidade estudal-os, e um dôce engano pedir-lhes algumas horas recreativas.

As obras de Garção tem a cathegoria historica, e a importancia do padrão levantado na estrada por onde veio até aos mestres da geração actual o policiamento da lingua, a nitidez do pensamento, a ornamentação nativa da idéa, o *fino tacto*, como Garrett se exprimiu. Não podemos, porém, encarecer as suas comedias, odes, os seus sonetos e dythirambos como normas do bom versejar, quer os consideremos como arte, quer como inspiração.

Analogo conceito formamos dos seis tomos de poesias de *Antonio Diniz da Cruz e Silva*, (1731-1799), arcadicamente *Elpino Nonacriense*, tirante o poema comico *O Hyssope*, publicado em volume especial, que tem conservado a duradoura vitalidade da critica dos costumes, e da satyra das instituições, apesar da frouxidão prosaica dos versos, e da sensivel, posto que muito desmerecida analogia com o *Lutrin* de Boileau. As *Odes Pyndaricas*, encomiadas hyperbolicamente por Bocage, graças ao seu affecto ao methaforismo, são uns transumptos de chronicas, uns fastos rimados das façanhas orientaes que nos estão reçumando o sangue barbaramente espadanado nos estandartes triumphaes dos heroes de Diniz, que são os mesmos de João Barros e Diogo do Couto. Não lustra um lampejo de alguma suave e humana aspiração n'essa ininterrupta cadeia de monotonas proesas.

Espontaneidade, virilidade, juventude de imaginação e toques de colorista ingenuo teve-os *Domingos dos Reis Quita*, o poeta que elaborara a só com

a tristeza de sua abatida posição as dôres que desafogou nos melancolicos poemas. Nasceu em 1726, e morreu aos quarenta e quatro annos amargamente vividos, sem centro, sem esphera, como succedia a todo homem que nos governos aristocraticos se esforçava por erguer-se muito alto sobre a plana onde nascera, formando alçaprema do manso talento das poesias pastoris. Grande estadio tinha vencido quando conseguiu associar-se aos arcades, e muitissima nobresa de alma, rara n'aquelle tempo, devia ser a do desembargador fidalgo Manuel Nicolau Esteves Negrão que o sentou hombro a hombro de sua prosapia. A humanidade e a democracia haviam lucrado mais n'esse acto do que as lettras. Considera-o Garrett o nosso primeiro bucolico. Ha cincoenta annos, esta qualificação devia ser de maxima valia, por que ainda a frauta pastoril era uma fórma encantadora e innocente da arte. Sobrevivia Theocrito para as comparações, e Gessner e Sannazaro para aferidores de taes engenhos. A torrente do romantismo rolou os poemas como as folhas dos salgueiraes cantados; os allegorismos tragicos de candidos *Lycores* entravam a ser ridiculos quando o olvidio os resgatou d'essa tal qual profanação. Quita está esquecido como Garção e como Diniz. Do primeiro, a tragedia de *Ignez de Castro*, *Megara*, em que entrou de collaboração José Tiberio Pedegache Brandão Ivo, *Astarto*, *Hermione;* do segundo o *Theatro Novo*, e a *Assembléa*, e o *Falso Heroismo* do ultimo não valem como modelos nem como reacção ás comedias-operas de *Antonio José da Silva* e posteriormente ás imitações mais ou menos servis de *Nicolau Luiz*.

Para ponderarmos com alguma pausa a problemati-

ca influencia da Arcadia na scena nacional, retrocederemos ao anno de 1733 em que se estreiou o mais popular, e por isso mesmo o mais ridentissimo phraseador de theatro, se não quizermos conservar por obsoleta e descarada dos nossos costumes a originalidade comica a Gil Vicente.

## Theatro

*Antonio José da Silva*, hebreu de origem, e nascido no Rio de Janeiro em 1705, veio de tenra idade para Lisboa, acompanhando, com seu pai João Mendes da Silva, sua mãe Lourença Coutinho, enviada ao santo officio culpada de judaisante. No auto de fé de 9 de julho de 1713 sahiu a preza reconciliada. Antonio José da Silva cursava direito canonico na Universidade de Coimbra, quando foi prezo, a tempo que sua mãe, accusada de relapsa no mozaismo, era reconduzida ao tribunal da fé. O reo confessou que havia abjurado, ao mesmo passo que o torturavam. Era melhor aos padecentes confessar mentindo. Deram-lhe liberdade e mestre da doutrina. Volveu a Coimbra, e graduou-se bacharel em 1733. Advogou juntamente com seu pai; e, pouco depois, casou com uma prima, já assignalada pelos tratos inquisitoriaes em Valhadolid.

Poeta de inspiração galhofeira e satyrica, ensaiou a indole funesta no theatro, onde contava com auditorio adquado e seguros applausos. As operas italianas, introduzidas no reinado de D. João V, influiram na fórma das operas de Antonio José, mescladas de cançonetas

chistosas á conta dos requebros brazileiros que tinham um certo sainete original, e muitas vezes algumas coplas de jovial feitio. Mas o que havia perigoso nas operas do *Judeu* eram as mal encapotadas referencias, apimentadas com a gargalhada do povo, e tendentes a desvirtuar o respeito a certos homens e instituições. Tal é a *vida do grande D. Quichote de la Mancha e do gordo Sancho Pansa*, e muito mais epigrammatico é o *Amphitrião*, acerado venabulo que o imprudente remessara ao vertice da pyramide, permittindo que D. João V fosse entrevisto na transfiguração de Jupiter. A *Vida de Esopo* entendia com os methodos do ensino escholastico, mettendo a riso as theses que constituiam o acume da erudição aristotelica. No *Labyrinto de Creta* aluía os alicerces de todo poema do seu tempo, motejando dos elementos mythologicos, que era o mesmo que provocar a colera dos eruditos que depois na Arcadia, á semelhança de Manuel de Figueiredo, lhe acalcanharam o indisputavel merecimento. As *Guerras do alecrim* e *mangerona*, alludindo aos dois bandos de faceiras que se rivalisavam, é a revezes salgada de pilherias de tão baixa estôfa, que não ousariamos dar-lhes qualificação de graciosas. O criado *Semicupio* dirigindo-se á criada *Sevadilha*, falla n'este calão: «E tu, que vens atraz, serás a seringa d'estas brenhas; e para o seres com mais propriedade deixa-te ficar mais atraz, pois apesar dos esguichos do teu rigor, heide ser conglutinado rabo-leva das tuas costas.» (Part. 1.ª, sc. 1,ª) Ao correr da 2.ª parte e particularmente na *scena 5.ª* as indecencias rebentam com as gargalhadas, e desmentem a conjectura de que o theatro nacional se confrangesse sob o receio da censura clerical. O clero ria-se tambem.

Desde 1699 até 1758 que as edições das *Armas da Castidade* do padre Manuel Bernardes se repetiam, pregoando contra *sacerdotes, religiosos e pregadores velhos que seguiam o seculo, deleitavam-se com profanidades e abonavam a relaxação.* Para o intolerante oratoriano, theatros e comedias eram «assumptos amatorios representados por mulheres môças de ruim viver, bailes indecentes, trages descompostos (e ás vezes transpostos sahindo a fêmea com vestido de varão) affectos lascivos mettidos em verso para se pregarem mais na memoria, tonilhos e sarabandas mui picadas, que parece as inventou o diabo, galanteios tecidos com tal arte sobre a trama da historia ou fabula que a alma gosta do mesmo veneno que está bebendo.» Antonio José da Silva refinára a malicia das suas operas, representadas no Bairro Alto e Mouraria, inoculando-lhes o virus da zombaria ás coisas da ignorancia religiosa ou da piedosa hypocrisia. As risadas do publico eram a vingança do hebreu intelligente; mas a lucta era desegual, visto que Antonio José da Silva não tinha, como Gil Vicente, o seu tablado nas côrtes de D. Manuel e D. João III, nem tinha como Molière o riso indulgente de Luiz XIV. Afinal, succumbiu cerrado peito a peito com o inimigo omnipotente. Dois annos esperou no carcere do santo officio, que o nome adquirido o resgatasse. Mataramno, em 19 de outubro de 1739, com infamia não diremos sem egual, por que não sabemos em qual caso, e com qual victima a inquisição ficasse áquem da extrema raia da protervia.

Antonio José da Silva, sem o tragico remate de sua vida, seria apenas aquilatado no valor de Alexandre Antonio de Lima e Nicoláo Luiz. Chamar-lhe, como temos

lido, *restaurador da scena nacional e creador da nossa comedia* é virtualmente abater o espirito da nação, livelando-a pelas estranhaveis deshonestidades e impudicicias que resaltam das operas do *Judeu*. Cognominal-o Aristophanes é não ter lido as *Nuvens* e as *Vespas* do mordentissimo atheniense. Se o abalisarem o primeiro entre os auctores de comedias populares, se o consideram o mais feliz provocador da hilaridade das turbas a um tempo rusticas e velhacas, não lhe contestamos a cathegoria. Antonio José da Silva teve mais talento do que transluz nas suas comedias; e esse, abastardado na empreza perigosamente ambiciosa de um desforço em plena rampa, desfalcou-lhe a gloria que lhe podera sahir na vereda de uma existencia grave e pacifica.

A Arcadia motivou com o theatro de Antonio José da Silva, e dos que, á imitação de Nicoláo Luiz, sustentaram a curiosidade da chusma popular, a regeneração já antes preludiada por *Francisco José Freire* (*Candido Lusitano*), e o primeiro apostolo das tragedias francezas com as traduções de Racine (*Athalia*), de Sophocles, (*Edipo*) de Seneca (*Edipo* e *Medea*) de Euripedes (*Hecuba*) de Maffei (*Merope*) etc., e theoricamente preceituada na *Arte poetica, ou regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes tratadas com juizo critico* (1748).

Estes exemplos e regras eram elaborações de entre estudiosos recentemente convertidos ao *Verdadeiro methodo* do arcediago de Evora. Nem a publicidade nem a predisposição das intelligencias communs ajudavam a fructificar os trabalhos iniciadores de *Candido Lusitano*. O theatro, mais refractario a innovações quando o suf-

fragio do povo as refúga, acompanhava com o applauso o mestre-escola Nicoláo Luiz e as repetições das operas de Antonio José, e a *Ninfa Seringa*, e os *Novos encantos do amor*, imitações de Alexandre Antonio de Lima. Em quanto Francisco José Freire abria um novo váo á turva corrente do gosto, a porção aulica e culta do paiz saboreava-se nas operas cantadas no Torreão da Casa da India, ou nas comedias italianas que umas creanças representavam no Bairro Alto. «Ha 63 annos (diz um contemporaneo nascido em 1738)[1] quando se fallava de bons comicos, lembrava-se meu irmão (*Manuel de Figueiredo*) de alguns dos mais famosos que tinha visto em Espanha n'um ou n'outro caracter; mas o que lhe tinha feito mais especie e lhe ouvi em toda a sua vida, foram umas comedias que viu representar, creio que na lingua italiana, no Bairro Alto, pelos annos de 1754 para 1755 por umas creanças filhos dos musicos e actores que vieram de Italia depois de 1750, para o primeiro theatro que o sr. Rei D. José I de gloriosa memoria, mandou fazer ainda no Torreão da Casa da India, logar que se conserva imperfeito na Real Praça do Commercio (1815) por terem dado de si para baixo as estacas agudas com pontas de ferro, e talvez d'aqui nascesse não se usar mais destas nos fundamentos. Estas creanças sabiam perfeitissimamente de cór os papeis, entravam no caracter que representavam, e na acção, como entraria o poeta, e as pessoas instruidas e de muita malicia, etc.» Esta perversão do gosto, de que o proprio Manoel de Figueiredo parecia conta-

[1] *Francisco Coelho de Figueiredo*, a quem pertence quasi totalmente o raro e curiosissimo *tomo XIV* do *Theatro de Manuel de Figueiredo*. Vej. pag. 555.

giado, prenunciava a extincção da scena nacional que já raros lampejos abria. Por 1764 nenhum theatro representava comedia portugueza; «mas permittiam o castelhano talvez para sacar vergonteas, para enxertar fatuinhos, e para enriquecer e authorisar as clauzuras» escreve Francisco Coelho.[1] Era o costume creado na aula de D. João V, desde que a actriz hespanhola Gamarra, amante do marquez de Gouvea, professou no mosteiro de Santa Monica, a pedido do zeloso amador, e depois, fallecido o marquez, despiu o habito e fugiu para o marido.[2] «Não tinham theatro por conta da modestia e costumes — prosegue o ingenuo historiador de uma epoca tão escassamente conhecida—mas a cada canto havia um presepio nas costas de um fôrno, n'um pardieiro, n'umas casas inhabitaveis com umas esteiras velhas, e uns cordeis para disfarce dos arames. Armavam um logar a que chamavam theatro, além dos trez famosos que houve n'esta cidade de Lisboa, o da Mouraria, o do Bairro Alto e o da rua dos Condes (em que brilharam o celebre Antonio Antunes e o Tortinho da Sé, cantando) além dos muitos volantes que giravam todo o reino, alegravam e instruiam os povos; e por um tostão ou seis vintens, ou por metade d'estas parcellas em Lisboa (segundo a distincção dos logares) se ia passar um par de horas de noite divertidas, aprender costumes e ouvir descripções. Ali apparecia o Padre Eterno para que todos tinham a rizada prompta, pois já sabiam que ao apparecer, ás primeiras palavras havia de acompanhar a acção; o braço direito muito estendido e a mão direita aberta e muito tremula, dava

[1] *Theatro de Manoel de Figueiredo*, tom. XIV, pag. 312.
[2] Veja *Noutes de insomnia*, tom. V.

de si muitas rizadas; scena que o auditorio tinha presenciado toda a sua vida... A voz do Padre Eterno fallando com Caim, e a precipitação dos demonios no inferno, as muitas estopadas que formavam as grandes lavaredas, as pedras atadas com cordas puxadas sobre tábuas soltas para formar as trovoadas..., os gritos das gentes polidas, que faziam estes trabalhos, que todos eram de prova. O alarido dos demonios e dos condemnados eram vasto campo para cada um aproveitar o seu dito, a graça de que se lembrava, ou que tinha ouvido, ou estudado para esta occasião, como na vespera de S. João que todos levavam o seu traque de bombas para deitar á fogueira.» Eis a corrupção logica das comedias de Antonio José da Silva: são as fezes da arte prostituida ás risadas da plebe. Resurgiam os *goliardos* da meia idade, exterminados pelas Ordenações Affonsinas. (Nota 16).

«Não tinhamos theatro—prosegue Francisco Coelho de Figueiredo—por evitar a vista dos dois sexos, os gestos e palavras libidinosas das comicas; mas ajuntavam-se as familias amigas nas casas uns dos outros, nas noites dos domingos e dias santos do inverno para ensaiarem uma comedia (bem entendido) na lingua castelhana.» Assim nos deixa o irmão de Manoel de Figueiredo entrever a degradação do theatro portuguez, quando a *Arcadia* discutia e assentava as bazes da sua reedificação.

*Manoel de Figueiredo* (Lycidas Cynthio) nasceu em Lisboa por 1725 e morreu em 1801 official maior aposentado da secretaria de estado dos negocios estrangeiros e da guerra. Estudou linguas mortas e vivas, e as litteraturas correspondentes, nomeadamente as drama-

ticas, paixão que toda a vida o avassalou, dado que lhe falecesse engenho para fundir de lavra propria o mal acendrado oiro colhido nas suas investigações. Manoel de Figueiredo era poeta pela contagem das syllabas. Aos trinta e quatro annos ainda não possuia a certeza da construcção rythmica do verso endecassylabo. *Francisco de Pina e de Mello*, de Montemór o Velho, um dissidente da *Arcadia*, a quem ironicamente os arcades chamavam o *Corvo do Mondego*, era consultado por Figueiredo sobre o processo artistico da formação dos versos. «Torno a affirmar a vocemecê (dizia-lhe o oraculo de Montemór) que no verso de onze syllabas é indispensavel que deixe de ferir na sexta, isto é, que esta deixe de ser aguda; e todo o verso hendecasiyllabo que assim o não fizer precisamente hade estar errado: se eu tenho alguns nas minhas poesias, como vocemecê diz, que não cumprem com esta lei, estão errados todos os que se apartarem d'ella; e eu desejo que vocemecê me insinue alguns d'esta qualidade, por que confessarei o erro ingenuamente. Por reduzir esta materia á brevidade possivel, deve vocemecê reparar em que temos trez especies differentes de syllabas com accentos, umas que se chamam graves, outras agudas, outras exdruxulas, etc.» [1]

Em outra carta do mesmo anno (1759) o fecundo Pina, com ironico resentimento, queixava-se do desaffecto que os socios da Arcadia lhe votavam ás suas numerosas composições: «Eu estou envergonhado de me declarar tanto com vocemecê, quando me consta por muitos meus amigos de Lisboa o desprezo que faz das

[1] *Theatro de Manoel de Figueiredo*, tom. XIV, pag. 72.

minhas trovas a nova Arcadia Lusitana, *de que vocemecê é um tão digno consocio; e admira-me de que vocemecê queira ouvir um homem que está em tão pouca conta n'esse sublime Congresso*, que bem podera advertir que para ser bom não era preciso dizer mal dos outros. Os que reconhecem a difficuldade da Arte e genio poetico, perdôam, e não accusam as producções que sahem d'este divino enthusiasmo. Eu bem sei que todo o motivo d'estas accusações é quererem que os Poetas de Portugal sigam a *simplicidade franceza* [1]; porém os que acquiriram as brancas em um continuo estudo, tem para elles maior auctoridade os antigos que os modernos; e á vista de tantos poetas de espirito que produziu o Pyreo e o Lacio não valem nada os Despreaux, os Rousseaux, os Racines, os Corneilles, etc. e eu não tenho visto de poeta francez coisa alguma que me contente senão aquelle soneto de mr. Desborreaux que principia: *Grand Dieu, tes jugemens sont remplis d'équité* etc. Despreaux tem uma boa Epistola ás victorias de Luiz XIV; por signal que acaba n'aquelle verso: *Je t'attend dans deux ans au bords d'Hellespont*, que ouvindo-a o conde Busi Rabutin, disse extemporaneamente: *Tan, ta, ra ra, ton ton*, [2]» Esta critica do auctor do *Triumpho da Religião* mede a estreiteza da sua capacidade, ou o desdem irracional da velha eschola. Todavia foi lido com attenção e louvor o *Theatro de Eloquencia* (1766), e tal fama ganhou de poeta erudito, apezar do judicioso Diniz que duas vezes dissertára contra a sua

[1] Deprehenda-se d'esta explicita dissidencia dos sectarios de Racine e Corneille a inconsideração com que José Maria da Costa e Silva arvora Francisco de Pina e de Mello em fundador da eschola franceza.

[2] *Ob. cit.* pag. 76.

*Bucolica*, que o proprio Manuel de Figueiredo o consultava no mechanismo do verso. [1]

E nem assim conseguiu fazel-os bons, senão raros, e rarissimos são os que fez com algum lume de poesia. O enthusiasmo honrado com que poz peito a demolir o theatro das tramoias nacionaes e espanholas, levantando outro de comedia portugueza nos costumes, e de tragedia tecida pelos modêlos das nações illustradas, foi empreza digna da sua coragem e superior ao seu talento.» «Eu heide transmittir aos futuros (disse Manuel de Figueiredo) com a mesma precisão e verdade os costumes do meu seculo, não só pela vaidade de mostrar-lhes que da nação portugueza (que não é a que menos se incha com qualquer sorte de applauso ou de brilhante

[1] Nasceu na villa de Montemór-o-Velho em 1695. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde não completou formatura por que ali se casou contra vontade do pai. Estudou assiduamente e escreveu muita farfalhice, que no seu tempo deslumbrou os invejosos. Chamava-se D. Maria Thereza Coelho de Faria sua mulher, por causa de quem o pai o reduzira a uma quasi pobreza, vendendo todos os seus bens não vinculados. Á míngua de recursos, foi Francisco de Pina e de Mello para Castella onde com reverendas falsas se fez clerigo—diz uma Genealogia dos Pinas de Montemór-o-Velho. Foi preso em Coimbra, quando voltou a Portugal, não por motivos politicos, mas simplesmente por que sacrilegamente agenciava a vida com officios sacerdotaes. Sua mulher, que ainda existia, professou no convento de Santa Iria de Thomar. Recolheu-se Francisco de Pina e de Mello á sua vetusta casa torreada de Montemór, e ainda em 1766 publicou o *Theatro da Eloquencia*. Fallecendo em 1767, finalisou com elle a linhagem dos Pinas, pelo que respeita ao ramo do celebrado Fernão de Pina, cavalleiro de Affonso IV. D'aquella casa de Montemor sahiram para a inquisição de Coimbra Ruy de Pina Cardoso, queimado em 1623, com sua mulher Luiza Gomes, e seus irmãos Paulo de Pina, Amaro de Pina, penitenciado com cinco annos de galés, Sebastiana de Pina, freira, que passou da inquisição para o recolhimento das Convertidas de Coimbra, onde morreu. Dois padres da mesma familia em 1625, e D. Francisca de Mello, dezesete annos preza, fallecida no carcere, e a final, depois de morta, proclamada christã velha, em 13 de março de 1683.

falso, e vulgar,) é que sahiu o primeiro poeta comico que por systema tratou de menor a aceitação e o riso do publico; mas tambem para que se n'elles (*nos futuros*) houver outro homem que queira pegar na penna com o mesmo zelo que eu tive, confronte com este retrato fiel do nosso o ridiculo do seu tempo para deixar-se d'isso, achando que o meu theatro não fez móssa nos costumes: prevenção que eu não podia ter, pois não vi entre nós até o dia de hoje fabula alguma que com justos principios de crytica entendesse com os nossos fracos ou o nosso ridiculo mais que o *Passo da freira*: tanto sem arte porém que os mais comicos freiraticos julgaram que não eram o lobo da fabula, e sahiriam do theatro sem aquelle requeimo com que os *Pedantes*, os *Marquezes*, *Femmes savantes*, *Precieuses ridicules*, etc. sahiam do de Paris desejando comer os figados e beber o sangue a Moliére, dizendo em fim d'elle o que os meus criticos tem dito de mim, escrevendo as satyras (de que não ha fumo) e que eu já espero ha muito . . .»[1] Nem a modestia costuma descer, nem a prosa costuma levantar-se mais nos seus discursos. Resgata-o, porém, da deslavada phrase e do singular desvanecimento, o motor patriotico que o impulsionou a escrever dramas para treze corpulentos tomos... «E como poderei eu persuadir sem expôr-me a passar por mentiroso, ou por Quichote, que um espirito de patriotismo foi quem me metteu a penna na mão para escrever milhares de versos (não sendo nunca furioso) depois de doze annos que nem um só compunha?... Entrarem e sahirem os annos sem se ver uma Fabula de auctor

[1] *Theatro*, t. 7.º pag. 159.

portuguez (vergonha por que não passa outra alguma nação) era agonia que não só me afugentou dos theatros, mas até me impedia de informar das que se representavam. Ouvir a qualquer innocente cryticar as traducções, e ouvir que a ninguem agradavam os dramas era um motivo para mim de desesperação.» [1] Todas as peças de Manoel de Figueiredo correram o fado infeliz da primeira. Querendo nacionalisar Quinault, Corneille, Regnard, Molière, Addisson e Euripedes deslustrou-os com a sua inhabilidade metrica e inxabidez de versaría com Minerva adversa. No tocante á crytica dos costumes, a *Escola da mocidade*, os *Perigos da educação*, a *Apologia das damas*, o *Fatuinho*, a *Grifaria*, etc. são comedias tão desgraciosamente inredadas e retorcidas e mesquinhas da graça que dá resalto ao ridiculo, que o desenlace vem sempre depois que a paciencia se esgota. Garrett achou no theatro de Manoel de Figueiredo assumptos aproveitaveis com algumas scenas não despeciendas. Quantos mineiros audazes não terão investido debalde com aquella inexploravel mina n'este paiz cujo theatro ha trinta annos se definha com o requentado alimento que lhe vem de fóra? Não obstante, Manoel de Figueiredo ganhou com a probidade dos seus esforços o sympathico affecto que mais se deve á energia sem genio que ás capacidades indolentes. Aquella rara e paciente virtude de trabalhar para ingratos, com a consciente magua de que lhe zombavam da pertinacia, é quasi um heroico desapêgo de amor proprio. O incansavel operario, sacrificando o tempo e os haveres, pozera o fito nas auroras de por-

[1] *Theatro*, tom. IV *Discurso*, pag. 163.

vindouro renome. Enganara-o ainda essa suavissima chimera, que só uma vez segredara a Milton desde as profundezas do futuro a prophetica realisação da perennal gloria.

Manoel de Figueiredo publicou em sua vida trez tomos do seu *Theatro*. Volvidos annos, escrevia-lhe o director da officina da Imprensa regia:... «Sendo obrigado a despejar um armazem do collegio dos Nobres, cujo uso nos veiu pelo bispo de Beja, foi necessario desentupir com o muito que se tirou os que estavam nesta officina; entre os mais vieram os balotes das suas obras... Necessito pois de lhes dar sahida; tendo-lhe vocemecê perdido o amor, haverá confeiteiro que os compre a 1:600 rs. a arroba...» O poeta mandou rasgar a pagina em que estava o seu nome, e vender 63 maços de arroba que a 1:800 rs. renderam 113$400 rs. *Por este modo tirou-se da perda algum proveito, abatendo-se da despeza esta parcella*, diz Miguel Manescal da Costa, remettendo-lhe o affrontoso producto dos trez volumes vendidos por arroba ao confeiteiro.[1]

Por morte de Manoel de Figueiredo, um virtuoso irmão que o idolatrára e o fizera resurgir no seu amor para o ter comsigo nos restantes vinte e dois annos, reimprimiu os trez tomos e mais onze de dramas com alguns fragmentos ainda no XIV, quasi todo composição sua. Reprovaram-lhe o descôco de fundir ouro na publicação de livros que ninguem comprava.[2] O inflexivel architecto da gloria do irmão, respondia: *Eu conheço a sua justiça; mas o publico não é lezado, pois nem trez exemplares vendi; mas achei o modo de os espalhar, que foi*

[1] *Theatro*, tom. XIV, pag. 115.
[2] Dois tomos constam de poesias mediocres.

*o meu grande negocio e unico interesse.*[1] N'outro lanço, diz que vendêra os seus olivaes da Luz para costear as despezas da impressão; e as ultimas desenfeitadas paginas que escreveu das 669 em que deixa transluzir uma santa indole, são estas: «Dou por acabada n'este momento a empreza que tomei de ficarem impressos os desejos de um portuguez que nem teve outros empenhos nem outras ambições, tendo muitas occasiões de lhe terem inveja ou seus emulos ou *amigos.*» Cita os votos que o animaram á ardua tarefa: são grandes nomes para que os acoimemos de abjecta lisonja; desculpemo-los antes por que estavam surdos á voz do espirito nacional, e não tinham lances de olhos áquem das fronteiras do seu tempo: eram D. Fr. Manoel de Cenaculo, o oratoriano Joaquim de Foios, Antonio Ribeiro dos Santos e Pedro José da Fonseca. «Estes quatro homens—diz Figueiredo—tiveram caracter firme, e não me pude persuadir nunca que zombassem de mim, e menos que fallassem contra o que entendiam... O poeta escreveu; eu entretive-me dezoito annos (depois que elle me deixou) com a impressão dos treze tomos, e primeira e segunda parte das obras lyricas; os meus desejos e os do poeta estão completos; não prejudicarão a pessoa alguma senão ao auctor e ao editor, na consideração dos que não leem... Eu ainda não vi vencer causa alguma sem procurador activo; eu venci a minha, pois fica tudo impresso contra a vontade dos adversarios. O poeta está na Eternidade ha 20 annos, e eu tenho de edade outenta e dous. ADeos.»

E morreu, volvidos dois annos incompletos, em 1822.

[1] *Theatro,* tom. XIV, pag. 286.

O THEATRO de *Manoel Figueiredo*, que possuimos com apreço, quanto a nós é um monumento de veneração para o poeta indefesso e para a sacratissima saudade de seu irmão. Que não se esqueçam estas virtudes obscuras, que valem mais que lettras esplendorosas.

## Poetas extranhos á Arcadia

Em um soneto inedito de Pedro Antonio Correia Garção encontramos satyrisados alguns dos principaes adversarios da assembléa dos Arcades:

*Pinto* fidalgo, embaixador da Mancha, [1]
Tu, *Monteiro* roaz [2], que na baralha
Valles por espadilha da canalha
Que a fama alheia com ferretes mancha;

*Padre Niceno* [3], tu, patrão da lancha
Carregada de drogas da antigalha,
Que o *Bandeirinha* alvar á tôa espalha,
Pôtro que n'outro pôtro se escarrancha;

Capitão Archimédes, tu Zarôlho,
*Manoel de Sousa* [4] que pareces *Mendes* [5]
Que da récua aproveitas o restolho;

[1] Luiz Pinto de Sousa Coutinho, 1.º visconde de Balsemão.
[2] Domingos Pires Monteiro Bandeira.
[3] Padre Francisco Manoel do Nascimento.
[4] Manoel de Sousa, capitão de infanteria.
[5] Antes de Antonio Xavier Ferreira d'Azevedo escrever a farça *Manoel Mendes*, já este nome e apellido eram proverbiaes. *Manoel Mendes Fogaça* tambem serviu ao padre José Agostinho

*Ulpiano* venal[1]... tu bem me entendes...
Se para estas coisas tenho dêdo e ôlho,
Em peralvilhos jubilado tendes.

*Luiz Pinto de Sousa Coutinho*, primeiro visconde de Balsemão, era marido de *D. Catharina Michaela de Sousa Cesar e Lencastre* cujos versos ineditos e numerosos vimos em poder dos seus descendentes. Do engenho poetico de Luiz Pinto, e de *Sebastião José Ferreira Barrôco*, outro dissidente da Arcadia, e muito da intimidade de Francisco Manoel do Nascimento, daremos poesias ineditas, pois que não ha poema impresso de algum d'elles, e nada se conhece de Ferreira Barrôco que justifique o elevado conceito que d'elle faziam os seus contemporaneos, como diz o sr. Innocencio Francisco da Silva. (Nota 17)

O soneto nomeia um *Bandeirinha* que nos parece ser

de Macedo. Com certeza Trigoso se equivocou dando Luiz Pinto de Sousa Coutinho como socio da Arcadia. O sr. Innocencio Francisco da Silva, combatendo rasões que achou inopportunas, no seu *Diccionario bibliographico*, já contrariou que Luiz Pinto houvesse sido d'aquelle congresso.

Não podemos, porém, desfazer a duvida que nos suggere o soneto, quanto a ter ou não ter sido socio da Arcadia o capitão Manoel de Sousa. O sr. I. Francisco da Silva no artigo *Antonio Ribeiro dos Santos* assenta que não foi; e, no artigo *Manoel de Sousa*, muda de parecer, visto que Manoel de Sousa se declara socio da Arcadia na traducção da *Historia antiga* de Raynal. Ao illustre bibliophilo olvidou-se-lhe mencionar essa obra entre as versões de Manoel de Sousa, e nós não a temos para examinar se a obra será posthuma, e se os editores lhe deram um titulo postiço. Talvez que Manoel de Sousa haja sido um dos primitivos socios, e se despedisse ou fosse expulso com José Caetano de Mesquita. Só d'este modo poderemos conciliar a satyra de Garção com a possibilidade de ser verdadeira a qualificação que o satyrisado se dá no frontespicio do livro; mas, assim mesmo, o decoro lhe impunha não a usar. A solução d'estas duvidas é de tão pouco momento que a não diligenciaremos.

[1] Dr. Jeronimo Estoquette.

diverso de *Domingos Pires Monteiro Bandeira*. No final de uma satyra do arcade *Manoel de Macêdo*, congregado e ex-jesuita, encontro os mesmos appellidos satyrisados por Garção, distinguindo o *Monteiro* do *Bandeirinha:*

. . . . . .
Por agora, vos deixo, *Pintos*, *Sousas*
*Monteiros*, *Estoquetes*, *Bandeirinhas*,
Valente chefe do famoso troço
Da Ribeira das náos! Até á primeira.
Se ao dissabor da satyra forrar-vos
Quizerdes, acceitai o meu conselho,
E' sancto: conhecei-vos e calai-vos.

*Domingos Pires Monteiro Bandeira*, amigo e protector de Nicoláo Tolentino, e muito considerado pelo padre Francisco Manoel do Nascimento, era poeta de nome, partidario da escola ultra-classica, esmerilhador de archaismos, e figadal inimigo de francezias. Se escreveu muito, como é de presumir, na renhida controversia em que a Arcadia andou travada com o grupo de padre Francisco Manoel, nem uma das suas poesias foi estampada. Possuimos algumas manuscriptas, e por essas ajuizamos do sestro mordaz de Pires Bandeira e da mediocre falta que nos fazem as perdidas poesias. O padre Manoel de Macêdo, celebrado em uma nota do *Hissope* de Antonio Diniz, pela vehemencia dos seus versos consagrados á cantarina Zamperini, affrontava o adversario com força egual. Publicaremos na Nota 18 uma Ode inedita de Pires Bandeira ridiculisando outra do congregado admirador da actriz.

Houve um terceiro poeta (Ignacio da Silva Alvarenga ou José Basilio da Gama) que satyrisou os dois com uma poesia bastantemente aprosada, mas judiciosa:

. . . . . .

Deixa, amigo Monteiro, de seccar-nos
Co'a antiga locução áspera e dura.
Confessamos que tem graça e energia
Lida nos bons auctores que nos honram;
Mas as palavras são como a moeda.
O uso unicamente é o rei que faz
Que ellas valham o que elle quer que valham;
Como ellas corram com a presente marca,
Fazem outra vez viver as esquecidas.
Adopta embora as novas, funde as velhas,
Lima as informes, pule as escabrosas.
Enriqueça-se a lingua portugueza
Com prudente licença e boa escolha;
Porém nunca vocabulos nos digas
Que arranhem o bichinho dos ouvidos.
Nem a todos concede a natureza
(Como concede a ti e á tua ceita)
Orelhas de aço, tympanos de bronze.

E tu, Macedo, fallo-te sincero:
Dou-te licença de queimar teus versos;
Não nasceste poeta, tem paciencia.
Emprega o tempo em ler as Escripturas,
Os Basilios, Chrysosthomos, Gregorios;
Pois é pena que, tendo alguns talentos,
Não saibam teus sermoens a nada d'isto.
Um estylo affectado e corrompido
Não é a phrase simples do Evangelho.
Admiram-te ignorantes; mas aos doutos
Nem podes agradar, nem compungir.
Isto de poesia é bagatella
Propria de outro instituto e d'outra idade.
Vê que a aurora do tardo desengano
Já começa a raiar nas tuas fontes.
Deixai ambos de ser alvos das gentes,
Quixotes cada um por seu feitio.
E agora que se chega a primavera,

Navegai para Antyeiras que tendes
Precisão ambos de tomar o elebro

Musa, porque razão me não concedes
Para encher de vergonha e confusão
A incorrigivel raça dos pedantes
Um espirito egual ao de Cervantes? [1]

O padre *Francisco Manoel do Nascimento* era o oraculo da limitada assembléa de litteratos, verberados nas satyras de Garção e do congregado Manoel de Macedo. *Filinto Elysio* é o seu nome poetico, e não arcadico ou de alguma outra academia, como temos visto erradamente escripto. Foi D. Leonor de Almeida, primeira marqueza de Alorna, e poetisa de larga instrucção que lhe deu o suave nome de *Filinto*. O poeta o diz em nota de uma ode que dedicou áquella illustre dama: «A ex.ma D. Leonor de Almeida foi quem em Chellas deu ao poeta o nome de *Filinto*, e por tal o nomeou sempre em todos os versos que lhe escreveu.» [2] Nasceu Francisco Manoel do Nascimento em Lisboa aos 23 de dezembro de 1734. Ordenou-se de presbytero, e viveu abastadamente até á edade dos quarenta e quatro annos, colhendo os proventos de thesoureiro da egreja das Chagas de Christo, pertencente á confraria dos Mercantes, e fruindo os bens herdados. Diz o poeta:

*Quem me tolhêra a mim viver na patria*
*Rodeado de amigos, disfructando,*
*Em honrado socêgo, os bens que honrado*
*Meu pai me grangeára?*

Denunciado ao santo officio como herege, foi procu-

[1] Impressa pela primeira vez no *Ramalhete*, tom. VI.
[2] Tom. XI, pag. 111, ediç. de 1838.

rado na madrugada de 4 de julho de 1778 por familiares da Inquisição. Evadiu-se com desacostumada fortuna ás prêsas dos quadrilheiros, e abrigou-se em casa de seu visinho conde da Cunha, d'onde passou á do negociante Verdier, homem de elevados espiritos e coração caridoso, sempre desvelado em soccorrer Francisco Manoel do Nascimento. Em 15 do mesmo mez obteve o fugitivo passagem em um navio, onde entrou disfarçado sob um carrêto de laranja, logrando assim illudir a espionagem do santo officio. Foi-lhe angustioso o apartar-se da patria e dos amigos. Quatro annos depois, exclamava o saudoso exul:

*Maldito o bonzo e mais maldito o nayre*
*Que calumnioso urdiu o meu desterro;*
*Malditissimo o estupido fanatico*
*Que encommendou a queima!*

*Oh patria! oh patria! E pude assim banido*
*C'os olhos arrazados de agro pranto*
*(Não estalei de magua!) despedir-me*
*De ti, querida patria!*

Do Havre transferiu-se a Paris, onde assistiu até 1792, d'aqui passou para Hollanda com o cargo de secretario particular de Antonio de Araujo de Azevedo, ministro de Portugal n'aquelle paiz. Cinco annos volvidos, tornou para França, d'onde mais não sahiu, estanceando por Paris, Versailles e Choisy, até 25 de fevereiro de 1819, dia em que falleceu com oitenta e cinco annos de idade. Teria expirado em miseria extrema, se lhe não valesse o marquez de Marialva, então embaixador em França, o qual lhe fez decente funeral. O espolio de Filinto Elysio foi comprado por 12$000 réis e vendido em

1834 a Sergio Teixeira de Macedo, secretario da legação brazileira em Paris.[1] Em 1842, por esforços de Antonio Feliciano de Castilho e Rodrigo da Fonseca Magalhães, vieram para a patria os ossos do illustre poeta, e aqui esperaram quatorze annos que se lhes abrisse uma cova no cemiterio do Alto de S. João sotoposta a um insignificantissimo monumento.

Duas vezes requerera Francisco Manuel do Nascimento a D. Maria I que, reconhecida a sua innocencia, lhe mandasse restituir os bens. Seja elle quem nos particularise essas frustradas tentativas: «Por duas vezes se dignou sua magestade reconhecer a minha innocencia, mandando-me restituir os bens injustissimamente confiscados; porém, apesar das solicitações e diligencias de amigos poderosos nunca foi possivel desenterrar os decretos dos cartorios da secretaria d'estado dos negocios do reino. Ignoro, por tanto, se se lhe poz pedra em cima, ou se á incuria e pouco caso que faziam da sorte de Filinto devo só attribuir o sumiço que levaram. Algum dia talvez os descubra algum antiquario, quando já o pobre Filinto tiver cessado de soffrer. Bom proveito façam a quem os achar.»

O seu primeiro poema impresso era uma ode a exorar a misericordia da rainha, aquella santa que perdoou e fez

[1] N'este espolio foi encontrado um manuscripto que Francisco Manuel do Nascimento com mais desaire que proveito quiz inculcar como traslado de um codice dos *Lusiadas*, correcto pelo proprio Camões. O desprimor do infeliz poeta está nas diligencias que elle poz em negocial-o, compellido talvez pela indigencia, visto que o trabalho honrado lhe não rendia o pão de cada dia. Achamos inexoraveis os pregões de deshonra que deita por amor d'isso o sr. visconde de Juromenha, na nova edição das obras de Camões. Esperam-se os esclarecimentos a tal respeito promettidos pelo sr. conselheiro José Feliciano de Castilho.

restituir os bens aos que tentaram contra a vida de seu paè e não teve energia e impulso de alma generosa que restituisse ao ancião, e ao maximo poeta do seu tempo, os bens e a patria. «Comecei por uma ode á rainha nossa senhora (conta Filinto) para lhe lembrar (no caso muito duvidoso que lhe chegasse ás mãos) que um vassallo seu, victima de calumniosa inveja, padecia em longo desterro trabalhos e penuria de que não era merecedor, dos quaes sua magestade podia por sua justiça e sua benignidade libertal-o. Este o motivo da primeira ode impressa.» Da sua pobreza no desterro nos faz o resignado proscripto repetidos e ainda assim pacientes queixumes: «Far-vos-hia compaixão, diz elle, ver um velho de sessenta e cinco annos, que algum dia viveu abastado e estimado dos seus conterraneos (e conterraneas), desvalido e só, vivendo em Paris como n'um descampado, embrulhado no manto da pobreza, e diante d'elle e pelos lados os cuidados da vida, o trafego da casa, as lembranças do passado, e mais que tudo a sêcca melancolia, estendendo a cada instante os braços para o apertar n'elles, e o levar de rastos até os umbraes do passamento. Então verieis se é pequena lida a minha de luctar de continuo com tantos inimigos, sem me poder valer de outra arma que da penna para arredar de mim toda essa caterva de medonhas harpias.»

A consolação do trabalho e da leitura nem sempre lhe era compativel com a pobreza. Uma vez, escreve elle cheio de saudades dos seus livros: «Quando me preparava para ir a Haya, fiz um pacote dos poucos alfarrabios que tinha, livraria de poeta pobre! E era minha intenção mandal-os diante; mas o custo do transporte me fez recuar a resolução. Quantas como esta morrem

de garrote, por desvalidas de moeda!» Como pagaria transporte de livros quem não tinha dinheiro para reformar calções? Com estro jovial deplora o poeta a indigencia da sua guarda-roupa:

*Feliz quem rumas de calções possue!*
*(Calções, digo, nem rotos nem surrados)*
*O santo Job, chagado na esterqueira,*
*Calções não precisava.*
. . . . . .
*Mas eu... Não digo mais.—Passem dois dias;*
*Não saio.—E, se eu sair, na rua, a gente*
*Me corre ás apupadas, e os garotos*
*Me enxovalham com lama.*
*Dois calções, cujas eras me não lembram,*
*Sobrepondo fundilhos a fundilhos,*
*Não soffrem ponto, sem rasgar-se o panno,*
*Que lhes clamou concerto.*
. . . . . .
*Feliz quem tem calções!....*

E em outro lanço:

*Eu, que não vira nunca da pobreza*
*A magra catadura;*
*Que, á sombra dos erdados arvoredos,*
*Descançado dormia*
*No regaço da intacta probidade:*
*Eu que no altar da honra*
*Do rigido dever queimava incensos;*
*Que á patria, aos meus, sem termo*
*Dei quanto pude e sube; e dera o sangue*
*Se o sangue meu podera*
*Resgatal-o do ignaro captiveiro...*
*Eu vivo desterrado,*
*Roubado os meus bens, roubado ainda*
*O premio da virtude!*

*E o Geral dos Bernardos, que só teve*
*Por desvelo e doutrina*
*Anafar brando as roscas do cachaço,*
*Rode sege e dobrões,*
*Dê roupas, dê brilhantes, jogue rijo...*
*Oh terra amaldiçoada!...*

O producto dos seus escriptos a pouco montava, dado que não repousasse de compor e traduzir. Em nota da versão incompleta de *Ephigenia em Aulis* de Racine, escreveu Francisco Manoel do Nascimento: «Eu bem acabára a traducção d'esta, e tambem a de *Coriolano*, que está meia alinhavada; mas o preço tão limitado que me deram pela *Medea* de Longepierre e pelo *Mithridates* de Racine me decepou a vontade.» Em compensação, chorou-o a piedade estranha na lyra de Lamartine:

*Genereux favoris des filles de memoire,*
*Deux sentiers differens devant vous vont s'offrir,*
*L'un conduit au bonheur, l'autre mène à la gloire;*
*Mortels, il faut choisir!*
*Ton destin, ó Manuel...*

Francisco Manoel do Nascimento profundou a sciencia da lingua sem attentar no enriquecêl-a para serviço das novas idéas, mas sim para nitidamente trasladar as antigas. Não derivou do pensamento moderno a investigar a fórma: formulava phrases de palavras obsoletas, alatinava as construcções, despintava a graça nativa do estylo para lhe dar o lustre poído dos arrebiques quinhentistas; e, querendo enquadrar nas locuções archaicas os levantados raptos de poeta, desbotava-lhes as côres. Esquinava os versos em prosa desharmonica só

por amor de lhes incravar termos duros. Isto, porém, não faz implicancia a que Filinto Elysio seja o opulentador notabilissimo da lingua, e renovador dos lusitanismos que aformosearam os livros dos dois iniciadores da reforma romantica, Almeida Garrett e Antonio Feliciano de Castilho. E, sem desamor a Francisco Manoel, conjecturamos que elle não estudou muito mais que a prosodia, nem nós podemos aprender mais nada nos seus livros, e isso mesmo é mister que o esmiucemos com muito discernimento e cautella. Restringindo-se a pensar poeticamente na Roma sempre pagã e remoçada com o seu Horacio dilectissimo, aproximou-se indeciso das litteraturas modernas traduzindo poemas, novellas e tragedias que não caracterisavam alguma feição da sua epoca. Lamartine deplorou-o; e elle, com esquivanças de vaidoso, ou rabugices senis desdenhou as louvaminhas do poeta de *Elvira:* é que não podia reconhecer-se bem áquella luz de aurora desconhecida: Lamartine não jantára com Horacio em casa de Numentano. Entre os pezadêlos da *Guerra Punica* de Silio Italico e as phantasmagorias de *Oberon* de Wieland, o nosso poeta não conhecia a media. A sua instrucção, se não era mais que a deprehendida de seus livros, devia de ser diminuta. Infortunio e pobreza não o refugiaram nas consolações do estudo. Viveu largos annos em Paris, e como que ermava sequestrado da vitalidade febril das sciencias que lhe resortiam em redor. Dir-se-hia que não sahira de Lisboa e da camaradagem dos seus amigos Pires Bandeira, fr. Manoel do Cenaculo, Barrocos e Verdier. Esta infertilidade de tão robusto talento, estranho ao seu tempo, e impenetravel aos orvalhos e aromas d'aquelle resplendente amanhecer do seculo de-

cimo nono em França, são incongruencias que só pódem a ponto explicar-se pela rebelde tenacidade da velhice em repellir novidades, ou pelo desleixo e atonia a que a miseria abate os melhores espiritos.

A escola franceza, que vigorava despercebida a Francisco Manoel do Nascimento, residente e quasi naturalisado em França, grangeára sectarios em Portugal, e entre poucos avulta *José Anastacio da Cunha*. A mais esmerada noticia que temos d'este infeliz talento deve-se ao esclarecido investigador, sr. Innocencio Francisco da Silva.[1] No seu estimavel *Diccionario* encontramos a sentença do santo officio que condemna José Anastacio a ouvil-a em auto publico da fé com habito penitencial. A sentença confisca-lhe todos os bens, encerra-o por tres annos na Congregação do Oratorio com dois dias de penitencia em cada mez no primeiro anno; passante o triennio da reclusão, desterra-o por quatro annos para Evora, e veda-lhe perpetuamente o ingresso em Coimbra, onde ensinara geometria, e em Valença, onde estivera aquartellado como tenente de artilheria do Porto. Completados os tres annos penitenciaes, requereu José Anastacio á mesa do santo officio que lhe commutasse o desterro dos quatro annos em residencia na Congregação do Oratorio. O tribunal condescendeu. Os delictos do condemnado estão compendiados no exordio da sentença que resa assim: *E pareceu a todos os votos que o reo pela prova da justiça e suas confissões estava legitimamente convicto no crime de heresia e apostasia por se persuadir dos erros do deismo, tolerantismo e indifferentismo, tendo para si e crendo que se salvaria na*

[1] *Diccionario bibliographico*. Tom. 4.º pag. 221 a 231.

*observancia da lei natural, como a sua rasão e a sua consciencia lhe ditasse, sem a sujeitar a algumas leis e preceitos, e sem a regular pelos dogmas da religião revelada que não acreditava; tendo tambem por injustas e tyrannas as leis com que a igreja obriga os fieis a captivar seus intendimentos e a sujeitar os seus discursos em obsequio da fé e das verdades reveladas que lhes propõem para crerem sem duvida nem hesitação alguma: persuadindo-se egualmente que qualquer pessoa se salvaria em toda e qualqner religião que seguisse e fielmente observasse, capacitado que obrava bem, ainda que errasse, não sendo por malicia, mas só por falta de conhecimento, etc.*

José Anastacio da Cunha orçava então pelos trinta e quatro annos, e era lente de geometria na Universidade. José Monteiro da Rocha, lente de astronomia, como figadal inimigo de José Anastacio, teve o maior quinhão no vingado odio que o perdeu. Em um debate scientifico pleiteado entre os dois sabios, encontramos o professor de geometria assim menoscabado por Monteiro da Rocha: *Estes papeis* (as rasões do contendor) *respiram tanta arrogancia e presumpção, contém tantas falsidades e imposturas, e desmandam-se em allusões tão satyricas, e dicterios tão grosseiros, insolentes e malignos que bem manifestamente dão a conhecer que o auctor tem o miolo desconcertado ou damnado o coração.* Não temos fundadas rasões para crer que José Anastacio da Cunha fosse victima innocente de Monteiro da Rocha. O insigne mathematico e apreciavel poeta falleceu aos quarenta e tres annos em Lisboa. Em 1839 vieram a lume algumas das suas *Composições poeticas*. Subsistem ineditas outras, e ainda em 1874 appareceu um poema

satyrico respondendo a outro de Francisco Dias Gomes.[1] Nas poesias d'aquelle alumno da escola franceza ha um colorido de sentimento delicado, triste e meigo que não pertence á philosophia rançosa dos seus contemporaneos que toda se cifrava em louvores á sã virtude, e á parca frugalidade dos lavradores, ao passo que taes philosophos pediam talher na mesa dos fidalgos, e contentavam-se em apparecer no fim dos jantares para glossar os motes. Em José Anastacio vislumbraram-se uns clarões da poesia romantica, um ideal melancolico—de que não conhecemos senão raros exemplos em algumas odes de Filinto Elysio—e uma nobre independencia que o salvou da gafaria dos mendicantes. As traducções do inglez denotam quanto lhe eram mestres na elevação do espirito os poetas britannicos, e na philosophia os mais famigerados da escola da *Encyclopedia*. Conhecia de fundamento os principaes idiomas, e verteu de Virgilio algumas eclogas em hexametros portuguezes com admiravel concisão, fidelidade e um sabor campesino de encantadora graça.

O seu detractor *Francisco Dias Gomes* levava-lhe vantagem no predicado da philologia. Analysou e combinou, philosophicamente, como elle disse, as locuções de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha e Camões. Era um assumpto progmatisado pela Academia Real das Sciencias. Foi coroada a *Memoria;* mas o predicamento *philosophico*, assim mal percebido da Academia como de Francisco Dias Gomes, é mister que lh'o acceitemos sob palavra, por que n'esse baldo lavor de confrontações não ha philosophia, nem sabemos para que

[1] *Noites de insomnia*, tom. 10, pag. 36—47.

ella ahi fosse chamada a horisonte de tão curto lanço d'olhos. É um mero extracto de locuções prestadias aos diccionaristas. [1] Tirante isto, que pouco monta, a restante utilidade de tão comprida *Memoria*—pelo que respeita ás evoluções da linguagem—está eivada dos erros communs a quantos escreveram da filiação das linguas antes de alumiados pelas grammaticas philosophicas. Francisco Dias Gomes, como poeta, é um metreficador gélido que contava as syllabas, e submettia o sentimento aos codigos de Longino e Aristoteles, nunca empregando uma figura que podesse desavir-se com outra, se a *Poetica de Candido Lusitano* legislasse o contrario. O sr. Alexandre Herculano considerou Francisco Dias Gomes o homem *talvez de mais apurado engenho que Portugal tem tido para avaliar os meritos de escriptores*, por que elle dissera ter sido Fernão Lopes o primeiro na moderna Europa que dignamente escrevera a historia. Francisco Dias Gomes repetiu o que estava escripto por Manoel de Faria e Sousa. Quanto á sua critica da linguagem dos cinco classicos constantes da *Memoria* se lhe afferirmos o quilate pela utilidade, não nos queixaremos do esquecimento em que ficou nos tomos da Academia, nem confirmaremos com ella a opinião do sr. A. Herculano em muitos casos mais generosa que acceitavel nas apreciações. [2]

*Nicoláo Tolentino de Almeida* não pertenceu a alguma das Arcadias, por que a convivencia de poetas lhe não quadrava tanto como a dos próceres dominantes

[1] Vej. Tom. 4.º das *Memorias de litteratura da Academia Real das Sciencias*, pag. 26 a 305.

[2] A respeito de Francisco Dias Gomes, e da sua satyra contra José Anastacio da Cunha, veja *Noites de insomnia*, tom. 9.º, pag. 18—31.

em estados menos phantasticos que o monte Ménalo. Para dissentir de Garção e Diniz bastava-lhe a amisade e dependencia de Luiz Pinto de Sousa Coutinho, satyrisado, como ha pouco vimos, por *Corydon*. Tolentino, na satyra intitulada *O bilhar*, quando galhofeia com os restauradores da antiga poetica, está tão distante da Arcadia como do grupo de Filinto, e visivelmente apoda as odes pindaricas de Antonio Diniz:

*Co'as verdes mãos o serpeado Tejo*
*Alça o trilingue, mádido tridente;*
*Mas que Gorgona filtra? eu vejo, eu vejo...*
Em dizendo isto, é ode certamente.

A indole mais jocosa que mordaz do professor de eloquencia estremou-se de todas as formulas metricas dos seus contemporaneos. A quintilha não dava moldura bastante aos quadros epicos dos arcades. Reinava a ode greco-romana assoprada por tuba de grande folego, do mesmo passo que Nicoláo Tolentino, poeta pedestre dos salões e dos risos, inquadrava nas linhas curtas, conceituosas e faceis da redondilha de Bernardim e de Sá de Miranda, as phantasias alegres, compostas de costumes nacionaes. Não temos ahi que destrinçar em questões impertinentes de originalidade nem elegancia de linguagem nas satyras e sonetos em que assenta o individualismo typico de Tolentino. O que ahi está é bom, sempre novo, relido na mocidade alegre e na velhice reflexiva com egual applauso pelo bom siso e pela parcimonia de elegancias feitiças e postiças. É poeta nacionalissimo. Sabia que farte a sua lingua, exercitou-a sem estranheza de phrases parasitas nem de antigalhas. Da eleição dos epythetos é que resahe todo

chiste de suas quintilhas, e este, a nosso ver, é o privilegio dos mais destros escriptores. Simonde de Sismondi não achou poesia em Nicoláo Tolentino. Certo é que não a tem, se o ambicioso baptismo de poeta só cahe de molde nas almas que nos levam em seus arroubamentos; mas essa magia que é de seu natural melancolica e só cabe em espiritos de dolorosa abstracção, não a tem certamente as ridentes trovas de Nicoláo Tolentino. E', além d'isso, intraduzivel para lingua alheia o tal comico d'essas quintilhas em que, a revezes, a graça está na desinencia de uma palavra, no resalto de um adjectivo.

Tocaremos no estafado logar-commum da mendicidade de Nicoláo Tolentino, acoimada de ignominia por tantos biographos esclarecidos a quem corria obrigação de attentarem na decadente quadra em que o poeta viveu, e nos illustres exemplos que lhe deram antecessores de porte como Luiz de Camões e Diogo Bernardes. Descontam-lhe nas graças da poesia a abjecção do peditorio. Quanto a nós, o poeta obedecia ás ferreas condições da sua epoca. Houve apenas por esse tempo um homem de lettras, Antonio Lobo de Carvalho, que protestou contra a vassalagem dos seus parceiros, por que se foi remindo com os mesquinhos haveres de sua casa. (Nota 19). Entretanto, á medida que as familias heraldicas e a classe mean embruteciam, as lettras soffriam o natural desprezo; e por felizes se davam os poetas que o ceo dotára com sufficiente pilheria para pedirem o pão de suas familias fazendo rir o bemfeitor importunado. O poeta, antes do estabelecimento da monarchia constitucional, não tinha o jornalismo onde diluisse a poesia esteril em prosa fecunda,

pela qual manifesta em termos desabridos, quando é preciso, o seu direito ao banquete da patria. A indignidade não estava no poeta, mas sim na inconsciente bruteza da jerarchia dominante, que julgava o poeta serio uma inutilidade, e o jocoso uma diversão festiva para elaborar o chylo das digestões pezadas. A regeneração da dignidade do poeta ainda em 1828, apesar da luz de 1820, estava por fazer, se Garrett é verdadeiro quando assim no'l-o descreve: «Ora todos sabem que para se adquirir este nome (*poeta*) em Portugal é necessario andar mal-trapido, viver vida cynica pelos cafés e bilhares do Chiado ou de Quebracostas, onde, com o charuto na boca, e o ponche ou a philippina na mão, se discute de sonetos, decimas, odes pindaricas e dithyrambos... etc.» [1] Era a publica opinião que assim refazia o poeta, se elle, á imitação de Tolentino, se não acoitava nas ante-camaras de fidalgos e fidalgas, e mendigava, não o pão quotidiano, mas o alto emprego, e o habito de Christo e a sege, que fariam erguer para cima os olhos das turbas, e ver no poeta alguma coisa mais valiosa que os seus poemas.

[1] Prefacio à LYRA de *João Minimo*.

## § III

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS.—*P.e José Correia da Serra*—O DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA—*Pedro José da Fonseca—Agostinho José da Costa de Macedo—Bartholomeu Ignacio Jorge—João Pedro Ribeiro—Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo—Joaquim José Ferreira Gordo—P.e Antonio Pereira de Figueiredo—P.e Joaquim de Foyos—Antonio das Neves Pereira—Antonio Ribeiro dos Santos—Antonio Caetano do Amaral—P.e Theodoro de Almeida—D. Fr. Manoel do Cenaculo—José Anastacio de Figueiredo Ribeiro—D. Fr. Fortunato de S. Boaventura—D. Francisco Alexandre Lobo—D. Fr. Francisco de S. Luiz.*

### Academia real das sciencias

A Arcadia Ulyssoponense terminou como extincta de inanicção em 1776; e, em janeiro de 1780, inaugurou-se a Academia Real das Sciencias de Lisboa, fundada por D. João de Bragança, duque de Lafões. Assim é que desde a segunda metade do seculo XVII as assembléas litterarias, protegidas ou creadas pela alta aristocracia, se um instante se definhavam, reverdeciam logo com diverso titulo. «Eram phenices que nunca feneceram senão para das proprias cinzas ressurgirem» diz elegantemente o sr. José Feliciano de Castilho. O duque de Lafões era guiado no plano geral da organisação do instituto academico pelo presbytero *José Francisco Correia da Serra,* que, na ausencia do visconde

de Barbacena, fôra nomeado secretario da academia. *O abbade Correia da Serra*, assim conhecido no estrangeiro, nascera em 1750 na villa de Serpa; foi com seus pais para Roma em 1756, e, quando tinha vinte e sete annos, voltou á patria, em 1777. Dizem alguns biographos inexactamente que o trouxera comsigo de Roma o duque fundador da academia. Ora o duque de Lafões recolheu a Portugal em 1779, ao cabo de vinte e dois annos de ausencia. Correia da Serra, versado em varias sciencias com desigual profundidade, era principalmente naturalista. Não nos compete, nem cabe n'este ensaio avalial-o fóra da área das bellas lettras. O seu artigo *De l'état des sciences, et des lettres en Portugal, á la fin du dix-huitième siècle*, publicado nos *Archives litteraires de l'Europe*, em 1804, abona medianamente a instrucção do padre Serra ácerca da litteratura patria, e transluz vulgar espirito na critica das causas que motivaram o desdouro das artes e sciencias depois que o Instituto da Companhia marcou o passo á educação litteraria. Os seus productos, excluindo os que versam sobre sciencias naturaes e mathematicas, dão pequeno subsidio á historia da litteratura. Quer-nos parecer que a historia civil seria utilmente professada por Correia da Serra, a julgarmo'l-o por um trecho do seu *Discurso preliminar* ao 1.º tomo das *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias* (1789). N'este periodo denota vocação para a philosophia da historia.

Depois de inculcar o exercicio das sciencias naturaes e das exactas, accrescenta: «O estudo da litteratura nacional parecerá por ventura a alguns menos proprio que os precedentes, para o augmento da agricultura, das artes e da industria; se esta observação é justa pelo que

toca ao estudo da lingua e da poesia, longe está de verificar-se pelo que respeita á historia da nação. A historia de cada povo parece-se com a vida dos individuos por serem, uma e outra, serie de acções, motivadas por modos de vêr, de discorrer e de desejar, que lhes tem sido proprios e habituaes. Os erros em ambas produzem erros, e os acertos seguem-se aos acertos. Mas um homem pode examinar toda a sua vida, e aproveitar-se do que lhe aconteceu, para conduzir-se melhor e regular suas acções; nas nações, pelo contrario, cada geração conhece tão sómente a si mesma, sem que os erros das que passaram lhe sirvam ordinariamente de proveito. Toca aos que aprofundam os antigos successos fazer este exame e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito ou de ruina, e as causas por que crescemos ou diminuimos em numero, em forças, em luzes, em riquezas.»

Quem assim traçava o prospecto da historia, protestava contra os máos exemplos que a anterior Academia Real deixára estampados nos seus tumidos infolios. E peña foi, que o douto academico, posto que insufficientemente conhecesse a lingua portugueza, e a manchasse de gallicismos, não executasse o projecto de escrever a *Historia Civil de Portugal*, modulada pelo plano que antecipadamente traçou em 1790. Persuadimo-nos que é inedito o escripto que elle intitulou *Plano*, e de que vamos trasladar alguns periodos:... «Comecei a revolver os fastos da monarchia portugueza, e comecei logo a desgostal-os não achando o melhor que buscava. Vi primeiramente como furtaram-se aos olhos os primeiros tempos da monarchia portugueza, por não haver algumas das testemunhas de vista que

cuidasse em os transmittir á posteridade. Principia finalmente a haver quem pegue da penna; mas bem se deixa vêr que é ainda a mesma mão afeita só á espada a que está escrevendo: obras de sangue e de morte é tudo que enche a historia; dos meios que se applicaram para lograr o fructo de tanta fadiga, nada ali apparece. Animado o escriptor do mesmo espirito que o soldado só faz virtudes das operações militares. Como se toda a felicidade e gloria do ente racional consistisse nas forças do corpo, só procura propôr ao estudo e á imitação as victorias que os portuguezes alcançam dos seus similhantes, como de outras tantas feras nascidas para a sua ruina: emfim, representam este povo como um exercito sempre em campo, occupado só em ferir e matar; e eu buscava o estudo civil instituido para fazer tranquillos e felizes os portuguezes.»

As considerações subsequentes prendem tanto com os intuitos da moderna sciencia historica, inaugurada em Portugal pelo sr. A. Herculano, que não receamos impacientar os espiritos mais extranhos a esta ordem de estudos. «Eu bem sabia (prosegue Correia da Serra) que, sendo este imperio formado de conquistas, forçosamente haviam de ser de guerra os ordinarios exercicios dos seus progenitores; mas tambem considero que o conservar-se este estado em monarchia inalteravel desde o seu principio, sem que tantos homens valentes e com as armas na mão jámais aspirassem ao throno, dependia de outras virtudes mais que as guerreiras, ou de sabias providencias: considerava que estas originarias providencias necessariamente haviam de ter nascido da combinação da indole d'este povo com as suas primitivas necessidades e projectos, e como estado e meios que a ordem

lhe ia offerecendo; que d'esta combinação haviam de resultar certas determinações e certas praticas que constituissem a base do edificio monarchico. Mas corria a historia d'aquelles tempos, e quasi nada achava que realisasse as minhas reflexões... Consultava os historiadores; e elles, constantes em contemplar só o edificio material, se contentavam em me referir os meios por que se alargava o terreno, e se povoaram de portuguezes novas terras: continuavam a me mostrar os portuguezes soldados fortes em vez de bons cidadãos. Esta falta dos historiadores me obrigou a ir em busca de monumentos que m'a suprissem; e á medida que os ia descobrindo, me crescia o desejo de que fosse patente a todos os meus nacionaes este thesouro commum. E, finalmente, do concurso e fermentação de todos estes affectos e diligencias, resultou a ousada empreza de ordenar uma historia civil de Portugal, quero dizer, uma historia que tenha por assumpto o que toca ao governo e estado interior da monarchia.» Continua delineando e contornando o seu plano com lucidez e crytica extraordinaria; não nos consta, porém, que o bom proposito fosse além das bazes tão proficientemente assentadas.

José Correia da Serra escrevia com repugnancia, e lia com ardor. Não gosou o necessario socego para taes locubrações. Duas vezes sahiu de Portugal para furtar-se ás perseguições de inimigos. Emigrou em 1786; voltou, e teve de expatriar-se novamente em 1797. Foi conselheiro da legação portugueza em Londres em 1801. Demittido d'este emprego, passou a Pariz onde demorou até 1813. Depois foi professar a botanica em Philadelphia, e ahi representou Portugal em 1816, por nomeação do

principe regente D. João VI. Repatriou-se em 1821, e foi reintegrado no logar de secretario da academia e eleito deputado em 1822; e em 11 de setembro de 1823 morreu na villa das Caldas da Rainha. Era com certeza o espirito mais culto e de maior alcance da academia no predicado das sciencias naturaes e na concepção das idéas novas que então alvoreceram. O moderno academico e naturalista Isidoro Emilio Baptista, ha quinze annos extincto pela demencia e logo depois pela morte, escreveu, a respeito de José Correia da Serra, um optimo juizo que se lê no *Diccionario bibliographico* do sr. I. F. da Silva, tom. 4.º, pag. 339-341.

A academia real activou com preferencia a publicação do *Diccionario da lingua portugueza*. Pedro José da Fonseca, com mais dois collaboradores, Agostinho José da Costa de Macedo e Bartholomeu Ignacio Jorge, apoz alguns annos de penosas e gratuitas vigilias, deram á estampa o 1.º tomo que comprehende a lettra A.

O mais litterario lavor d'este diccionario coube ao operosissimo *Pedro José da Fonseca*, professor de rhetorica no collegio dos Nobres. Nasceu em 1737, e morreu em 1816, reduzido em annos tão avançados e laboriosos á quasi indigencia. Dedicou-se á lexicologia, compondo os diccionarios *latino-portuguez* e o *portuguez-latino* que ainda não foram substituidos no ensino da latinidade; traduziu e commentou eruditamente a *Satyra do homem* de Boileau; compoz grammaticas, tratados de versificação, de eloquencia e de poetica. Vendeu os seus manuscriptos á academia, por que todos os seus beneficos livros consagrados á instrucção não tinham formado um publico de quem houvesse o estipendio de suas obras. Em quanto o septagenario Pedro José da Fon-

seca arrastava a decrepidez em penuria, os seus collegas na formação do *Diccionario*, extenuados de trabalho em annos já desvigorosos, perdiam a vista, e lá morriam na obscuridade d'estes tão deslembrados e vulgares martyrios da vida litteraria em Portugal. O diccionario da academia é a primeira iniciação que temos de lavra nacional. Está esquecido, porque se tornou desde logo inutil pelo pouco estadio que venceu. No 1.º e unico tomo observam-se rigorosa e demasiadamente as authoridades dos escriptores que floreceram entre 1540 e 1626; estabelece-se a diversificação dos vocabulos e a variedade dos seus usos; deu-se a intelligencia dos termos obsoletos; joeiraram-se as palavras de auctorisada pureza. N'esta parte, o zelo dos diccionaristas foi até á superabundancia. A academia, projectando a continuação da obra, resolvera authorisar os significados com escriptores de boa nota posteriores ao anno de 1626, assignalado pela publicação da 1.ª parte da *Historia de S. Domingos*. Era indiscreto, na verdade, o primeiro proposito, significativo de que a lingua se fundira e immobilisara em Fr. Luiz de Sousa, sendo certo aliás que os seiscentistas em vocabulos do trato commum e na generalisação de phrases alheias das chronicas, enriqueceram mais o idioma que os quinhentistas

Entre 1788 e 1795 esmerou-se a Academia na averiguação de documentos historicos, pelos archivos dos conventos, das camaras e das cathedraes. N'esta missão tiveram a mais intelligente e afanosa parte *João Pedro Ribeiro, fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo*, e *Joaquim José Ferreira Gordo*. Dos elementos colhidos devia sortir a Historia de Portugal, que se malogrou por ef-

feito do esmorecimento natural em operarios não remunerados e da indifferença com que o throno e os palacianos olharam para a Academia desde a morte do fundador duque de Lafões e em 1806.

*João Pedro Ribeiro*, doutor em canones, e fundador da sciencia diplomatica em Portugal, nasceu no Porto, e ahi morreu octogenario em 1839. É o mestre da critica, e o destrinçador que joeirou á luz da mais severa exegese os elementos apocryphos da historia, cortando radicalmente por crendices e abusões de chronistas monasticos e historiographos civis. Os seus mais uteis e sempre consultados livros foram impressos a expensas da academia real das sciencias, e alguns dos seus manuscriptos, legados á bibliotheca da universidade de Coimbra, são estudos de vasta erudição, de que o doutissimo lente de diplomatica extrahiu a substancia para os seus trabalhos publicados. *Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo* (1744-1822) deu muitas noticias derivadas do seu grande affecto ao estudo das antiguidades, em que revelou mais sensato discernimento que o Contador de Argote[1], e os seus predecessores Gaspar Estaço[2], Luiz Marinho de Azevedo[3], Antonio Coelho Gasco[4], Fr. Pedro de Poyares[5], e outros que pareciam educar a sua critica pelo methodo insensato do pseudonymo *Amador Patricio*, auctor das *Antiguidades de Evora*. João Pedro Ribeiro desfaz bastantemente no *Elucidario*, porque exorbita, desviando-se por excursões em mate-

[1] *Memorias para a historia ecclesiastica de Braga* (1732-1747)
[2] *Varias antiguidades de Portugal* (1625).
[3] *Fundação, antiguidades e grandezas de Lisboa* (1652).
[4] *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e inclita cidade de Coimbra* (1805).
[5] *Tratado panegyrico em louvor da villa de Barcellos* (1672).

rias alheias. Mais desfavoravel ainda lhe é o frade bernardo fr. Fortunato de S. Boaventura; este, porém, accusa-o de defeitos que a obra não tem, e mais valeria, se os tivesse, porque o asperrimo censor alcunhava de defeitos as qualidades que constituem a boa critica. Segundo o douto e faccioso arcebispo de Evora, o franciscano Viterbo *insultava e enxovalhava os monges, e não poupava os reis; e d'ahi lhe advinham os creditos ao Elucidario.* O inoffensivo frade do convento da Fraga não deu realmente motivo á hypothese de espiritos que elle não tinha tão elevados na jerarchia da critica dos monges e dos monarchas. Do *Elucidario* já possuimos segunda edição expurgada de muitos lapsos e falsas interpretações da primeira; trabalhou utilmente n'este melhoramento o sr. Innocencio Francisco da Silva, tornando assim mais acceitavel o livro a quem modernamente o manusear.

*Joaquim José Ferreira Gordo*, bibliothecario-mór e monsenhor da Santa Egreja Patriarchal, nasceu em 1758 e falleceu em 1838: foi um bibliographo muito esclarecido; escreveu pouco, e não denota mais que mediocre leitura no que está publicado. A *Memoria sobre os judeus em Portugal*, impressa no tomo VIII da *Historia e Memorias da Academia* (1823) é apoucada, escassa de noticias da vida social dos hebreus, e insufficientissima no tocante ás relações scientificas que mais avultam na raça perseguida por D. Manuel. Quem leu os tres tomos *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal* pelo sr. A. Herculano vê quão longe estava o assumpto da intuição pouco luminosa de Ferreira Gordo.

Da collecção de documentos destinados á organisa-

ção de um corpo de historia do paiz, sahiram, em tomos separados das *Memorias de litteratura*, os *Vestigios da lingua arabica em Portugal*, e os *Documentos arabicos da historia portugueza* por *fr. João de Sousa*, franciscano da Congregação da terceira ordem (1734-1812). São da mesma procedencia as *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia*, por Diogo do Couto, a *Vida do infante D. Duarte* por André de Rezende, e a *Collecção de livros ineditos da historia portugueza*, 5 tomos (1790-1824).

Pertenceu á Academia o mais fecundo escriptor, senão o mais audaz no combate ás instituições que abafavam a diffusão das luzes. Os escriptos theologicos crearam o renome europeu do padre *Antonio Pereira de Figueiredo*, considerado um luminar em latinidade, e o anniquilador dos methodos alvaristicos. É conhecido o *Catalogo das obras impressas e manuscriptas* d'este polygrapho. Os seus livros de propaganda theologica, no intuito de coarctar a supremacia do Pontifice, estrondearam traduzidos em todas as linguas da Europa, e pouco e pouco deixaram de ouvir-se, e de todo se esvaeceram logo que cessou a prohibição de os ler. Comquanto primasse nas sciencias que legislam para a arte de escrever, Antonio Pereira de Figueiredo, entre os seus confrades academicos, foi quem menos puramente escreveu a lingua portugueza, tendo-lhe estudado o espirito nas Decadas de Barros, trabalho esteril que se lê nos tomos 5.º e 6.º das *Memorias da Academia*. Era o lidador absorvido todo na idéa, e descurioso na fórma até adoptar mascavados extrangeirismos.

Para não anteciparmos a noticia dos academicos comprehendidos na quarta fórma de publicação que a Aca-

demia adoptou desde 1797 até 1812, mencionaremos as materias dignas de estudo, incluidas nos oito tomos de *Memorias de litteratura*, impressos desde 1792 até 1814. A esta collecção quadra perfeitamente o louvor de Garrett, quando denomina as academias *bancos de riqueza intellectual.* [1]

Em assumptos philologicos escreveram o padre oratoriano *Joaquim de Foyos* (1733-1811) analysando a poesia bucolica dos poetas portuguezes. Aponta-nos a aurora da erudição nas trovas de el-rei D. Diniz; aclara-se a manhã com o affecto dos filhos de D. João I ás musas; é dia cheio e de sol a prumo na região da poesia pastoril, quando sete poetas bucolicos, a diversas horas do seculo XVI ainda do XVII, exalçam a perfeição do bucolismo, e cita os sabidos nomes desde Sá de Miranda até Manuel da Veiga. É de curto folego esta Memoria; e menos litterariamente prestadía que a prefacção do mesmo academico á segunda edição da *Lusitania transformada* de Fernão Alvares do Oriente. Ácerca de João de Barros escreveu, como já dissemos, exuberantemente o padre Antonio Pereira de Figueiredo, e pelo mesmo theor pesado Francisco Dias Gomes, nas chama-

[1] O professor de litteratura do Curso superior de lettras, sr. dr. Theophilo, no *Manual* que fez para uso dos seus discipulos, e inculcou aos professores de lyceus e collegios, dedicou á *Academia Real das Sciencias* unicamente a pag. 418, em que menciona o diccionarista Pedro José da Fonseca, a *quem faltava o elemento historico, sem o qual não é possivel a etymologia*, diz abstrusamente o professor. Nomeia ainda o padre Figueiredo, Dias Gomes, e Neves Pereira, que *não poderam desembaraçar-se de um certo numero de questões frivolas.* Mais nada. E assim deu por tratada e definida a collecção valiosissima de que deve premunir-se um estudioso da litteratura patria! Em compensação deu-nos algumas novidades sobre o *Retiro de cuidados* do padre Matheus Ribeiro, a pag. 404, e sobre a *Formosa Magalona* e o *Carlos Magno*, a pag. 448.

das *Combinações philosophicas* entre alguns poetas quinhentistas. *Antonio das Neves Pereira* no *Exame critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escriptores dos seculos* XV e XVI intenta rehabilitar algumas excellentes locuções que o tempo remoçou e hoje lustram no vocabulario dos que procuram additar á lingua não sómente os significados esquecidos e de boa condição portugueza, que tambem os neologismos necessarios á facil expressão dos pensamentos que advieram novos e desconhecidos aos classicos. *Antonio Ribeiro dos Santos*, o mais douto homem do seculo passado, doutor pela universidade de Coimbra, desembargador da supplicação e bibliothecario-mór, etc. Nasceu no Porto em 1745, e morreu em Lisboa em 1818.[1] Escreveu nos tomos 2.º e 3.º das Memorias ácerca da *litteratura sagrada dos judeus portuguezes desde os primeiros tempos da monarchia até os fins do seculo* XV. Das historias litterarias de Portugal temos visto excluidas as producções dos hebreus aqui nascidos e aqui florecentes em letras e sciencias. Parece que ainda nos mancha o tedio da camaradagem com essa raça que prevalecia á sua perseguidora pelo adelgaçamento de espirito que se subtilisa na dor e no retrahimento dos gozos sociaes de que era repulsa. Completou Antonio Ribeiro dos Santos este estudo, nunca tentado por outrem, e devido singularmente ás suas averiguações, escrevendo um *Ensaio de uma bibliotheca lusitana anti-rabbinica*. Coordenou com fadiga não menor duas *Memorias* sobre as origens da typographia por-

[1] A minudenciosa biographia e bibliographia d'este memoravel escriptor, escreveu-a o sr. I. Francisco da Silva, no dicc. bibliographico, pag. 247 a 256

tugueza no seculo XVI, ambas impressas no tomo 8.º Dado que muito noticiosas e methodicas, devem ser corrigidas segundo as judiciosas indicações do sr. Innocencio Francisco da Silva, feitas no *Diccionario bibliographico*, tom. 6.º desde pag. 203 a 210.

As cinco Memorias de *Antonio Caetano do Amaral* (1747-1819) sobre *a fórma do governo e costumes dos povos que habitaram o terreno lusitano desde os primeiros tempos conhecidos até o estabelecimento da monarchia portugueza* e o que respeita á *historia da legislação e costumes de Portugal*, etc., coadjuvaram notavelmente Coelho da Rocha no *Ensaio sobre a historia do governo e legislação de Portugal*. Outros escriptores, colhendo o fructo sasonado da arvore, não nomearam sequer o primeiro arroteador da brenha onde ninguem primeiro penetrára.

Afóra os escriptos colligidos nas *Memorias*, pertence-lhe a gloria de ter historiado a vida exemplar do bispo do Pará e arcebispo bracharense D. Fr. Caetano Brandão; tambem publicou traduzidos a *Vida e opusculos de S. Martinho* bracarense, e os *Canones* que completam esta obra de bastante valia para a historia ecclesiastica. São muito eruditas as Memorias sobre codices manuscriptos de Alcobaça por *Fr. Joaquim de Santo Agostinho*; sobre a *novidade da navegação portugueza no seculo* XV por Antonio Ribeiro dos Santos; e sobre assumptos de biographia, legislação, etc. não ha pagina nos oito tomos das *Memorias de litteratura* que não valha a estimação devida a homens tão desinteresseiros que não colheram da lavra das lettras senão uns louros para ahi fenecidos nas estantes dos bibliophilos e de raros estudiosos.

Este desprendimento não foi virtude commum de todos os academicos. Um dos mais fecundos e tambem melhor remunerados pela voga popular foi o congregado *Theodoro de Almeida*. Em 1795 requereu ao principe regente que lhe privilegiasse a propriedade dos escriptos emquanto vivo, e á congregação depois do seu fallecimento. Pelo cathalogo que appensou ao requerimento, se póde ver quaes obras ficaram ineditas. (Nota 20) O padre Theodoro de Almeida, nascido em 1722, era já aos vinte e nove annos mestre effectivo de philosophia na sua Congregação; e, pouco depois, captivava a admiração de alguns, e o desdem de bastantes com a sua *Recreação philosophica*. Os primeiros, estranhos ás sciencias physicas, acharam-as ali de molde com a sua insciencia; a fórma dialogistica em linguagem clara aprazia ao commum pelo modo curioso e um tanto pueril das explicações; os ultimos, os intendidos, trataram de bagatellas gananciosas o ensino amaneirado do padre. Assim devia ser, quando professavam a sciencia José Anastacio da Cunha, Monteiro da Rocha, Francisco Antonio Ciera, Manoel José Barjona, e tantos outros. Sem impedimento do saber supercilioso, a *Recreação philosophica* espertou desejos de conhecer os progressos da sciencia n'aquelles que a leram rudimentarmente n'esses estimaveis livros; e, se não passaram além, já ganharam muito sabendo pela rama a explicação dos phenomenos mais occorrentes nas sciencias naturaes. Padre Theodoro queixou-se da critica no discurso que pronunciou na academia real em 1783. «Quantos bellissimos engenhos tem havido e ainda ha que, timidos e acanhados, não ousaram mostrar as felicissimas partes da sua alma, e as deixam perecer sem a respiração

de sahirem ao ar livre, temerosos da mordacidade malevola dos criticos vulgares, dos criticos, digo, que não tendo já mais adquirido pelas proprias obras o direito de juizes supremos, o tomam por authoridade propria só com o fim de sempre morder e dilacerar impunemente e nunca dar louvores.»[1] O professor regio de rhetorica, Francisco de Sales, um dos mordazes detrahidores do Congregado, analysando-lhe a oração, na carta (inedita) a um amigo, e assignada com o pseudonymo *Emilio Lucio Chrispo*, redarguia assim ás queixas do auctor da *Recreação philosophica*. «A critica e a mesma satyra foram estimadas não só de homens sabios e desabusados; porém ainda de imperadores revoltosos e desatinados que socegadamente as ouviam, liam, e muitas vezes executavam o que ellas lhes ensinavam. Assim deve obrar qualquer homem de bem que quizer seguir o que é bom, e livrar-se dos erros em que possa cahir. O amor proprio cega-nos. Com a critica e satyra se tem aperfeiçoado as sciencias. Vamos á oração... etc.» O padre Theodoro de Almeida, foragido ás suspeitas inexoraveis do ministro de D. José I, fugiu da casa dos congregados do Porto, em 1768, para França, e lá ensinou em Bayonna e Auch as sciencias que simplificára na *Recreação;* parece, pois, que o homem capaz de exercer o magisterio em França não seria inferior aos professores portuguezes que o motejavam. Na sua *Logica* (7.º tomo da *Recreação*) desdiz elle algum tanto da coacção de critica que quer infligir aos outros, adjudicando-se o direito de pensar em liberdade e desassombrado do prestigio da authoridade. Referindo-se

[1] Discurso inedito.

aos que o arguiam de censor dos outros, escreve: «Sabei que os que julgam sem paixão, andam rebentando debaixo do jugo intoleravel da escravidão em que vivem, sem poderem dar um passo fóra do caminho dos seus mestres. Elles mesmos se me tem queixado, lamentando-se de que para não serem privados das suas cadeiras, e desprezados entre os seus, são obrigados a seguirem o contrario do que entendem. Se lhes dessem liberdade, seriam os progressos nas escolas admiraveis; porque os engenhos, principalmente dos portuguezes, são grandes; mas a escravidão das escolas lhes prohibe a cultura, e os ata de mãos e pés.» Eis aqui a denuncia de uma pressão ignara que não se póde imputar ao instituto dos jesuitas.

O padre Theodoro escreveu a famosa novella *O feliz independente do mundo e da fortuna*, etc., que já conta muitas edições; foi vertida em hespanhol e francez, e ainda hoje tem admiradores adquados, cujo discernimento se immobilisou com a philosophia da novella. O auctor, na 1.ª edição, declarava no frontespicio da sua obra *dedicada a Jesus Christo crucificado pelo padre Theodoro d'Almeida*. A intenção era santa; mas os praguentos não lhe davam os emboras pelo máo feito que praticára crucificando o redemptor. Ainda assim o *Feliz independente* (os detractores diziam: *O feliz impertinente*) grangeou admiradores convictos entre os mais cultivados espiritos. O doutor Francisco José da Costa professor regio de philosophia em Santarem, magoado dos chistes com que o padre Theodoro de Almeida era apodado á conta da novella, escrevia com metrica indignação:

Amigo Franco [1], os gostos como as caras
Fez differentes sempre a natureza:
Duas eguaes se encontram vezes raras.

Um gosta só da misera baixeza,
Dos goticos romances de *Florinda*,
Isso só lhe contenta, o mais despreza.

Outro, de gosto mais perdido ainda,
Com libellos famosos se recreia
Em que de alguem os bisavós deslinda.

Um, só approva os versos a *Tircea*,
*Tenros cordeiros, frautas, sanfoninas*,
E as chaminés, fumando lá na aldea.

Outro quer ouvir fontes *christalinas*,
A ribeira, os seixinhos revolvendo,
E os prados semeados de boninas.

Um das *almas dos brutos* versos lendo,
Diz que é *materia indigna da poesia*,
Dando risadas e o nariz torcendo.

Outro culpa de falta de harmonia
O verso *alexandrino. Lyrios brancos*
Quem no verso não diz faz obra fria.

Batem as palmas a mil versos mancos,
E só lhes fere o gosto corrompido
A materia de sócos... ou tamancos.

[1] Provavelmente, Joaquim Franco de Araujo Freire Barbosa, abbade de Almoster, poeticamente *Corydon Neptunino*, na Academia das Bellas Lettras. D'este vate é que Bocage disse:

*O mundo a porfiar que o Franco é tolo;*
*O Franco a porfiar que o mundo mente!*

Perdoa, amigo, haver-me enfurecido
Em fallar de tal gente, pois me inflamma
Das musas o decoro ver perdido.

As obras que merecem justa fama
A sangue frio lê a indigna gente
A quem só guia do máo gosto a chamma.

A páciencia falta ao genio ardente,
Vendo varios mettidos a doutores
Desdenhando o FELIZ INDEPENDENTE!

Contra a lua gritai, cães ladradores!
Ao auctor não podeis tirar o assento
Entre os de gosto fino, entre os melhores.

Meu amigo, o meu genio se enfurece
De ver quão pouco o mundo estima e presa
O thesouro que esta obra lhe offerece, etc.

E com mais trezentos versos assim tercetados e condignos da prosa elogiada, o doutor Francisco José da Costa conclue confessando que o *Miceno* do *Feliz independente* lhe tem valido em crises grandes:

Se me vejo, como hoje, sem dinheiro
Para passar a vida ao céo recorro,
Vem trazer-m'o inesperado mensageiro;

Se alguma vez afflicto mal discorro
Vem-me á lembrança o placido Misseno,
Vem com esta lembrança o meo soccorro. [1]

[1] Poesia inedita. No *Diccionario bibliographico*, tom. 2.º, pag. 403 dá o sr. I. F. da Silva noticia d'este professor mui vantajosa. Possuimos poesias ineditas suas, e as que mais o louvam são umas traducções de Pope feitas sobre a versão latina de Gui-

A novella inspirou-se do *Telemaco*; todavia, o confrontar o padre Theodoro com Fenelon é de mau effeito para o nosso escriptor. Com certas disposições de animo e certo feitio de intelligencia, o *Feliz independente* deve ser uma leitura fructificante de conformidade nos revezes e de alento nos quebrantos da alma. Porém, aos paladares enfastiados pelo atríto de outra especie de novellas, o morigerado Misseno nos seus grandes e pareneticos discursos é talvez semsabor. Escreveu, com veia mais infeliz, o padre Theodoro d'Almeida um poema intitulado *Lisboa destruida*, allusão ao terremoto de 1755. Este poema veio a lume no penultimo anno do virtuoso padre, que morreu em 1804, com oitenta e dois annos de idade. Parece que não estava na mente do auctor publical-o, quando requereu o privilegio das suas obras, em cujo catbalogo não o escreveu. O poema, publicado com o pseudonymo de «Domingos Placido» não é toleravel como poesia; mas vale como qualquer das narrativas em prosa que appareceram ácerca d'aquelle funesto acontecimento. Accrescentam-lhe o merito as notas miudas e circumstanciadas do padre Antonio das Neves, tambem congregado, posto que lh'o prejudique, expondo-o á irrisão, quando o considera o *melhor poema que se escreveu até ao seu tempo*. Todos os biographos unanimemente respeitam a memoria d'este douto socio fundador da Academia real das sciencias.

Foi seu condiscipulo na aula philosophica do congregado padre João de Baptista o sapientissimo Frei *Ma-*

lherme Bermingham, professor de grego na Universidade de Coimbra. O doutor Francisco José da Costa morreu em 1813, em Santarem.

*nuel do Cenaculo Villas-boas.* Á volta d'este prelado, de modesta origem, e de honrosas ambições, operaram-se todas as evoluções litterarias e politicas do seculo XVIII. Achamol-o ao lado do marquez de Pombal nas momentosas reformas, desde a regeneração das lettras primarias, até á reforma da universidade de Coimbra, em que figura como primeiro conselheiro da Junta da Providencia litteraria, á qual se deve a formação do *Compendio historico da universidade de Coimbra* nem sempre inspirado por discreta e quasi impossivel imparcialidade, quando as paixões politicas se mesclavam á reformação dos estudos. Na regenèração da cleresia entendeu com apostolico zelo escrevendo livros em que a sciencia e o doutrinamento prevalecem á escureza da linguagem com que retorce, adelgaça e subtilisa a idea a ponto de a desluzir.

*Os cuidados litterarios do Prelado de Beja*, e as *Memorias Historicas do Ministerio do pulpito* são dois livros de vasto saber em historia ecclesiastica, de bonissimos preceitos na vida sacerdotal, de regras oratorias para toda a eloquencia, se é que as regras a podem ensinar. Parece possuido do luminoso espirito dos doutores da egreja, cujas obras lêra nas linguas orientaes, que reflectem muito do seu calor á linguagem allegorisada de Frei Manuel do Cenaculo. Manda que os candidatos ao pulpito leiam Platão, e não descurem as locuções dos poetas lusitanos. Louva a suavidade e fortaleza do padre Manuel Bernardes; e o exemplo por não sabemos que incongruencia, inculca dos academicos da Real Academia da Historia, nomeando o estylo rossagante de D. José Barbosa para modelo. É pasmosa a copia de sciencia que, em todas as ramificações, se des-

entranha n'este livro das *Memorias historicas*. O arcebispo de Evora ajuntou e distribuiu as maiores riquezas bibliographicas que ainda particular algum accumulou com os seus proprios recursos, e com tanto amor a livros pelo só prazer de os diffundir e radiar generosamente. Para a reforma dos estudos da Congregação da Ordem Terceira, que era a sua, escreveu *Planos*, e *Memorias historicas*, em que se historiam os *progressos e restabelecimento das lettras* da mesma Ordem. De envolta com a litteratura notavel d'aquella ordem, generalisa e liga as phases litterarias, descentralisando o interesse da esphera monastica, e tornando aquella monographia um complexo de noticias fundamentaes para a historia geral. Na congregação da Terceira Ordem promoveu o estudo das linguas semitas. Ahi se celebraram actos publicos em idiomas orientaes. Dera Cenaculo o exemplo da sua applicação ao hebraico emprehendendo um traslado da Vulgata, illustrado pela comparação dos antigos originaes. Aprendeu o arabe com um professor de Alepo; chegou a conhecer sufficientemente o syriaco; fallou com perfeição algumas linguas europeas; teve bastante noticia dos idiomas allemão e russo. «Parou-me a alma em linguas: das mais cousas recordo-me que houve livros d'ellas» escrevia o já quebrantado velho no fim da sua existencia pouco menos que secular e nunca retrahida á leitura e á meditação. Foi o primeiro regulador methodico nos estudos; como Presidente da Mesa Censoria franqueou a entrada e a divulgação de muitos livros anteriormente suspeitos á ignorancia que os não percebia. Fomentou affectuoso apêgo ás bellas lettras de parçaria com as sciencias ecclesiasticas; porque, escrevia elle «as bellas lettras dão calor, adoçam o es-

tylo, e consomem não sei que rustico ar, que costumam ter animos onde ellas não entram.» [1] Nos derradeiros annos da vida padeceu imperterrito grandes tribulações. A invasão franceza deu estimulos patriotas ao ancião, cuja respeitabilidade incutiu no general invasor Loison tamanha veneração que por amor d'elle deu liberdade aos presos eborenses votados á morte. Não o respeitaram assim, antes o ultrajaram covardemente uns salteadores hespanhoes que arvoravam bandeiras de exercito disciplinado. Assim descreve o lance triste Mendo Trigoso no *Elogio* do venerando arcebispo... «Parece que devia exceder todo o soffrimento de um ancião de oitenta e quatro annos, o mais antigo bispo da egreja portugueza, e aquelle cujas virtudes acabavam de ser assombrosas aos seus mesmos inimigos, ver accommettido o palacio arcebispal, e entrado o seu proprio gabinete por um bando de salteadores hespanhoes, guiados pela ferocidade e pela anarchia; ser por elles roubado, injuriado e levado preso entre ameaças de morte até á cidade de Beja, que por tanto tempo fôra o theatro de sua gloria;... e depois de estar ignominiosamente exposto n'uma praça publica á sincera mas esteril compaixão d'aquelle povo fiel e á escandalosa irrisão d'um governo tumultuario, ser levado a um estreito carcere, e ahi privado de toda a communicação e soccorro.» [2]

O arcebispo de Evora, quando ia completar noventa annos, morreu em 26 de janeiro de 1814.

A Academia Real continuou archivando nas suas *Memorias*, transposto o seculo decimo oitavo, escriptos que não permittem arguir a esterilidade e ignorancia da

[1] *Memorias historicas dos pregressos*, etc., pag. 100.
[2] *Hist. e Mem. da Acad. R. das Sciencias*. Tom. 4.º, part. 1.ª

geração passada. As Memorias de *José Anastacio de Figueiredo Ribeiro* (1766-1805) quer diplomaticas quer juridicas, são estudos de proveito elementar para a historia civil. A *Nova historia da militar Ordem de Malta* representa esforçado estudo e pacientissima investigação. Veio tardiamente esta obra, já quando a direcção das sciencias historicas ia muito arredada d'essas minudencias de mui restricta applicação, e nada inductiva para o criterio das evoluções sociaes. São valiosos os testimunhos de saber de *D. Fr. Fortunato de S. Boaventura,* arcebispo de Evora, (1778-1844) impressos por ordem da Academia. As apreciações sobre os chronistas Bernardo de Brito, Antonio e Francisco Brandão, e ácerca das litteraturas grega e hebraica em Portugal são benemeritas das pessoas cultas. O nome d'este sabio ainda está manchado por nodoas politicas que, sem desdouro das suas lettras, lh'as prejudicaram. Escreveu este prelado politicamente com facciosa paixão. Desviemos d'elle os olhos n'essa paragem, e deixemos á posteridade mexer na vaza que por sobre elle e José Agostinho de Macedo se foi acamando e ainda sobe.

No mesmo anno de 1844, falleceu outro prelado de superior talento, *D. Francisco Alexandre Lobo,* bispo de Vizeu, nascido em 1763. São conhecidas as suas notabilissimas Memorias ácerca de Luiz de Camões, do padre Antonio Vieira, e de Fr. Luiz de Souza. D. Francisco Alexandre Lobo é o mais classico escriptor do principio d'este seculo, e critico severo com quanto não conhecesse os novos processos nem os necessitasse para cabalmente registrar o que é reprehensivel em Vieira, o que deslustra os Lusiadas, e o que era de mau discernimento em fr. Luiz de Souza, e de inventivo e im-

proravel na lenda do cavalleiro Manuel de Souza Coutinho. Ainda ninguem depois do prelado visiense escreveu mais judiciosamente ácerca de Camões; e os modernos apreciadores do principe da oratoria e do panegirista do arcebispo de Braga póde dizer-se que aprenderam a aquilatar-lhes os meritos e os demeritos pelo criterio de D. Francisco Alexandre Lobo. Honrou tambem as Memorias da Academia *D. Fr. Francisco de S. Luiz*, que atravez das grandes honras correspondentes ás suas virtudes e sciencias, morreu cardeal patriarcha em 1845. São notorios os seus escriptos historicos e philologicos, divulgados nas suas *Obras completas*, e parte d'elles trasladados dos archivos da Academia Real, e da *Revista litteraria do Porto*. No respeitante ás suas opiniões linguisticas, a moderna sciencia regeita-lh'as, e nomeadamente, e com a maxima competencia, o sr. Latino Coelho, o primeiro glossologo do nosso tempo. [1]

[1] Veja *Elogios academicos* por J. M. Latino Coelho, 1873. Para vagarosos pormenores da biographia do cardeal Saraiva, veja a *Memoria historica* do mesmo prelado pelo marquez de Rezende, 1864.

## § IV

POETAS DA COLONIA BRAZILEIRA.—*José Bazilio da Gama—Fr. José de Santa Rita Durão—Claudio Manoel da Costa—Thomaz Antonio Gonzaga—Ignacio José de Alvarenga Peixoto—Manoel Ignacio da Silva Alvarenga—Padre Antonio Pereira de Sousa Caldas*—NOVA ARCADIA (lisbonense)—*Manoel Maria de Barbosa du Bocage—Padre José Agostinho de Macedo—Luiz Correia de França e Amaral—Belchior Manoel Curvo Semedo—Thomaz Antonio dos Santos e Silva*—RESTAURAÇÃO DA ARTE PELO ELEMENTO DA TRADIÇÃO NACIONAL—*O theatro portuguez antes de Garrett—Evolução do romantismo—João Baptista de Almeida Garrett, e Antonio Feliciano de Castilho.*

### Poetas da colonia brazileira

O sr. professor T. Braga, a pag. 441 do seu *Manual de litteratura,* escreve ácerca de uma «Arcadia Ultramarina» É cousa que nunca existiu. O insigne litterato brazileiro Joaquim Norberto de Sousa Silva, na *Historia da Conjuração mineira*, pag. 63, denomina *ideal* a supposta Arcadia, depois de investigar zelosamente se existiu alguma associação de poetas com semelhante titulo. O sr. Pereira da Silva, no seu estimavel livro *Varões illustres do Brazil*, não menciona a *Arcadia.* O sr. conego Fernandes Pinheiro está decidido a crel-a imaginaria. Effectivamente houve, cerca de 1780, uma sociedade fundada por José Bazilio da Gama e Manoel Ignacio da Silva Alvarenga, no Rio de Janeiro, denominada

*Academia litteraria*, em que sobresahe o poeta de grande nome Fr. José de Santa Rita Durão. Pouco tempo durou, tornando-se politicamente suspeita ao vice-rei, conde de Rezende, esta assembléa de homens distinctos, uns nascidos na colonia, outros oriundos d'ella.[1] Pertenceram a esta academia os chamados *poetas mineiros*, pela sua procedencia de Minas. Eram Thomaz Antonio Gonzaga, Ignacio José de Alvarenga Peixoto, Claudio Manoel da Costa, Domingos Vidal de Barbosa Lage, o qual, posto que nascido no Rio de Janeiro, vivia no Rio das Mortes e conjurou com os poetas de Minas na tentativa da emancipação brazileira em 1789, acaudilhada pelo alferes José Joaquim da Silva Xavier, por alcunha o *Tira-dentes*.

*José Bazilio da Gama*, educado e protegido pelos jesuitas, que o levaram comsigo para Roma e lhe aplanavam o accesso á fortuna, saudoso de Portugal, regressou a Lisboa, onde o governo o suspeitára creatura de jesuitas, e lhe intimou desterro para Africa. Dentro de seis mezes, praso concedido para se preparar, dedicou a D. Maria Amalia, filha do marquez de Pombal, os *Campos Elisios*, um canto nupcial de formosissimas lisonjas para os condes da Redinha. O marquez leu o poema, quiz ver o auctor, affeiçoou-se-lhe e despachou-o official de secretaria dos negocios do reino. José Basilio da Gama, tres annos depois, demittido o marquez, (1777) teve a coragem rara de confessar-se agradecido ao desterrado em Pombal. Começaram então a sacudil-o as

[1] Na colonia brazileira houve precedentes *Academias* assim denominadas: *Brazilica dos esquecidos* (1724-1725) *dos Felizes*, (1733-?) *dos Selectos* (1752) *dos Renascidos* na Bahia (1759-1760) São notaveis os poetas que anteriormente floreceram, Gregorio de Mattos, (1633-1695) e Manoel Botelho de Oliveira (1686-1711).

vagas do infortunio, baldeando-o entre Portugal e o Brazil, até que veio acabar em Lisboa por 1795, pobre e desamparado, aos cincoenta e cinco annos de idade.

O *Uraguay* é o timbre de José Bazilio da Gama, e o primeiro poema epico em que florejam as graças originaes das musas brazileiras, para nos expressarmos consoantes á epoca actual. As scenas resplendem a grandeza local—as refregas ingentes do pulso armado contra o instincto da liberdade. E' o gentio que defende o torrão onde o sol lhe aqueceu o berço contra o europeu que lhe infesta e ensanguenta a sepultura de seus pais. A' magestade sentimental do assumpto corresponde a poesia que tem murmurios de certa suavidade prenuncia dos doces cantares de Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu e Alvares d'Azevedo; tem catadupas estridentes de versos onomatopaicos em que se agradece á arte o esforço, que parece afluir naturalmente da inspiração. A liberdade, a sagrada commoção da independencia, sente-se arfar nas apostrophes de Cacambo, o heroe do poema. Havia ali n'aquelles cantos mais embriões de revolta que nas inquietações materiaes dos desgostosos do governo colonial. O poeta era propelido, bem póde ser que inconscientemente, a symbolisar a lucta desesperada entre as duas raças. O que, porém, ahi flammejava mais era um como arraiar de aurora para o dia em que a emancipação psycologica, principiada pelo genio, coaria o fluido electrico da liberdade ás poderosas faculdades do braço. Quem ler o *Uraguay* como leria o *Caramurú de Fr. José de Santa Rita Durão* com certeza terá lido bons hendecassylabos apenas, sem se lhes transluzir a alma latente d'essa admiravel epopea.

O auctor do *Caramurú, poema epico do descobrimen-*

*to do Brazil*, nasceu em 1736 na provincia de Minas Geraes, no logar da Cata-Preta; foi frade augustiniano, e doutor em theologia pela universidade de Coimbra. Sahiu de Portugal, e passou a Roma, onde se secularisou presbytero, despindo o habito monastico. Voltou a Lisboa, e tornou a vestir o habito dos frades gracianos. E d'esta vez ficou frade até á morte, acontecida em 24 de janeiro de 1784. O herôe da epopea é o lendario vianez Diogo Alvares Correia, com o cortejo de fabulas que lhe andam annexas. O sr. conego Fernandes Pinheiro infere de umas palavras do auctor que elle *tivera em mira seguir as pégadas de Camões nos «Lusiadas»*, de *José Agostinho de Macedo no* «Oriente», etc. O *Caramuru* foi impresso em Lisboa, em 1781, e o *Oriente* em 1814. Fr. José de Santa Rita não podia seguir os vestigios do padre José Agostinho trinta e tres annos antes; e, felizmente que não, para que a sua epopea tenha compleição mais vividoura que o *Oriente*. O episodio de Moema é um formoso trecho, que não basta a difundir calor nas restantes frialdades do poema, duramente metrificado, e a miudo inçado de reminiscencias gongoricas, e versos de ruim prosa.

Na poesia lyrica é chronologicamente o primeiro entre os poetas luzo-brazileiros do seculo XVIII, *Claudio Manoel da Costa* nascido em 1729 na provincia de Minas. Graduou-se bacharel em direito na universidade de Coimbra, e regressou ao Brazil, onde gosou a consideração benemerita de seus talentos poeticos e juridicos. Entrou na conjuração de 1789, e suicidou-se no carcere, com a maxima coragem, ou maxima covardia como outros querem, que póde dar a desesperação. Attribuiram-lhe os governadores coloniaes a composição

poetica das *Cartas chilenas*, que não eram suas; mas de outro conjurado e condemnado a degredo, Ignacio José de Alvarenga Peixoto. As *Cartas chilenas* de *Critillo*, estão publicadas no Brazil. Não as vimos impressas; mas possuimo'l-as manuscriptas e precedidas de uma epistola apologetica a *Critillo*. Esta epistola, se o annotador do nosso manuscripto (Antonio Ribeiro dos Santos) estava, como inculca, bem informado, é de Claudio Manoel da Costa. Os versos são valentes, conceituosos, tremem de colera, e ás vezes vibram de sarcasmo. Damos em nota esta carta, bastantemente significativa do libello que fermentou odios, tão cruamente vingados depois, pelos successores do governo despotico de D. Luiz da Cunha e Menezes, que nas *Cartas chilenas* é mascarado em *Fanfarrão Minezio*. (Nota 21) Os sonetos de Claudio Manoel são petrarchistas, e na contextura tem o sinete arcadico da escola de Garção. Será de mais equiparal-os ás explosões bocagianas; porém, no respeitante ao luzimento e selecção dos vocabulos, Bocage foi menos primoroso artista. No tentamen epico, chamado *Villa Rica*, não se estrema das epopeas mediocres. As suas canções são suspirosos meandros que se derivam da cristalina corrente de Guarini. Pelo que respeita a nativismo brazileiro, é escusado buscal-o nos madrigaes d'este poeta quando o ardente amor os não lampejou nas lyras de Gonzaga.

*Thomaz Antonio Gonzaga*, oriundo do Rio de Janeiro, nasceu na cidade do Porto em 1744. Formou-se em direito, seguiu a magistratura na metropole, e em 1782 era ouvidor em Villa Rica. Seis annos depois foi despachado desembargador para a Bahia. Apressava o seu casamento com a celebrada *Marilia* das suas canções,

(D. Maria Joaquina Dorothea de Seixas, fallecida em 1853 com mais de oitenta e seis annos de idade) quando foi preso na manhã de 27 de maio de 1789, como cumplice, senão propulsor capital, da rebellião republicana de Minas. Ao cabo de tres annos de prisão, foi condemnado a desterro perpetuo para Moçambique, onde morreu em 1807. As lyricas de Gonzaga, colligidas no livro intitulado *Marilia de Dirceu*, multiplicadas em successivas edições, tem o mimo e graça vulgares no genero, com os infados congeneres da monotonia. Originalidade, como alguns apreciadores lhes inculcam, negam-lh'a os que tem alguma lição de Anachreonte, Theocrito, Propercio, Horacio e Moscho. Desligada a poesia amorosa de Gonzaga da realidade inspirativa, e dos dezesete annos atormentados que o poeta viveu para além d'esses malogrados amores, a memoria de *Dirceu* não seria mais duradoura que a de seus cooperadores na implantação da republica brazileira. Não ha matiz algum americano n'esses poemetos de uma subjectividade apagada de ideal. A rima é, quanto possivel, facil e da que primeiro acode nas trovas improvisadas. De tanta moita de flores não se evola um perfume que nos chame a alma captiva ás melancolias da saudade. Toda aquella meiguice madrigalesca de Gonzaga é o mais comezinho theor de poetar, e por isso mesmo um ramilhete secco de frivolidades que só pódem reverdecer e subsistir favorecidas pela preoccupação e pela toada que de oitiva vai derivando de pais a filhos.

Outro poeta degredado e fallecido em Ambaca, na região de Angola em 1793, aos quarenta e sete annos de idade, e ao cabo dos longos paroxismos de alguns mezes de cerrada desgraça, foi *Ignacio José de Alva-*

*renga Peixoto*, bacharel em direito e coronel de milicias da campanha de Villa Verde. Deixára esposa e filhos amantissimos, espoliados até á miseria pelo confisco. Filha e esposa mataram-as a saudade; o filho, volvidos annos, acabou demente. É o terceiro martyr de um patriotismo desvairado, intempestivo, suggerido pela imitação dos Estados Unidos e esbrazeado pelo bafo escandecente da revolução franceza. Nenhum d'estes conjurados tinha alma apparelhada para emprehendimento de tal porte. Desde o momento em que foram presos, retrahiram-se a dimensões tão apoucadas que não ha senão a piedade que possa deplorar-lhes o tragico destino. Taes homens eram indignos de correr perigos ou tentar glorias com o *Tira-dentes*, unico vulto grandioso que os frades, na hora derradeira, apequenaram, diante do patibulo. Mas os poetas de Minas, que apenas tinham de Chénier a qualificação, decerto nada sentiam arfar-lhe no cerebro como áquelle outro que cantava o hymno da morte no caminho do cadafalso, cinco annos antes. Nenhum manteve o alento de um brioso plano em frente dos juizes. Claudio Manuel da Costa matou-se; Gonzaga negou illaqueando as provas com trapacices de advogado ladino; Alvarenga negou primeiro, tremulo de terror, e denunciou depois os cumplices na esperança do perdão. Salvos do patibulo, Gonzaga, o cantor de *Marilia*, e ao mesmo tempo alfaiate do seu vestido de noivado, topa em Moçambique uma dama com quem casa, e no tribunal ecclesiastico declara que nunca promettera casamento a outra; e Alvarenga, quando ouve a sentença, descompõe-se em invectivas contra a esposa, e descreve poeticamente a formosura da filha. Todos deploraveis na sua grande miseria em que resaltam re-

levos irrisorios inseparaveis do mais lacrimavel infortunio, quando a catastrophe se não sustenta magestosa.[1]

Poucos versos sobreviveram a Alvarenga Peixoto, além dos que já corriam impressos. Revê d'elles a mesma eschola da Arcadia Ulysoponense: bucolismo, anachreonticas, sonetos, lyras, e uma ode ao marquez de Pombal e outra a D. Maria I. Devia de ter mediocres impetos de republicano quem pyndarisava tão galhardamente um despota.

Igualava-o no enthusiasmo pelo valido de D. José I outro poeta, illaqueado tambem, todavia innocente, na conjuração de Minas posto que fosse preso dois annos mais tarde que o desterro dos outros: *Manuel Ignacio da Silva Alvarenga.* Soffreu nove interrogatorios, e foi salvo pelo desembargador presidente Antonio Diniz da Cruz e Silva, auctor do poema heroi-comico, *O Hyssope.* Não devia de ser muito sympathico a Diniz, fundador da Arcadia, o mulato Manuel Ignacio, auctor de algumas satyras contra os arcades, escriptas em Lisboa, depois da sua formatura. Não sabemos se no Brasil é conhecida alguma. Nós possuimos parte dos seus versos ineditos; e, entre esses, uma satyra que trasladamos. Ahi se manifesta caroavel das lettras francezas, cuja eschola seguiu em poesia; e, com justa razão, desdenha do mau gosto que se empavonava com a plumagem variegada das musas pagãs. (NOTA 22).

A *Glaura* é uma collecção de poesias apaixonadas, e um tanto fatigantes, na toada maviosa da *Marilia de*

[1] Leia-se o magnifico livro do sr. Joaquim Norberto Sousa e Silva, *Historia da conjuração mineira. Estudos sobre as primeiras tentativas para a independencia nacional.* Rio de Janeiro, 1873.

*Dirceu*; mas com as peregrinas blandicias da morbidez brazileira, um mimo elanguescido que não se requebra e afemina tão artificialmente como o de Gonzaga, e já a espaços se enfeita com as grinaldas da Flora americana. Diz o esclarecido professor de litteratura, o sr. dr. Fernandes Pinheiro: «O nosso distincto conterraneo... abalançou-se a cantar as nossas arvores, os nossos fructos, flores, montanhas, rios e florestas.»[1] Na mocidade, e talvez em Coimbra, escreveu Alvarenga um poema heroi-comico intitulado o *Desertor das lettras*. Reinava Boileau. O auctor da *Glaura* é um dos discipulos mal sorteados n'esta tentativa. Ainda escrevia em um periodico fluminense de 1808. Remoçara-o a installação da côrte no Rio de Janeiro. Seis annos depois, fallecia com sessenta e cinco de idade, quando já devia ser cinzas o coração que ardêra nos versos erothicos de *Glaura*,

*Nos climas do Brazil onde amor vive*
*De esquisitos deleites, de finezas,*
*E de ternas meiguices rodeado,*

como dizia dos amores da sua patria o padre *Antonio Pereira de Sousa Caldas*.

Eis o nome de um poeta superior, e o maior que tiveram portuguezes na poesia sacra, mais que todas de difficil prova, — em que a philosophia se ala até Deus sem se ajudar das azas da ascese mystica. O padre Sousa Caldas desferiu canticos religiosos de tanta uncção, vehemencia, e magestade que parecem preluzir algumas das Meditações de Lamartine. O rythmo amolda-

[1] *Resumo da historia litteraria.*

se-lhe á idéa com uma flexibilidade que decerto não era imitada dos exemplares da Arcadia. Alli ha genio, ha creação, ha betas de luz que relampejam da espontaneidade inopinada como a dos cantares dos prophetas. As *Odes* são irreprehensivelmente grandes da belleza eterna, do primor immutavel da arte, e intitulam-se:

*Sobre a existencia de Deus;*

*Sobre a virtude da religião christã;*

*Sobre a necessidade da revelação.*

Póde ser que d'ahi se vislumbrem estros do aucfor da Messiada, de Milton e de Young. Seja como fôr, o *Paraiso perdido*, as *Noites* e Klopstock não nos exalçam pela simples commoção do intimo sentir ás reconditas verdades do dogma. Entre as poesias profanas, a cantata *Pigmalião* é extremamente classica pelo adorno das pompas mythicas. No perpetuo diadema de Sousa Caldas a memoria de sua virtude e do seu desapego das glorias terrenas acrisola e justifica os quilates da sua poesia, e a alta e sincera inspiração de orador sagrado. Nasceu no Rio de Janeiro em 1762 e ahi expirou, com suspeitas de envenenado, em 1814.[1]

## Nova Arcadia

O professor de litteratura no Curso superior de lettras, sr. dr. Theophilo Braga, diz que, *estudando as collecções manuscriptas*, completára a *lista dos socios da*

[1] Leia-se a pag. 360 do *Resumo de historia litteraria*, do sr. dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

*Nova Arcadia.*[1] Estudou mal. *Bento Luiz Vianna*, que em respeito a Filinto Elysio se assignava poeticamente *Filinto Insulano*, não pertenceu á Nova Arcadia. *Ignacio José da Silva Peixoto* estava preso no Brazil e condemnado á morte, quando a Nova Arcadia se fundou em 1790. Quanto a *Frei José de Santa Rita Durão*, quando a Nova Arcadia se installou, já o bom do frade poeta dormia o somno do sepulchro desde 1784.[2]

A *Academia das Bellas-lettras de Lisboa* ou *Nova Arcadia* foi instituida em sua casa por José de Vasconcellos e Sousa, conde de Pombeiro. Andava como vinculo honroso de fidalgos o pensamento creador das assembleas litterarias. O trinchante-mór Antonio Alvares da Cunha, o bispo do Porto D. Fernando Correia de Lacerda, o conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes, e o duque de Lafões deram o exemplo ao fundador da Academia das Bellas Lettras, posto que o alvitre se attribua a Curvo Semmedo e Ferraz de Campos. Os novos arcades mais distinctos pelo inglorio e pernicioso pugilato que entre si terçaram foram Manuel Maria Barbosa de Bocage *(Elmano Sadino)*, Domingos Caldas Barbosa (*Lereno Celynuntino*), Belchior Manuel Curvo Semmedo (*Belmiro Transtagano*), Luiz Correia de França e Amaral (*Melyséo Silenio*), José Agostinho de Macedo (*Elmiro Tagidio*), Nuno Alvares Pereira Pato

[1] *Manual de litteratura*, pag. 437.

[2] Fecharemos o *Manual de litteratura* do sr. dr. Theophilo Braga, declarando que uma sabia allemã, segundo ahi as gazetas apregoaram, o está trasladando. Deploramos que vá de Portugal para a Allemanha um livro inçado de erros, de incongruencias, de ignorancias; e mais nos doe que isto se averigue e depure n'um paiz doutissimo d'onde vieram para Portugal excellentes subsidios a respeito da nossa litteratura, rubricados por Bouterweck, por Christian Bellermann, e Ferdinand Wolf.

Moniz (*Olino*), etc. Grande parte dos socios, se não ganharam nome na refrega, com que se expozeram ás risadas e ao descredito, póde dizer-se que não deixaram da Arcadia memorias por onde a consideremos influente na melhor direcção das bellas lettras.

*Manuel Maria de Barbosa du Bocage*, o poeta cuja popularidade lhe sobreviveu meio seculo, e será ainda conhecido pelo nome quando já ninguem lhe conhecer os livros, nasceu em Setubal em 1765; embarcou na posição de guarda-marinha para a India em 1786; obteve despacho de tenente de infanteria do regimento de Damão em 1789; desertou dois dias depois que chegou á praça de Damão, e fugiu para Macau. Em 1790 regressou perdoado a Lisboa, onde passou sete annos de vida tristemente destragada. Em 1797 foi preso á ordem da intendencia da policia porque escrevera versos irreligiosos, e nomeadamente as *Verdades duras*, poemeto mais conhecido pela *Pavorosa illusão da eternidade*. Abriu-se-lhe devassa e mais ao seu companheiro de casa, tambem poeta, André Lobo do Quental da Camara juntamente preso com elle a bordo do comboio que estava de ancora erguida para a Bahia. Bocage, desde esse lance, considerou-se a si e ao camarada do Limóeiro, martyr da redempção dos povos, com direito aos respeitos dos vindouros. E escrevia, ao proposito, no Limoeiro:

*..... Eia, amigo, appellemos...*
*Tambem ha para nós posteridade!*
*Quando lá no sepulchro em cinzas soltos*
*Não podermos cevar faminta inveja,*
*Calumnia devorante,*

*Os vindouros mortaes irão piedosos*
*Ler-nos na triste campa a historia triste;*
*Darão flores, ó Ponte, ás lyras nossas*
*Pranto a nossos desastres!*

Não ha ahi phrase commovente, nem fundada em boa razão. Bocage, melhor avisado, não esperou pelas lagrimas da posteridade, e recorreu ao ministro José de Seabra da Silva, coração enternecido pelas proprias desgraças no degredo de Africa. Ao cabo de tres mezes de cadeia civil, transferiram-no para o carcere do Santo Officio, onde esteve quatro mezes, e d'ahi, depois de reprehendido, passou para o mosteiro de S. Bento da Saude, d'onde o enviaram á congregação de S. Filippe Nery para se doutrinar na disciplina catholica. Ahi traduziu o primeiro livro das *Metamorphoses* de Ovidio, e fragmentos dos outros livros, com a 5.ª Bucolica de Virgilio. Depois de reiteradas supplicas em verso e prosa a fidalgos e fidalgas influentes, foi ainda José de Seabra da Silva que lhe descerrou as portas do convento das Necessidades. Voltando á sua sociedade, *ao claro auditorio seu*, Barbosa de Bocage emendou-se dos desatinos da vida anterior. Se até ahi não solicitára e até regeitára emprego que lhe désse o honrado pão quotidiano, alimentando-se da generosa estima de uns, da compaixão de outros, e da aviltante liberalidade da gentalha das lojas de bebidas, depois, durante dois annos, agenciou sua vida com o mesquinho salario do padre José Marianno da Conceição Velloso, e então verteu correntemente, e com mediano cabedal de vocabulos, os *Jardins*, de Delille, as *Plantas*, de Ricardo Castel, o *Consorcio das Flores*, de Lacroix, o canto de *Tripoli*, de Cardoso, o *Gil Braz*, a *Galathea*, de Florian, e outros somenos e

talvez por de mais favorecidos predicamentos da sua reputação de traductor. Desatando-se d'essa obrigação que o molestava, conheceu as amarguras da indigencia. Em uma epistola a Sebastião Xavier Botelho, um dos prosadores mais esclarecidos que ainda tivemos [1] escrevia Bocage:

*Prêza a tantos martyrios a indigencia*
*Os apúra, os irrita, os desespera.*
*É ella, caro amigo, é mais que Phebo*
*Quem me arranca do espirito enlutado*
*O metro carpidor em que a deploro*
*Qual nas margens do Tibre ao Venuzino.*

Comparava-se mal. O satyrico romano, rico das mercês de Mecenas e Augusto, nunca esmolára.

Em 1802 foi denunciado á inquisição por uma beata de boa sociedade, D. Maria Theodora, filha de um Roque Ferreira Lobo que, em 1804, publicou uma banal *Historia da acclamação de D. João IV.* A inquisição achou estupida e infundamentada a denuncia, que consistia no delicto de ter Bocage gostado de um desenho em que havia um olho dentro de um triangulo, symbolismo de maçonaria. Ralado pela libertinagem, o poeta, á volta dos quarenta annos, morreu de um aneurisma a 21 de dezembro de 1805.

Apagara-se a lavareda de um talento que a si mesmo se devorára. Não houve repentista que sequer de longe o rastejasse; mas todos os seus improvisos lidos tem os defeitos que na improvisação se esquivam á analyse. Os seus poemas de curto e longo folêgo são soberbos no ar-

[1] É o auctor da vernacula *Memoria estatistica sobre os dominios portuguezes na Africa.* Lisboa 1835 — 1837. Paraphraseou Ovidio na *Arte de amar.* etc. impressa em 1821.

rojo das ideas, na travação harmonica das palavras, no descommunal das methaphoras. As hyperboles são sempre excellentes, se disparam da indignação ou da zombaria. A phrase tem elegancias apesar dos deslizes da elocução e dos bordões a que se encostam nas passagens em que o adjectivo não occorre solicito. *Claro* é tão dilecto a Bocage, como o *ledo* a Camões, o *sancto* a Ribeiro dos Santos, e a Garrett o *doce*. (Nota 23). Os sonetos, fórma gentilissima e magistral de sua indole, «mais propensa ao furor do que á ternura», são uma orchestra estrepitosa em que raras vezes se ouvem as toadas gementes da harpa. Sem originalidade no pensamento, dá ares de creador pelo resalto das côres. Encadearam-no, cortando-lhe os vôos do genio, as pêas da mythologia; por isso é tão pallida a idealisação dos seus poemas, raras vezes levantados a ideas abstractas. A tempera rija de sua alma, endurecida ainda pelas hilaridades com que lhe festejavam o latego nemezico, quebrou-lhe as cordas mais maviosas do alaude. Quando quer ser plangitivo, transporta-se contrafeito, em raptos e exaltações por conta de coisas que não dão para isso. Apropositadamente escreve o sr. conselheiro José Feliciano de Castilho na opulentissíma *Noticia da vida e obras* de Bocage: «Nada ha que mais repugne do que o transporte... a sangue frio. Nada gela tanto como os delirios simulados da febre poetica; geram quasi sempre hyperboles que fazem sorrir, e discordancias que ferem o gosto e a razão. A desproporção entre os magestosos andaimos e o mesquinho edificio denuncia logo a deficiencia de inspiração e a esterilidade do assumpto. É uma comedia de sublimações sybillinas que a ninguem illude.»

Nos poemas que Bocage escreveu no Oriente debalde se procuram indicios de espirito scismador, e abstrahido da intuspecção de si proprio em um mundo tão novo na sua decrepidez, e tão inspirativo em suas cans deshonradas pela desgraça e pelo desamparo da metropole.

Os poetas d'aquelle cyclo viviam tanto de si mesmos, eram tão egoistamente individualistas que por acerto nos revelam as contingencias de sua alma com os panoramas da natureza exterior. Se cantavam de arvores, de ribeiras, de montanhas, serviam-se das phrases recaldeadas pelas pastoraes classicas. Assim Gonzaga poëtando entre as exuberancias nativas da America, assim Fernão Alvares do Oriente, o poeta indiano com vida e patria tão de molde para extraordinarios cantares, assim Bocage sonetando a Anardas e Glauras e Gertrurias entre as ruinarias das odysseas de Albuquerques e Castros! Nem a tristeza do ceo, nem as quadrellas tostadas dos baluartes derruidos, nem a foz do Mondovi, nem a gruta de Camões o destoavam d'aquelles endecassyllabos do café-Nicola, turgidos, sonoros, bocagianos em summa, porém compassados e quasi incommodos como o arfar ininterrupto d'um pendulo. Bocage trouxe-nos da India apenas a hyperbolica descripção dos costumes goezes. Como o seu horisonte não ia alem dos contactos sociaes—a saudade dos poetas do *Agulheiro dos sabios*, onde tinha o seu palco e diadema—supurou-as no fel da mordacidade contra os canarins:

*Lusos heroes, cadaveres sediços*
*Erguei-vos d'entre o pó! Sombras honradas,*
*Surgi! vinde exercer as mãos mirradas*
*N'estes vis, n'estes cães, n'estes mestiços.*

*Vinde salvar d'estes pardaes castiços*
*As searas de arroz, por vós ganhadas...*
*Mas ah! poupai-lhe as filhas delicadas,*
*Que ellas culpa não tem; tem mil feitiços.*

Isto é sublime de mordentissima galhofa; mas a alma do poeta quando ahi desce vem cahida do alto como aguia ferida a esvoaçar-se nos charcos paludosos. Resgatou-se Bocage, por vezes, da sua escravidão das turbas, refugiando-se a só na dor da saudade ou nos raptos religiosos, que os tinha ardentissimos como todos os infelizes. O episodio da *Saudade materna* reçuma sinceras lagrimas; e o grito da alma afflicta vibrado como recurso extremo a Deus, nas horas em que o poeta, entrado da agra consciencia do seu perdido destino, nos está insinuando quão diverso seria Bocage, se, na mocidade, mãos amigas e experientes lhe alisassem as asperezas da vereda, que estorva e irrita o genio irreconciliavel com as condições positivas da vida.

Houve ahi um homem que mais que todos lhe abrazou as coleras e o fez provar as empeçonhadas vanglorias das ovações dos botiquins, quando Bocage, por inflexivel a preceitos nem a respeitos, rompeu de viseira erguida contra os socios. Era o padre *José Agostinho de Macedo*, o *Elmiro Tagideo*, da Nova Arcadia. Chamou-se Fr. José de Santo Agostinho quando era frade graciano. A desmoralisação distinguiu-o por tal maneira entre os frades relaxados do seu tempo que foi privado do habito, infamado e expulso com todas as deshonras. A Sé apostolica deferiu-lhe ao recurso, concedendo-lhe Breve de secularisação em 1793. Tinha então trinta e tres annos o padre José Agostinho de Macedo, e entrava com atrevidas ambições de primasia litteraria na epoca

mais decadente das bellas-lettras, sem que o possamos dizer egualmente das sciencias philosophicas em um tempo que Silvestre Pinheiro Ferreira, o publicista europeu, Jeronymo Soares Barbosa, o iniciador da grammatica geral, o sapientissimo Antonio Ribeiro dos Santos, e Antonio Soares Barbosa, o philosopho moralista, floresciam. Insistem bons escriptores como Lopes de Mendonça em bastecerem a escureza intellectual do tempo de José Agostinho de Macedo para assim lhe explicarem a preeminencia que attingiu sobre os seus contemporaneos. É inexacta essa superioridade, que os seus coevos nunca lhe concederam. Teve admiradores de convenção quando os seus ja hoje esquecidos poemas didascalicos, encravados de termos facultativos de sciencias, superficialmente estudadas, captavam a admiração de homens como Almeida Garrett. Da *Meditação* escrevia este ainda indeciso collaborador do romantismo:... *Pedirei uma venia mais para mencionar como um poema que faz summa honra ao nome portuguez a* «Meditação» *do sr. J. A. de Macedo que tem sido censurada por quem não é capaz de intendel-a.* (Allusão malignamente injusta ao validissimo critico Nuno Alves Pereira Pato Moniz) *Não sei eu se ella tem defeitos; é obra humana e de certo lhes não escapou; mas sublimidade, cópia de doctrina, phrase portuguesa e grandes ideas só lh'o negará a cegueira ou a paixão.* [1] Cego e apaixonado estava Garrett quando assim pensava, ou quando o contrario escrevia prefaciando em 1828 a *Lyrica de João Minimo* n'estes termos que é a idea voltada do carnaz:... *O padre José Agostinho... porque em nenhuma materia*

[1] *Historia da lingua e da poesia portugueza.*

*de sciencia ou arte ou litteraria... o vemos entrar solidamente, ou como quem a sabe ou professa: apenas uma tintura de florilegio para embasbacar os pataus, e fazer encaixe a descomposturas, insultos e pachochadas. Mas emfim é vil prosa indigna do sesquipedal imitador de Stacio... Talvez não tarde a epoca em que se veja um dia de annos sem soneto, um anniversario real ou nacional sem ode pindarica; em que as eglogas de João Xavier, e de muitos outros, causem somno, os sonetos elmanisticos fastio, e as epopeas* «agustinhas» *nojo.*»

Não o censuramos pela reconsideração. *Il n'y a que les sots qui ne se contradisent*, diz d'Escherny. Os apologistas de José Agostinho que ainda hoje se acostam ás maleaveis opiniões de Garrett deviam acompanhar aquelle alto espirito nas suas methamorphoses, para não estarmos sempre a martellar com phrases consagradas na immobilidade de geroglificos.

Não nos demoraremos a averiguar as fusões e refusões dos poemas epicos e didaticos de José Agostinho de Macedo, primeiramente porque hoje em dia ninguem dispensa prodigios de curiosidade até confrontar o *Gama* com os *Lusiadas*, nem se importa saber se a *Viagem extatica ao templo da sabedoria* é o mesmo poema *Newton* peorado; se a *Meditação* e o *Argonauta* é um feixe de fragmentos da *Natureza*, e emfim se toda esta farragem se topa como em grosso e atacado na *Contemplação da natureza*. E, depois, quem miudamente lhe quizer seguir a fecundidade dos abortos veja as listas das obras que alguem por afinidades politicas publicou como pregão de gloria, e o sr. Innocencio Francisco da Silva explanou no seu *Diccionario* porque assim lh'o mandava o dever de bibliographo. O certo é que o pa-

dre José Agostinho com uns oito mil versos distribuidos de diversos feitios arranjou cinco poemas com differentes titulos, e todos cinco, como gafados do mesmo virus, esphacellaram-se a um tempo, obedecendo á prophecia de Bocage desfechada contra o padre na *Pena de Talião*:

> Como hasde, ó zoilo, eternisar meu nome
> Se os fados permanencia ao teu vedaram?
> Se a ponte que atravessa o mudo rio
> Que os vates, que os heroes transpõem seguros
> Tem fatal boqueirão, por onde absorto
> Irás ao vilipendio, *irás ao nada*...

O padre nunca perdoou a *Elmano* o vaticinio que parecera palpitar-lhe com clava de ferro na consciencia a previsão do seu futuro. Congraçou-se com o moribundo; e, quatro annos depois nas *Considerações mansas*, remexia-lhe as cinzas com covardissima impiedade. *Nuno Alvares Pereira Pato Moniz*, um dos mais extrenuos arcades na milicia zeladora da linguagem pura, escreve o seguinte em um rarissimo opusculo publicado em Londres e intitulado ELMIRO:... «Eu fui intimo amigo de *Elmano* e glorio-me de o haver sido; com elle fiz o ensaio dos meus primeiros vôos poeticos, e com elle tive todas as relações por espaço de mais de sete annos; e a nossa muita amisade me obrigou a desviar-me quando conheci que era infallivel e mui proxima a sua morte: pelo contrario, J. Agostinho, seu antiquissimo inimigo, foi, n'estes momentos fataes, que a titulo de reconciliação, se lhe tornou a avisinhar para praticar com elle a ultima perfidia. Poucos dias antes de Elmano cahir no leito da morte, haviamos ajustado

que elle viria para minha casa, como já de outras vezes, e era então principal motivo o pôrmos a limpo uma tragedia original que intitulara «Eulalia» á qual unicamente faltava uma scena no 4.º acto (a qual scena, depois de muitas emendas, rasgou em um dos phrenesis do seu genio)...[1] Note-se agora que de tudo isto quasi nada appareceu, e que José Agostinho se encabeçou de todos os papeis de Elmano, e que ultimamente sendo-lhe encarregado de colligir um volume d'esse pouco que appareceu, cujo producto fosse beneficio de uma irmã de Elmano, senhora de muito juizo, e que vivia acoitada a seu amparo, e ministrando-se para esse volume mais algumas poesias de Elmano que appareceram, e paravam na mão de seus amigos, José Agostinho não sómente nunca fez semelhante impréssão, mas não sei que sumiço deu a taes poesias. Em Lisboa ha mais quem saiba d'estes factos; e eu protesto aos que os sabem e aos que os não sabem que, emquanto eu vivo, os manes de Elmano não hão-de clamar como Virgilio: *Hos ego versiculos*... Bem sei que fui prolixo n'esta nota, porém a verdade pede clareza, e a minha amisade para com Elmano requeria que eu vingasse a sua memoria indignamente ultrajada pela canino auctor dos *Soliloquios.*» Homens d'esta ignobil especie jámais tiveram faculdades de engenho que os individualisassem na genealogia dos espiritos que constituem a nobliarchia das lettras. José Agostinho é symbolo de uma epoca em que o pulpito se abria ás objurgatorias politicas, e o poema intitulado *Os Burros* dava sêvo aos rancores d'uma facção; mas não consideremos a epoca

[1] Pato Moniz nomeia varias peças dramaticas de Bocage incompletas com outras poesias ineditas.

pelo homem: José Agostinho de Macedo representava-se unicamente a si proprio.

Na Nova Arcadia havia reliquias illustres da sasão antecedente, remanescentes da pleiade de Garção e Diniz: tal era *Luiz Correia de França e Amaral* (*Melyseu Cylenio*) a quem Bocage tratara com desmerecida crueza. D'este arcade, fallecido em 1708 com oitenta e tres annos de idade, pouco se ha escripto, e esse pouco sem bastantes elementos. Luiz Correia já pertencera á Academia dos Occultos, quando contava vinte e trez annos. Admittiram-no com o encargo de escrever os Estatutos d'aquella sociedade de homens estudiosos. Estes mesmos Estatutos foram, com diminutas alterações, admittidos na Arcadia Ulysoponense, em cujo gremio Luiz Correia de França e Amaral era estimado como poeta frio e todavia correcto, propugnador da independencia da lingua, e refractario tanto a neologismos como ás exhumações quinhentistas de Francisco Manuel do Nascimento.

Na Academia Real das Sciencias tambem Luiz Correia cooperou para a organisação dos Estatutos, e em janeiro de 1787 começou a redigir o *Jornal da Real Academia das Sciencias de Lisboa*, que nunca se imprimiu, e do qual temos authographo o 1.º numero, d'onde colligimos estas noticias authobiographicas. A impertinencia propria d'uma senil aversão a novidades induzira França e Amaral e censurar Barbosa du Bocage:

*Não consiste n'um verso harmonioso*
*Da divina poesia a magestade.*
*Pede um continuo estudo, e o mais copioso;*

*Pede um estro que espalhe a heroicidade*
*E a gloria verdadeira pelo mundo*
*Nas azas da maior sublimidade.*

Assim o entendia aquelle veterano das academias, saudoso das gelidas e serenas composições do seu Manuel de Figueiredo, do seu Valladares, de todos aquelles frios satellites de Garção, apoz de quem Luiz Correia ia coxeando com as suas sinceras musas; Bocage, porém, que fulminava a um tempo a rubida juventude de José Agostinho e a cabelleira amarella do velho Melyseu, cuja boca se lhe desformara por algum insulto de paralysia, despicava-se ministrando-lhe a peçonha d'este soneto cruelmente bem feito:

Rapada, amarellenta cabelleira;
Vesgos olhos que o chá e o doce engoda;
Boca que á parte esquerda se accommoda...
Uns affirmam que fede, outros que cheira;

Japona, que da Ladra andou na Feira;
Ferrugento faim que já foi moda
No tempo em que Albuquerque fez a poda
Ao soberbo Hidalcão com mão guerreira.

Ruço calção que espipa no joelho;
Meia e sapato com que ao lodo avança
Vindo a encontrar-se co'o esbrugado artelho;

Jarra com apetites de creança,
Cara com semelhança de besbelho;
Eis o bedel do Pindo, o doutor França.

Reportando-se a este soneto, perguntava-lhe José Agostinho de Macedo com impostora piedade na satyra provocativa da *Pena de Talião:*

*Que te fez Meliseu, se a fome e os annos*
*Lhe deixam erma e tranversal a boca?*

Estes versos são o capitulo final da velhice infeliz do academico, sessenta annos a lidar com sabios, e a trabalhar escondidamente na parte disciplinar e mais obscura das academias. Não obstante, Bocage, porque talvez no vigor da edade, e pobre como Amaral, era pouco sensivel a desventuras de pobreza alheia, replicou-lhe:

*Pede ao bom Melizeu da Arcadia fauno*
*De avelada existencia e mente exhausta*
*Que affectas lamentar e astuto abates,*
*Que por alfelua troca os sons de Euterpe*
etc.

Mais acerbo e justiceiro foi Bocage com o fulo *Domingos Caldas Barbosa,*

*Nogenta prole da rainha Ginga,*
*Sabujo ladrador.....*

Presidiu á Nova Arcadia este quasi domestico do conde de Pombeiro, o auctor da *Viola de Lereno*. A sua especialidade era a trova arpejada na guitarra, no genero das modinhas brazileiras com que este palaciano mulato aligeirava os saraus do conde seu protector. Assumiu Caldas a presidencia da Arcadia onde estavam *Belchior Manuel Curvo Semedo*, (rival de Bocage, na belleza mais acurada do apologo, e considerado seu egual, senão superior, na indiscreta opinião das maiorias) *Francisco Joaquim Bingre*, *José Thomaz da Silva Quintanilha*, e França e Amaral, e o abbade de Almoster *Joaquim Franco de Araujo*, e *Domingos Maxi-*

*miano Torres*, o dilecto de Francisco Manuel do Nascimento, e *Francisco da Silveira Malhão*, *Joaquim Severino Ferraz de Campos* e *Thomaz Antonio dos Santos e Silva*, *Nuno Alvares Pereira Pato Moniz*, etc. Santos e Silva é o auctor da *Braziliada* cuja acção, diz elle, é a *judiciosissima evasão de S. A. R. para os seus estados do Brazil.* A epopeia fundamentada em successo de tão pedestre heroismo define-se cabalmente só pelo titulo. Santos Silva, o conterraneo de Bocage, tinha diminuta sciencia da lingua, e exprimia-se com desnecessarios emprestimos das linguas que estudára. Formando o poema dos episodios que traduzia litteralmente de relações francezas ácerca da revolução, transplantava a phrase com a fidelidade de quem desconhece a correspondente forma nacional. As locuções triviaes e plebeas, descabidas no estylo epico, denotam que a cultura do espirito é imperfeita, se a não sobredoura a polidez que se adquire no trato civil. «Inculta montanha de talento» o denomina honrosamente o sr. José Feliciano de Castilho, avaliando-o, talvez, pela *Sepultura de Lesbia*, trecho da hora inspirada. Quanto aos seus dois poemas, *Silveira* e *Braziliada* são montanhas de mui bravios sargaçaes. A respeito do segundo cantava Costa e Silva com pasmoso desplante:

*...De um só Camões Lysia não paga*
*(De um Camões que lhe inveja o mundo inteiro)*
*Um seu digno rival aos ceos pedia*
*E em ti lhe cumpre o voto o ceu propicio.*

Santos e Silva rival de Camões! E por taes arbitros tem andado a critica litteraria em Portugal.

A nova Arcadia dispersou-se a repellões de desabri-

dos odios. A maioria dos seus socios pouco valeu em relação ao tempo, e pouco mais sobreviveu ás pugnas que lhe deram nome. Consumiram vidas longas na crassa ignorancia do mundo externo. Traduziam Voltaire agorentando-lhe os convencionaes predicados de belleza dramatica já hoje imperceptiveis. Escreviam elogios theatraes de ficticio enthusiasmo, e espontavam as derradeiras vergonteas da tradição nacional que ainda refloriram nos lavores da velha arcadia. A relaxação do sentimento do bello abysmara-se até ás sordicies donde a titulo de engenho imerge o poeta, vociferando os sonetos torpes que modernamente, em mais corruptos tempos, tem vindo a lume na collecção bocagiana, e n'outros tomos que pareciam sepultados com o epitaphio da infamia.

## Restauração da arte pelo elemento da tradição nacional

A reformação chamada convencionalmente, e já agora indiscutivelmente, o *Romantismo*, operou-se primeiro no theatro. A rapidos traços bosquejaremos o perfil do theatro nacional, quando Almeida Garrett lhe restaurou a nacionalidade sem precedentes que dessem a esperar tão subitanea e fundamental regeneração.

*João Baptista Gomes* dera ao palco portuguez com a tragedia *Nova Castro*, imitação da *Segunda Castro* de Domingos dos Reis Quita, uma agradavel diversão das tragedias gregas apresentadas pelos poetas cezarios de Luiz XIV. A poetica de Baptista Gomes tem as raras bel-

lezas e os espessos defeitos do *Elmanismo*. O entrecho segue de perto a sentimentalidade que lhe signalaram as maguas abafadas do poeta cabelleireiro que os arcades, levantando-o ao seu nivel social pela grande superioridade intellectiva, remiram da affronta do seu baixo officio. Ignez de Castro, desde Garcia de Rezende até João Baptista Gomes, havia sido o assumpto nacional mais explorado na lyrica, na epopea e na tragedia; e, n'esta ultima e mais adquada manifestação, quem de certo melhormente o comprehendeu foi o esquecido Manuel de Figueiredo.

João Baptista Gomes, obscuro obreiro da lida mercantil portuense, replantara no theatro a tragedia que tinha a seu favor o assumpto e a forma: decoravam-se como sentenças os versos faceis de reter por seus mesmos defeitos de antitheses e tautologias, *versos de virar* como os filintistas lhes chamavam. Com o apparecimento da *Nova Castro* descairam da estima as tragedias de Metastasio e de Voltaire, desestimadas das pessoas previstas e receosas do espirito liberal que balbuciava mal disfarçado nas phrases, trazidas depois para as doutrinas da revolução franceza. Collaboravam n'esse audaz proposito Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Thomaz Antonio dos Santos e Silva, Manuel Caetano Pimenta de Aguiar, e outros menos graduados.

A attenção popular, extranha a philosophias, voltara-se de preferencia para Antonio Xavier Ferreira de Azevedo, o qual soldára a cadeia interrompida em Nicolau Luiz, interprete e bom aferidor da intelligencia das chusmas. José Agostinho de Macedo enxovalhava-lhe o genero, e vinha á praça discutir as inverosimilhanças da farça *Manuel Mendes* com uma gravidade que seria ine-

pta, se não procedesse do villanaz desforço de se vêr despresado nas suas deslavadas composições dramaticas. Ricardo José Fortuna e Manuel Rodrigues Maia afinaram na mesma toada de Ferreira de Azevedo, e sustentaram a scena com as requentadas iguarias de Antonio José da Silva, as mais digeriveis para os entendimentos a quem eram destinadas. Isto, porém, não era theatro: era a dissolução de todas as escholas, depositando um sedimento, que se formou em farça, em incentivo de gargalhada, sem alcance moral nem na educação nem no desenvolvimento das commoções affectivas. A chocarrice tinha com certeza um auditorio; mas tambem com certeza não estava ahi a porção dos homens que, em litteratura, constituem o espirito publico, e significam a phisionomia de qualquer civilisação.

Nós, os portuguezes, fomos os mais tardios a desertar da eschola franceza, a renegar dos dogmas que já lá mesmo em França eram desacatados. Foi mister que os effeitos da revolução fundamental chegassem até nós, para que o espirito litterario seguisse a corrente das idéas politicas. Primeiramente, e com muita antecipação, fermentou o romantismo na Allemanha, regeitando os canones das pautadas poeticas da França, e acceitando a influencia nativa de Inglaterra, que mantivera a sua independencia e individualidade saxonia. Appareceram os dramas de Lessing, que em *Emilia Galotti* creára a comedia burgueza da Allemanha. Ao mesmo tempo, abriu-se o caminho das origens teutonicas, e os mythos hellenicos foram banidos. A sediça epopea escurentou-se quando repontou a aurora das graciosas lendas germanicas. Á lenda seguiu-se a evolução do

drama e do romance historico. Floreceram Schiller com os dramas revolucionarios, e Goethe com as profundas revoluções do sentimento, sob as grandes formas pantheistas, ao passo que Schlegel germinava as ideaes sympathias pelo mundo da idade media entrevisto á luz crepuscular de uma vaga saudade. Triumphara a inflexa razão da arte, a força inviolavel do bello. Da Germania levara madame de Stael o espirito captivo e palpitante das novas idéas do *Curso de litteratura dramatica* de Schlegel. O seu livro, a *Allemanha*, ainda que imperfeito no criterio dos productos que avaliou, nomeadamente o *Fausto*, actuou sobre espiritos da tempera de Alfredo de Vigny e de Victor Hugo. Conjunctamente, lyrismo e theatro, a despeito da travada lucta, haviam entrado na brilhante phase. Em Italia era confirmada a iniciação de Hugo Fosculo por Manzoni, que assistira como Almeida Garrett á florescencia do romantismo em França. Na Hespanha era de crer que mais cedo se restabelecesse o nacionalismo litterario, por que ahi, como na Inglaterra, prevaleceram sempre os caracteristicos de litteraturas que de si mesmas se alimentavam nas duas grandes personalidades de Shaskspeare e Lopo de Vega. Os poemas *D. Branca e Camões*, suggeridos a um emigrado, que se acalentara com a toada das musas classicas, são não somente a aurora, que tambem o alto dia do romantismo em Portugal. «Os poemas *D. Branca* e *Camões* (diz o sr. Alexandre Herculano) appareceram um dia nas paginas da nossa historia litteraria sem precedentes que os annunciassem; um, representando a poesia nacional, o *romantico*, outro a moderna poesia sentimental do norte... são para nós os primeiros e até agora unicos monumentos d'uma

poesia mais liberal do que a dos nossos maiores.»[1] Almeida Garrett symbolisa as remodulações da litteratura nacional dando-se a si mesmo como exemplo.

O auctor do *Catão* não era superior aos socios da segunda Arcadia; o auctor do *Alfageme* e de *Um auto de Gil Vicente* constituiu-se o fundador do drama nacional, e inaugurava a tragedia na perfeitissima elegia de *Frei Luiz de Sousa*, pondo já o fito em corrigir o ultra-romantismo dos dramas historicos modelados pelo Reportorio francez. Os dramas concorrentes a premio tinham de portuguez escassamente os nomes dos personagens sem outra caracterisação congenial. Urdiam-se dramas historicos que ultrapassavam o fabulario das chronicas, e acceitavam da tradição o mais inverosimil e maravilhoso.

A onda limpida ou barrenta que deriva para aquem dos vinte brilhantes annos que applaudiram Garrett, Herculano e Castilho no magisterio da litteratura, é assumpto alheio d'este bosquejo.

As obras de Almeida Garrett destinadas a imperecedouro renome são *D. Branca*, *Fr. Luiz de Souza*, *Um auto de Gil Vicente*, *O alfageme de Santarem*, e as *Viagens na minha terra*, senão pelo fino tacto do romance, de certo pelo gracioso e variado interesse da narrativa. *O arco de Sant'Anna* é obra de bom cunho litterario pela linguagem, mas prejudicada pelo intuito de satyrisar paixões coevas com mal escolhidas situações d'um seculo remoto. De Antonio Feliciano de Castilho os poemas *Noite do Castello* e *Os ciumes do Bardo* são o romantismo no mais alto apuro do genero. É a balada

[1] Repositorio litterario, n.º 1.

feudal de Bavur-Lormian. Aquelles poemas impulsionaram grandemente o desapego das tradições arcadicas. Aprendiam-se de cór, eram imitados e d'elles procede a enchente de soláos em que primorosamente se distinguiu Antonio de Serpa. De Castilho não temos outros livros a quem possamos attribuir influencia directa no romantismo; mas nem um só deixou, quer original quer traduzido, que não seja o mais formoso modelo de linguagem. Em Portugal, quem attingiu a suprema perfeição da lingua portugueza foi Antonio Feliciano de Castilho. Para os dois mestres eminentes, já mortos e redivivos na perpetuidade da gloria e nos monumentos de suas obras, é intempestiva a historia. O juizo demorado e particularisado que houvessemos de formar dos viscondes de Almeida Garrett e de Castilho seria phraseado como as apologias de perennal glorificação.

# NOTAS

# NOTAS

---

**Nota 1.ª** (PAG. 27)

O actual professor de litteratura portugueza no curso superior de lettras, o sr. dr. Theophilo Braga, no seu *Manual da historia da litteratura*, recentemente publicado (1875), escrevendo ácerca de Camões, a pag. 292, diz: *Depois que elle* (Camões) *soube do desastre de Alcacer Kibir, em 1578, nunca mais teve saude; ao começarem as alterações ou motins populares no curto governo do cardeal D. Henrique, era em volta de Camões que se agrupavam os leaes portuguezes que queriam succedesse no throno o prior do Crato, como rei nacional.* Isto não é provavel; mas romanticamente é bom. Cresce de ponto a intuição romanesca do passado no animo do insigne litterato quando a pag. 297 nos assevera que *a epopeia dos Lusiadas é que levantou o espirito que soltou o brado revolucionario de 1640.* Se alguem se lembrar de contradizer diametralmente este professor de

litteratura, negando que os *Lusiadas* fossem muito lidos durante a usurpação dos Filippes, o sr. Theophilo Braga não duvida concordar com isso a pag. 378 do mesmo compendio, onde affirma que *todas as vezes que em Portugal se enfraqueceu o sentimento da nacionalidade, a comprehensão da epopeia de Camões enfraqueceu tambem*. E prosegue: *Sob a monarchia usurpadora de Hespanha, admirar simultaneamente os Lusiadas que são um protesto da nossa nacionalidade, seria uma contradição*. E accrescenta: *Tratou de se deprimir Camões*, etc.

De maneira que não se liquida ao certo se a epopea levantou o espirito que soltou o brado revolucionario de 1640, se deixou de ser comprehendida á mingua de sentimento de nacionalidade. Os alumnos, que se instruirem pelo *Manual* do sr. T. Braga, devem avisadamente consultar seus professores ácerca da opinião que lhes cumpre escolher entre as duas opiniões contrarias do compendio.

## Nota 2.ª (PAG. 33)

Francisco de Sá de Menezes era filho de João Rodrigues de Sá, o *Moço*, e de D. Maria da Silva; neto de Francisco de Sá, e bisneto de João Rodrigues de Sá, chamado *o das Galés*. O parentesco de Sá de Miranda com Sá de Menezes está na proporção seguinte: Sá de Miranda era neto de D. Filippa de Sá, e treneto de João Rodrigues de Sá, *o das Galés*, e de sua primeira mulher D. Isabel da Silva; e Francisco de Sá e Menezes era tetraneto do mesmo João Rodrigues de Sá e de sua

segunda mulher D. Margarida de Vilhena: portanto, primo em 5.º grau, se os Sás da casa de Pena Guião, Matosinhos e Abrantes lh'o consentissem, visto que Francisco de Sá de Miranda era filho de coito damnado, porque seu pae vestia a murça de conego na Sé de Coimbra.

O sr. dr. Theophilo Braga no seu *Manual da Historia da litteratura portugueza*, pag. 382, carece de ser corrigido pelos seus alumnos e pelos professores que ensinarem pelo referido *Manual*. Diz o mestre illustre que Francisco de Sá de Menezes era filho de *D. Antonia de Andrade*. Pouco importa que o poeta fosse filho de Maria ou de Antonia; mas, logo que ao professor pareceu necessario indicar-lhe a mãe, é de justiça que se lhe nomeie a verdadeira. D. Antonia Leitão de Andrade era sua mulher, não era sua mãe. Diz outrosim que o poeta professára em 1642, em Bemfica, onde morreu em 1644. Quanto ao anno da profissão, assentam os escriptores mais convisinhos do facto que foi em 1641. Quanto ao anno da sua morte, em 1644 não póde ser, attendendo a que o poeta em 1658 reimprimiu a *Malaca conquistada* reformando-a em parte, e accrescentando-lhe quatorze estancias.

A critica de Costa e Silva, quando não carrega severamente sobre a insufficiencia do *maravilhoso* nas epopeas, apega-se a pretextos mesquinhos para que se não diga que o seu *Ensaio biographico critico* é uma mera copia fragmentada dos bons e maus poetas que colligiu. Como exemplo dos seus reparos pueris, na analyse da *Malaca conquistada*, citaremos um exemplo. Francisco de Sá de Menezes escreve esta estancia no canto IX:

*Corre Mello nos barbaros ferindo:*
*Por onde passa, mata, tronca, fende:*
*E o bravo Solimão, só resistindo,*
*A christã multidão deter pretende.*
*Decepa um braço a Arthur...*

Costa e Silva observa sem perda de tempo: *Duvido muito que no tempo da conquista de Malaca houvesse um portuguez chamado Arthur; hoje que a Anglomania tem feito tantos progressos n'este paiz classico da imitação, ainda é muito raro encontrar alguem com este nome.*

Eis a critica!... mas muito mal feita quanto aos *Arthures* do tempo de D. Manuel. Se Costa e Silva exercitasse a paciencia imprescindivel nos trabalhos em que não cabe o *maravilhoso* da phantasia, e se fosse ao arrepio por esses seculos em demanda de Arthures, logo na familia do auctor da *Malaca conquistada* encontrava seu tio-avô *Arthur* de Sá, commendador de Sines, e um seu sobrinho *Arthur* de Sá, governador do Maranhão, e ainda outro *Arthur* de Sá Pereira Coutinho que foi assassinado em Elvas por um Fuão Proença. Entre os moradores da casa de el-rei D. Manuel, acharia *Arthur* de Brito, e *Arthur* da Cunha, e entre os «Amigos de D. Antonio Prior do Crato» *Arthur* Henriques. (*Provas da Hist. Geneal. da C. R.*, pag. 356, 366 e 563). Convenho em que estas noticias são tão ociosas como a critica de Costa e Silva; mas o nosso intento é resalvar o bonissimo portuguez Francisco de Sá e Menezes dà aleivosia de anglicista.

**Nota 3.ª** (PAG. 35)

Luiz Pereira Brandão era filho de Antonio Pereira Brandão, filho segundo de Fernão Brandão Pereira, camareiro do infante D. Fernando, filho de el-rei D. Manuel, commendador de S. Martinho do Salreu, senhor da quinta e couto de Avintes, embaixador de D. João III a el-rei de Fez. Por sua avó, era bisneto do chronista-mór Ruy de Pina. Seu pae morreu na conquista de Monopata. Como filho de filho segundo era pobre, e educava-se para frade, consoante o costume, quando casou a furto e ricamente em Lisboa com D. Lourença de Almeida, filha e herdeira de Ruy Gil Magro de Almeida, capitão de Tanger, e de sua mulher D. Isabel Garcez. Viveu opulentamente, em boa camaradagem com os homens de lettras do seu tempo, Cortes Reaes, Andrades, Caminhas e Bernardes. Na companhia do ultimo, acompanhou D. Sebastião, e lá ficou captivo dos alarves, confundindo-se com a gentalha ordinaria, e fingindo-se plebeu, afim de baratear o seu resgate. Hyeronimo de Mendoça, na *Jornada de Africa*, inscreve-o no *rol dos fidalgos que por se disfarçarem não foram captivos de el-rei*, e nomeia-o *Luiz Pereira do Porto*. Com quanto fosse rico, demorou-se em Marrocos, e lá recolheu em dura experiencia as achegas para o seu edificio poetico. Não valia a pena. Voltando á patria, nunca mais despiu o lucto. Não se sabe quando morreu. Poderiam sabel-o os seus descendentes, folheando os seus archivos; mas saberão por ventura os netos de Luiz Pereira Brandão que o seu avoengo escreveu a *Elegiada*? Tinha uma filha, e abastada herdeira, que se chamou D. Ma-

ria Pereira Brandão, a qual casou em Alemquer com Garcia Lobo da Costa. D'este casamento procede a familia Garcez Palha. Em 1792 vivia o quinto neto do auctor da *Elegiada*, e chamava-se Fernando de Larre Garcez Lobo Palha de Almeida. Este fidalgo riquissimo morreu sem filhos, e os vinculos passaram aos filhos de sua irmã D. Maria do Patrocinio.

**Nota 4.ª** (PAG. 55)

Contra o parecer de versados bibliographos, denominamos *quarta edição*, e não *terceira*, a de 1645 feita por diligencia de Manuel da Silva Mascarenhas. Assenta o auctor do *Diccionario Bibliographico* que a primeira edição é a de *Evora* por *André de Burgos*, 1557. No titulo só de per si parece decidir-se o pleito. Aqui o apresentamos textualmente copiado da mesma edição que o sr. Innocencio Francisco da Silva aponta como primeira: *Primeira e segunda parte do liuro chamado as saudades de Bernardim Ribeiro com todas as suas obras. Trasladado do seu proprio original. Nouamente impresso. 1557.*

*Novamente* impresso. Se é possivel duvidar de uma edição, pelo menos anterior a esta de 1557 que *novamente* se imprime, a advertencia que segue ao titulo não permitte a minima indecisão. Diz assim:

*Aos lectores: Foram tantos os traduzidores d'este livro, e os pareceres em elle tam diuersos, que nam he de marauilhar, que na primeira impressam desta historia se achassem tantas cousas em contrario de como foram*

*pelo author delle escriptas. Porque natural he ho que cada hũ comsigo determina (dado que errado) isso cree, e nisso assenta; ho que parece que foy causa de andar este liuro tam vicioso, e com palauras tam differẽtemente postas das que deuiam ser. E porque ha dor desta chaga se nam podia curar sem se buscar ho madronho, conueo tirar-se a limpo do proprio original seu, esta primeira e segunda parte todas inteiras, pera que muy certo conheça que ler hua e outra ha differença dambas. Tambem cumpre muito, as pessoas que a lerem, que seja com aquella preminencia que obra tam saudosa e triste merece. Por que se a todas (em seu gráo) he deuido este dechoro, a esta mais que a outra nenhũa he necessariamente forçado.*

Segue: *Menina e moça Liuro primeiro de Bernardim Ribeiro. Cap. primeiro.*

E no fim do livro diz: *Fim da primeira parte.*

Segue: *Segunda parte desta historia das saudades de Bernardim Ribeiro: ha qual he declaraçam da primeira parte deste liuro.*

Tem no fim: *Imprimio-se estas obras de Bernardim Ribeiro na muito nobre, e sempre leal cidade de Euora em caza de Andre de Burgos, cauallei o, e impressor da casa do Cardeal Iffante nosso senhor aos trinta de Janeiro de 1558.*

Antonio Ribeiro dos Santos, arrolando os monumentos mais raros dos prelos eborenses, revela tão escassa noticia d'esta edição que logo no titulo a deturpa, chamando-lhe *Primeira parte da Menina, e Moça.* Os auctores do Diccionario da Academia tambem a não viram; mas inexactamente presumem que a edição de 1559 fosse feita sobre a de André de Burgos, *que a In-*

*quisição prohibira*, confessam os referidos diccionaristas. Ora, se a Inquisição prohibira a de 1557, como se ha-de crer que a de 1559 fosse o traslado da prohibida? O nosso empenho é deixar consignado que a edição de Evora é a segunda, e que a edição de Ferrara de 1555 é a primeira, descripta extensamente no *Manuel du Libraire*, tom. IV, e citada por Ferdinand Denis no tom. II, pag. 516, col. 2.ª da *Bibliographie universelle*. Vem de molde notar um lapso do douto Cenaculo sobre o titulo primitivo da novella de Bernardim Ribeiro. Diz elle (*Memorias historicas do ministerio do pulpito*, pag. 132) que o titulo *Menina e Moça* cauzara difficuldades á segunda impressão, e que o embaraço fôra removido pelo franciscano Francisco de Paiva fazendo substituir aquelle titulo pelo de *Saudades de Bernardim Ribeiro*. Não é verdade. A edição de 1557 prohibida já se intitulava, como deixamos transcripto, *Primeira e segunda parte do liuro chamado as saudades* etc. Por ultimo, copiando, integralmente, a advertencia da segunda edição, abrimos aos doutos e curiosos larga margem para deducções descabidas n'esta nota.

## Nota 5.ª (PAG. 57)

O sr. Theophilo Braga diz na sua *Historia do Theatro Portuguez*, (tom. 2.º pag. 263) que *Affonso Mendes* é um typo de criado do genero de *Esganarello* (sic) e de *Scapin*. Confunde o caracter de *Scapin* com o de *Sganarello*. Este segundo personagem de Molière não é criado: é *bourgeois de Paris et cocu imaginaire*, diz

o auctor da comedia; e o commentador das suas obras completas (*Paris*, 1861, 4.º) annota assim o nome do tal sugeito doente de infeliz imaginação: SGANARELLE *Ce personage comique est une création de Molière, et le nom de* SGANARELLE *est resté au caractère qu'il représente: on disait les «Sganarelles» comme on avait dit les «Jodelets,» les «Gros-Renés,»* etc.

A grande auctoridade, que o sr. doutor T. Braga tem adquirido com os seus livros, está lesando pessoas estudiosas e acreditadas. Por exemplo: o sr. conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, professor de litteratura nacional no collegio de D. Pedro II, auctor de um recente e bom *Resumo de historia litteraria*, encostando-se, como confessa, *passim*, ao sr. Theophilo Braga, a pag. 138, tom. 2.º, escreve: «O typo do creado astuto e velhaco foi elle tomal-o nas comedias italianas, d'onde mais tarde devera Molière importal-o para a scena franceza, synthetisando-o em *Sganarello* e *Scapin*.» Não é conveniente que os professores escorreguem assim aos pares, quando a juventude se queixa de ser reprovada em exames por não acudir com resposta certa a perguntas difficeis.

## Nota 6.ª (PAG. 61)

*Os cinco livros da Decada XII da Historia da India tirados á luz pelo capitão Manuel Fernandes de Villa Real, cavalleiro fidalgo da casa do Serenissimo D. João IV, etc., em 1645*, suscitam memoriar o lugubre destino que teve o editor de Diogo de Couto. Manuel Fernandes Villa

Real era consul de Portugal em Paris. Casara em Rouen com a filha de um hebreu de origem portugueza, e escrevera a favor dos direitos de D. João IV contra Filippe IV (*Anti-Caramuel, o defensa del Manifiesto del reyno de Portugal que escrevio D. Juan Caramuel Lobkowitz, Paris, 1643*); escreveu contra a infamia politica da retenção e morte do infante D. Duarte, irmão de D. João IV (*El principe vendido, o venda del innocente y libre principe Don Duarte, infante de Portugal, celebrada em Vianna a 25 de junio de 1642: El-rei de Ungria vendedor, y El-rei de Castilla comprador, Paris, 1643.*) Era zeloso, como se vê, dos direitos do seu soberano, e tambem das lettras da sua terra, publicando á sua custa o manuscripto de Diogo do Couto, quando ninguem cuidava em accrescentar o thesouro historico. Mad de Sainctonge, auctora do precioso e raro livrinho intitulado: *Histoire secrete de Dom Antoine roy de Portugal, tirèe des Memoires de Dom Gomes Vasconcellos de Figueiredo, 1696*, descreve assim Manuel Fernandes Villa Real: *C'etoit un homme d'un agreable commerce; il n'avoit rien dans l'humeur de ceux de sa nation; son esprit étoit d'un caractèr à le faire beaucoup d'amis; aussi tous les gens de qualité et de bon gout se faisoient un plaisir de lè voir; on étoit charmé de son air ouvert et de ses manieres aisées; tous ses dehors etoient d'un parfaitement honnête homme, et on ne pouvoit le connoître sans l'estimer.* Manuel Fernandes deixou-nos a evidencia do seu talento poetico em uma canção, escripta em francez, è impressa na collecção de poemas funebres á *Memoria de D. Maria de Athaide.* O seu inimigo e denunciante ao santo officio foi o celebrado ex-jesuita Francisco de Santo Agostinho de Macedo tão encomias-

ticamente apregoado por quem nunca o leu. O ex-frade prégava em pessimo francez, e envergonhava os seus compatriotas residentes em Paris. Manuel Fernandes escarnecia-o, e denunciava as veniagas que elle praticava para haver dinheiro sordidamente. A denuncia á inquisição veiu acompanhada de outra a D. João IV, accusando-o simultaneamente de judaisante, e desleal ao rei n'uns negocios tratados com Richelieu, cuja Genealogia Villa Real publicára. Manuel Fernandes foi chamado a Lisboa, e preso logo. Dos carceres do santo officio sahiu para morrer de garrote e queimado no dia 10 de outubro de 1652.

### Nota 7.ª (PAG. 65)

E' coisa corrente que fr. Luiz de Sousa, o famigerado chronista da ordem dominicana, e não menos luzido pela poesia tragica da vida que mais ou menos lhe fabulou o visconde de Almeida Garrett, antes de ser frade correu desventuras de cavalleiro, com o seu primeiro nome de Manoel de Sousa Coutinho. Quer elle haja sido noviço maltez, quer simplesmente passageiro em uma galé de Malta, é provado que os piratas argelinos o captivaram ao sahir do porto da Sardenha.

O insigne bispo de Vizeu, D. F. Alexandre Lobo, o mais esmerado biographo que ainda tiveram Camões, Vieira, e fr. Luiz de Sousa, avisadamente presume que Manoel de Sousa esteve em captiveiro durante o anno de 1577; e, como áquelle tempo Miguel Cervantes estivesse tambem captivo, inferiu o illustre biographo a

possibilidade do encontro dos dois escravos. O abbade de Sever, auctor da bibliotheca Lusitana, historiando o que sabia de fr. Luiz de Sousa, já tinha dito que Miguel Servantes de Saavedra contrahira estreita amisade com Manoel de Sousa Coutinho; e fundamenta a impensada affirmativa em uma passagem extrahida da novella de Cervantes, intitulada *Los trabajos de Persiles y Sizismundo.*

O douto bispo leu a passagem justificativa da tal supposta estreita amisade; e, se não tirou d'ella a mesma illação de Barbosa quanto á amisade, veio em que Cervantes mostrára ter conhecimento de Manoel de Sousa Coutinho.

De pessoa tão notavel com pormenores de vida tão ignorados, afervora-se a curiosidade de saber tudo que ser possa. A biographia do frade de Bemfica tem dado que farte incentivo á imaginativa de poetas; porém, a historia mal póde ir tomar emprestadas ao drama e ao poema as louçainhas que não quadram á sua gravidade. A historia, pois, sabe pouco da vida de fr. Luiz de Sousa; e já agora nada de novo ha que esperar do lavor dos antiquarios; que tudo a meu ver escuadrinharam os romanticos, estimulados pela sublime tragedia de Garrett.

Por isso mesmo, nos moveu a curiosidade a procurar na novella de Cervantes a prova da amisade intima dos dois captivos, como Barbosa affirmára, ou sequer a prova de se haverem conhecido como cautelosamente inferira D. F. Alexandre Lobo.

Lemos a passagem indigitada pelos dois litteratos e ainda outra que elles provavelmente não viram na mesma novella. E do confronto do que é notorio na escri-

pta e na tradição, com o romantico retrato que Cervantes nos dá de Manoel de Sousa, tiramos a claro que o manco de Lepanto apenas conhecia de nome o cavalleiro portuguez. E, se outra inferencia couber no possivel, então as tradições de fr. Luiz de Sousa são por tanta maneira transtornadas que não será estranhavel a suspeita de que Manoel de Sousa Coutinho é um mytho. Não ha ahi mais que encommendar a demonstração d'esta legenda a um dos muitissimos discipulos de Nieburh que por aqui enxameam em barda.

Vejamos em que assenta a hypothese de se haverem entrequerido ou sequer conhecido os dois escravos.

Periandro e Auristela iam cortando o mar em demanda de uma ilha. As barcas eram duas, cada uma a dois remos. Um dos remadores cantou em lingua portugueza umas trovas tristes e logo outras em castelhano. Os amorosos navegantes perceberam que o cantor ia enamorado. Mandaram-no passar do outro batel, em que ia, para o d'elles.

O mysterioso barqueiro em termos portuguezes, á volta com castelhanos, disse:

—Ao céu e a vós e ao meu cantar agradeço esta mudança e melhoria de barco; ainda que seguro estou da brevidade com que o deixarei livre do peso do meu corpo; que as penas sentidas n'alma me vão dando signaes de que a vida me está nas ultimas.

—Melhor o fará o céu—respondeu Piriandro.

Continuaram conversando até á ilha. Fizeram barracas, accenderam fogueira, cosinharam a ceia, iam dormir a trancos, quando Piriandro, transnoitado pela curiosidade, pediu ao remador que lhe contasse sua vida. O barqueiro fallou assim: «Sou portuguez de nação, de

nobre sangue, rico de bens da fortuna, e não pobre dos da natureza. Meu nome é Manoel de Sousa Coutinho, e minha patria Lisboa, e minha profissão soldado. Junto ás casas de meus paes, quasi paredes meias, morava um cavalleiro da antiga linhagem dos Pereiras, o qual tinha uma só filha, herdeira unica dos seus bens, que eram muitos, amparo e esperança da prosperidade de seus paes. Por linhagem, riqueza e formosura desejavam-na todos os maiores do reino de Portugal; e eu, que por mais visinho de sua casa, mais commodamente a via, contemplei-a, conheci-a e adorei-a com esperança mais duvidosa que certa, de que podesse vir a ser minha esposa.

«E para poupar tempo e intender que requebros nem dadivas pouco valeriam com ella, deliberei que um parente meu a pedisse aos paes para minha esposa; pois tão ajustados eramos em fidalguia, haveres e idades.

«A resposta dos paes foi que sua filha Leonor não estava ainda em idade casadoira; que deixasse passar annos, que lhe dava sua palavra de não dispôr da filha em todo aquelle tempo, sem me avisar.

«Levei este primeiro golpe nos hombros da paciencia e no escudo da esperança; mas não deixei por isto de servil-a publicamente á sombra de minha honesta pretenção, que tudo logo se soube na cidade; ella, porém, retirada á fortaleza de sua prudencia e recamaras do seu resguardo, com honestidade e licença dos paes recebia meu cortejo; e dava a perceber que, se lhe não correspondia, ao menos não o despresava.

«Aconteceu, n'este tempo, enviar-me o meu rei capitão-general, officio de qualidade e confiança, a um dos presidios que tem na Barberia. Chegou o dia da parti-

da; e, se tambem não chegou o da morte, é que não ha ausencia que mate nem dôr que consuma. Fallei ao pae, consegui que tornasse a dar-me palavra de espera dois annos, commovi-o, porque era discreto, e consentiu-me que me despedisse de sua mulher e de Leonor, a qual em companhia de sua mãe sahiu a ver-me a uma sala, e com ella a honestidade, galhardia e silencio. Pasmei quando vi ao pé de mim formosura tamanha. Quiz fallar e pegou-se-me a voz á garganta, e a lingua ao céu da bocca.[1] Não soube nem poude fazer coisa senão calar-me e dar indicios da minha torvação com o silencio. O que visto pelo pae que era tão cortez como discreto, abraçou-me e disse:—Sr. Manoel de Sousa, nunca os dias de partida dão licença á lingua que se desmande, e talvez que este silencio falle em favor de vossemecê mais do que outra rethorica. Vá vossemecê exercer seu cargo, e volva em boa hora, que não faltarei ao que lhe devo. Minha filha Leonor é submissa, minha mulher deseja comprazer-me e eu desejo o que já disse. Com estas tres cousas me parece que póde vossemecê esperar boa sahida a seu desejo.—Ficaram-me na memoria todas estas palavras, e de tal modo impressas na alma, que já mais me esqueceram nem hão de esquecer em quanto eu vivo fôr. Nem a formosa Leonor nem a mãe se disseram palavra, nem eu pude, como já contei, dizer-lhes nada.

«Parti para a Barberia e exercitei meu encargo com satisfação do meu rei dois annos. Voltei a Lisboa, e achei que a formosura e fama de Leonor tinha sahido do reino, e chegara a Castella e a outras partes, das

[1] O futuro fr. Luiz de Sousa a dizer estas coisas assim plebeas em estylo tão baixamente anathomico!

quaes vinham embaixadores de principes e senhores que a pretendiam para esposa; porém como ella tinha a vontade tão subjeita á dos paes, não curava de saber se a sollicitavam ou não.

«Finalmente decorridos os dois annos, tornei a supplicar ao pae que m'a desse... Ai de mim! não posso deter-me n'estas miudezas!... A's portas da vida me está já chamando a morte; temo que me não dê tempo a contar minhas desventuras, que, se assim fosse, não as teria eu por taes... Em fim, participaram-me um dia que, no seguinte domingo, me entregariam minha esposa. Esta nova quasi me ia matando de alegria... Convidei parentes, chamei amigos, fiz galas, enviei presentes com todos os requisitos que podessem mostrar ser eu quem me casava e Leonor quem havia de ser minha esposa. Chegou o dia. Fui acompanhado da flôr da cidade a um mosteiro de freiras, chamado da Madre de Deus, onde me disseram que minha esposa me esperava desde a vespera, pois tinha sido gosto seu que n'aquelle mosteiro se celebrasse seu despozorio com licença do arcebispo da cidade... Cheguei ao mosteiro que real e pomposamente estava adornado; sahiu a receber-me quasi toda a gente principal do reino, que me esperava ali com infinitas senhoras das principaes da cidade. Retumbava o templo de musica vocal e instrumental. N'este comenos, sahiu pela porta do claustro, a sem par Leonor, seguida da prioreza e de muitas freiras, vestida de tafetá branco golpeado com saia inteira á hespanhola, apresilhados os golpes com ricas e grandes perolas, a barra da saia era tela de verde e oiro.

«Cahiam-lhe pelos hombros as soltas madeixas, longas a beijar o chão, e louras a deslumbrar o sol. Cinto,

gargantilha e anneis que trazia valiam um reino, segundo lá diziam.

«Repito que sahiu tão bella, tão esbelta e opulentamente adornada que era inveja das mulheres, assombro dos homens. De mim sei dizer que, ao vel-a, fiquei tal que me julguei indigno d'ella, por me parecer que se eu fosse imperador do mundo, ainda lhe faria aggravo.

«Em metade da egreja estava armado um como tablado theatral, onde desafogadamente sem impeços se havia de celebrar nosso desposorio. Subiu primeiramente a formosa donzella, e de lá ás claras ostentou sua gentileza e galhardia. A quantos olhos a contemplavam, figurou-se-lhes o que sohe parecer a aurora ao repontar do dia, ou o que a casta Diana parecia nos bosques, no dizer das antigas fabulas; e discretos ahi foram que não acertaram a comparal-a se não a si mesma.

«Subi ao tablado cuidando que subia ao meu céu, e posto em joelhos diante d'ella, quasi dei vislumbres de idolatral-a. Surge uma voz no templo precedida de outras que diziam: *Vivei felizes e longos annos no mundo, ó ditosos e bellissimos amantes! Corôem preste, formosissimos filhos vossa mesa, e ao largo andar se prolongue vosso amor em vossos netos. Não saibam os raivosos ciumes, nem as duvidosas desconfianças a morada de vossos peitos. Caia a rendida inveja a vossos pés, e a boa fortuna não acerte a sahir de vosso lar.*

«Todas estas rasões e deprecações santas me desbordavam alma de jubilo, vendo o geral prazer em que o poeta levava minha ventura.

«N'isto a bella Leonor me tomou pela mão, e assim

em pé como eramos, ergueu um tanto a voz, e me disse:

—Bem sabeis, sr. Manoel de Sousa, como meu pae vos deu palavra, que não desporia de mim, em dois annos, que se haviam de contar desde o dia em que me pedistes para esposa; e tambem, se bem me lembro, eu vos disse, vendo-me instada de vossas sollicitações e obrigada aos infinitos beneficios que me havieis feito, mais por effeito de vossa cortezia que de meus meritos, que nenhum esposo acceitava d'este mundo, se não vós. Meu pae cumpriu sua palavra, como vistes, e eu vou cumprir a minha como vereis. E assim, sabendo eu que os enganos, bem que honrosos e proveitosos, tem não sei que de traição, quando se dilatam e entretem, quero sem demora desvanecer-vos a ideia de que vos atraiçoei. Senhor meu, sou casada; e com esposo vivo, por maneira nenhuma posso casar com outro. Por nenhum homem da terra vos deixo, senão por um esposo do céu que é Jesus Christo Deus e homem verdadeiro. Este é meu esposo; a elle primeiro dei minha palavra: a elle sem engano e espontaneamente, e a vós sem firmeza alguma e com dissimulação. Confesso que se eu houvesse de escolher esposo da terra, nenhum competiria comvosco; mas, tendo de escolhel-o do céu, quem como Deus? Se vos isto parece perfidia ou trato descomedido, dae-me a pena que quizerdes, e o nome que vos approuver, que não haverá morte, promessa ou ameaça, que me aparte do meu esposo crucificado.

«Calou-se, e logo a prioreza e as freiras começaram a paramental-a e a cortar-lhe as preciosas tranças. Immudeci, e, por não mostrar fraqueza, contive as lagrimas

que me vinham aos olhos, e lançando-me em joelhos diante d'ella quasi á força lhe beijei a mão, e ella christãmente compassiva me lançou os braços ao pescoço.

«Levantei-me: e erguendo a voz de modo que todos me ouvissem disse: *Mariæ optimam partem elegit!* e, dizendo isto, desci do tablado, e com meus amigos fui para casa onde trabalhando com a imaginação n'este estranho successo, quasi cheguei a perder a rasão; e agora pela mesma venho a perder a vida...»

E dando um grande suspiro (accrescenta Cervantes) fugiu-lhe a alma e deu comsigo em terra.

E assim acabou o Manoel de Sousa Coutinho da novella, quando promettia fallar muito mais n'aquelle impolado estylo, que não cheirava a discorrer de moribundo. Morrer tão de subito um sugeito que tinha remado, cantado, ceado, e promettia dormir, se o sr. Piriandro o não convida a um cavaco sobre ceia! Eis aqui um Manoel de Sousa Coutinho quasi ridiculo á feição do molde em que o vasou o chronista do *cavalleiro da Triste Figura.*

Pospondo, porém, a critica mal ajustada ao motivo d'este artigo, retrocedamos ao particular intento de perguntar se uma tão desnatural historinha argue intimidade ou sequer conhecimento entre Manoel de Sousa e Miguel Cervantes.

A meu juizo, o auctor de *Perciles y Segismunda* usou d'um nome portuguez que succedeu ser o de um captivo seu coevo na escravidão em Argel, ou porque lhe soasse a noticia de tal escravo, com alguma historia diversa d'amores, ou casualmente lh'o desse assim a fantasia, quando compunha a novella. Inferencias de intimidade entre os dois insignes escriptores só poderá ti-

ral-as do logar citado da novella quem tiver mais paradoxal imaginação que o novellista.

Diogo Barboza Machado e D. F. Alexandre Lobo não viram, ao que parece, outra passagem da novella de Cervantes referida a Manuel de Souza Coutinho. O bispo de Vizeu, indicando os logares onde topou as citações de Barboza, não dá conta do cap. 1.º do *Livro terceiro da Historia de los trabajos de Perciles y Segismunda*. Periandro, Aristela e outros personagens da historia de Cervantes vão caminho de Roma e aproam a Lisboa. Periandro sahiu um dia de casa e sentiu-se na rua abraçado pelas pernas por um homem que lhe dizia: «Que ventura, sr. Periandro! a que estás dando a esta terra com tua presença! Não te admires chamar-te eu por teu nome, que eu sou um dos vinte que cobraram liberdade na abrasada ilha Barbara onde a tu tinhas perdida. Achei-me na morte de Manuel de Sousa Coutinho, cavalleiro portuguez... Trouxe-me boa sorte a minha patria, contei aqui aos parentes d'elle a sua morte d'amor e acreditaram-na, e crel-o-hiam ainda que eu lh'a não affirmasse de vista, por ser quasi costume morrerem d'amor os portuguezes. Um irmão d'elle, que lhe herdou os bens, fez-lhe exequias, e n'uma capella da familia lhe poz, em uma lapide de marmore branco, como se debaixo d'ella estivesse enterrado, um epitaphio que quero vejam todos quantos aqui sois, porque espero vos agrade por discreto e gracioso...»

Foram ao templo, e viram a capella e sepultura, sobre a qual estava esculpido em lingua portugueza o seguinte epitaphio:

*Aqui jaz a viva memoria do já morto Manuel*

*de Sousa Coutinho, cavalleiro portuguez, como se vivo fôra. Não morreu ás mãos de nenhum castelhano, senão ás de amor que tudo pode. Caminhante, procura saber-lhe a vida, e lhe invejarás a morte.*

Os circumstantes admiraram a discrição do epitaphio, genero de escripta em que, no dizer de Cervantes, *tiene gran primor la nacion portugueza.* Perguntou depois Auristella ao portuguez se a freira tinha sentido a morte de Manuel de Sousa.

Respondeu o portuguez que a freira poucos dias volvidos sobre a noticia de tal morte, expirou de pura magua.

Os peregrinos, em seguimento, passaram a Hespanha, guiados por dois cavalleiros de Lisboa, um dos quaes era Alberto, irmão do defunto Manuel de Sousa Coutinho.

Tudo pois nos assevera que Miguel Cervantes ideiou uma historia aventurosa á feição das mais estimadas de seu tempo, e a muitos respeitos mais desconcertadas do que hoje as figuram os romancistas acoimados de inventores absurdos.

O que ahi não ha, salvo o nome, é analogia de aventuras que auctorisem a hypothese e menos a certeza de que o grande escriptor portuguez e o maior espirito de Castella se encontraram e confidenciaram em Argel. A mim me parece que Miguel Cervantes, se houvesse conhecido algum amoroso lance de Manuel de Sousa, não lhe attribuiria historia de uns atrapalhados amores que o mataram, estando seu amigo velho e vivo em Lisboa, e pode ser que já frade, ou perto d'isso.

Presume-se que a ultima obra de Miguel Cervantes

haja sido a novella de *Persiles y Segismunda*, publicada posthuma. Cervantes morreu em 1616, e Manuel de Sousa Coutinho professou em 1614. Se o auctor da *Galathea* quizesse dar ao seu amigo a celebridade da novella, é de crer que aprimorasse mais o desenho de tão illustre portuguez, e se acostasse a factos verdadeiros, que os tinha bons para intretecer um ameno episodio na sua historia.

Fechamos a já fastidiosa impugnação ás crenças do abbade de Sever, e dos que estribaram no erro por lhe parecer de boa fonte. Por fim, lembro ao leitor, que repare outra vez no epitaphio do fantastico Manuel de Sousa Coutinho. Aquillo tem que vêr e rir. *Não morreu ás mãos de nenhum castelhano senão ás do amor que tudo pode.* Quer dizer que os cavalleiros portuguezes escapados ás mãos dos castelhanos, eram em numero tão diminuto que valia a pena mencionar o caso extraordinario!

Não lhe parece, leitor, que Miguel Cervantes, a custo de muito lidar com o seu D. Quixote de la Mancha, já estava gafado das mesmas roncarias?

**Nota 8.ª** (PAG. 81)

Se nos sahirem defensores do patriotismo de Manuel Faria e Sousa não o estranharemos, por que diante de nós estão uns livros estimados que realçam os livros de Manuel de Faria a um corpo historico de veridicas noticias. *Francisco Soares Toscano:* «...Manuel de Faria e Sousa consagrou o seu talento á gloria da sua patria,

e compoz... muitos livros... conservando-se entre os inimigos da sua patria com incorrupta fidelidade.» *D. Francisco Manuel de Mello*: «Pois se da historia houvessemos de fazer differença aos epitomes (como é rasão fazel-a) a qual dos antigos não egualaremos o *Epytome das Historias portuguezas* de Manuel Faria e Sousa.»

*Padre Francisco de Santa Maria*: «Foi insigne historiador... Illustrou sua patria e nação... Amou muito a verdade, e foi inimigo declarado de lisonjas... De acre e severo juizo... Ninguem mais liberal de louvores ao benemerito e ninguem mais difficil de os dar ao inimigo.»

*Francisco Freire de Carvalho:* «Manuel de Faria e Sousa famigerado até entre os estrangeiros por sua erudição e engenho, qualidades de que deu claras mostras no seu *Epitome da Historia de Portugal.*

*Ferdinand Denis: Soumis, comme ses compatriotes á une puissance etrangère il dedaigna la langue national; mais il faut dire á sa louange que son cœur resta portugais*

Aqui estão Antonío de Sousa de Macedo, João Salgado d'Araujo, Diogo Barbosa Machado, João Baptista de Castro, José Carlos Pinto de Sousa, e muitos de egual tomo, vivos e mortos, uns que a todo o pano o gabam, outros cerceando-lhe o renome á conta do desprimor do estylo; mas nenhum lhe recrimina o despatriotismo. Quem não deve ficar embaralhado entre os criticos defuntos como juiz de mediano intendimento é *José Maria da Costa e Silva*, cuja auctoridade devêra ir na cabeça da lista: «Longe de desfigurar os factos para lisongear os poderosos, como praticava a maior parte dos seus contemporaneos, elle procura apresentar sempre a ver-

dade com toda a sua pureza, descartando-se das prevenções, etc.» Eis aqui o discernimento dos lettrados que dominavam a opinião, e faziam a historia.

A primeira vez que vimos bem comprehendido Manuel Faria e Sousa em poucas linhas, foi em um recentissimo opusculo do sr. J. Simões Dias, professor no lyceu de Vizeu. Intitula-se *Lições de litteratura portugueza para uso dos lyceus*, e diz assim a pag. 84: «Manuel Faria e Sousa, 1590, que procurou as graças de Filippe II, e para o lisongear escreveu o *Epitome de las historias portuguezas*, em 1628. São d'elle a *Europa*, *Africa* e *Asia portuguezas*, e a *America* que não chegou a imprimir-se. Este notavel commentador de Camões, um dos homens mais doutos do seu tempo, *morreu deshonrado como portuguez*, em Madrid, 1649.»

## Nota 9.ª (PAG. 84)

Esta EPISTOLA (III do tom. 3.º, edição de Hamburgo) enviou Luiz de Camões a D. Sebastião no anno de 1575. Os panegyristas de Camões inventam á conta do immortal cantor muitas maravalhas, e nos lances em que o espirito do grande homem corre politicamente o páreo com o dos seus contemporaneos, esquivam-se a historial-o. Se um padre jesuita houvesse escripto a *Epistola*, quantas edições lardeadas de injurias lhe não dariam os mestres de historia e litteratura nacional quando insinuam á mocidade que a jornada de D. Sebastião se deve a incitamentos da companhia de Jesus para preparar a Filippe II a usurpação?!... Eis a *epistola:*

Mui alto Rei, a quem os Ceos em sorte
Derão o nome augusto e sublimado
D'aquelle Cavalleiro que na morte,
Por Christo, foi de settas mil passado;
Pois d'elle o fiel peito, casto e forte,
C'o o nome Imperial tendes tomado,
Tomae tambem a setta veneranda
Que a vós o Successor de Pedro manda.

Já por ordem do Ceo, que o consentio,
Tendes o braço, seu, reliquia chara,
*Defensor contra o gladio que feriu*
*O povo que David contar mandára.*
No qual, pois tudo em vós se permittio,
Presagio temos, e esperança clara,
*Que sereis braço forte e soberano*
*Contra o soberbo gladio Mauritano.*

E o que hum presagio tal agora encerra,
Nos faz ter por mais certo e verdadeiro
A setta, que vos dá quem he na terra
Dos celestes thesouros Dispenseiro:
Que as vossas settas são na justa guerra
Agudas, e entrarão por derradeiro
(Cahindo a vossos pés povo sem lei)
Nos peitos que inimigos são do Rei.

Quando vossas bandeiras despregava
Albuquerque fortissimo com gloria
Por as praias de Persia, e alcançava
De Nações tão remotas a victoria;
As settas embebidas, que tirava
O arco Armusiano (he larga historia)
Nos ares, Deos querendo se viravão,
Pregando-se nos peitos que as tiravão.

O querido de Deos, por quem peleja,
O ar tambem e o vento conjurado

Ao atambor lhe acodem, porque veja
Que o que a Deos ama, he de Deos amado:
Os contrarios revéis á Madre Igreja
Atroarão c'o o tom do Ceo irado.
Que assi deo já favor maior que humano
A Josué Hebreo, Teodosio Hispano.

Pois se as settas tiradas da inimiga
Corda, contra si só nocivas são,
Que farão, Rei, as vossas que tee liga
Com a que já tocou Sebastião?
Tinta vem do seu sangue, com que obriga
A levantar a Deos o coração,
*Crendo bem que as que vós despedireis,*
*No sangue Sarraceno as tingireis.*

Ascanio, (se trazer me he concedido
Entre santos exemplos hum profano)
Rei do Imperio, depois tão conhecido,
De Roma, e só reliquia do Troiano,
Vingou com setta e animo atrevido
As soberbas palavras de Numano;
E logo foi d'alli remunerado
Com louvores de Apollo, e celebrado.

Assi vós, Rei, que fostes segurança
De nossa liberdade, e que nos dais
De grandes bens certissima esperança;
Nos costumes, e aspecto que mostrais,
Concebemos segura confiança
Que Deos, a quem servis e venerais,
*Vos fará vingador dos seus revéis,*
*E os premios vos dará que mereceis.*

Estes humildes versos, que pregão
São destes vossos Reinos com verdade,
Recebei com benigna e Real mão,
Pois he devida a Reis benignidade.

Tenhão (se não merecem galardão)
Favor sequer da Regia Magestade:
Assi tenhais de quem ja tendes tanto,
Com o nome e reliquia, favor santo.

**Nota 10.ª** (PAG. 114)

D. João III mandou passar carta de brazão a *João de Barros, doutor e Desembargador, filho do doutor Diogo Gonçalves e de Briolanja de Barros, neta de João de Barros, que foi fidalgo muito honrado, e do tronco d'esta geração.* A carta é datada em Lisboa aos 23 de junho de 1553. Vem copiada a pag. 276 do *Archivo heraldico-genealogico* do sr. visconde de Sanches de Baena. Este brasão não póde competir a João de Barros, o das *Decadas*, que não era doutor, e sabe-se que era filho bastardo de Lopo de Barros, e teve o fôro de fidalgo já no reinado de D. Sebastião. Se o auctor do «Espelho de casados» foi do desembargo de el-rei D. João III, ou desembargador dos aggravos como diz o abbade de Sever (*Bibliotheca lusitana*) não será fiar demasiadamente em probabilidades reputal-o esse mesmo a quem D. João III deu brasão de armas em 1553, quatro annos depois que o chamou do Porto para a escrevaninha da sua camara. Confirma-se a supposição de ser de Braga o doutor João de Barros, porque D. Briolanja de Barros era filha illegitima de outro João de Barros da casa e quinta do Real, suburbana d'aquella cidade; quanto a Diogo Gonçalves, marido de D. Briolanja, presumimos ser do Porto, da casa dos Figueirós em Miragaia; d'ahi procede talvez chamar-se o dr. João de Barros cidadão

portuense. O auctor do *Espelho de casados*, se esta genealogia tem rasão de ser genuina, era primo do auctor das *Decadas*, cuja filha D. Isabel de Almeida, casando com seu parente Lopo de Barros, morgado da Quinta do Real, veiu a ser senhora da casa d'onde procedia seu pae por bastardia.

**Nota 11.ª** (PAG. 129)

Não duvidamos, todavia, nem dos amores, nem da existencia da religiosa Marianna Alcoforado no convento da Conceição em Beja pelas noticias que temos d'ella e de sua familia, conformes ás genealogias ordenadas por D. Antonio de Aguilar e José Freire de Montarroio Mascarenhas, nos *art.* ALCOFORADOS *de Beja*, as quaes resumidamente são estas, que offerecemos para curiosos e não para os que estudam:

*Francisco da Costa Alcoforado* foi creado de Tristão da Cunha, o Torto, pae de Pedro da Cunha de Mendonça; e, indo a Beja por Meirinho de uma alçada, ahi ficou, e casou com Leonor Mendes, filha de uma tendeira á qual chamavam Maria Alvares, a *Maricota*. Serviu Francisco da Costa de Executor do Almoxarifado em Beja, e houve de sua mulher os seguintes filhos:

*Miguel da Cunha Alcoforado*,

*Balthazar Vas Alcoforado*, prior de Bringel, que fez a celebre decima nas suas conclusões em Coimbra: *Culpa fuera Brites bella*, etc.

*Francisco da Costa Alcoforado*,

*D. Anna Maria Alcoforado*, mulher de Ruy de Mello Lobo.

*D. Peregrina*, e D. MARIANNA } freiras na Conceição de Beja.

O primeiro filho, *Miguel da Cunha Alcoforado*, vivia em 1723 em Beja já muito velho e muito rico. Havia sido mestre de campo de auxiliares d'aquella comarca, coronel de infanteria do regimento de Moura, e reformara-se, acabada a guerra. A riqueza proviera-lhe do seu casamento com D. Brites, filha de Estevão Montes, abastadissimo lavrador de Beja. Teve filhas religiosas.

O outro irmão de soror MARIANNA, Francisco da Costa Alcoforado, alguns annos mais velho que a religiosa, vivia ainda aposentado em desembargador da relação do Porto em 1723. Este magistrado deixou descendencia. Foi casado com uma filha de Belchior de Torres de Sequeira, de alcunha o *captivo*, por que o havia sido de moiros, e morrera em 1704 na *guerra da Liga*, com a patente de tenente general de cavallaria. Desde 1724 não encontramos a posteridade dos Alcoforados de Beja, cujo tronco não é com certeza o do rico homem D. Gueda o *velho*, de quem descendem os Alcoforados da casa da Silva, de Villa Pouca, etc. Ainda assim, cabe alguma gloria aos Alcoforados de Beja, se alguns existem, por que lá tem a mimosa vergontea da apaixonada freira que provavelmente feneceu, e se pulverisou no claustro de Beja sem ter frutificado, tendo florecido tanto em cartas de fina amante, se a conjectura prevalece ás nossas suspeitas de que tal freira, amando talvez muito o conde, não escreveu taes cartas, e apenas lhe deu o amor e o nome para a vaidosa ficção.

## Nota 12.ª (PAG. 131)

Para que se não desdourem, á mingua de documentos e pelo vêso de as motejar as academias seiscentistas, trasladaremos de entre algumas Conferencias ineditas que possuimos, o fragmento do discurso, ou *Oração deprecatoria* de D. Francisco de Azevedo na *Academia dos Generosos*, em 18 de dezembro de 1661.

«São as Academias e as Artes luzes e fontes da sciencia das quaes o resplandor e as torrentes se derivam a todas as partes da republica.... A nossa Academia o que é? Se a considerarmos em seus academicos, aqui se acha toda a nobreza do reino, tantos doutos, tantos ministros, tantos capitães que parece estar n'esta casa e conclave o reino todo... Aqui n'esta casa não só estão ministros; mas os que hão de ser ministros. Que maior utilidade para a republica que aprender dos que mandam os que hãode mandar? Quem nos ensina a politica é aquelle por cujas mãos passaram tantos negocios politicos, e aprendeu por sciencia e experiencia. Todos o conheciamos por grande, e a todos tem parecido maior desde que nos ensina e depois que o ouvimos. [1]

«Succede nos homens o mesmo que nos instrumentos;

[1] Allude provavelmente a Antonio de Sousa de Macedo, ministro de Affonso VI. Os socios mais conhecidos pelos productos estranhos á collaboração academica são D. Francisco Manuel de Mello, Antonio de Mello e Castro, Luiz Serrão Pimentel, conde da Ericeira (D. Luiz) conde de Tarouca, etc. O sr. Theophilo Braga, a pag. 364 e 365 do seu *Manual de Litteratura portugueza*, inclue nos socios da *Academia dos Generosos* em 1661 *Manuel Pimentel* que tinha então 11 annos, *Julio de Mello e Castro* que ti-

não se conhece a suavidade de suas vozes senão depois de tocados com destreza[1]» Encomiado cada um dos ornamentos academicos, D. Francisco de Azevedo conclue: «Podemos dizer com razão que as columnas da Academia são as columnas da republica: sustenta-se sua grandeza na politica, nas armas, nas noticias e nas escripturas. Tudo isto incluem nossas lições, e tudo nos explicam com elegancia nossos doutissimos mestres. Creio que a rasão de se escolher a *Tocha* para a empreza da Academia é mostrar-se que havia de luzir com estas quatro luzes de suas lições mais que todas as academias passadas, etc.

**Nota 13.ª** (PAG. 147)

No *Manual da historia da litteratura portugueza*, o professor, sr. doutor Theophilo Braga, a pag. 322, dizendo da morte de Damião de Goes, escreve: «A morte de Damião de Goes é obscura, e é de crer que morrera no carcere inquisitorial.» Não é de crer tal coisa desde que Antonio Pedro Lopes de Mendonça publicou o processo de Damião de Goes, onde claramente se diz que elle sahiu da inquisição para o mosteiro da Batalha. Eis aqui os documentos trasladados dos autos, ex-

nha apenas 3, etc. Entre os academicos *Singulares* inclue André Nunes da Silva que nunca foi doutor nem academico, nem escreveu o poema que lhe attribue, *Destruição de Hespanha*, que n'outra pagina chama *Hespanha destruida*, que o padre André tambem não escreveu.

[1] Antonio de Sousa de Macedo explicava o poema de Tasso; Luiz Serrão Pimentel explicava fortificações, fr. André de Christo discursava ácerca de Aristoteles.

ceptuada a ortographia: «*É verdade que Ruy Fernandes veio aqui a esta casa do mosteiro da Batalha com Damião de Goes, e o deixou aqui n'esta casa entregue ao prior e padres; e por nos pedir esta certidão lh'a demos, por nós assignada hoje na Batalha aos 16 de dezembro. Fr. Francisco Pereira, Superior,—frei Antonio Nogueira.*» A este documento segue-se a apresentação que Ruy Fernandes fez do recibo aos inquisidores, em Lisboa, aos 19 de dezembro de 1572. Estes documentos estão impressos desde 1859, nos *Annaes de litteratura da A. R. das Sciencias*, e no livro intitulado *Damião de Goes e a Inquisição de Portugal, estudo biographico por A. P. Lopes de Mendonça*, pag. 37 e 38. O professor de litteratura devia ter lido esta noticia tão vulgarisada.

Com referencia a Damião de Goes, reproduziremos um escripto nosso que esclarece a vida do illustre chronista, e até certo ponto estabelece algumas bazes novas sobre que futuros escriptores lhe levantem a biographia:

Não era boa pessoa. Tinha talento, fazia chronicas de reis, escrevia em variados assumptos; mas era mordacissimo, deslinguado, e desluzia as gerações dos seus inimigos com a injustiça propria de sua malquerença.

D. Antonio de Attayde, conde de Castanheira, e valido de D. João III, foi um dos fidalgos mais aggravados.

Uma satyra appareceu na côrte por aquelle tempo, precisamente no anno 1554. Um homem vestido de frade a entregou pessoalmente ao rei.

Diogo de Paiva de Andrade (Memorias ineditas) refere assim o caso:

Um frade capucho, ou, como tambem se disse, pes-

soa que vestiu aquelle habito, procurou com grande empenho fallar a D. João III, que estava no paço da Ribeira, em occasião que se recolhia a dormir a sesta; e, pelo esforço que fazia em se lhe dar recado, se deu parte a el-rei; o qual mandou entrar o frade. Este se queixou extraordinariamente de um regulo que havia na sua terra, pedindo a sua alteza desaggravasse o opprimido povo; e, acabando de fallar, se retirou, entregando-lhe um papel. Abriu el-rei o papel; e, vendo que era uma satyra contra o conde de Castanheira, D. Antonio de Attayde, ordenou logo fossem em busca do frade; e, por maiores diligencias que se fizeram, não foi possivel encontral-o. Este papel guardou el-rei na sua guarda-roupa, d'onde o pôde haver Damião de Goes que, copiando-o, o deixou junto a um nobiliario, que tinha escripto das familias d'este reino, e d'aqui teve origem, sem fundamento, a seita puritana; porque, depois de descompôr o conde na figura e nos costumes, o infamou na familia, nas seguintes quadras:

Mestre João sacerdote,
de Barcellos natural,
houve de uma moura tal
um filho de boa sorte.

Pero Esteves se chamou;
honradamente vivia;
por amores se casou
com uma formosa judia.

D'este (pois nada se esconde)
nasceu Maria Pinheira,
mãi da mãi d'aquelle conde
que é conde da Castanheira.

Em outro lanço das *Memorias*, Diogo de Paiva, reportando-se novamente a este caso que estrondeou n'aquella epocha, accrescenta:

«Damião de Goes, bem conhecido n'este reino por seus escriptos, foi grande inimigo de D. Antonio de Atayde, 1.º conde da Castanheira, e valido de D. João III; porque apparecendo em palacio a celebre satyra contra o mesmo conde, que deu causa á murmuração de Maria Pinheira, Damião de Goes a ajuntou a um nobiliario que tinha escripto;—sabendo-o o conde, o esperou na rua Nova de Lisboa uma noite, e lhe deu com um pau. Augmentou-se de parte a parte a inimizade; e, achando-se D. Antonio de Atayde na casa da India uma manhã, como vedor da fazenda, e Damião de Goes como feitor de Flandres, que havia occupado, ahi se travaram de rasões, e o conde lhe deu com umas luvas na cara.»

A satyra, que D. João III releu muitissimas vezes, e outras tantas fechou no contador dos seus papeis particularissimos, devia de ser acerba para o vingativo conde, e mortalmente funesta para Damião de Goes.

O leitor, sem duvida, deseja vel-a, porque, se a não viu manuscripta, com certeza a não encontrou ainda impressa. As tres quadras trasladadas por Diogo de Paiva são as unicas apenas conhecidas dos leitores de genealogias; mas o mordaz poema comprehende sessenta e quatro quadras.

Por não empecer á curiosidade, damos primeiro o treslado da satyra; hão de vêr depois outras cousas importantissimas no caso.

## Trovas

Que se mandaram dar a el-rei D. João III por um frade de Santo Antonio, dous annos antes da sua morte, e as tinha na sua gaveta, e as lia algumas vezes, e as mandou queimar por Manuel de S. Thiago no dia que veiu da Misericordia, tres dias antes do seu Fallecimento que foi a 22 de junho do anno de Christo de 1557.

1

Deus sabe que esconder
a minha tenção não posso;
e, por seu serviço e vosso,
digo quanto aqui disser.

2

Se sobre isto o dessirvo,
com a clemencia que sóhe,
como a vassallo e captivo,
que o ama, me perdoe.

3

Um poeta dos latinos
a um seu amigo escrevia:
«Já agora a terra cria
«homens maus e pequeninos.»

4

Como que, com a idade
tudo cança e nos esquece,
afóra só a maldade,
que esta sempre prevalece.

5

Homens bons de muito ser
n'esta terra haver sohia;
ainda os ha; mais haveria,
se os deixassem viver.

6

Os que mettem pelos portos
mercadorias defezas,
com que os mortos são mortos
o os vivos são suas prezas,

7

Esses no reino metteram
mentiras e judiarias,
baixezas e hypocrisias
que toda esta terra encheram.

8

E tanto quê, mór valia
tem já isto em Portugal
que droga, cravo e tincal,
nobreza e cavallaria.

9

Mas de um, que tudo pende[1],
vos direi, senhor, um pouco,
em que me tenhaes por louco;
que Deus calar me defende.

10

Pois dá brado sem cessar—
diz Izaias—e canta;
como trombeta, levanta
tua voz sem descançar.

11

E elle, que tudo é, tudo
nos salva pela tenção!
Vêr eu tanta perdição
me faz fallar, sendo mudo.

12

E eu, com esta ousadia,
o direi porém com febre,
que em sua physionomia
vereis melhór que tem lebre.

13

Convenho no que se diz:
Dês que o mundo se criou,
aquelle a quem Deus bem quiz
no rosto lh'o amostrou.

14

Após isto, no cabello,
na sombra tão infernal!
de estopa de ruim pello
nunca se fez bom sayal.

15

As sobrancelhas hirsutas
maiores que abebedouro,
no meio da testa justas,
signal é de mau agouro.

16

Olheiras por meio rosto,
olhos tristes, embaciados,
risinhos falsos, sem gosto,
pensamentos esfaimados.

17

Esfaimados de cobiça,
de soberba e de inveja,
de quantos males atiça
quem todo o mundo deseja.

18

Esfaimado de suspeitas,
enganos e falsidades,
e palavras contrafeitas
onde nunca entrou verdade.

19

Esfaimado por lançar
o reino e terra a perder,
o preço, a honra, e o ser
dos que são para estimar.

20

Esfaimado e esfaimado
por acabar de roubar
honra, fazenda e estado
de quem isto lhe foi dar.

[1] Principia a desancar o valído.

21

Ente do seu parecer,
nas obras de tanta perda,
parentesco deve ter
c'o ladrão da mão esquerda.

22

É um sem fundo, adverso
da direita e do envez,
em ser ruim e perverso
da cabeça até aos pés.

23

Do qual ousei affirmar
a um seu (ninguem se espante)
pardelhos e calcanhar
são mores que por diante.

24

São de ladrão calcanhares,
dizem todos a uma voz,
faz com ratos nos altares
mais lavoura que na foz.

25

Té quando, pois, durará,
Senhor, tão cruel engano,
sortido em tanto damno,
trinta e tres annos ha!

26

Ponhamos em termos isto,
vejamos quem tem razão,
seja juiz Jesus Christo
em quem não ha suspeição.

27

Vossa alteza que achou
n'este homem feito empelado,
que assim se apoderou
de si e do seu estado?

28

Entregues á sua vontade
d'onde dependem as leis,
tudo pódem dar os reis,
salvo sua liberdade.

29

Este, tudo tem de vós,
com que se fez soberano,
ingrato, cruel tyranno,
a Deus, a vós e a nós.

30

Este, a mais sobre todos,
este crêdes desde a cuna[1]
este tem comvosco os modos
de D. Alvaro de Luna.

31

Senhor, que engano é este?
como não fugis d'este homem
de que tantos outros morrem
por ser o seu mal de peste?

32

Que só dous, tres dias dura
qualquer outro em vossa graça;
logo de vós a rechaça
sua levação[2] sem cura.

[1] Berço.
[2] Tumor.

33

Não podem ser todos maus;
elle só é virtuoso,
sendo, a fé, falso rapôso
todo cheio de desvaus. [1]

34

Faz quanto se lhe antoja;
e diz, quando adoece:
«Quem me visita, me enoja,
«Quem o não faz me aborrece.»

35

Olhai lá pelo virote!
Amaes-lhe os cabellinhos?
Criai-lhe bem os filhinhos,
governai por este norte.

36

Em qualquer outra pessoa
passará isto por graça;
que quem não tem cousa sua,
ponha os seus bofes na praça.

37

Maldi:os sejam os pais
que geraram tão má cousa,
de que todos dão mil ais,
e nenhum fallar não ousa!

38

Por terem reconhecido
ser de vós apoderado,
como Deus é adorado,
como o diabo é temido.

39

Dai ao demo este diabo,
dai este diabo ao demo!
Não é bom, não vol-o gabo,
de governalho e de remo.

40

Não se lhe sabe virtude,
não viu leão nem pelejou,
nem mortos resuscitou,
dos vivos tolhe a saude.

41

Pois que milagres são estes,
que siso, que discrição,
pois que assim lhe concedestes
o da vossa jurisdicção?

42

Se elle fôra sisudo
e discreto em seus modos,
não governára elle tudo,
e mais com dolo de todos.

43

Éda gloriosa lei,
que a todos nós ensina,
imigo, e de Deus e Rei
ante quem todos malsina.

44

Se vos tem amor ou não,
não é texto de Hipocrás;
as obras vol-o dirão,
não cureis dos seus *salás* [2]

[1] Subterfugios.
[2] Zumbaias.

45

que são figuras, e basta,
villãs reverenciaduras
com que vos caçou e arrasta
por nossas desaventuras.

46

Que o criado verdadeiro
que tem verdadeiro amor,
mais que o seu, e primeiro,
sente o mal de seu senhor.

47

Nos conselhos, vossa alteza
em elle sómente crê;
sendo tudo na grandeza
da perdição que se vê.

48

Por seu conselho casou
a princeza em Castella[1];
vêde como Deus livrou
este vosso reino d'ella.

49

Por seu conselho deixastes
quatro lugares aos mouros[2];
verdade é que poupastes
com isso grandes thesouros.

50

Mas por seu procurador
poz Deus boas contraditas,
que não fizessem mesquitas
nos templos do Salvador.

51

Ao duque poz suspeição;
que sempre em tudo procede
por ser parente d'Abrahão
e tambem de Mafamede.

52

Que como homem antigo
parece que lhe sabia
a sua genealogia,
que é esta que aqui digo:

53

Mestre João sacerdote,
de Barcellos natural,
houve de uma moura tal
um filho de boa sorte.

54

Pero Esteves se chamou,
honradamente vivia,
por amores se casou
com uma formosa judia.

55

D'este (pois nada se esconde)
nasceu Maria Pinheira,
mãi da mãi d'aquelle conde,
e sua avó verdadeira[3].

56

Vêde se era bem provada
esta sua suspeição;
mas não aproveita já nada
onde sobeja a affeição.

[1] A infanta D. Maria que casou com Filippe II de Castella, e mãe do infeliz principe D. Carlos.

[2] Safi e Azamor foram abandonados á mourisma em 1524. Em seguida, perdemos Arzilla.

[3] «Que é conde da Castanheira,» variante de Diogo de Paiva.

57

E com juiz tão suspeito,
mal inclinado, teimoso,
desalmado, cubiçoso,
todos perdem seu direito.

58

Farto trabalho receio
lhe faz tal sentença dar:
christão e sisudo meio
para o meu aproveitar.

59

Antepôr a Deus fazenda
receio, e maior trabalho;
nunca já será atalho
mas rodeio sem emenda.

60

Veja isto vossa alteza
nas cousas que tal causaram,
pois que todas se dobraram
e muito mais a pobreza.

61

E como, para poupar
gastos, se faz a tal obra,
Ai! da nação que sossobra,
e dobra-se o individar!

62

Em os taes conselhos vãos
verá o mais a que veio;
nascerão mil de um receio
de mouros aos bons christãos.

63

O trabalho era d'além
em meritoria guerra;
agora, a além e áquem,
em todo o mar e na terra.

64

Vós, senhor, não tenhaes
pouca culpa n'este feito;
peço-vos tudo gemaes
sempre dentro em vosso peito.

O auctor da satyra era o proprio Damião de Goes, que ajuntára a copia ao seu nobiliario; e o portador d'ella a D. João III fôra um familiar do conde da Portella, inimigo do conde da Castanheira. Assim m'o assevera o padre D. Manuel Caetano de Sousa, aquelle doutissimo theatino, cujas 289 obras em varias linguas catalogou o conde da Ericeira, no livro intitulado *Bibliotheca Sousana*

Entre os manuscriptos que temos do insigne academico está a satyra que deixamos copiada com mais rasoavel orthographia da que Damião de Goes interpozera na genealogia do conde da Castanheira.

*Formosa*, lhe chama elle. A nós não nos quiz parecer cousa para mediana admiração. A escola de Sá de Miranda não póde gabar-se de mui notavel alumno no engenho de Damião de Goes; todavia, mais como documento historico, e pouquissimo como modelo de poesia, a consideramos dignissima da publicidade.

O esclarecido possuidor da satyra invectiva contra Damião de Goes alcunhando-o de detrahidor de alheios creditos. Eis a textual exprobração do clerigo:

*Tudo isto continha aquella formosa satyra de que se não sabem mais que as coplas 53, 54 e 55, as quaes malicia e inveja encommendaram mais á memoria por encerrarem em si falta que se transfunde na posteridade quando não é tão falsamente imposta como n'este caso. Cheias andam as Memorias dos genealogicos de argumentos que convencem de falta aquella impostura; aos quaes eu só acrescento que não quero maior prova de sua falsidade do que vêr aquellas coplas, entre tantas tão maledicas, que dizem de um só homem, e tão grande como aquelle conde foi, tantos defeitos que não cabem em tantos homens vis e facinorosos; e vêr que nas coplas 9, 10 e 11, quer o author com pouco respeito ás divinas escripturas attribuir a impulsos do Espirito Divino os que só são effeitos do espirito maligno que sem duvida levaria comsigo ao inferno o author das coplas, se elle antes de morrer se não desdissesse como se affirma que desdisse. E Deus que é summamente justo quer que aquelle mesmo conde, cuja descendencia, n'esta satyra, se emprehendeu infamar, tivesse uma mui esclarecida descendencia, cheia de varões insignes em santidade, lettras, armas, dignidades ecclesiasticas e seculares,*

*as maiores que se pódem conseguir em Portugal, como sabem os que tem menos que mediana noticia das familias d'este reino, na qual sempre os mais sisudos tiveram estas coplas por falsidade.*[1]

Damião de Goes, em favores ou desfavores genealogicos, não era extremamente consciencioso. Quando recolheu de suas illustradas viagens procurou Antonio Carneiro, secretario de estado de el-rei D. João III, e entregou-lhe um papel em que demonstrava que a sua familia, d'elle secretario, descendia do duque de *Mouton*, de França, que, aportuguezado, dizia «Carneiro». O ministro sorriu-se zombeteiro á destampada lisonja, lançou o papel, sem o abrir, ao brazido de uma chaminé, e disse a Damião de Goes:—«Contento-me com que os meus descendentes contem por progenitora a honra com que procuro viver sendo util ao rei e á patria.»

Antonio Carneiro bem sabia que não procedia dos Moutons. Era natural do Porto, e de familia honrada. Foi a Lisboa por dependencia que tinha de Pedro Fernandes de Alcaçova, escrivão da fazenda de el-rei D. João II. Pedro Fernandes tanto se lhe affeiçoou que, além do prompto despacho, o convidou a ficar na côrte, empregando-o no expediente do seu officio. Como Antonio Carneiro fosse o encarregado de levar a despacho real o sacco dos papeis, n'estas idas ao paço deu trela ao coração e requestou D. Brites de Alcaçova, filha do seu protector e dama da rainha.

[1] A casa da Castanheira passou ao segundo marquez de Cascaes por herança de sua prima D. Anna de Athaide, ultima condessa da Castanheira, fallecida no meiado do seculo XVII. Na casa de Cascaes succedeu a de Niza.

Casou-se com ella a furto; mas, publicado o delicto, foram ambos degradados para a ilha do Principe. Decorridos annos, as reiteradas supplicas da desterrada commiseraram o coração do pae. Veio Antonio Carneiro para o reino com sua mulher, e logo se habilitou para secretario do despacho universal de D. Manoel, revelando-se politico sagacissimo. Eguaes honras lhe concedeu D. João III, e com ellas o senhorio da ilha do Principe, onde havia gemido degradado e pobre. Morreu aos 86 annos de idade, deixando larga descendencia.

Se leram *Damião de Goes, e a Inquisição de Portugal*, estudo biographico de Lopes de Mendonça, ou sequer a summariada noticia que escreveu o sr. Innocencio Francisco da Silva, sabem que o adversario do conde da Castanheira denunciado pelo padre Simão Rodrigues, particularissimo amigo d'aquelle conde, foi preso como lutherano nos carceres da inquisição, d'onde o mandaram penitenciar-se em reclusão austera no mosteiro da Batalha.

Concluido o praso da expiação, quando já orçava pelos setenta annos, transferiu-se a sua casa.

Um dia—diz o sr. Innocencio, atido ao testemunho de memorias contemporaneas—o velho chronista de elrei D. Manoel foi encontrado morto, *quer de acidente apopletico, quer assassinado por domesticos ou extranhos*.

D. Manoel Caetano de Sousa refere que a maledicencia heraldica de Damião de Goes não despontára com a velhice, antes se afiara mais na pedra do rancor aos que elle suspeitava seus inimigos. O segundo conde da Castanheira, desforrando-se dos velhos e renovados

ultrajes a Maria Pinheira, mandou creados seus moerem com saccos de areia o ancião no pateo de sua mesma casa, e de modo se houveram, que Damião de Goes apenas teve forças que o arrastassem á cama, onde se desprendeu da vida, e mórmente da lingua que tantos trabalhos lhe custara.

Esta relação do theatino Sousa encontrei eu confirmada em um Nobiliario de Pinheiros, que pertence ao meu joven e illustrado amigo, Vicente Pinheiro de Mello e Almada, filho do primeiro visconde de Pindella, e tambem descendente de D. Maria Pinheira.

**Nota 14.ª** (PAG. 153)

Não é alheio da historia da litteratura o empenho que o doutor Sanches n'esta carta mostrava em começar desde o regaço das mães a reforma predisponente para a educação litteraria, e primeiramente moral dos filhos. Pela segunda vez trazemos a publico este traslado, que nunca será de mais em quanto os espiritos modernos o não fizerem mais proficientemente.

Em um § intitulado: *Em que idade deveriam entrar os educandos na escola real militar*, divaga o insigne medico por considerações a respeito das mães. Transcrevemos o que nos parece digno de ser lido por ellas: «Tanto que as riquezas da Africa e do Oriente entraram em Portugal, logo começou a mostrar-se o luxo nos vestidos, comidas, e mais commodidades estrangeiras; começou a esfriar-se o amor das familias, e por ultimo da patria. El-rei D. João 3.º foi o ultimo rei que

foi creado com ama nobre, e já seus filhos, nem seu neto, el-rei D. Sebastião, tiveram amas mais que da classe plebêa; indicio certo que as senhoras não creavam já seus filhos, como nos tempos anteriores: introduziu-se este destructivo costume da raça humana, do amor filial, e dos bons costumes; e apesar de tanto sermão, missões, e praticas espirituaes, nenhuma senhora quer sacrificar a sua formosura. Seria loucura persuadir o que ninguem quer abraçar.

«Tem para si estas mães, que não criam, que conservarão por mais tempo a formosura, e que dilatarão a vida com mais vigor e forças, e que perderiam a sua boa constituição creando por dezoito mezes ou dous annos. Mas é engano manifesto, e o contrario se sabe pela experiencia, e pela boa physica.

«A mulher que deu á luz um filho, e que não o cria, em pouco tempo vem a conceber de novo: a gravidez de nove mezes é uma enfermidade, que enfraquece mais o corpo, do que crear aos peitos por anno e meio: e como concebem antes que as partes da geração adquirissem pelo repouso a sua natural consistencia, sucede, que estas senhoras abortam mais frequentemente: enfermidade tão consideravel, que muitas ou perdem a vida, ou ficam achacadas; perdendo em poucos annos o idulo da sua belleza, ficando frustradas do seu intento, e expostas a viverem por toda a vida com mil desgostos, e pezares....

«Até agora os damnos que sofrem as mães. Mas os mais consideraveis e lamentaveis são aquelles que se imprimem no animo das creanças criadas por amas. Se fôramos nascidos para viver nos dezertos da Africa, ou nos bosques da America, pouco importava que as

amas imprimissem no nosso animo aquellas ideias de terror de feitiços, de feiticeiras, de doendes, de crueldade, e de vingança; mas somos nascidos em sociedade civil, e christã; aquellas ideias que nos dão as amas são destructivas de tudo o que devemos querer, e obrar: ficam aquellas crianças expostas ao ensino de mulheres ignorantes, supersticiosas; são os primeiros mestres da lingua, dos desejos, dos appetites, e das paixões depravadas: chegou o menino a fallar, já está cercado de duas ou tres mulheres mais ignorantes; mais supersticiosas do que a ama; porque estas são mais velhas, e sabem mais para destruir aquella primeira intelligencia do menino: chega á edade de caminhar, já tem seu mocinho, ordinariamente escravo, e como foram pelas mães creados por taes amas, e velhas, são os terceiros mestres até á idade de seis ou sete annos; e se o mau exemplo do pai e da mãi põe o sello a esta educação, fica o menino embebido n'estes detestaveis principios, que mui difficilmente os melhores mestres podem arrancar aquelles vicios pelo discurso da idade pueril.

«Será impossivel intruduzir-se a boa educação na fidalguia portugueza emquanto não houver um collegio, ou recolhimento, quero dizer, uma escola com clauzura para se educarem alli as meninas fidalgas d'esde a mais tenra idade: porque por ultimo as mães, e o sexo feminino são os primeiros mestres do nosso; todas as primeiras ideias que temos provem da creação que temos das mães, amas, e aias; e se estas forem bem educadas no conhecimento da verdadeira religião, da vida civil e das nossas obrigações, reduzindo todo o ensino d'estas meninas fidalgas á geographia, á historia sagrada, e profana, e ao trabalho de mãos senhoril, que se

emprega no risco, no bordar, pintar, e estofar, não perderiam tanto tempo em lêr novellas amorosas, versos, que nem todos são sagrados, e em outros passatempos aonde o animo não só se dissipa, mas ás vezes se corrompe; mas o peior d'esta vida assim empregada é que se cummunica aos filhos, aos irmãos e aos maridos. D'aqui vem, que sendo da mesma nação, da mesma familia, da mesma casa, estão intruduzidas duas sortes de lingua, ou modos de fallar: a conversação que se deve ter com as senhoras, não ha de ser sobre materia grave, sèria; estas conversações judiciosas ficam reservadas para algum velho, ou para algum notado estravagante: e assim succede que ficam as senhoras por toda a vida (ordinariamente) meninas no modo de pensar, e com tam mizeraveis principios vem ellas as suas amas, as suas aias, e donas a serem os mestres d'aquelles destinados a servir os reis.»

«Não me acuse v. ill.ma que sahi fóra do intento que lhe prometti: achei que tratar da educação que deviam ter as meninas nobres e fidalgas merecia a maior attenção, porque por ultimo vem a ser os primeiros mestres de seus filhos, irmãos, e maridos. V. ill.ma sabe muito melhor do que eu aquelles monumentos que temos na historia romana, e tambem na nossa, de tantas mães que por crearem, e ensinarem seus filhos foram as que salvaram a patria, e a illustraram: houve em Roma muitas Cornelias, como em Portugal muitas Philippas de Vilhena. Mas n'aquelle tempo ainda o luxo, ou a dissolução não se tinha apoderado do animo portuguez, porque as riquezas não eram tão appetecidas. A connexão que tem a educação da mocidade nobre que prometti a v. ill.ma me obriga a ponderar, se não

seria mais util para a conservação e augmento da religião catholica transformarem-se tantos conventos de freiras, e das ordens, principalmente militares sem exercicio algum da sua destinação, n'estes estabelecimentos que proponho, tanto para a mocidade nobre masculina, como feminina? Com o exemplo das educandas, ou *Filles de Saint-Cyr*, fundação perto de Versailles, e como da escola real militar, se poderiam fundar no reino outros ainda mais vantajosos para a mesma nobreza, e para a conservação e augmento da religião e do reino. Mas espero ainda vêr nos meus dias estabelecimentos semelhantes em tudo, ou em parte que satisfaçam todo o meu desejo.»

**Nota 15.ª** (PAG. 172)

## Ode ao Ex.mo Conde d'Oeiras

(*Inédita*)

**Strophe 1.ª**

Tu, difficil virtude, dom celeste,
Que meus hymnos governas,
Tu que, sereno o rosto,
De Scevola pozeste a mão no fogo,
Que, invicta, não receias
De purpureos tyrannos a presença,
Que Regulo mandastes
Pelos cêpos trocar a liberdade.

### Antistrophe 1.ª

Tu me chamas aqui para em meus versos
Da venturosa Oeiras
Cantar a nova gloria
Do magnanimo Conde, o amor da Patria!
Se o raio luminoso
Por sobre elle brilhou com que tu mostras
A constante justiça,
O valor, e a prudencia, oiça meus versos.

### Epodo 1.º

Não me instiga a lisonja; não invoco
As musas fabulosas,
O céo, o céo m'inspira: da verdade
Os trovões, e relampagos me cercam.
O intrepido zello
O florente commercio, a Paz doirada,
Não são cinzas de Troya, ou de Carthago.

### Stro. 2.ª

Vinde, sonoros hymnos, sobre minha
Cythara ditosa,
Batei as brancas azas!
Tremam, caiam d'Alcides as columnas!
Pelos ethereos campos,
Das que vos trazem, rapidas carroças
Oiço gemer as rodas,
Dois luminosos circulos abrindo!

### Antist. 2.ª

Que mais fiel sybila, que a experiencia?
Não falla, não responde,
Sem do profundo abysmo,
Evocarmos a sombra de Tirézias?
Testemunhas maiores
São de tuas acções, sabio ministro,
O Throno defendido,
A Patria restaurada, e nós felizes!

Epod. 2.°

As nove ricas perolas que brilham
No coronel doirado,
Que teu semblante placido guarnecem,
Por premio te são dadas, não exemplo
Virtudes coroam,
E virtudes que impavidas domaram
A cruenta discordia, a vil cobiça.

Stro. 3.°

Mas negro fado que arbitro se julga
D'imperios, e cidades,
Temia erguer Lisboa,
Coroada de mil torres, a cabeça;
As artes e sciencias,
Á sombra de teu nome, receava
Da barbara ignorancia
Os pesados grilhões despedaçarem.

Antist. 3.°

Bramir já via justamente atada
Em ferros vergonhosos
C'o rosto descorado
A perversa doutrina abominavel.
Nas seruleas espadoas
Erguer o Tejo mil rompentes quilhas,
E respeitar Arturo
As sagradas bandeiras Luzitanas.

Epod. 3.°

Abrir o grão Pará os fulos braços,
E em seus verdes cabellos
Roixos coraes, e aljofares atando,
Nas doiradas manilhas lér teu nome,
C'o farpado tridente,
Que ergue, a já livre mão lançar por terra
Os nefandos altares da avareza!

**Stro. 4.ª**

As santas leis, magnificos projectos,
O publico socego,
O reino venturoso,
Com crueis olhos via o triste fado!
Occulta providencia
Cevar-lhe permittiu em nosso sangue
As aridas entranhas:
Não valeram incensos, nem altares! [1]

**Antist. 4.ª**

Já o fatal decreto a mão potente,
Justiceira, rubrica;
Procellosos vapores
As convulsas cabeças levantaram;
Dos carceres terrenos
Abalaram indomitos os muros,
E aos horridos bramidos
Estremeceu a misera cidade!

**Epod. 4.ª**

Estremeceu a serpe triumphadora,
Que, no real escudo,
Tantas vezes voou sobre as profanas
Despedaçadas luas agarenas!
Silvou espavorida
Nas escamosas azas mal segura:
Tão mudada ficou a natureza!

**Stro. 5.ª**

A pavida Lisboa desgrenhada
Em negra cinza envolta,
Vendo os reaes castellos
Cahirem-lhe da fronte destroçados,
Em ti fixou os olhos,
Os olhos em ti poz, illustre conde!
Em ti que sacrificas
Á publica saude teu cuidado.

[1] Allusão ao terremoto de 1755.

**Antist. 5.ª**

Qual a casta Penelope, chegando
A patria saudosa,
O desejado Ulysses,
Os traidores amigos não temia,
Da simulada têa
Larga a tarefa, as lagrimas enxuga,
Assim, assim Lisboa
Em teus braços descança, em ti confia.

**Epod. 5.ª**

Nos grandes p'rigos brilham almas grandes!
Tindaridas estrellas
Que, na força da negra tempestade
Applacam o furor das bravas ondas:
O piedoso Eneas,
A poucas cinzas Troya reduzida,
O pai salvou, amigos, e penates.

**Stro. 6.ª**

Clamar ouvimos a infeliz cidade
Aos altos ceos erguendo,
As mãos enfraquecidas;
Ainda os eccos ouvimos d'estas vozes:
«Se em tuas santas aras
«Puro insenso queimei, senhor, guardai
«O constante ministro
«O defensor do luzitano Augusto!»

**Antist. 6.ª**

Assim afflicta, assim a patria illustre
Por ti ao ceu clamava!
Os pollos abalaram
C'um tremendo susurro respondendo!
Desceu celeste chamma,
Sobre os destroços dos cahidos templos;
E, recobrada esperança,
Agoirou mil venturas do presagio.

### Epod. 6.º

Ainda guardadas tenho, excelso conde,
Em minha rica aljava
Mil refulgentes settas que podiam
Os olhos assombrar do torpe vulgo;
Porém, da mão me arranca,
Não sei que força, a cithara soberba!
Mas quem hade calar a tua fama?

### Stro. 7.ª

No Ménalo, se arcadia não levanta
Em honra de teu nome
Uma soberba estatua
De rico jaspe, como tu mereces,
Seus hymnos te consagra,
E n'elles viverá tua memoria,
Teu nome escreveremos
Em nossos corações, em nossos versos.

### Antist. 7.ª

Dirceos hymnos que sobre as aureas liras
Lançaes eternas luzes
E ao som de illustres nomes,
Espalhaes da virtude os resplendores,
Vós a lubrica foice,
Tiraes da mão do tempo, e derramando
O voluvel relogio,
Senhores vos fareis da eternidade!

### Epod. 7.º

Não ergue a mão cruenta a fria morte
Contra sonoros versos!
Em vão levanta templos e columnas,
Quem da patria os louvores não merece;
Teu zelo incontrastavel
Tuas acções illustres cantaremos!
A macilenta inveja
As viboras ceruleas despedace!

**Nota 16.ª** (PAG. 195)

D'estes *Goliardos* tracta o sr. dr. Theophilo Braga, no *Manual de litteratura*, pag. 211; e, corroborando o seu parecer, cita um dito de *Antonio Ribeiro Chiado* na «Pratica de oito figuras»:

*No beber sou um Golias.*

Não se lhe acceite o dislate. O personagem do Chiado, querendo inculcar que bebia muito, mediu hyperbolicamente o liquido pelo bojo do corpulentissimo gigante philisteu Goliath ou Golias, a quem David derrubou com a pedrada. «No beber sou um Golias» como quem diz: *bebo como gigante.* O professor, porém, confundiu o gigante com o truão enfrascado na taverna, fazendo *Golias* synonymo de *Goliardo.* Tem maravilhosas intuições. Explicando os segredos da *Egloga 2.ª* de *Bernardim Ribeiro,* onde fallam dois pastores, *Jano* e *Franco de Sandomir,* conta que *Jano* é o proprio *Bernardim Ribeiro,* e que *Franco* é *Francisco de Sá de Miranda.* (*Manual de Litteratura,* pag. 252 e seg.) O pastor *Jano* queixa-se de *Joanna.* Assevera o sr. Theophilo Braga que esta Joanna é D. Joanna de Vilhena, prima d'el-rei D. Manuel a qual viera de Castella, onde estava com sua familia, quando D. Manuel succedeu no throno, e chamou á patria os foragidos inimigos de D. João II. Este facto deu-se em 1495. O sr. dr. Theophilo assenta cathegoricamente que Bernardim Ribeiro passára do Torrão para Lisboa em 1496, e se apaixonára por aquella D. Joanna. Até aqui tudo é possivel.

Bernardim Ribeiro, ou *Jano*, tinha 21 annos em 1496, como elle mesmo diz na referida *Egloga 2.ª*, conversando com Franco:

*agora ei vinte e um annos.*

Diz o sr. dr. T. Braga que o pastor *Franco* era EVIDENTEMENTE Francisco de Sá de Miranda. Ora, tendo nascido Sá de Miranda em 1495, e pondo-se a tagarellar pastorilmente nas margens do Tejo com Bernardim Ribeiro em 1496, ficamos em duvida qual seja mais prodigioso, se o tal Sá pequerruchinho de um anno a fallar, se o sr. doutor e mestre de litteratura a escrever! Em um só verso d'esta Egloga achou o lucido professor um drama arredondado. O pastor *Jano* diz:

. . . . . .
*Que não me entendo comigo.*
*D'onde esperarei repairo?* [1]
*Que vejo grande o perigo*
*E muito mór o contrairo.*

O poeta (ou o pastor) quer dizer n'este fragmento da *Egloga* que, no desvairamento em que se vê, não atina com o remedio da sua desgraça; por quanto, se a sua paixão o expõe a grande risco, elle considera *maior ainda o perigo*, apartando-se da mulher que adora. O professor, porém, diluiu assim o verso *e muito mór o contrairo:* «A superioridade d'este contrario fundamenta-se em ter o conde de Vimioso D. Francisco de Portugal, tambem poeta do *Cancioneiro Geral*, casado com D. Joanna de Vilhena por ajuste de el-rei D. Manuel.»

[1] Reparo, remedio.

(*Manual*, pag. 254.) O naturalista Cuvier, escavando nos detritos do cosmos desvanecido, com um só osso formava um masthodonte; nas escavações biographicas, o sr. dr. Theophilo, de um chôcho verso de redondilha menor, esponjou a vida completa de Bernardim Ribeiro e de D. Joanna de Vilhena.

**Nota 17.ª** (PAG. 204)

O remate d'esta *Ode*, que Luiz Pinto dedicava á esposa no dia de noivado fecha de maneira tão desusada e tão piccarescamente original, que póde considerar-se a preexistencia do *realismo* modernissimo.

---

Aos desposorios da Ex.ma Sr.ª D. Catharina Cesar de Lencastre

POR

SEU MARIDO

## Hymno Epitalamico

Tonante Jove, que de um gesto irado
Fazes tudo tremer;
A quem a força do supremo fado
Prostrada vem ceder;
Ah! depõem o trisulco raio ardente
E muda, ó Deus immenso,
Em aspecto sereno esse vehemente;
Prosegue lá do extenso
Empyrio luminoso, vem ao mundo
N'este ditoso dia

Em que a Corinthia dou a mão jocunda
Notar minha alegria.
Com o eterno hymineu te espera ufano
O amado da belleza.
De Vertumnio, e de Marte soberano!
Vem pai da natureza.

**Pausa I**

Mas submisso te rogo
Que moderes um pouco aquelle fogo
Com que terno te inflamam entre as bellas
E buscas engenhoso
Tomar a fórma de Amphitrião formoso
Baixando das estrellas:
No carro radiante
De rubins que arrasta o pavão brilhante,
A deusa nupcial, a augusta Juno
Conduz tambem comtigo;
Talvez ella fará que um Deus amigo
Me não seja importuno.

**Pausa II**

Olha como Corinthia a ti saudosa
Adornada da purpura de esposa,
A pura castidade
Ao longe busca, e cobre o bello rosto
Da roixa côr, da côr da virgindade?
Ah! depõem terna esposa, esse desgosto:
Toma as grinaldas das purpureas flôres
Da mão das Graças, volta-te aos amores.
Mas não te esqueças, não, para beijal-a
Da aurea chuva; dá-me para abrazal-a
As azas radiantes.

Como cysne amoroso te adornavas
A Leda dando os beijos vacilante:
Porém os bellos cornos com que amavas
Europa visitàr, ah Nume eterno!
Nos ceos os deixa, ou os manda ao deus do Averno.

Esta ode de Sebastião José Ferreira Barroco tem movimentos de alto espirito, e alguns lances que seriam bellissimos se lhes limpassem a bretueja mythologica.

## Á morte de * * *

### Ode

Ó morte, ó morte aonde vais voando
De tão lindos despojos carregada?
Quem não namoras? o collo offereço
Á incansavel foice!
Não vás, cruel, sem mim; o passo forço,
Canço-te, insto-te, e peço o golpe eterno,
Nem mais te deixo emquanto a mim não volves
Os apagados olhos.
Eu barbara te vi contra ella armada!
Temeste-a, eu te envergonho, em mim te vinga,
Da styge ás plumbeas ondas soterraneas
Em teus braços me leva.
D'entre os mimos da mãe, sulcando os ares,
Vê-a, chorando Amor, pula a meu peito,
N'elle os joelhos finca, arranca as hastes
Dos doirados farpões;
Mas eu prendo-lhe as mãos, elle resiste,
Cinjo-o ao peito, e lhe enchugo as ternas faces
Provo a flamma, que em torno me circula
Com elle me consolo:
«Irás, irás, me diz entre soluços,
«Ao feio Orco, e farás volver gemendo
«Os duros quicios da enxofrada porta
«Com espanto dos manes.
«Os tristes moradores admirados
«Deporão os tormentos, e em segredo
«De Orpheu, d'Alcides, contarão os casos
«Nos archivos guardados.

«Um co'a Lyra revoca a luz do dia,
«Euridice perdida, arranca aos deuses,
«Os eternos trabalhos interrompe
«Pelos juizes dados.
«Outro brandindo a massa, traz valente
«O trifauce cachorro, que se humilha,
«E co'as orelhas baixas teme d'elle
«Qual fagueiro podengo.»
Esvoaça, meu bem, passemos juntos
As esquecidas ondas, e veremos
Com cem cadeias presa a noite eterna
Entre montes de fumo.
Co'a lyra n'esta mão, e n'esta a espada
Ou c'o meu canto amançarei as Furias
Ou farei que Plutão no throno enfie,
E te torne a meus braços.

**Nota 18.ª** (PAG. 205)

O poeta escreveu o seguinte prefacio illustrativo: «Escreveu o padre Macedo uma *Canção* louvando desmedidamente a Zamperini, e fez outras varias asneiras: primeira, em chamar *Ode* ao que é puramente *Canção*, e esta é cheia de vozes, e nenhum pensamento bom quanto a philosophia, nem sublime quanto a poetica; segunda, em ser escripta no estylo dos sermões, com certa duzia de palavras a modo de xadrez; terceira, nos gallicismos é um mar seguido e prosaico, e outros innumeraveis erros, para seus e nossos peccados. E o peor é insultar as senhoras sérias e joco-sérias, entrando francezas e italianas, maneatando tudo á taboa do carrinho da Zamperini. É pouca vergonha em um clerigo. *Ode* com elle.»

Segue a

## Ode

Assás tem Pluto á Hespanha fulminado
máos versos; e más prozas
com as fumadas mãos tem jaculado.
Vão cantoras famosas,
italicas, hispanicas, francezas
de Zamperini ao torpe carro prezas.

Com que saudade os pés assignalados
deixaste, recta Astrea,
lá de Atlante nos hombros estrelados!
Com dourada cadeia
a balança a teus pés levaste presa:
outra ficou em que a paixão só pesa.

Tem Venus impudica o pomo de ouro
a Minerva negado;
não serve ás deusas bellas de desdouro
ter sempre Marte ao lado;
do estranho voto ora a rasão concebo:
fôi o juiz o adultero mancebo.

Tu que de abril nas roixas madrugadas,
rouxinol sonoro,
dás a Titan as primeiras alvoradas,
se em carcere formoso
deliciosos ouvidos adormentas,
em corações exaustos te sustentas.

Não arrancou Quichote desvelado
entre aerios carinhos
a durindana mais vãmente ousado
contra duros moinhos,
que tu com o verso em que a alma derreteste,
sem ouro á Dulcinea accommetteste.

O voluvel penedo abaixo e acima
vai Sisipho rolando.
Se os que nos ferem com má prosa e verso,
Jove, assim castigando,
á incessante fadiga os destinára,
muita lição penosa nos forrára.

Nem viramos gravar entre as estrellas
a Eccho em casto nome,
sem attentar que o claro lume d'ellas
a luz bassa consome;
nem viramos em Paphos profanados
os vasos de ouro ao Templo consagrados.

Mas a nossa vaidade empavezada
não consente que os Numes
riam d'esta estulticia descarada
d'alma os nativos lumes,
ousamos reprehender nossos maiores,
vimos por presumpção a ser peiores.

## Nota 19.ª (PAG. 219)

O poeta satyrico Antonio Lobo de Carvalho, fallecido em Lisboa aos 26 de outubro de 1787, nasceu em Guimarães, não se sabe precisamente quando. Era filho illegitimo de fidalgo, e tinha em Villa Real parentes maternos que o educaram nas letras, consoante os frades da terra podiam ministrar-lh'as. O bom que os frades tinham não o aprendeu o rapaz. Era poeta de lingua farpada, da escola de Gregorio de Mattos Guerra, o maior e mais sujo talento que deram as plagas de Santa Cruz.

Os cavalheiros villa-realenses andavam mordidos pelas vespas das suas trovas. Lobo não perdia o lanço de os satyrisar.

Em uma procissão de *Corpus-Christi*, o senado da terra ordenou que S. Jorge fosse em andor e não a cavallo. A rasão d'este descavalgamento não é bem liquida. Ha muitos mysterios que nunca se hão de dilucidar, mórmente em cousas de cavalgaduras.

N'essa occasião, Antonio Lobo de Carvalho, escreveu e divulgou o seguinte soneto:

*Patria de valentões, paiz guerreiro,*
*Só tu, Villa Real! comtigo fallo!*
*Vão Panças e Roldões jogar o talo,*
*Ou vão na tua escola andar primeiro.*

*Quem ha que os teus aguente no terreiro,*
*Se até S. Jorge foram desmontal-o!*
*Pois, indo nas mais terras a cavallo,*
*N'esta é capucho o santo cavalleiro!*

*Nos triumphos de Baccho a villa armada,*
*Uns com brancos arnezes, outros tintos,*
*As meretrizes levam de assaltada.*

*Fez-lhe o entrudo os broqueis, compoz-lhe os cintos,*
*E soltou um pendão co'esta fachada:*
*«Todos são pobretões; mas mui distinctos.»*

Os fidalgos da villa dilecta de el-rei D. Diniz — que eram muitos, a julgar pelos brazões musgosos em que as andorinhas dormem de verão e as corujas assobiam no inverno — assanharam-se contra o poeta, fazendo-se representar no desforço pelos seus moxillas.

Espancado e fugitivo, foi parar a Lisboa Antonio Lo-

bo, onde conhecia um tal Anacleto, que mais tarde foi juiz de fóra em Angeja.

A mãe do poeta era remediada de bens da fortuna, e quanto tinha quanto deu ao estouvanado do filho, que nunca procurou modo de vida, nem bajulou os grandes, á imitação dos vates do seu tempo.

O duque de Cadaval, D. Miguel, ouvindo recitar versos de Antonio Lobo, disse aos seus criados que lh'o levassem ao palacio... para se divertir. Um lacaio de s. ex.ª procurou o poeta e deu conta do recado. Lobo mandou-o esperar, improvisou um soneto, e remetteu-o ao duque. É o mais galhardo feito de poeta do seculo XVIII. Dizia assim:

*Se eu fôra, excelso duque, homem perito,*
*Capinha, ferrador, cabelleireiro,*
*De cães decurião ou cosinheiro,*
*Em sopas mestre, em massas erudito:*

*Se em letra antiga visse o que anda escripto*
*Do vosso grande avô, João Primeiro,*
*Que o gothico mostrasse ao mau caseiro;*
*Que o tombo velho nunca está prescripto.*

*N'este caso, senhor, a vossa graça*
*Mais quizera alcançar, que ter mil burras,*
*Do metal louro que se ri da traça.*

*Mas como a sorte me tem dado surras,*
*Não vou servir-vos só por não ter praça*
*No livro mestre dos santões caturras.*

Antonio Lobo indispoz-se em Lisboa com fidalgos e frades. A mezada que a mãe lhe enviava permittia-lhe dispensar-se das sympathias do clero e nobreza. Foi

muito soado e mordido um soneto que elle dardejou contra um frade leigo, dado a libações de certa taverna. Era d'esta laia o poema:

*Borracha de estamenha, ôdre sarrento,*
*Mil parabens te dou do novo estado,*
*Pois de estupido leigo a um jubilado*
*Lente de rolhas vais em largo vento.*

*Se ha longos annos mettes fogo lento*
*N'essa pança que é mãe de vinho aguado,*
FREI BORDEAUX *será hoje o teu prelado,*
*A adega d'esta casa o teu convento.*

*Bebe, esponja claustral, té que a fumaça*
*Das vasilhas de França encha as pichorras*
*De umas bebedas tripas de outra raça;*

*E, antes que os limos dos toneis escorras,*
*Fuja o do Carmo, fuja o Leão da Graça,*
*Que hoje o que reina é o Leão dos Borras.*

Ao odio do clero e nobreza, ajuntou o poeta o odio do povo representado nas pessoas dos capellistas, accirrados por estes versos:

*Um rapaz a gritar como um cabrito*
*Com saudades da mãe sobre um vallado,*
*Que entre duas canastras vem deitado,*
*Em burro de almocreve, ancioso e afflicto;*

*Com rosario ao pescoço mui bonito,*
*Descalço, de barrete e de cajado,*
*C'um sacco á cinta, onde traz (coitado!)*
*A sua codea e o seu bacalhau frito.*

*Posto a pé este misero mamote*
*Ora cahe, ora treme, ora encordoa,*
*Um lhe prega um sopapo, outro um calote.*

*Pois esta figurinha ou má ou boa*
*Faz qualquer capellista franchinote*
*Quando vem do sertão para Lisboa.*

N'esta vida de odios e irritações, viveu Antonio Lobo de Carvalho até aos cincoenta annos. Se nos merecesse credito o que João Bernardo da Rocha escreveu no *Portuguez*, tom. x, pag. 356, o atrevido vate haveria sido aleivosamente assassinado por ordem de um tio do marquez de Olhão, a quem o maldizente fréchara com um soneto que abria assim:

*Ferrabraz, Satanaz, Fernão Zarolho,*
*Cruel harpia das que o inferno incerra...*

Mas o sr. Innocencio Francisco da Silva, posto que não decida qual haja sido a morte do poeta, com justificados motivos desabona a affirmativa de João Bernardo da Rocha.

**Nota 20.ª** (PAG. 234)

*Catalogo dos livros mencionados no decreto que concede o privilegio*

| | Volumes |
|---|---|
| A Recreação Philosophica..... | Nove |
| As Cartas Physico-Mathematicas..... | Dois |

| | Volumes |
|---|---|
| Continuação das mesmas para se imprimir... | Dois * |
| Institutiones Physicæ ad usum scholarum.... | Tres |
| A Geographia..... | Um |
| O Feliz Independente..... | Tres |
| Sermões varios..... | Tres |
| Continuação d'elles para se imprimir ..... | Dois * |
| Os entretenimentos do coração devoto com o de Jesus ..... | Um |
| Os estimulos do Amor da Virgem Maria..... | Um |
| Os gemidos da Mãe de Deus afflicta..... | Um |
| O Thesouro da Paciencia..... | Um * |

*Para a impressão, havendo primeiro obtido as licenças devidas*

| | |
|---|---|
| Meditações dos attributos de Deus para todo o anno..... | Quatro |
| O pastor Evangelico, com exhortações para os parochos, tiradas do Evangelho, para todos os domingos, e festas do anno..... | Quatro |
| Historia da fundação do mosteiro da Visitação em Lisboa..... | Um * |
| Opusculos poeticos, e asceticos..... | Tres * |

Palacio de Queluz, em 6 de novembro de 1795.

*Marquez Mordomo-Mór.*

* As tres obras designadas no catalogo ficaram ineditas. Dos opusculos foi estampada uma parte. Ignora se o destino dos manuscriptos. Das *Cartas physico-mathematicas* não veiu a lume o 4.º tomo; e o decimo da *Recreação philosophica* não se encontra ainda catalogado n'esta lista, nem sabemos em que anno foi impresso.

**Nota 21.º** (PAG. 249)

## EPISTOLA A CRITILLO

Vejo, ó Critillo, do Chilino chefe
Tão bem pintada a historia nos teus versos,
Que não sei decidir qual seja a copia,
Qual seja o original. Dentro em minha alma,
Que diversas paixões, que affectos varios
A um tempo se suscitam! Péllo e tremo
Umas vezes de horror de magoa e susto,
Outras vezes do riso apenas posso
Resistir aos impulsos. Egualmente
Me sinto vacilar entre os combates
Da raiva e do prazer. Mas ah... que disse!
Eu retrato a expressão, nem me subscrevo
Ao suffragio d'aquelle, que assim pensa
Alheio da rasão, que me surprehende.
Trata-se aqui da humanidade afflicta;
Exige á natureza os seus deveres :
Nem da magoa ou do riso póde a idéa
Jámais nutrir-se emquanto aos olhos nossos
Se propõem do teu chefe a infame historia.
  Quem me dirá que da estultice as obras
Infestas á virtude, e dirigidas
A despertar o escandalo, conseguem
No prudente varão mover o riso?
Eu vejo que um Caligula se empenha
Em fazer que de Roma ao Consulado
Se jure o seu cavallo por collega :
Vejo que os cidadãos e as tropas arma
O filho de Agrippina, que os transporta
Em grossos vazos sobre o Tibre; e logo
Por inimigos lhes assigna os mattos,

Que atacar manda com guerreiro estrondo!
Direi: que me recreia esta loucura?
Que devo rir-me, e suffocar o pranto,
Que pulla nos meus olhos? Não, Critillo,
Não he esta moção que n'alma provo.
Por entre estes delirios, insensivel,
Me conduz a rasão brilhante, e sabia
A gemer egualmente na desgraça
Dos miseros vassallos que honrar devem
De um tyranno o poder, o throno, o sceptro.
Se Thâlia, e Melpômene nos pintam
Nos seus theatros as paixões humanas
Ao ridiculo gesto, ou ao semblante
Da scena, que o cothurno me apresenta,
Eu me conformo ao interesse quando
Aborreço a maldade, e quando rendo
Á formosa virtude os dignos votos.
Despedace Medéa os caros filhos;
Guiz e Athrêu de seus netos as entranhas;
Eu terei sempre horror ás impiedades;
Jámais da irreligão da fé mentida
Me hãode enganar os perfidos rebuços,
Ou da fingida scena os vãos adornos.
Devo pois confessar Critillo amado,
Que teus escriptos de uma edade a outra
Passarão sempre de explendor cingidos:
Que a humanidade emfim desaggravada
Das injurias, que soffre, por teu braço,
Os ferros soltará, que desafrouxa,
Tintos do fresco gotejado sangue.
Subditos infelizes, que provastes
Os estragos da barbara desordem,
Respirai, respirai. Do beneficio
Deveis ao bom Critillo a paz suave,
Que a vossa liberdade alegre gosa.
Sim, Critillo, são estes os agoiros,
Que lendo a tua historia ao mundo faço.
De pejo, e de vergonha os bons monarchas

Que pias intenções sempre alimentam;
De reger como filhos os seus povos
Tocados se verão. Prudentes, sabios,
Consultarão primeiro sobre a escolha
D'aquelles chefes, que a remotos climas
Determinem mandar, d'elles fiando
A importante porção do seu governo:
Prevenidos que a vã, brutal soberba
Só nas obras influe d'estes monstros;
Pelo escrutinio da virtude espero
Que regulados os seus votos sejam.
De uma esteril mortal genealogia,
Que o merito produz de seus maiores
Elles, amigo, argumentar não devem
Propagados talentos. A virtude
Nem sempre aos netos por herança desce;
Póde o pai ser piedoso, sabio, e justo,
Manso, affavel, pacifico, e prudente:
Não se segue d'aqui que um impio filho,
Preverso, infame, discolo, e malvado
Não desordene de seus pais a gloria.
Nem sempre as aguias d'outras aguias nascem;
Nem sempre de leões, leões se geram:
Quantas vezes as pombas, e os cordeiros
São partos dos leões, das aguias partos?
Para reger ó Reis, os vossos povos,
Debalde ides buscar brazões e escudos
Entre os vossos dynastas. Roma, Roma
As faxas, as secures, mais as outras
Imperiaes insignias só tirava
Da provada virtude. Se das togas
Distinguia uma, e outra especie, Athenas
He quem a todos o caracter dava;
Igualmente civil jurisconsulto,
Que instruido guerreiro, era mandado
Um cidadão, que da provincia as redeas
Manejasse fiel. D'aqui os Fabios
D'aqui os Scipiões e os bons Emilios,

Os Cesares d'aqui, que os fastos ornam.
Que differentes hoje os nossos grandes!
É filho do marquez, do conde é filho?
Vá das Indias reger o vasto Imperio.
Oh Deus! E que infelices os vassallos
Que tão longe do throno prostitue
O vosso imperio aos abortivos chefes!
Lá vai aquelle, que de avara sêde
É por genio arrastado: que thesouros
Não espera ajuntar? Do teu cofre
Se hade esgotar a aferrolhada somma,
Desgraçada justiça! Da igualdade
Tu não sabes o ponto: e a balança
Do interesse, que só por ti decide,
Que despachos injustos, que despezas,
Que mercês...: e que postos se não compram
Ao grave peso da sellada firma?
Outro vai, que lascivo e desenvolto,
Só da carne as paixões adora, e segue.
Honras, decóros, vós sereis despojos
Do seu bruto apetite. Em vão, cançados
Pais de familias, zelareis vós outros
Da vossa casa o pondonor herdado;
Aos vis ataques do atrevido orgulho
Hão de ceder as prevenções mais fortes:
Victimas da voraz sensualidade
Vossas filhas serão, vossas mulheres,
Que direi do soberbo, do vaidoso,
Do colerico, e de outros varios monstros,
Que freio algum não conhecendo, passam
A sustentar no auctorisado cargo
Tudo quanto a paixão lhes dicta, e manda!
Não soffre aquelle que o vassallo occulte
Os cabedaes, que á sua industria deve;
E que a seus filhos, e a seus netos possa
Deixar, morrendo, uma opulenta herança:
Um falso crime lhe figura, aonde
Esgote as forças, que levar procura

Além das frias apagadas cinzas.
  Este medita que a nobreza illustre
Soffocada se veja. A prisão dura,
O distante degredo é que promette
Da prevista vingança o fim prescripto.
Ó senhores! Ó reis! Ó grandes, quanto
São para nós as vossas leis inuteis?
Mandaes debalde sem julgada culpa
Que o vosso chefe ao arbitrio seu não possa
Exterminar aos réos; punir os impios.
He c'os ministros de menor esphera
Que fallam vossas leis. Nos chefes vossos
Sómente o despotismo impera e reina.
  Gosar da sombra do copado tronco
He só livre ao que perto tem o abrigo
Dos seus ramos frondosos. Se se aparta
Da clara fonte, o passageiro prova
Turbadas as aguas em maior distancia.
  Mas, ah Critillo meu, que eu estou vendo
Que já chegam a lêr as cartas tuas:
Estes barbaros monstros são cobertos
De vivo pejo ao vêr os seus delictos,
Que em tão disforme vulto hoje apparecem.
Déstro pintor, em um só quadro a muitos
Soubeste descrever: sim que o teu chefe
As maldades de todos comprehende
Aqui vê-se o soberbo, que, pensando
Do resto dos mais homens nada serem
Mais que humildes insectos; só de furias
Nutre o vil coração, e a seus pés calca
A pobre humanidade. Aqui se encontra
O impio, o libertino, que, ultrajando
Tudo quanto é sagrado, tem por timbre
Ao publico mostrar, que o santo culto,
Que nos intima a Religião, sómente
Aos pequenos obriga e que por arte
Os conserva a illusão no fanatismo;
Porque da obediencia as leis se dobrem.

Aqui se acha o lascivo, e o vaidoso,
E o estupido emfim, e o demente
O que ao vivo apparece n'esta empreza.
Tu, severo Catão, tu reprehendes
Com teu mudo semblante a patria Roma
Nem seus theatros de lascivia cheios
Soffrem teus olhos nobremente irados.
Pede o congresso de terror ferido
Que o rigido censor o circo deixe,
Ou que se não produza a torpe scena.
Este, ó Critillo, o precioso effeito
Dos teus versos será, como em espelho,
Que as côres toma, e que reflecte a imagem;
Os impios chefes de uma igual conducta
A elle se verão sendo arguidos
Pela face brilhante da virtude,
Que, nos defeitos de um, castiga a tantos.
Lições prudentes de um discreto aviso
No mesmo horror do crime, que os infama
Teus escriptos lhes dêem sobrada usura:
É este o premio das fadigas tuas.
Elles dirão, voltando-se a Critillo,
Quanto devemos, ó censor fecundo,
Ao castigado metro, com que afêas
Nossos delictos, e buscar nos fazes
Da candida virtude a sã doutrina.

**Nota 22.ª** (PAG. 252)

De que procede ser Italia ou França
Mais fertil de bom gosto em seus escriptos?
A terra, ao ar, aos astros influentes
O carunchoso physico recorre,
E a poucos passos arma labyrintho
Onde, ao travez de Motus, Formas, Entes,

Passadas muitas horas de fadiga
Sahe ás apalpadelas esgrimindo
Distincções que nem eu nem elle intende.
*Atalaphron*, que traz amontoados
Mil textos na cabeça, affirma e prova
Com sophismas fanaticos que a causa
Vem do ceu por castigo. *Micropanto*
Clama contra o amor da novidade
Que aqui se sabe mais que em todo o mundo.

Meu amado Agnoristo, eu cavo á roda
Em quanto o regio braço arranca e queima
Estas velhas raizes que ainda brotam
Orgulhosa ignorancia, e má doutrina.
Certo pintor, que mal fingia pedra
E dava mal verdête nas janellas,
Viu prometter por um pequeno quadro
De Raphael quarenta mil escudos.
Desejoso de ter egual fortuna
Prepara seus pinceis e suas tintas,
Desenha, risca e, tendo feito a obra,
Nem elle a conhecia, e foi preciso
Pôr-lhe a letra por cima: *isto é cavallo.*

Egual mania me tornou poeta,
Se merece este nome quem faz versos, (*a*)
Mas como te não vendo estas pinturas,
Em cada uma pondo o seu letreiro,
Basta-me que te rias e conheças
O mau poeta, o critico pedante,
Que um prologo francez tem lido apenas,
E já crê ser Despreaux, sem que ainda honrasse
De suas reflexões nem de seus versos

(*a*) *... Neque enim concludere versum*
*Dixeris esse satis: neque siquis scribat*
*Sermoni propriora, putes hunc esse poetam.*
*Horat*, lib. 1.º Satyr, 4.ª
NOTA DO POETA.

A casa de Borel [1] e que, suspenso,
Sem respirar, os olhos fitos, pende
Da bocca alheia para dar um *bravo,*
Com *r* que parece italiano,
No meio de uma strophe, e em tanto escuta
Arqueando pouco e pouco as sobrancêlhas.

Aquelle que enganar aos mais presume
Aqui pilha um soneto, e ali repete
Uma canção aos annos de Amarilis,
E o madrigal que fez a certa ausencia.
O roubador do plagiario Quita, (*b*)
De frivolos discursos satisfeito,
Anda de rua em rua mendigando
Quem lhe ature uma duzia de romances
E de cantigas que glosou cem vezes
A Silvias, Cloris, Neris e Terceas;
Eu, que o conheço, sempre acautelado,
Tenho trancada a porta que não venha
Seccar-me com seus versos importunos.

Do que é bom mofa aquelle quando ataca,
Devendo pôr em publico o defeito;
Vôlta á banda o nariz e franze a testa,
Meneando a cabeça, por dar mostras
De grande esphera e gosto delicado.

[1] Póde ser que esta allusão quizesse ferir Antonio Diniz da Cruz e Silva, cujo poema heroi-comico *O Hyssope* corria manuscripto desde 1765 em Lisboa, e aspirava pelos perfis dos personagens a ter parentesco com o *Lutrin* de Despreaux. Não ser ainda conhecido o poeta condiz com o auctor das *Odes pyndaricas,* porque, á excepção de pequenas peças poeticas, todos os livros de Diniz são posthumos.

(*b*) Póde-se louvar este auctor pelo seu genio, bem que seja plagiario e superficial; e, se os outros arcades não excedem a este e a *Meliseu* [1] que rasão terá *Candido Lusitano* [2] para lhes chamar felizes imitadores dos Arcades romanos?

NOTA DO POETA.

1 Luiz Corrôa França e Amaral.
2 Francisco José Freire.

Por seu conselho o estupido sincero,
Por que tudo lhe agrada, e pouco entende,
Engrossa collecções, que avaro estima,
De quanto se viu mau em nossa idade.
Se lhes forem á mão estes meus versos,
Nenhum d'elles conhece o seu retrato
Por mais que se pareça; e na sentença
Que profere este oraculo das musas
Fazem-me a honra de não ser guardado
Entre os frios papeis da sua escolha.
Quem soffre o riso, vendo auctor moderno
D'estes bellos espiritos da moda
Em extasis ouvir : *No verde prado*
*Saltai meus cordeirinhos innocentes*
*Mais brancos do que a neve,* (c) e, a sangue frio,
Vêr fumegando nas desertas praias
Lagos de sangue tepidos e impuros
Em que balançam lividos cadaveres...

## Nota 23.ª (PAG. 259)

Na *D. Branca*, poema o mais philintista e todavia menos vernaculo do grande poeta, de uma leitura interpollada, colhemos os seguintes versos abordoados á palavra

(c) Nas obras dos espiritos mediocres não apparecem mais que logares communs, e isto é o que louvam. Em certa occasião, repetindo-se o soneto de José Basilio, passaram por muitas bellezas a esta :

*Os ventos sobre as azas se afirmaram*
*Por vêr de perto a nova maravilha,*
*E co'vasto pezo da disforme quilha*
*Gemeu Neptuno, as ondas se encurvaram.*

E bateram as palmas ao verso da primeira tercina :

*Verdes ninfas e azues do mar undoso !*

NOTA DO POETA.

da predilecção, quer tomada como adjectivo quer adverbialmente:

Que vem do coração, que *doce* mana.....
*Doce* arroio de luz celeste e meiga.....
Oh formosura! oh *doce* encanto d'olhos.....
*Doce* futuro de um esposo amavel.....
Onde vem *doce* esp'rança d'alma posto.....
Que a teu cebento confessor tão *doce*.....
Do inimigo da fé! — que olhar tão *doce*.....
Sonho nos accordou de illusões *doces*.....
Que a nossos *doces* climas transplantaram.....
Do alecrim floreo-azul seu *doce* aroma.....
(Se não a *doce* agitação) convida.....
Porém, rompeu-se alfim uma voz *doce*.....
De celeste *doçura*: — «Filha» disse.....
Sente o *doce* calor do brando corpo.....
O *doce* pezo que a seu peito aperta.....
*Doce* é morrer assim; mas todo o calix.....
Estreitou-os amor em *doce* abraço:.....
*Doce* direi?... As lagrimas soffria.....
A linda infante elle... os tormentos todos.....
Do inferno padecia:.....
— Ó *doce* amado.....
Triste sim, melancolico; mas *doce*.....
... Alto poder em prisões *doces*.....

FIM DAS NOTAS.

# INDICE DO 1.º VOLUME

Pag.

Necessidade de um curso de litteratura portugueza..... I
Introducção..... V

CAPITULO I

Da lingua portugueza, sua origem, fontes de onde deriva a controversia produzida pelos differentes alvitres de escriptores abalisados..... 9

CAPITULO II

Origens da poesia peninsular.—Os turdetanos e as suas leis escriptas em verso.—Os scaldos, poetas guerreiros : suas canções ou *wises*.—Os celtas e os seus sacerdotes e cantores : os druidas e os bardos.—Canticos durante os festins e na partida para a guerra —Poemas bretões do seculo VI, da lucta do druidismo com o christianismo. —Poesia dos aborigenes da Luzitania.—A evolução historica explicando a reconstrucção das linguas, e a poesia documentando esta reconstrucção.—Influencias diversas. —Poesia provençal.—Os trovadores e os jograes.—Os arabes e a rima..... 43

CAPITULO III

A poesia popular.—Origens germanicas.—Influencias que a enriqueceram e de que ainda hoje resta vestigios.—Os symbolos, tradições e mythos.—Maravilhoso.—As prohi-

Pag.

bições dos concilios e os trovadores.—Constituições dos bispados.—Diversos caracteristicos.—Fórmas da poesia popular..... 93

## CAPITULO IV

### PRIMEIRA ÉPOCHA

**(De 1139 a 1290)**

Seculos de mudez. — A critica perdendo-se em indagações infructuosas.—A Peninsula hispanica e a sua situação politica.—Bruteza e mingua em quasi todas as relações sociaes —Na dissolução geral é involvida a egreja luzitana. —Instituição monastica e seus beneficios, mesmo na ordem civil.—O regime de tolerancia dos arabes.—As lettras achando abrigo nos mosteiros, e os monges conservando a tradição classica.—A instituição da monarchia e a protecção aos estudos litterarios.—Coimbra, Guimarães e outras terras do reino fundam escholas nas Sés.—Estudo das linguas antigas.—O cyclo das epopéas na Europa não encontra écco no territorio portucalense.—A influencia franceza e os cruzados.—Lendas do tempo de Dom Affonso Henriques.—A cultura latina não deixa resfolgar o genio nacional.—A lingua portugueza e a poesia provençal.—Cortes de Dom Sancho II e Dom Affonso III... 129

## CAPITULO V

### CANCIONEIROS

Despréso da nossa antiga critica a respeito dos cancioneiros. —Difficuldade de os colligir, e apurar a origem.—Os nossos antigos philologos, os academicos, e a edade-media. —Os trabalhos de Schlegel e Diez desconhecidos.—Catalogo dos cancioneiros que existem e dos de que subsiste a tradição.—*Cancioneiro do Collegio dos Nobres*, e a sua natureza provençalesca.—Indicativos da poesia provençal.— Revolução na esphera moral e social.—O amor egualando as condições, e elevando a mulher.—*Cancioneiro de Dom Diniz*.—Poesia artificial: imitação provençalesca.— Antigos monumentos da nossa poesia.—O *Poema da Cava*. —A *Canção do Figueiral*.—As *Canções de Gonçalo Hermingues*.—As duas *Cartas* de Egas Moniz.—Commentos e variantes.....

## CAPITULO VI

Pag.

Dos trovadores portuguezes provençaes.—Da lingua romance preparando os idiomas das nações do Meio-dia da Europa.—Raynonard e a sua *Grammatica*.—O marquez de Santillana e a arte de trovar conhecida da Galliza e de Portugal antes que nas outras partes das Hispanhas.—Dom Diniz, o nosso primeiro trovador provençal.—Os seus Cancioneiros.—Trovas do rei *Lavrador*.—A *mestria maior* e a *mestria menor*.—Selecção da lingua portugueza, reputada o provençal da Peninsula Hispanica.—Exemplos: Dom Affonso, o Sabio, e Macias, *el enamorado*.—Os bastardos de Dom Diniz.—Ainda a influencia provençal como moda palaciana.—Poesia artificial.—O duque de Coimbra e o soneto dirigido a João de Mena.—Testemunho de Miguel Leitão Ferreira nas notas dos *Poemas Luzitanos*.—Verdade que d'aqui resulta em favor da nacionalidade do auctor do *Amadiz*.—Outros trovadores.—Influencias da renascença.—A poesia provençal cedendo á influencia italiana.—Exemplos da semelhança da lingua romance attestados pelas coplas de trovadores de differentes nações. 195

## CAPITULO VI

### SEGUNDA ÉPOCHA

**(De 1290 até 1383)**

Progresso litterario de accordo com a organisação politica de Portugal.—Dom Diniz e os primeiros passos para a emancipação da lingua e instituição de estudos superiores: a *Biblia* e o *Livro das Partidas* vertidos em vulgar.—Educação de Dom Diniz e sua influencia na poesia.—A poesia provençal: periodo de imitação e artificio.—A côrte d'este rei e as tradições provençalescas sustentadas pela moda palaciana.—Fundação da Universidade Portugueza, e os effeitos da renascença do seculo XIII.—O conde de Barcellos e o *Nobiliario* como elemento de reforma politica.—Dom Affonso Sanches, o bastardo.—A batalha do Salado, e o cyclo poetico que este successo creou em Portugal e Hispanha: poemas.—Dom Pedro I: os seus infortunios dominam o seu caracter e actuam na imaginação da épocha.—Confusão d'este principe com o filho do du-

Pag.

que de Coimbra.—Influencia da invasão dos fidalgos gallegos e a do cyclo da *Tavola Redonda*.—Fecha o cyclo dos trovadores Macias, *el enamorado*.—O seu talento inspira-se do grande movimento de renovação operado na Italia e communicado á Peninsula Hispanhola.—Effeitos da educação erudita..... 230

## CAPITULO VII

### TERCEIRA ÉPOCHA

**(De 1384 a 1495)**

O Mestre de Aviz e o desenvolvimento intellectual e importancia politica de Portugal.—Prestigio d'este principe.—E' no affecto popular que elle firma uma das forças do seu reinado.—Côrte de Dom João I e os principes seus filhos.—Convocação de côrtes.—Desenvolvimento artistico e litterario: o mosteiro da Batalha e o chronista Fernão Lopes.—O infante Dom Henrique e a Academia de Sagres: estudos astronomicos e nauticos: emprezas maritimas, cartas de marear.—Largo incitamento de todos estes progressos nos primeiros passos da civilisação.—Dom Pedro, duque de Coimbra. Raridade e preço dos livros.—As leituras n'aquelle tempo.—Influencia ingleza e os *Mysterios*.—Dom Duarte e o seu reinado: famosa livraria d'este monarcha.—Côrte que soffreu a fidalguia com a *lei mental*: os jurisconsultos.—Predominio das idéas cavalleirosas de accôrdo com as inclinações da épocha: os poemas dos cyclos normandos e as divisas guerreiras.—Genero aventuroso desafogando em grandes factos do tempo.—Grande influxo das novellas de cavallaria: *Amadiz* e seus effeitos nas imaginações e nos costumes.—Respira ainda a inspiração popular: poesia ao Condestavel.—Descobrimento da typographia: os judeus e os estudos linguisticos.—Gomes Eannes de Azurara e a livraria dos paços de Evora.—As tendencias classicas actuam em todas as phases da instrucção.—D. João II e Angelo Poliziano. 249

## CAPITULO VIII

### CHRONISTAS E HISTORIADORES

Elementos da historia: os agiologios, as constituições synodaes, os foraes e a tradição oral.—Historiadores antes da

Pag.

monarchia: Paulo Osorio, Aprigio, Idacio, e outros: a *Historia dos Martyres de Marrocos* e os *Estatutos da Ordem de Christo*.—A tradição historica conservada pelo culto dos principios religiosos e apégo ás lembranças da patria. —Os judeus e o periodo bysantino: Rabbi Abner escrevendo as *Batalhas de Deus*.—O amor da investigação historica recolhendo-se nos mosteiros: serviços á historia feitos pelos monges: valioso subsidio de historia ecclesiastica para a historia geral: *Acta Sanctorum, Gallia Christiana, Arte de verificar as Actas*.—Primeiros chronistas: Fernão Lopes e os fortes elementos constituidores da nossa nacionalidade e independencia.—Frei Nicolau de Santa Maria, João Camello e Dom Pedro Alfarde: os priores de Santa Cruz de Coimbra.—Lucena e os seus escriptos: Azurara, Ruy de Pina e Garcia de Rezende: a critica a respeito d'estes chronistas: João de Barros, o abbade Correia da Serra e o sr. Alexandre Herculano.—Verdade da historia seguida por Fernão Lopes: este chronista e Froissart.—Da historia escripta á luz dos grandes successos nacionaes e da chronica reduzida á biographia dos reis: Garcia de Rezende, modêlo d'este genero.—Damião de Goes, Bernardo de Brito, os Brandões e outros historiadores.—Os successos da India: João de Barros e Diogo do Couto.—Historia ecclesiastica: chronicas monasticas.... 285

## CAPITULO IX

### QUARTA ÉPOCHA

**(De 1495 a 1580)**

Reinado de Dom Manuel, e a *edade de ouro da poesia e da lingua portugueza*.—O seculo XV e os grandes acontecimentos que o caracterisam.—A renascença e os seus resultados: a Italia e os Medicis.—Participação que Portugal teve n'este grande movimento nas artes e nas lettras. —Constitue-se a unidade monarchica: a historia e a litteratura reflectem o effeito d'este influxo.—Garcia de Rezende e as suas chronicas, e Gil Vicente incumbido de divertir a côrte com os seus contos.—O genio de poeta reage e torna-o moralista e satyrico.—Influencia da poesia hispanhola: os nossos escriptores adoptam este idioma: abusos e protestos de Gallegos e Damião de Goes.—Influencia italiana annunciada pela eschola erudita: Bernardim Ribeiro e os bucolistas.—Gil Vicente e o theatro nacional.—O que era o theatro nos seculos XV e XVI.—

Pag.

Analyse das obras do Plauto portuguez.—Sá de Miranda e a sua importancia no movimento poetico.—Ferreira e a *Castro*.—Os poetas quinhentistas.—Camões repudiado d'elles: os *Luziadas*: eschola fundada pelo lyrismo do grande vate.—Plagiarios e imitações: Fernão Alvares do Oriente e Bernardes.—Decadencia litteraria: ultimos tempos do reinado de Dom João III, regencia da Rainha Dona Catharina e o reinado de Dom Sebastião.—As comedias classicas de Sá de Miranda, de Jorge Ferreira de Vasconcellos e do doutor Antonio Ferreira, e os *indeces expurgatorios*.—A inquisição e o fanatismo religioso: os jesuitas viciando o ensino publico: maus effeitos do systhema.—A erudição monastica e a eschola erudita prevalecendo e a poesia e o theatro decahindo.—Os successos politicos subjugam as imaginações..... 313

# INDICE DO 2.º VOLUME

Pag.

Introducção..... 7

CAPITULO X

QUINTA ÉPOCHA

(De 1580 a 1700)

I Considerações respectivas ás epopeias do seculo XVII.—Poesia epica—Gabriel Pereira de Castro—Francisco de Sá de Menezes—Luiz Pereira Brandão—Francisco Rodrigues Lobo—Vasco Mousinho de Quevedo e Castello-Branco—Antonio de Sousa de Macedo.—Poesia lyrica—Fernão Alvares do Oriente—Francisco Rodrigues Lobo—Manuel da Veiga Tagarro—Manuel de Faria e Sousa—Fr. Bernardo de Brito—D. Thomaz de Noronha—Antonio Serrão de Castro—Antonio da Fonseca Soares—Diogo de Sousa—D. Francisco Manuel de Mello.—Poesia dramatica—D. Francisco Manuel de Mello..... 25

II Historiadores civis e ecclesiasticos—Fr. Bernardo de Brito—Fr. Antonio Brandão—Fr. Francisco Brandão—Diogo do Couto—Duarte Nunes de Leão—Fr. Luiz de Sousa—Manuel de Faria e Sousa—Antonio de Sousa de Macedo—Hyeronimo de Mendonça—Fr. Bernardo da Cruz—Miguel Leitão de Andrade—D. Francisco Manuel de Mello—D. Luiz de Menezes—Francisco de Brito Freire—Fr. Raphael de Jesus—D. Rodrigo da Cunha—Padre Balthasar Telles.—Biographia—Fr. Luiz de Sousa—Jacintho Freire de Andrade—Diogo do Couto—Padre João de Lucena—Manuel Severim de Faria—Alvaro Pires de Tavora—Francisco Soares Toscano..... 59

III Considerações retrospectivas ácerca da oratoria ecclesiastica—Padre Antonio Vieira—Padre Manuel Ber-

Pag.

nardes—Mystica—Padre Manuel Bernardes—Fr. Thomé de Jesus—Fr. Antonio das Chagas—Philosophia moral, critica dos costumes—Francisco Rodrigues Lobo—Martim Affonso de Miranda—Diogo de Paiva de Andrade—D. Francisco Manuel de Mello—*Arte de furtar*—Epistolographia—Padre Antonio Vieira—D. Francisco Manuel de Mello—Fr. Antonio das Chagas—*Cartas de uma religiosa portugueza*—Academias particulares..... 97

## CAPITULO XI

### SEXTA ÉPOCHA

**(Seculo decimo oitavo)**

I Proseguimento das Academias—O conde da Ericeira—Academia portugueza—Boileau e D. Francisco Xavier de Menezes—Academia Real da historia portugueza—Diogo Barboza Machado—Ignacio Barboza—D. José Barboza—Francisco Leitão Ferreira—José Soares da Silva—Sebastião da Rocha Pita — Fr. Manoel dos Santos — D. Antonio Caetano de Souza — D. Raphael Bluteau — Os percursores da reforma—Antonio Nunes Ribeiro Sanches—Francisco Xavier d'Oliveira—Luiz Antonio Verney—Alexandre de Gusmão..... 136

II Arcadia Ulysiponense—Intuitos d'esta Academia—Pedro Antonio Corrêa Garção — Os seus discursos inéditos, factos desconhecidos da sua biographia — Antonio Diniz da Cruz e Silva—Domingos dos Reis Quita.—Theatro—Antonio José da Silva (vista retrospectiva)—Francisco José Freire — Manuel de Figueiredo. — Poetas estranhos á Arcadia—Luiz Pinto de Azevedo Coutinho—Domingos Pires Monteiro Bandeira—Padre Francisco Manuel do Nascimento (*Felintho Elysio*)—José Anastacio da Cunha—Nicolau Tolentino de Almeida..... 165

III Academia real das sciencias.—*P.e José Correia da Serra*—Odiccionario da lingua portugueza—*Pedro José da Fonseca—Agostinho José da Costa de Macedo—Bartholomeu Ignacio Jorge —João Pedro Ribeiro—Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo—Joaquim José Ferreira Gordo—P.e Antonio Pereira de Figueiredo—P.e Joaquim de Foyos—Antonio das Neves Pereira—Antonio Ribeiro dos Santos—Antonio Caetano do Amaral—P.e Theodoro de Almeida—D. Fr. Manoel do Cenaculo—José Anastacio de Figueiredo Ribeiro—D. Fr. Fortunato de S. Boaventura—D Francisco Alexandre Lobo—D. Fr. Francisco de S. Luiz*..... 221

Pag.

IV Poetas da colonia brazileira.—*José Bazilio da Gama—Fr. Jose de Santa Rita Durão—Claudio Manoel da Costa—Thomaz Antonio Gonzaga—Ignacio José de Alvarenga Peixoto—Manoel Ignacio da Silva Alvarenga—Padre Antonio Pereira de Sousa Caldas*—Nova Arcadia (lisbonense)—*Manoel Maria de Barbosa du Bocage—Padre José Agostinho de Macedo—Luiz Correia de França e Amaral—Belchior Manoel Curvo Semedo—Thomaz Antonio dos Santos e Silva*—Restauração da Arte pelo elemento da tradição nacional — *O theatro portuguez antes de Garrett—Evolução do romantismo—João Baptista de Almeida Garrett, e Antonio Feliciano de Castilho*..... 245

Notas ..... 279

# ERRATAS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Pag. | 22 | linha | 23 | *Seculo VII,* | leia: *Seculo XVII.* |
| » | 62 | Nota | | *Azevedo,* | » *Caetano.* |
| » | 160 | linha | 22 | *e muito,* | » *é muito.* |
| » | 162 | » | 5 | *Cambraia,* | » *Cambrai.* |
| » | » | » | 31 | *socialogicos,* | » *sociologicos.* |
| » | 186 | » | 18 | *archivasão.* | » *archivar são.* |
| » | 187 | » | 26 | *João Barros,* | » *João de Barros.* |
| » | 189 | » | 5 | *descarada,* | » *descazada.* |
| » | 219 | » | 10 | *tal comico,* | » *sal comico.* |
| » | 228 | » | 4 | *e em,* | » *em.* |
| » | 240 | » | 28 | *e o exémplo por,* | » *e, por.* |
| » | 241 | » | 29 | *inculca dos,* | » *inculca o exemplo dos.* |
| » | 250 | » | 18 | *implantação,* | » *implantação malograda.* |

## ALGUMAS OBRAS DA CASA EDITORA

DE

# MATTOS MOREIRA & C.A

**Praça de D. Pedro 68,—Lisboa**

## Por assignatura

**Portugal antigo e moderno,** Diccionario geographico, estatisco, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal, etc., por Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal—publicados: 6 vol.—A a PE—10$300.—Avulso 11$500.

**Chave (a) da sciencia, ou explicação dos phenomenos da natureza,** traduzida e ampliada por M. Cordeiro Feyo—Cada folha em 4.° 30 rs.

**Diccionario de invenções, origens e descobertas antigas e modernas,** compilado e accrescentado com diversas noticias relativas a Portugal, por A. Pimentel.—Preço de cada folha 30 réis. Estão já publicadas e á venda muitas folhas.

**Novellas do Minho,** por Camillo Castello Branco—1.° vol. Gracejos que matam. 2.° O Commendador. 3.° O cego de Landim —Cada vol. 200 rs.

### Camillo Castello Branco

**Caveira (a) da martyr,** 3 vol. (esgotado)..... 1$500
**Demonio (o) do ouro,** 2 vol. com 4 estampas..... 1$000
**Filha (a) do regicida,** romance historico, 1 vol..... 500
**Historia do Padre Malagrida,** (estrangulado e queimado no Rocio de Lisboa), vertida e prefaciada por Camillo Castello Branco, 1 vol..... 500
**Regicida (o),** romance historico, 1 vol. ..... 500

### Livros religiosos

**A morte e a immortalidade,** pelo abbade Berseaux, versão de M. Cordeiro Feyo..... 300
**Esboço de philosophia analytica,** por Hartt Milner; 1 vol..... 800
**Livro (o) das flores,** (Legendas da vida da Rainha Santa Izabel) por A. Pimentel—1 vol..... 300
**Livro (o) das lagrimas** (Legenda da vida de Santo Antonio de Lisboa) por A. Pimentel—1 vol..... 300

**Sermões ineditos do eminente prégador portuguez F. R. da Silveira Malhão**—Estão dublicados os seguintes —n.º 1 *Sermão de Penitencia.*—n.º 2 *Sermão de Passos.*—n.º 3 *Sermão de N. S. das Dôres.*—n.º 4 *Sermão do Mandato.*—n.º 5 *Sermão do Calvario.*—n.º 6 *Sermão do Enterro.*—n.º 7 *Sermão do Santissimo Sacramento.* —n.º 8 *Sermões de N. S. da Piedade—Fugida para o Egypto.*—n.º 9 *Sermão de N. S. da Salvação.*—n.º 10 *Sermões da Paixão e Resurreição.*—n.º 11 *Sermão do Senhor Jesus da Pedra.*—n.º 12 *Sermão da Assumpção de N. S.*—n.º 13 *Sermões da Natividade e Rosario de N. S.*—n.º 14 *Sermões da Bulla e da Penitencia.*—n.º 15 *Sermão de S. Antão.*—n.º 16 *Sermão de S. Sebastião* n.º 17 *Sermão de Santa Quiteria*—Cada n.º..... 120

Continúa a publicação.

### Em publicação

**A Conversão de S. Paulo**, por José Romano.
**A Lyra Christã**, versos do prégador Malhão.
**Diccionario da lingua ingleza**, por Jacob Bensabat.
**Novellas do Minho** por C. C. Branco.—A morgada de Romariz, O filho bastardo, O degrédado, Maria Moysés, Maria da Fonte.

---

**HISTORIA DE PORTUGAL**, por Camillo Castello Branco. —Breve apparecem os prospectos d'esta importante obra.

---

## FLORES ROMANTICAS

### Romances de Enrique Perez Escrich

**Casamentos do diabo**, traducção de A. de Mello, 3 volumes com 30 gravuras de pagina, desenhos de B. Pinheiro.. 1$500
**Filhos (os) da Fé**, traducção de C. Moniz, 3 volumes com 24 gravuras de pagina, desenhos de Manuel Macedo... 1$500
**Inveja (a)**, traducção de Mattos Moreira, 3 volumes com 23 gravuras de pagina..... 1$500
**Mulher (a) adultera**, traducção de Mattos Moreira, 4 volumes com perto de 200 desenhos de B. Pinheiro..... 2$000
**Obras (as) de misericordia**, versão de Mattos Moreira, 4 volumes com 32 estampas de pagina, illustrações de Bordallo Pinheiro..... 2$000
**Perdição (a) da mulher**, traducção de Cunha Moniz, 3 volumes com 24 gravuras de pagina..... 1$500
**Os que riem e os que choram**, traducção de Mattos Moreira, illustrações de Manuel Macedo, (em publicação).

Castello Branco, Camillo
Curso de litteratura
portugueza

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY